



**FABYA DOS REIS SANTOS**

**A CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO  
POLÍTICA DO MST NA BAHIA E  
SUA CONTRIBUIÇÃO AO PROCESSO  
DE DEMOCRATIZAÇÃO  
DA “AMPLA POLÍTICA” - UMA EXPERIÊNCIA  
NO FIO DA NAVALHA**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**FABYA DOS REIS SANTOS**

**A CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO MST NA BAHIA E SUA  
CONTRIBUIÇÃO AO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA “AMPLA POLÍ-  
TICA” – UMA EXPERIÊNCIA NO FIO DA NAVALHA**

**CAMPINA GRANDE  
2012**

0120414  
CGAG\_TESE

**FABYA DOS REIS SANTOS**

**A CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO MST NA BAHIA E SUA  
CONTRIBUIÇÃO AO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA “AMPLA POLÍ-  
TICA” – UMA EXPERIÊNCIA NO FIO DA NAVALHA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientador: Dr. Luís Henrique Hermínio Cunha  
Área de concentração: Ciências Sociais

FICHA CATALOGRÁFICA DE LABORAD  
TECA CENTRAL DA UFG

2012

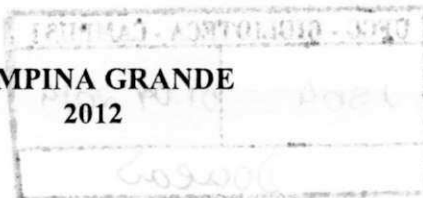
310 C. II. color

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de  
Campina Grande, Centro de Humanidades, 2012.

"Orientação: Prof. Dr. Luís Henrique Hermínio Cunha".  
Referências.

1. Democratização. 2. MST. 3. Partidarização Política.  
I. Cunha, Luís Henrique Hermínio. II. Título. N.  
CDD 316.48:317.042)

**CAMPINA GRANDE  
2012**





S237c

Santos, Fabya dos Reis.

A construção da representação política do MST na Bahia e sua contribuição ao processo de democratização da "ampla política" : uma experiência no fio da navalha / Fabya dos Reis Santos. - Campina Grande, 2012.

308 f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2012.

"Orientação : Prof. Dr. Luís Henrique Hermínio Cunha".  
Referências.

1. Democratização. 2. MST. 3. Participação Política. 4. Tese - Ciências Sociais. I. Cunha, Luís Henrique Hermínio. II. Universidade Federal de Campina Grande - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 316.48:321.7(043)

**FABYA DOS REIS SANTOS**

**A CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO MST NA BAHIA E SUA  
CONTRIBUIÇÃO AO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA “AMPLA POLÍ-  
TICA” – UMA EXPERIÊNCIA NO FIO DA NAVALHA**

Documento de defesa de tese apresentada em outubro de 2012.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Drº Luís Henrique Hermínio Cunha (UFCG/CH/PPGCS – Orientador)

---

Prof. Drº Breno Marques Bringel – (UERJ/IESP – Examinador Externo)

---

Prof. Drº Luís Antônio Barone (FCT/ UNESP – Examinador Externo)

---

Prof. Drª Elisabeth Christina Lima (UFCG/CH/PPGCS – Examinadora interna)

---

Prof. Drª Ramonildes Gomes (UFCG – Examinadora Interna)

## DEDICATÓRIA

Ao longo deste trabalho me vi, muitas vezes, questionada, provocada pelo debate de gênero e por minha luta com as companheiras do MST, do NEIM, com as companheiras partidárias, do núcleo de companheiras da marcha mundial das mulheres, das companheiras de religiões de matriz africana, das irmãs indígenas, das quilombolas, das companheiras do movimento CETA, das pescadoras, das marisqueiras com quem compartilhei tantos anos de luta e conquistas. Tive que fazer um esforço pessoal para não migrar automaticamente a problemática e focalizar os aspectos de gênero. Preciso externar às companheiras essa tensão. Muito obrigada a todas vocês pelo apoio.

Lembrei-me do nosso primeiro acampamento das trabalhadoras rurais em 2001, fruto da necessidade de compartilhamento das nossas lutas de anos, experiências vivenciadas muitas vezes na singularidade das nossas organizações. Nosso acampamento foi naquele momento um espaço fundamental de encontro dessas trajetórias singulares, de reflexão, mobilização e formação. Nesse espaço fizemos convergir lutas, que à primeira vista, podiam parecer tão diferentes. Fundamentalmente nos irmanamos para lutarmos pela liberdade das mulheres, pela superação do machismo, enfim, pelo fim das desigualdades de gênero na sociedade.

Luta que fazemos diariamente no interior das nossas organizações e na sociedade de diferentes modos. Lá se vão doze anos de solidariedade, de combate, de construção de outro senso estético para nossas vidas. Um belo que não escraviza e que não assume forma de tortura moderna. Os conflitos que surgiram, plasmaram-se como exercício de respeito às nossas diferenças, de superação das incertezas que surgem no caminho, e não como elementos desagregadores. Uma bela lição da nossa capacidade de cooperação, formulação e transformação das nossas subjetividades e dos nossos contextos.

O desafio de introduzir a pauta sobre as desigualdades de gênero no interior de nossas organizações, o debate de enfrentamento de violências contra as mulheres, pela descriminalização do aborto, enfrentamento da lesbofobia, do direito de decidir sobre nossos corpos e nossas vidas, enfim superarmos cotidianamente o pilar machista e patriarcal que estruturaram por tanto tempo as relações de homens e mulheres. Avançarmos companheiras! Mas estamos de acordo que só estamos começando, haverá muitas lutas e desafios a vencer.

Durante essa tese, ao analisar a luta do MST por representação política, deparei-me com a sub-representação das mulheres. Nenhuma novidade! Mas estou absolutamente motivada para o debate e para luta no interior do MST e na sociedade, para que nossa participação, construída de sol a sol, não se invisibilize ou apareça apenas como apoio, e que não seja apenas para condução de companheiros aos espaços de poder, mas que as mulheres efetivamente acessem e ocupem esses espaços em igualdade com os homens. Assim dedico esta tese àquelas que não estão com seus nomes publicizados, mas que forjam indubitavelmente essa luta. A todas as minhas companheiras de luta. Mulheres guerreiras que se colocam para o desafio da vida. Abaixo o machismo, por novas relações de gênero no mundo!

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Olorum pela proteção e por sua benção diária.

A Paulo Barros e a nossa família de Angola que, com sua força ancestral, nos motivam para a disciplina diária, para o enfrentamento dos desafios e para amor a vida. e, em meio ao pensamento e à racionalidade científica, desafiam-me para outras racionalidades. Estas cheias de mistérios experimentados, que nos orientam numa intuição de viver. Existência que por mais perguntar e responder não se sacia, cuja força nuclear é a inquietação desse processo. Sim, posso transcender. Mudanças! Insatisfeita, mudarei para algum lugar nunca antes visitado por mim, impelida pela curiosidade de ver o que meus olhos ávidos pelo novo nunca enxergaram. O desafio de não me deixar paralisar mentalmente e com o pensamento reflexivo conferir a força norteadora da minha ação concreta.

Agradeço ao MST, que me estimula à pergunta e ao desafio do descentramento da verdade apressada. A busca pela compreensão dos imperativos da sua existência que nos instigam e encantam, embalados pela canção do fazer junto, nos transformando para uma realidade que urge por superação das desigualdades sociais. A todos os companheiros e companheiras que, de alguma forma, direta ou indiretamente, me ajudaram nesta caminhada. Obrigada pelo apoio solidário a meu amigo Adilson Simões, sua dedicação e atenção com o próximo são um exemplo de um lutador atento às pessoas. A Jonas Martins, que por inúmeras vezes me acompanhou nas viagens aos assentamentos nas diversas regiões. Sobremaneira agradecer às mulheres dessa organização que me inspiram diariamente; muito obrigada a Elizabeth Rocha, que fez grandes mudanças em sua vida ao assumir a coordenação da Secretaria Estadual do MST-BA, função anteriormente desempenhada por mim, assim como as companheiras Adenilson Monteiro e Rosa Maria. A Vera Lúcia que, com seu exemplo de garra, supera seus próprios limites a cada tarefa. A Catarina Rocha que não mediu esforços para me ajudar no lançamento dos questionários e conferência dos dados.

Nessa trajetória, constituímos-nos numa grande equipe. Obrigada a Ruy Gaspar e a Marley, pela construção do programa para sistematização dos questionários. A Joatan Xavier e Leandro Max pelo apoio nas transcrições das entrevistas. Agradeço também aos entrevistados, que pacientemente se prontificaram a ficar horas relembrando os fatos em suas narrativas. Nesse sentido, meu muito obrigada a Márcio Mattos, Weldes Valeriano, Marcelino Galo, Ednéia, José Luis de Jesus Serra, Valmir Assunção, Vera Lúcia, Elizabeth Rocha, Osvaldo Silveira Rocha, Ivan Alex, Renata Rossi, João Do Ouro, Antônio Pestana, Sandra Serqueira, Alfredo, Oronildo Costa(Evanildo), João Pedro Stédile. João Paulo Rodrigues enfim, a todos assentados, especialmente do assentamento Luís Inácio que entrevistei. A Adriana Telles pelas leituras, no sentido de melhorarmos a coerência do texto e formatações.

Meu carinho a Gisela Cavalcanti, uma companheira extraordinária, sempre atenciosa e solícita – seu apoio foi fundamental para a conclusão deste trabalho. Ao paciente amigo Benedito de Sou-

za, por seu carinho e atenção. Aos que cederam documentos de suas posses, como Zena Figueiredo e Elias Jacob. A Célia Alldridge, por seu apoio, incentivo e por ter gentilmente revisado a tradução em inglês do resumo deste trabalho. Agradeço imensamente apoio da companheira Valdéria Verdiano que com sua disposição e eficiência deu-me o suporte nas verificações dos dados e conferência das informações. Agradeço igualmente ao suporte da Valdirene Jesus, Maricarla Almeida, Rita Rosário e Cléia Borges, Mara Ribeiro. A Sandra Brandão e Rivalda Alves, por seu trabalho valioso, muito obrigada.

Meu carinho e amizade a Bruna Sobral que, num gesto de doação, se fez muitas vezes a escuta reflexiva para minhas dúvidas e angústias durante a construção deste trabalho. Obrigada por sua companhia. Não tenhamos dúvida, nossa dor é compartilhada, não há como se aquietar diante de tantas desigualdades sociais, intolerância e preconceito no mundo. Felizmente somos muitos inquietos e esperançosos de que é possível mudar esse estado de coisas. Igualmente ao amigo Francis Bezerra, agradeço seu apoio e companhia que garantiram o sono tranquilo para os bons pensamentos da manhã seguinte. A sua sensibilidade para a vida nos inspiram à crítica matinal, necessária ao faz e refaz implicados nesta tese.

Agradeço enormemente a Carla Dantas – sua amizade, alegria e leveza fizeram-me repensar posturas que extrapolam o contexto deste trabalho e me apoiam na experiência de viver a vida. Sua ponte me levou a grandes encontros com especiais amigos; a Elson Carvalho, exemplo de “desobediência civil”, que compartilha comigo o entendimento que a ordem capitalista já não arruma o mundo, aliás, nunca arrumou e que é preciso construir outra referência. A Ciomara – com certeza uma mulher à frente do seu tempo, sua perspicácia ao enxergar o ser humano mudaria muitos paradigmas da psicologia moderna. A todos vocês meus queridos amigos, obrigada.

Aos colegas e amigos de turma: Fernanda Leal, Edjane Silva, Fagundes Paiva, Josilene Nascimento, Genison Evangelista, Almira Medeiros, que compartilharam comigo os debates e reflexões em sala de aula, sem dúvida, enriquecedores do nosso processo de formação junto a este programa. Ao camarada Doutor Roberto Miranda, pelas dicas no caminho.

Finalmente, aos queridos(as) professores(as), os(as) quais orientaram esta trajetória com seus bons e pertinentes conselhos. Meu carinho a Marilda Menezes, Edgar Malagodi, Lemuel Guerra, Roberto Veras, Ramonildes Gomes, Elizabeth Lima, Gonzalo Rojas, Márcio Caniello, Mércia Batista e Magnólia Gibson. Agradeço a Rinaldo Rodrigues que demonstrou, ao longo desses anos, muito profissionalismo e dedicação aos alunos deste programa. Agradeço especialmente ao meu orientador, Luís Henrique Cunha, que me guiou neste trabalho, presença imprescindível para enfrentar os desafios no caminho de construção desta tese; sem dúvida, seu olhar amigo, atento aos meus contextos, foi decisivo para a conclusão desta etapa. São referências o seu rigor reflexivo das questões de pesquisa, a cobrança necessária e a atenção aos limites pessoais, aprendizados que levarei para toda minha vida acadêmica e pessoal.

A minha família, que acompanhou e torceu pelo meu sucesso. A alegria de tê-los em minha vida é fundamental para dar sentido à minha existência. As dificuldades superadas juntos nos ensinam



o valor da solidariedade, amizade e tolerância com o outro. Obrigada pai, o senhor venceu mais uma vez. A senhora dona Maria do Carmo, minha inspiração de luta, disciplina e amor, obrigada para sempre. Meus queridos irmãos, Jamaica, Josiane, Jovenilton e Flavia, cujas vidas são tão cheias de percalços e desafios, exigindo de vocês, a cada instante, muita disposição de superação e força. A todos vocês meu amor eterno.

Agradeço finalmente a um dos maiores incentivadores neste processo. Obrigada Valmir! Sua cumplicidade e dedicação, com as quais encarou essa etapa na minha vida definem sua sensibilidade como pessoa, seu carinho de amigo e seu amor de namorado. Obrigada por todas as conversas, pela palavra sincera e o compartilhar das incertezas que surgiram ao longo desta trajetória.

## HOMENAGEM

*a força que nos faz seguir em frente  
em situações limites advém dos grandes mistérios que nos habitam*

Gostaria de homenagear aos familiares dos companheiros que foram vitimados fatalmente no acidente em 21 de maio de 2011, companheiros e companheiras que dedicaram suas vidas a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras sem terra. A morte dos companheiros Antônio Araújo Filho, Leonardo Araújo dos Santos, Joares Araújo (Charles Brow) e a professora Jamille Casa nos arrebatou de tristeza. Minha homenagem póstuma a todos eles que, durante suas vidas, nos presentearam com suas especiais presenças, com suas críticas oportunas, com a doação de si para a causa popular e pelo compartilhamento de momentos inesquecíveis. Naquela ocasião do acidente, Antônio Araújo, um pai que sofrera a perda da sua filha (Bruna Araújo), estava justamente se deslocando para a missa de um ano, fatalidade...! A dor no peito já instalada pela saudade da pequena Bruna, mais uma vez afogou o coração daqueles que os amavam.

A força veio pela certeza de que, em vida, o desejo deles seria que continuássemos perseverantes na luta. Companheiros eternizados em nossa lembrança, por suas singulares trajetórias, especiais vidas, cada uma delas, insubstituíveis em nossos corações!!!

Minha homenagem a todos os familiares, em nome de Djacira Oliveira de Araújo que é essa grande companheira que construiu, junto com outros tantos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A você, Djacira, minha admiração, seu exemplo de força é para mim a mística viva, síntese de esperança que, apesar dos duros golpes na vida, nos ensina o que é realmente, como diz a canção, seguir tocando em frente.

## RESUMO

Esta tese analisa a experiência do MST na Bahia entre 1987 – 2011, no processo de construção da participação dos seus membros, nos espaços de representação política institucional (executivo e legislativo) e sua contribuição ao processo de democratização da “ampla política”. Através do diálogo com a Sociologia Política, Antropologia Política e Ciência Política, focaliza-se o debate sobre democracia, entendendo-a como processo, portanto, como *democratização*; enquanto a representação política é percebida como *relacionamento entre diferentes pessoas, grupos diversos e é igualmente um processo não concluso*, a política é compreendida como resultante da *práxis humana*. Buscou-se, nesta tese, distanciar-se das leituras monolíticas, dualistas e segregacionistas da realidade social. Os eventos pretéritos apreendidos, captados através das narrativas dos sujeitos envolvidos nesta experiência, constituem-se um rico material de consulta e é uma contribuição singular na construção desta tese. Sem essas narrativas seria muito difícil compreender como o MST/BA conseguiu conciliar, nas figuras atuais, diferentes estratégias, como a atuação em redes internacionalistas, entre outras, e a entrada no campo político instituído, sem abrir mão do seu ideário por transformações estruturais. Os dilemas, as contradições, as tensões, os conflitos, as ambiguidades e os aprendizados decorrentes dessa experiência integram um quadro amplo, apresentado ao longo da tese, ao lado dos principais fenômenos e dinâmicas, como por exemplo: a) a conciliação das ações diretas e a participação do MST-Ba no fluxo das relações próprias ao campo político instituído; b) explicitam-se as particularidades das relações do MST-Ba e o PT para disputas eleitorais, c) adentra-se nas especificidades dos conflitos e divergências implicados com a decisão do MST-Ba em participar do processo eleitoral; d) sublinham-se as estratégias de estruturação das campanhas eleitorais e as motivações dos assentados para apoiarem ou recusarem o apoio às candidaturas oriundas do MST-Ba; e) focaliza-se um conjunto de agendas que expressam as estratégias dos representantes oriundos do MST que atuam nos espaços instituídos para resguardarem seus vínculos com o movimento. Esta tese se posiciona ao lado daquelas que defendem e veem a participação dos movimentos sociais como fomentadores de uma democracia participativa e busca problematizar o espaço do regime democrático representativo, visando ampliá-lo e transformá-lo numa perspectiva efetivamente democrática.

**Palavras-chave:** Democratização. MST. Participação Política. Conflitos. Disputas Eleitorais. Aprendizados Coletivos.

## ABSTRACT

This thesis analyses the MST's experiences in [the state of] Bahia between 1987 and 2011 in the process of construction of its members' participation, within institutional – executive and legislative – political representation spaces, and in the contribution given to the democratization of politics at the institutional and civil society level. In dialogue with political sociology, political anthropology and political science, this thesis focuses on: the debate around democracy, understood as a process, and, therefore, as *democratization*; political representation, perceived as the *relationship between different people, diverse groups and as a non-concluded process*; and politics, understood as the result of *human praxis*. It also seeks to maintain a distance from monolithic, dualistic and segregationist analysis of social reality. Past events, captured through the narratives of subjects involved in this experience, are rich material for consultation and a unique contribution of this thesis. Without these narratives, it would be very difficult to understand how the MST/Bahia in its actual configuration has been able to conciliate different strategies – such as active participation in internationalist networks, among others – with entry into the established political field, without giving up its ideology of structural transformations. The dilemmas, contradictions, tensions, conflicts, ambiguities and lessons learnt from this experience are part of a broad framework, presented throughout this thesis, along with principal phenomena and processes, such as a) the conciliation of direct actions with the MST/Bahia's participation in the flux of relations characteristic to the established political field; b) the elements that distinguish the relationships between the MST/Bahia and the PT [Workers Party] as related to electoral disputes; c) the specificities of the conflicts and divergences resulting from the MST/Bahia's decision to take part in the electoral process; d) the electoral campaign construction strategies and the motivations behind the support or rejection of candidates originating from the MST/Bahia on the part of MST "members" [who live in rural communities and camps]; e) the set of agendas that demonstrate the strategies used by representatives originating from the MST who actively participate in established spaces to protect their links with the movement. This thesis positions itself alongside those who defend and perceive social movements and their participation as promoters of participative democracy, and who seek to problematize the representative democracy, with the aim of transforming it into a space that is truly democratic.

**Key Words:** Democratization. MST. Political Participation. Conflicts. Electoral Disputes.

Collective Learning.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Bandeiras do MST contra o sol .....	54
Figura 2: Conjunto de imagens A .....	88
Figura 3: Representação do fluxo de expansão do MST-BA .....	112
Figura 4: Conjunto de imagens B .....	121
Figura 5: Conjunto de imagens C .....	147
Figura 6 Conjunto de imagens D .....	176
Figura 7: Conjunto de imagens E .....	218
Figura 8: Lucinha com boné do MST, no plenário da Assembleia Legislativa, na sessão especial por ocasião do dia do trabalhador rural, julho de 2009 .....	239
Figura 9: Lucinha amamentando Marisa, no ato de posse .....	242
Figura 10: Fala Valmir – Capa .....	300
Figura 11: Fala Valmir – Editorial .....	301
Figura 12: Fala Valmir – Sobre Código Florestal .....	302
Figura 13: Fala Valmir – Posse de Lucinha .....	303
Figura 14: Entrevista Revista Raça - Capa .....	304
Figura 15: Entrevista Revista Raça – A .....	305
Figura 16: Entrevista Revista Raça – B .....	306
Figura 17: Entrevista Revista Raça – C .....	307
Figura 18: Entrevista Revista Muito – Capa .....	308
Figura 19: Entrevista Revista Muito – A .....	309
Figura 20: Entrevista Revista Muito – B .....	310

## LISTA DE TABELAS

Tabela A: Expansão das regionais (1997-2006) .....	111
Tabela B: Assentamentos criados entre 1987 – 1996 na Bahia – INCRA .....	113
Tabela C: Famílias assentadas (1987-1996) – MST .....	113
Tabela D: Incremento de assentamentos .....	113
Tabela E: Incremento dos acampamentos .....	114
Tabela F: Organização de cursos e mobilizações .....	115
Tabela G: Universo de projetos de assentamentos na Bahia/família – INCRA .....	116
Tabela H: Do total dos assentamentos e acampamentos/família – MST-Ba .....	116
Tabela I: Regional/Assentamento/acampamento/família/do MST na Bahia .....	117
Tabela J: Contrários e favoráveis ao MST ter candidatos nas eleições .....	152
Tabela K: Percentuais das justificativas (sim) .....	153
Tabela L: Percentuais das justificativas (não) .....	153
Tabela M: Quantidade de deputados federais por partido/coligação eleições 2010 na Bahia .....	190
Tabela N: Município sede/MST – votação Valmir Assunção, 2010 .....	193
Tabela O: percentual entre os entrevistados que acham importante participar das eleições .....	206
Tabela P: Municípios do Extremo Sul da Bahia - Dados sobre população rural x urbana .....	286

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Perfil dos entrevistados segundo o sexo .....	51
Quadro 2: Perfil dos entrevistados segundo a função no MST .....	51
Quadro 3: Perfil dos entrevistados segundo o tempo de permanência no MST .....	52
Quadro 4: Perfil dos entrevistados segundo a escolaridade .....	52
Quadro 5: Os sentidos da democracia para militantes e assentados do MST .....	70
Quadro 6: Membros dos articuladores políticos candidatos nas eleições 2012 .....	105
Quadro 7: Instâncias na Bahia .....	106
Quadro 8: Coordenações .....	106
Quadro 9: Espaços deliberativos amplos .....	106
Quadro 10: Setores/coletivos .....	106
Quadro 11: Lista de assentados candidatos em 2012 .....	117
Quadro 12: Cargos executivos assumidos pelas lideranças do MST (1995 a 2011) .....	118
Quadro 13: Sentido - ocupar espaços políticos .....	153
Quadro 14: Sentido - fortalecer a luta (reforma agrária) .....	154
Quadro 15: Sentido – transformação – mudança .....	154
Quadro 16: Sentido - formação política e defender o debate da reforma agrária .....	154
Quadro 17: Sentido atribuído – desconfiança .....	155
Quadro 18: Militante do MST no quadro de direção do PT Período de 1995 – 2010 .....	156
Quadro 19: Quantidade de vagas por partido/coligação eleições 2010 na Bahia .....	190
Quadro 20: Resumo das funções assumidas ao longo da trajetória de Valmir Assunção .....	195
Quadro 21: Trajetória de Vera Lúcia .....	240
Quadro 22: Eleições Municipais – 1988 .....	280
Quadro 23: Eleições Majoritárias – 1994 .....	280
Quadro 24: Eleições Municipais – 1996 .....	280
Quadro 25: Eleições Majoritárias – 1998 .....	280
Quadro 26: Eleições Municipais – 2000 .....	280

Quadro 27: Eleições Majoritárias – 2002 .....	281
Quadro 28: Eleições Municipais – 2004 .....	281
Quadro 29: Eleições Majoritárias – 2006 .....	281
Quadro 30: Eleições Municipais – 2008 .....	282
Quadro 31: Eleições Majoritárias – 2010 .....	282
Quadro 32: Síntese – Candidaturas MST .....	283
Quadro 33: Atuais prefeitos do Extremo Sul – 2008-2012 .....	283
Quadro 34: Relação de assentados ligados ao MST-Ba candida- tos em 2012 .....	284
Quadro 35: Presidentes do PT no município de Itamaraju – Região Extremo Sul .....	284



## LISTA DE BOXES

Box 1: Proposta sobre o papel do Estado para o MST .....	128
Box 2: Síntese da trajetória de Valmir Assunção .....	196
Box 3: Sem terra comemoram título de posse .....	223
Box 4: Pronunciamento Valmir sobre Código Florestal .....	230
Box 5: Pronunciamento do deputado Valmir Assunção sobre o PDC 234/11, "CURA GAY", 14 de março de 2012 .....	231
Box 6: Crítica de Valmir ao governo .....	233
Box 7: Defesa de religiões de matriz africana .....	235
Box 8: Valmir defende cota para negros .....	235
Box 9: Trajetória de Vera Lúcia .....	239
Box 10: Contexto do eucalipto .....	287
Box 11: Sobre a ocupação da fazenda Cutrale .....	290
Box 12: Sobre a ocupação do MST-Ba a SEAGRI na Bahia .....	291
Box 13: Reforma administrativa de Wagner e criação de secretaria para mulheres .....	292
Box 14: Dobradinha com Valmir Assunção - Eleições de 2010 ...	293
Box 15: Carta do Fórum Nacional de Reforma Agrária em apoio a Dilma Rousseff .....	294
Box 16: Carta de saída dos militantes .....	296

## LISTA DE SIGLAS

AE	Articulação de Esquerda
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CCA-BA	Cooperativa Central dos Assentamentos da Bahia
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEPAL	Comissão Econômica da América Latina
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CETA	Coordenação Estadual dos Trabalhadores Acampados e Assentados
CH	Centro de Humanidades
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COOPRAREGI	Cooperativa Regional de Reforma Agrária do Extremo Sul da Bahia
COOPRASUL	Cooperativa de Produção Agropecuária Construindo o Sul
COPRASBA	Cooperativa de Reforma Agrária dos Assentados do Sul da Bahia
CPA	Cooperativa de Produção Agropecuária
CPA	Cooperativas de Produção Agropecuária
CPS	Cooperativa de Prestação de Serviços
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores.
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPS	Esquerda Popular Socialista
FAO	Food And Agriculture e Organization
FETAG	Federação dos Trabalhadores da Agricultura
FETAG	Federações dos Trabalhadores na Agricultura
GEOGRAFAR	Grupo de Estudos Geográficos da Agricultura Familiar e Assentamentos Rurais
GERA	Gerência de Execução da Reforma Agrária
GPAF	Grupo de Pesquisa em Agricultura Familiar
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MCST	Movimento dos Carentes Sem Terra
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MIRAD	Ministério Extraordinário da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Rural
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MLT	Movimento de Luta pela Terra
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
NEIM	Núcleo Interdisciplinar de Estudos Sobre a Mulher
NF	Núcleo de Família
OLC	Organização de Luta no Campo
ONG	Organização Não Governamental

OTL	Organização, Terra e Luta
PA	Projeto de Assentamento
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PIN	Plano de Integração Nacional
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
Polo Nordeste	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PPGCS	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
PRA	Plano de Recuperação do Assentamento
PROCERA	Programa Especial de crédito de Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRRA	Plano Regional de Reforma Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Polo de Unidade Camponesa
RB	Relação de Beneficiários
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAGRI	Secretaria Estadual da Agricultura
SERAC	Secretaria Extraordinária de Reforma Agrária e Cooperativismo
SERAI	Secretaria da Reforma Agrária, Recursos Hídricos e Irrigação
SIPRA	Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária
SUPRA	Superintendência de Reforma Agrária
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SPM	Secretaria de Políticas para Mulheres
UDR	União Democrática Ruralista
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFES	Universidade Federal do Espírito Santos
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNEB	Universidade Estadual da Bahia

**GLOSSÁRIO AUXILIAR COM AS PESSOAS MENCIONADAS  
AO LONGO DA TESE**

NOME	PERFIL SÍNTESE
1 Adão Pretto	Nasceu em Redentora em 18 de dezembro de 1945 - Porto Alegre e faleceu em 5 de fevereiro de 2009. Foi agricultor e político brasileiro ligado às questões camponesas, tendo iniciado sua trajetória política no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miraguaí, participou das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), instituições ligadas à Igreja Católica, além de ser um dos fundadores do Movimento dos trabalhadores rurais sem terra no Rio Grande do Sul No ano de 1980 filiou-se ao PDT e em 1985, migrou para o PT, sendo eleito deputado em seis ocasiões consecutivas: como deputado estadual constituinte no ano de 1986, como um dos primeiros deputados do PT gaúcho. No ano de 1990 foi eleito como deputado federal revisor, e reeleito como deputado federal nos anos de 1994, 1998, 2002 e 2006. O deputado era presidente da Comissão de Legislação Participativa e foi um dos membros brasileiros do Parlamento Latino-Americano.
2 Adelar João Pizetta	Integrante da coordenação pedagógica da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) e dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).
3 Ademar Bogo	Militante e coordenador nacional de formação do MST.
4 Aloizio Mercadante Oliva	Nasceu em Santos em 13 de maio de 1954 é economista e político brasileiro. Foi um dos fundadores do PT em fevereiro de 1980 e o vice-presidente do partido entre 1991 e 1999. Foi senador pelo estado de São Paulo entre 2003 e 2010. De 2011 a 2012 foi Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil, e, em 2012 tornou-se Ministro da Educação, devido à saída de Fernando Haddad para concorrer à Prefeitura de São Paulo.
5 Altemir Gregolim	Nasceu em Coronel Freitas em 20 de abril de 1964. Veterinário e político brasileiro, exerceu o cargo de ministro da Pesca e Aquicultura entre 3 de abril de 2006 até o dia 31 de dezembro de 2010, final do Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É integrante do Partido dos Trabalhadores (PT) desde 1985. É veterinário com especialização em administração rural, com mestrado em desenvolvimento, agricultura e sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).
6 Angélica Fernandes	Direção Nacional da EPS. Na época do depoimento, era técnica da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República e até agosto de 2012 integrava a equipe da Senadora Marta Suplicy.
7 Antônio Marques de Oliveira	Assentado no assentamento Lulão.
8 Antônio Pestana de Lima	Assentado no assentamento Lulão.
9 Aquilys Jesus dos Santos (Siquara)	Atualmente (2012) candidato a vereador em Barreiras, ex-direção estadual do MST, ex-articulador regional do MST da região oeste da Bahia.
10 Aroldo Gonçalves de Assis	Assentado no assentamento Lulão.
11 Benedito (Nay)	Assentado no assentamento Terra à Vista.

12 Dalvadisio Santos Lima	Candidato a prefeito de Itamaraju pelo PT, apoiador do MST. Ex-presidente do PSB em Itamaraju.
13 Darci Chiarello	Direção Estadual do MST-Ba em 1995. Direção Estadual do MST no ano de 1996. Desligou-se do Movimento em 1998.
14 Deputada Federal - Iriny Nicolau Corres Lopes	Nasceu em Lavras (MG) em 12 de fevereiro. Filha de pai grego (Nicolas Georges Korres) e mãe brasileira (Wanda Vitorino Corres) integra, desde a fundação do partido, o Diretório Nacional do PT e foi, em três oportunidades, presidente estadual do partido, além de ter sido a coordenadora estadual de duas campanhas de Lula à Presidência do Brasil. Foi eleita deputada federal em 2002, e foi reeleita em 2006 e 2010. No início de 2011, foi convidada pela presidenta Dilma Rousseff para assumir a Secretaria de Políticas para as Mulheres, permaneceu como ministra da SPM até fevereiro de 2012, quando retornou para seu mandato na Câmara dos Deputados.
15 Deputada Federal Luci Choinacki (Luci Teresinha Choinacki)	Nasceu em Descanso em 17 de março de 1954; é agricultora e política brasileira. Foi eleita deputada à Assembleia Legislativa de Santa Catarina em 1987 e 1991. Foi eleita deputada federal em 1991, 1999, 2003 e 2010. Atualmente é membro titular da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Filiada ao Partido dos Trabalhadores desde 1982
16 Deputado Federal Marcon (Dionilso Marcon)	Filho de pequeno agricultor, forjou sua militância no STR, na pastoral da Juventude da Igreja Católica em Ronda Alta, Diocese de Passo Fundo. Dirigente Nacional do MST. É assentado desde 1994 em Nova Santa Rita. Elegeu-se deputado estadual em 1998 e se reelegeu por dois mandatos. Em 2010 foi eleito deputado federal.
17 Djacira Maria de Oliveira Araújo	Ex-direção estadual do MST na Bahia, a partir de 2012 exerce cargo de coordenadora da Escola Florestan Fernandes.
18 Dorcelina de Oliveira Folador	Nasceu em 27 de julho de 1963, em Guaporema/PR. Chegou a Mundo Novo em 1976 com onze anos de idade. Iniciou sua atuação na Pastoral da Juventude no ano de 1980. Em 1987, ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores, candidatando-se no ano de 88 a vereadora. Professora, poeta, artista plástica, em 1989 começou a contribuir no MST, chegando à direção estadual do Movimento e atuando como repórter popular do Jornal dos Sem Terra. Ajudou a fundar também a Associação Mundonovense dos Portadores de Deficiência Física (A.M.P.D.F.). Depois de novamente candidata a vereadora em 92 e a Deputada Estadual em 95, Seu mandato foi interrompido em 30/10/99 às 23h00, quando foi assassinada na varanda de sua casa.
19 Edilson Souza Alves (Pastor Edilson)	Candidato a vereador em Riachão das Neves.
20 Edvaldo Monteiro	Assentado no assentamento Lulão.
21 Elias Jacob Matar Neto	Ex-direção estadual do MST, atualmente (2012) coordena Escritório do INCRA da Regional Sul, sediado em Itabuna.
22 Eliene Nobre Vinhas de Souza	Assentada no assentamento Lulão.
23 Elizabeth Rocha	Representante do MST-Ba na direção nacional.
24 Felipe Campelo	Militante do MST e atualmente (2012) coordena a unidade do INCRA na região sudoeste.
25 Francisco Elizete Gonçalves (Chico do MST)	Candidato a vereador em Cafarnaum.

26 Frei Dilson Batista Santiago	Foi prefeito três vezes da cidade baiana de Itamaraju e eleito deputado estadual no ano de 1994.
27 Fulgêncio Novaes	Direção Estadual do MST na Bahia. Disputou as prévias para candidatar-se a prefeito do município de Itagibá, região Sul da Bahia.
28 Gerinaldo Ferreira da Silva	Candidato a vereador em Serrinha.
29 Geronimo Pereira dos Santos (Geronimo)	Militante do MST e candidato a vereador no município de Wagner – Chapada Diamantina.
30 Gilnei Pereira dos Santos (Gilnei da Bela Vista)	Militante do MST e candidato a vereador no município de Itamaraju – Extremo Sul.
31 Hélia Santos de Souza (Dona Hélia)	Assentada do assentamento Terra à Vista, ligado ao MST e candidata a vereadora em Arataca.
32 Ivan Alex Lima	Militante do PT, coordenador do mandato do deputado federal Valmir Assunção (BA) e membro do Diretório Estadual do PT da Bahia.
33 Jailzon Santos Sena – Cobra	Militante do MST e candidato a vereador em Juazeiro.
34 Jaime Amorin	Fundador do MST na Bahia. Direção Estadual do MST em Pernambuco atualmente (2012) membro do grupo de estudo do MST.
35 Jacques Wagner	Jacques Wagner, nasceu no Rio de Janeiro em 16 de março de 1951, é político brasileiro, atual governador da Bahia desde 1 de janeiro de 2007.
36 João Daniel	Militante do MST e Deputado Estadual em Sergipe, eleito em 2010.
37 João Durval Trabuco (Gidu)	Simpatizante do MST e militante do PT – candidato a prefeito do município de Boa Vista do Tupim-Ba
38 João Ferreira dos Santos	João do Ouro como é conhecido, nasceu em 04 de outubro de 1961. Militou ativamente no MST desde a fundação. Atualmente está assentado no assentamento Cruz do Ouro no município de Itamaraju no Extremo Sul da Bahia, mas afastado da militância e atuando na produção local do assentamento.
39 João Edegar Pretto	Filho do deputado Adão Pretto, iniciou sua militância em 1986, ajudando o PT na primeira campanha eleitoral, após o fim da ditadura militar. Em Viamão, onde estudou e mora, destacou-se como liderança estudantil. De 1990 a 1994, foi assessor na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. Em 1994, integrou a administração popular da cidade de Novo Barreiro, onde foi chefe de gabinete do prefeito, secretário da Fazenda e da Administração. Foi um dos coordenadores, na regional Palmeira, da eleição de Lula presidente e Olívio Dutra governador. Atuou como chefe de gabinete nos três mandatos do deputado Marcon.
40 João Guarda	Vereador em Boa Vista do Tupim, candidato à reeleição em 2012.
41 João Paulo Rodrigues	Militante em São Paulo e Dirigente Nacional do MST
42 João Pedro Stédile	Nasceu em Lagoa Vermelha - Rio Grande do Sul a 25 de dezembro de 1953 é economista e ativista social brasileiro. É membro da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do qual é também um dos fundadores e participa do Grupo de Estudos Nacional do Movimento.
43 Jorge de Jesus Rocha (Jorge Rocha)	Candidato a vereador em Alcobaça, assentado no assentamento 4045.
44 José Ailton Souza Ro-	Assentado no Assentamento Lulão

drigues	
45 José Alves	Assentado no Assentamento Lulão
46 José Iraiton Gonçalves	Um dos fundadores do MST na Bahia e um dos primeiros membros do Movimento a eleger-se vereador no município de Prado. Ex-direção estadual do MST da Bahia. Atualmente (2012) vice-prefeito do município de Prado.
47 Jose Luis de Jesus Serra	Ex-vereador Itaetê. Militante do MST, atualmente (2012) direção estadual da regional Norte.
48 José Rainha	Ex-direção Nacional do MST e atual liderança do movimento no Pontal do Paranapanema
49 Josival Francisco Borges (Nego)	Assentado no Nova Ipiranga, dirigente regional do MST e candidato a vereador no município de Camacan
50 Jovecino Alves de Souza	Assentado no Assentamento Lulão
51 Justiniano (Pio)	Militante do PT em Guaratinga, assentado em assentamento Cédula da Terra que não faz parte do MST.
52 Lídice da Mata e Sousa	Nasceu em Cachoeira em 12 de março de 1956 é senadora da República e presidente do Partido Socialista Brasileiro no Estado da Bahia. Foi eleita a primeira presidenta do Diretório Central dos Estudantes (DCE-UFBA, em 1980), primeira prefeita de Salvador (1992) e primeira senadora da Bahia (2010). Filha de Margarida da Mata e Souza e do sindicalista Aurelio Pereira e Souza, um comunista histórico, Lídice teve intensa participação nas lutas populares pela anistia e na campanha das Diretas Já.
53 Luiz Inácio Lula da Silva	Luiz Inácio Lula da Silva – nasceu em Cactés em 27 de outubro de 1945, mais conhecido como Lula, é político, ex-sindicalista, ex-metalúrgico e ex-presidente da República brasileiro. Foi o trigésimo quinto presidente da República Federativa do Brasil, cargo que exerceu de 1º de janeiro de 2003 a 1º de janeiro de 2011.
54 Maiara Alves	Ex-Militante da Articulação de Esquerda, atualmente (2012) da direção executiva estadual da EPS.
55 Marcelino Galo	É agrônomo, possui relações muito próximas com MST desde 1992, atuando como técnico em áreas de assentamento, foi com a ajuda do MST indicado a superintendente do INCRA na Bahia em 2006 e da Secretária da Pesca 2009. Sua candidatura a presidente do PT foi objeto de debate nos espaços de deliberação do MST, bem como sua candidatura a deputado estadual.
56 Márcio Mattos	Representante do MST-Ba na Direção Nacional do MST
57 Maria Dias Assunção	Militante do MST. Atualmente dirige a DIREC 12 de Teixeira de Freitas.
58 Maria Lúcia Ferreira dos Santos (Lúcia do PT)	Assentada do assentamento Rosa do Prado ligado ao MST e candidata a vereadora no município do Prado
59 Mauricio Xavier Costa (Lindão)	Candidato a vereador no município de Prado e militante do MST e assentado no assentamento Rosa do Prado
60 Mauro Lúcio da Costa Xavier (Jean)	Militante do MST. Articulador político da Chapada Diamantina, ex-direção estadual do MST e atualmente (2012) candidato a prefeito de Itaberaba.
61 Morival José de Souza (Mourival do MST)	Ex-dirigente regional do MST, atualmente (2012) candidato a vereador no município de Wagner.
62 Nalva Araujo	Fundadora do MST na Bahia. Atualmente leciona no campus da UNEB de Teixeira de Freitas e atuou no setor da educação do MST.
63 Noeci Santos	Militante do MST. Primeiro Vereador do MST na Regional Sudoeste - Vitoria da Conquista

64 Evanildo Loures Costa	Direção Estadual do MST-Ba, articulador político da Regional Extremo Sul.
65 Osvaldo Silveira Rocha (Valzão)	Ex-direção estadual do MST, vereador em Itamaraju por 4 mandatos, concorrendo pela quinta vez (2012). Assentado
66 <b>Otto</b> Roberto Mendonça de <b>Alencar</b> – vice-governador	Nasceu no município de Ruy Barbosa em 28 de agosto de 1947 é político, médico e ex-professor brasileiro, foi o 48º Governador do Estado da Bahia, da qual é o atual vice-governador.
67 Presidenta Dilma Rousseff	Dilma Vana Rousseff. Nasceu em Belo Horizonte em 14 de dezembro de 1947, é economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), e a atual presidente da República Federativa do Brasil (2011-2014). Durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu a chefia do Ministério de Minas e Energia, e posteriormente, da Casa Civil.
68 Priscila de Jesus dos Santos (Priscila)	Assentada do assentamento Primeiro de Abril ligado ao MST e candidata a vereadora no município de Prado.
69 Ranieri Gonçalves Botelho (Ranieri Botelho)	Militante do PT, assentado no assentamento Bela Vista e candidato a vereador no município de Itamaraju.
70 Renata Rossi	Compõe a Direção Nacional do PT e é Dirigente Nacional da Tendência Esquerda Popular e Socialista (EPS).
71 Rita do Rosário	Na época que prestou depoimento atuava como técnica da Coordenação de Povos e Comunidades Tradicionais da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza. Em 2012 trabalha como técnica da Secretaria de Políticas para Mulheres na Coordenação de Gestão e Planejamento.
72 Roberto Aviles Medina (Chileno)	Exilado chileno que incorporou-se ao MST a partir do ano de 2000.
73 Rondineli Arena Santana (Nelinho)	Candidato a vereador em Boa Vista do Tupim. Assentado no assentamento Beira Rio.
74 Rubineuza Leandro	Primeira candidata a prefeita do MST da Bahia, pelo município de Itamaraju. Militante do MST, iniciou a militância na Bahia em 1987. Desde 2011 coordena do setor de educação do MST em Pernambuco.
75 Sandra dos Santos Serqueira de Assis	Assentada no assentamento Lulão
76 Senador <b>Walter</b> de Freitas <b>Pinheiro</b>	Nasceu em Salvador a 25 de maio de 1959 é político brasileiro. Filiado ao Partido dos Trabalhadores da Bahia desde 1993, foi vereador de Salvador (1993—1996) e deputado federal (1997-2011). Foi eleito senador pela Bahia nas eleições de 2010, sendo o candidato mais votado do estado e primeiro senador do PT na Bahia. Líder do PT no Senado.
77 Valmir Assunção	Deputado Federal eleito em 2010 – oriundo do MST-Ba Ex- representante do MST-Ba na direção nacional do MST
78 Valtamor Caires de Souza	Assentado no assentamento Lulão
79 Valter Pomar	Valter Pomar é historiador formado pela Universidade de São Paulo, doutor em História Econômica e gráfico formado pelo Senai. Foi secretário de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo da Prefeitura de Campinas de 2001 a 2004. Integra a direção nacional do Partido dos Trabalhadores desde 1997.
80 Vera Lúcia Barbosa	Secretaria da Secretaria de políticas para mulheres em 2010 – Ex-representante do MST-Ba na direção nacional do MST
81 Wagner Querioz Oliveira	Militante do MST na regional norte.
82 Weldes Valeriano de Queiroz	Membro da direção estadual do MST-Ba atual candidato a vereador no município de Feira de Santana em 2012
83 Zélia Alves Freitas	Assentada do assentamento Lulão



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO I – EM BUSCA DE UMA INTERPRETAÇÃO MULTIDISCIPLINAR DA DEMOCRACIA E DA POLÍTICA ....</b>	<b>54</b>
<b>1 AS DISPUTAS NA CONSTRUÇÃO DAS NOÇÕES DE DEMOCRACIA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA .....</b>	<b>57</b>
1.1 DEMOCRACIA NA GRÉCIA – UMA LEITURA CONTRAVERTIDA .....	57
1.2 MUNDO MODERNO – DOS CONTRATUALISTAS À HEGEMONIA DA DEMOCRACIA LIBERAL .....	59
1.3 DEMOCRACIA NO SÉCULO XX – DA DESEJABILIDADE DA FORMA AO CONSENSO PARA FORMAÇÃO DE GOVERNOS .....	62
1.4 CONCEPÇÕES CONTRA-HEGEMÔNICAS – UMA RESPOSTA ALTERNATIVA À DEMOCRACIA .....	64
1.5 DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO SÉCULO XXI .....	65
<b>2 O DESAFIO DO MST-BA NA PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL E LUTA COTIDIANA POR UMA AGENDA DE TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS .....</b>	<b>69</b>
<b>3 TECENDO O DIÁLOGO PARA UMA PERSPECTIVA MULTIDISCIPLINAR .....</b>	<b>71</b>
<b>4 PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA CONTEMPORANEIDADE .....</b>	<b>76</b>
4.1 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA INTERPRETADA COMO <i>RELACIONAMENTO DIFERENCIADO</i> .....	79
4.2 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA INTERPRETADA COMO PROCESSO CIRCULAR .....	86
<b>CAPÍTULO II – AS AÇÕES DIRETAS E A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO MST NA BAHIA: DILEMAS, DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS .....</b>	<b>87</b>
<b>1 AS AÇÕES DIRETAS E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA CONSTRUÇÃO DO MST-BA (1987-1996) .....</b>	<b>91</b>
<b>2 LINHAS DE ATUAÇÃO, MÉTODOS ORGANIZATIVOS DO MST E O EXERCÍCIO DE DEMOCRATIZAÇÃO .....</b>	<b>101</b>
<b>3 A CONSOLIDAÇÃO DO MST NA BAHIA E A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA (1997-2011): “A CARA E CORAGEM DOS SEM TERRA NA BAHIA” .....</b>	<b>106</b>

<b>CAPÍTULO III – MST E PT: “IRMÃOS SIAMESES” OU ANTAGONISTAS POLÍTICOS? .....</b>	<b>119</b>
<b>1 MST E PT NA CONSTRUÇÃO COLETIVA DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA .....</b>	<b>121</b>
<b>2 SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO MST EM DIFERENTES ESPAÇOS .....</b>	<b>123</b>
<b>3 A FORMULAÇÃO DE UM PROJETO POPULAR PARA O BRASIL .....</b>	<b>125</b>
<b>4 ANALOGIAS ENTRE PROPOSTAS DO MST E DO PT .....</b>	<b>130</b>
<b>5 O MST NA BAHIA E SUA RELAÇÃO COM A ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA .....</b>	<b>136</b>
<b>6 MST E A NOVA TENDÊNCIA ESQUERDA POPULAR E SOCIALISTA – EPS .....</b>	<b>140</b>
<b>7 AS DIVERGÊNCIAS ENTRE MST E PT E A “PARALISIA” DA REFORMA AGRÁRIA .....</b>	<b>141</b>
<b>CAPÍTULO IV – A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO MST: TENSÕES, RUPTURAS, ACORDOS E LIÇÕES POLÍTICAS .....</b>	<b>145</b>
<b>1 A CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO MST: A CONTRIBUIÇÃO DOS FAVORÁVEIS E CONTRÁRIOS NA ELABORAÇÃO DOS SENTIDOS DA PARTICIPAÇÃO NO CAMPO POLÍTICO INSTITUÍDO .....</b>	<b>148</b>
<b>2 O CONFLITO E AS TENSÕES NA CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA .....</b>	<b>158</b>
<b>3 A COMPETIÇÃO INTERNA PELA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA EM NOME DO MST .....</b>	<b>171</b>
<b>4 O PAPEL DA “DÚVIDA POSITIVA” NA CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO MST .....</b>	<b>172</b>
<b>CAPÍTULO V – O MST-BA NAS ELEIÇÕES: DA MOBILIZAÇÃO DOS ASSENTADOS À ESTRUTURAÇÃO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS .....</b>	<b>174</b>
<b>1 A CONSTRUÇÃO DAS “IDEIAS FORÇAS” NO INTERIOR DO MST SOBRE AS ELEIÇÕES. ANTROPOLOGIA POLÍTICA E OS SENTIDOS DA “POLÍTICA” .....</b>	<b>179</b>
<b>2 AS ELEIÇÕES E A MOBILIZAÇÃO DOS MEMBROS DO MST .....</b>	<b>187</b>
<b>3 AS ESTRATÉGIAS NA BUSCA DOS VOTOS E A EXPERIÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DA CAMPANHA .....</b>	<b>192</b>
<b>3.1 A PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS APOIADORES DA CANDIDATURA À COORDENAÇÃO COLEGIA-</b>	

DA DA CAMPANHA .....	192
3.2 COMBINAÇÃO DE PAUTAS SOCIAIS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS – NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO CANDIDATO ORIUNDO DO MST E DA PLATAFORMA DA CAMPANHA .....	193
3.3 MARKETING E INSTRUMENTOS DE COMUNICAÇÃO (SLOGAN DE CAMPANHA; REDES SOCIAIS; CARTAZES, MÚSICAS, TEMPO DE TV) .....	196
4 OS APRENDIZADOS NA CONSTRUÇÃO DA CAMPANHA ELEITORAL: A MILITÂNCIA NA ORGANIZAÇÃO .....	200
5 O OLHAR DOS ASSENTADOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO ELEITORAL DO MST- E SUAS MOTIVAÇÕES PARA VOTAREM NOS CANDIDATOS ORIUNDOS DO MOVIMENTO .....	202
6 A PROMESSA COMO UM ACORDO TÁCITO .....	213
7 O RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA ALÉM DOS VOTOS NAS URNAS .....	214
CAPÍTULO VI – APRENDIZADOS E DESAFIOS NO ATO DE REPRESENTAR DOS MEMBROS DO MST-BA .....	216
1 A CONSTRUÇÃO DO MANDATO ESTADUAL E AS PRIMEIRAS MEDIAÇÕES DO REPRESENTANTE DOS SEM TERRA .....	219
1. 1 A ATUAÇÃO COMO SECRETÁRIO DE ESTADO E O ÊXITO ELEITORAL .....	223
1. 2 O PRIMEIRO ANO DE DEPUTADO FEDERAL: O DESAFIO DA CONSOLIDAÇÃO DOS LAÇOS .....	227
2 AS AÇÕES DE VERA LÚCIA E OS DESAFIOS DA CONSOLIDAÇÃO DOS LAÇOS COM O MST E OUTRAS FORÇAS POLÍTICAS .....	237
3 O EXERCÍCIO DO VÍNCULO ATRAVÉS DA COMBINAÇÃO DAS AÇÕES REPRESENTATIVAS E MILITANTES E O PAPEL ENQUANTO POLÍTICO MEDIADOR .....	246
4 DESAFIO PARA OS MEMBROS DO MST NAS DISPUTAS POLÍTICAS .....	251
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	253
REFERÊNCIAS .....	264
APÊNDICES .....	271
ANEXOS .....	284

## INTRODUÇÃO

A partir da década de 1980, um grande número de pesquisadores apontou os movimentos sociais como coautores do processo de redemocratização política do Brasil (MEDEIROS, 1994; TORRENS, 1994; NOVAES, 1998; FERRANTE, 1994; SAUER, 2001; MARTINS, 2004; GOHN, 2003). Buscaram-se, também, os elementos inovadores nas formas pelas quais esses movimentos passaram a se organizar e nos modos de fazer política, sugerindo-se que uma nova cultura política popular e de base estaria sendo gerada na América Latina. Na década de 1990, uma das ênfases desses estudos apontou a necessidade de se buscar os vestígios das formas *tradicionais* de fazer política nos novos movimentos sociais, bem como identificar os novos estilos de fazer política nos sindicatos, partidos e instituições governamentais (WARREN, 2005).

Esta tese reflete sobre os dilemas, desafios e contribuições dos movimentos sociais, para além daquele contexto de redemocratização, e concentra-se no prolongamento desse processo. Através de um diálogo com a Sociologia Política, Antropologia Política e a Ciência Política, analisa a experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Bahia em “conjuguar” as ações diretas como ocupações, as marchas, mobilizações no espaço da *ampla política* e a construção da representação política nas câmaras de vereadores, assembleia legislativa, congresso nacional, prefeituras e posições executivas, espaços associados ao *campo político* instituído (BRINGEL, 2008). As tensões, os acordos, os conflitos, os avanços e recuos, as ambiguidades e os aprendizados decorrentes dessa experiência são apresentados ao longo da tese.

A noção de representação política, associada à dinâmica de democratização, é tomada em termos processuais e entendida como *relacionamento* entre diferentes pessoas, grupos e instituições, um *processo político* que é estruturado nos termos da circularidade entre as instituições e outras esferas da sociedade e não confinado à deliberação e decisão na assembleia (URBINATI, 2006). A política é resultante da *práxis humana* e é importante distanciar-se das leituras monolíticas, dualistas e segregacionistas da realidade social.

A literatura sobre o MST tem enfatizado principalmente as ações “diretas” de mobilização, estas embora dependam de uma avaliação de fatores externos, estão no âmbito interno do MST decidir por sua realização ou não, como por exemplo (as ocupações de terra, as marchas, as ocupações de espaços públicos, as audiências públicas etc.) que voltadas para o as-

sentamento de famílias de trabalhadores sem terra e a garantia de recursos que atendam as demandas criadas para a consolidação das áreas reformadas. Trata-se igualmente das confrontações do MST com os espaços institucionalizados, a exemplo dos grandes proprietários de terras, partidos políticos, Estado, organismos financeiros e empresas transnacionais produtoras de pacotes tecnológicos para agricultura. São confrontações e articulações que, segundo essas análises, produzem, em certas circunstâncias conjunturais e históricas, a estruturação de agendas de debate nacional, a exemplo dos temas da reforma agrária, das campanhas contra as transnacionais praticantes dos monocultivos e produtoras de alimentos e sementes geneticamente modificados, a pauta da soberania alimentar, o debate sobre o limite da propriedade da terra e a problematização de um modelo de desenvolvimento da agricultura orientado pelo agronegócio são expressivos das várias temáticas debatidas e problematizadas pelo MST e pelas redes das quais faz parte (ALY, 2005; TORRES, 1994; FERRANTE, 1994; MEDEIROS, 1998, 2003; ZIMMERMANN, 1994).

Muitos trabalhos focam também os aspectos da organização social interna, sublinhando os processos de recriação dos métodos organizativos (REIS, 2008; GOMES, 2009; MIRANDA, 2006), das estratégias de formação política dos seus membros (SANTOS, E. 2008); da produção de metodologias de educação diferentes (CALDART, 2004; ARAÚJO, N 2000); de promoção da igualdade de gênero no interior do movimento (ARAÚJO, D, 2011), da estruturação de espaços de socialização política (REIS, 2008; SAUER, 2001); socialização que oportuniza experiências que reforçam o “espírito cívico” dessas pessoas que se motivam a lutar por seus direitos na esfera pública (SOUZA, 2004); construção de um novo cooperativismo no Brasil (PIRES, 2004; CARVALHO, 2002); da elaboração da memória da luta pela terra (SILVA, 2004).

Há ainda uma produção de caráter mais avaliativo, que visa quantificar e qualificar os efeitos e dinâmicas da política de assentamentos, destacando o MST como construtor de uma nova espacialidade através do processo de territorialização (MANÇANO, 1998; 2000; SANTOS, 2003; PRADO, 2002); a ampliação das ações desse movimento via articulação em redes nacionais e internacionais, a exemplo do Fórum Nacional de Reforma Agrária e a Via campestre (BRINGEL, 2008; WARREN, 2000); análises sobre a qualidade de vida nos assentamentos de reforma agrária e o impacto dos assentamentos para o meio rural brasileiro (IENO, e BAMAT, 1998; LEITE, 2004). Há trabalhos, finalmente, que fazem referência, como dito acima, à ação do MST, ligando-o aos processos políticos gerais de democratização no País (WARREN, 2005; BRINGEL 2006; GOHN 2003; 2010; VITULLLO, 2002, BARONE,

2011); explicitando as estratégias do movimento para garantir sua autonomia diante das suas relações com os governos (BRINGEL, 2006); ou os que defendem que o MST, ao contrário de contribuir, estaria na contramão do processo democratizante no Brasil, à medida que usurpa a voz dos trabalhadores sem terra (NAVARRO, 1998; 2002; MARTINS, 1997; 2000; 2011; BRENNEISEN, 2004). Há, porém, escasso número de trabalhos que se voltam para a análise específica da participação do MST no *campo político*, expressa pela entrada de membros oriundos do MST nas disputas por cargos no legislativo e executivo. Destacam-se os trabalhos sobre a representação política do movimento (OLIVEIRA, 2004); a segmentaridade do voto dos assentados (FARIA, 2005, 2011) e a participação dos assentados nas eleições municipais no Ceará (ALENCAR, 2005). Num momento em que se intensifica o processo de construção da representação política no MST, é importante que outros olhares sejam apresentados sobre essa dinâmica. Este trabalho soma-se aos poucos que abordam essa temática.

Ao se falar sobre as relações entre o MST e o campo político instituído, é recorrente um olhar cauteloso, alertando para os riscos de desmobilização, desradicalização das ações do movimento e do esvaziamento das suas reivindicações frente ao Estado. Ressaltam as ações diretas no âmbito da sociedade civil como mais salutares para a luta social. Sem desconsiderar essas preocupações, esta tese recusa uma visão dicotômica entre Estado e sociedade civil, recusa a visão que considera as ações no campo político instituído como deslegitimadoras do papel dos movimentos sociais, como terei a oportunidade de demonstrar ao longo do trabalho, a partir da análise de um conjunto de variáveis identificadas na experiência do MST na Bahia<sup>1</sup>, no âmbito das disputas por vagas no legislativo e executivo por militantes e lideranças do movimento. A realização das ações “diretas” nos períodos analisados por esse estudo, é um exemplo de que o movimento vem mantendo a regularidade quanto a realização dessas ações. Essa regularidade é demonstrada através de um quadro comparativo que construí com a finalidade de observar a realização das ocupações de terra, das mobilizações, dos cursos de formação e a participação solidária em redes com outros movimentos sociais<sup>2</sup>, a regularidade de um conjunto de agendas e reivindicações também são demonstradas através de outras variá-

---

<sup>1</sup> Construí um quadro para observar a realização de Marchas, ocupações de terra, mobilizações, atividades de formação nos dois períodos que demarquei para fazer um comparativo (o período 1987-1996 anterior a decisão do movimento à entrada no campo político e o outro período 1997-2011, posterior a decisão) adianto que identifiquei que a entrada no campo político não implicou num arrefecimento dessas ações, mesmo quando observamos os momentos de maior atividades no campo político como os períodos eleitorais por exemplo, verificase a manutenção dos calendário de “ações diretas” do MST. E quando ocorreu um refluxo nestas ações outras variáveis estiveram relacionadas como, por exemplo, a morosidade das políticas de desapropriação no Ministério Agrário, entre outros. Ver quadro anexo no capítulo II.

<sup>2</sup> O que não se constitui num axioma sobre as relações entre movimentos sociais e as relações destes com o campo político instituído. Sendo a cada vez necessário atentar para um conjunto de variáveis presentes em cada experiência particular, que demandam uma contextualização no tempo e no espaço.

veis apresentadas ao longo da tese. Defendo, portanto, que é preciso complexificar as reflexões sobre as relações entre as esferas da ação direta e da representação política, que muitas vezes são tidas, *a priori*, como contraditórias e inconciliáveis.

De um lado, há os que defendem o valor absoluto da democracia representativa como a forma viável diante de uma sociedade de massas, e que, diante da impossibilidade de todos estarem nas esferas de decisão pessoalmente, é preciso autorizar representantes para tomar as decisões consonantes aos interesses, opiniões e expectativas do povo. De outro, estão os que negam qualquer possibilidade de avanços com esse modelo e propõem uma ruptura, passando a operar efetivamente com o postulado da democracia direta, prescindindo da representação parlamentar. A primeira abordagem endossa uma visão da representação que combinou elitismo nas instituições políticas (o único local tanto da deliberação bem como do voto) e legitimação popular (localizada na votação através da eleição) (URBINATI, 2006). A segunda, tendo seus referenciais insurrecionais e da impossibilidade de haver democracia no sistema capitalista, vê como proposta plausível os processos revolucionários de ruptura. Numa direção contrária, compreendo essas dimensões em seus entrelaçamentos e nos fluxos das relações para construir as transformações sociais, políticas e econômicas no País.

Ação “direta” e participação nas eleições, para usar os termos usados entre os militantes do movimento, em referência a entrada no campo político, também é vista com muita cautela no MST. Trata-se de um dissenso que ganhou relevo em 1997, quando a Bahia decidiu, nas “instâncias da direção”, associar as suas “ações diretas” às estratégias de construção da representação política no campo político instituído, conferindo às relações que eram difusamente operadas nesse campo um lugar importante na estratégia de luta do movimento nesse estado. São emblemáticas as relações estabelecidas ao longo da existência do MST, nacionalmente, com diversos segmentos sociais, com vistas a combinar esforços para a construção de uma alternativa de poder à esquerda, e, sem dúvida, o diálogo com o PT se destaca ao se falar numa ação no campo político instituído, aspecto que detalho no terceiro capítulo.

Desde a fundação do PT e do MST, na década de 1980, essas relações têm sido problematizadas, no início pela demarcação da identidade e autonomia do MST em relação ao partido político, e depois na demarcação dos parâmetros que regulam suas relações, as quais de tempos em tempos são marcadas por momentos de muita tensão, resultando, do lado do MST, por exemplo, na edição em 2008 de uma resolução nacional com orientações à militância para não participar das eleições municipais. Embora esse documento não tenha sido direcionado exclusivamente ao PT, mas a todas as relações partidárias, ele teve, no alcance práti-

co, uma intensidade maior para as relações com o PT, dada as aproximações históricas. A resolução da direção nacional de 14 de março 2008 orienta:

A experiência histórica da classe trabalhadora, em nível internacional e no Brasil, revelou como é nefasta para a organização dos trabalhadores, quando alguma corrente ideológica transforma o movimento de massas em apenas correia de subordinação. Isso gera divisionismos, manipulação e todo tipo de oportunismo. As táticas de luta dos movimentos sociais, para obter conquistas sociais, melhorias de vida e acumularem política e ideologicamente, não podem se submeter apenas a táticas eleitorais, que são próprias da natureza dos partidos. Nosso movimento já experimentou diversas experiências negativas de companheiros/as que se utilizaram do movimento para se eleger, e depois abandonaram os compromissos com a classe trabalhadora. 'Diante desse quadro, tomamos a seguinte deliberação nacional sobre a participação com candidaturas: a) Nosso movimento **não deve colocar suas energias, sua militância, sua referência** e os poucos recursos econômicos, na disputa eleitoral municipal. b) **Nenhum dirigente do movimento, em qualquer nível deve ser candidato**. E no caso de algum militante ter vocação eleitoral e quiser disputar as eleições, que é um direito legítimo, deve fazê-lo de forma pessoal e retirar-se da instância a que pertence. Estarão desautorizados a utilizar os recursos humanos e de infra-estrutura do movimento. E estarão fora das instâncias até o final da gestão a que pertence. c) Nenhum companheiro/a assentado ou acampado ou militante poderá ser liberado para cabo eleitoral de candidatos'. (MST, 2008)

O texto remete aos dilemas e posições divergentes dos militantes do MST quanto ao apoio ao PT, ou, ainda mais problematizado, se lideranças do movimento deveriam participar diretamente do processo eleitoral, na condição de candidatos(as), ou até mesmo ocuparem cargos políticos. Decorre dessa situação um conjunto de pessoas favoráveis e contrárias, com repercussões diretas para a condução do MST. Tais dilemas têm motivado, em situações pontuais, mas consideradas relevantes, o desligamento de militantes<sup>3</sup>, por discordarem de qualquer apoio ou aliança, ainda que seja tática, com o PT; são situações que tensionam as deliberações internas sobre a *tática* da luta por reforma agrária e por transformação social. A defesa da neutralidade em relação às eleições brasileiras de 2006 e a deliberação em 2008, que orien-

<sup>3</sup> Uma carta datada de novembro de 2011, endereçada ao MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina registrou a saída de um conjunto de militantes destas organizações (51 pessoas assinam a carta) por discordarem do projeto estratégico defendido por estas organizações. Segundo elas estas organizações não atingirão o objetivo da construção do socialismo, julgaram que a tática de se aliarem ao PT, a CUT, está errada. Em um trecho, a carta diz que: "O problema em questão não é que houve uma traição da direção ou um abandono/rebaixamento do projeto político; um erro na escolha das táticas ou dos aliados. A questão fundamental é a contradição entre o objetivo e os caminhos escolhidos para atingir tais objetivos: propúnhamos o Socialismo como objetivo, mas o projeto estratégico que traçamos ou ajudamos a trilhar não nos leva a esse objetivo. Tal estratégia política não é nova na luta de classes: sua origem está na socialdemocracia europeia de há mais de um século, adaptada às condições históricas do Brasil numa versão rebaixada, que foi reproduzida nas últimas décadas pelo PT e CUT e recentemente por MST/Via Campesina, MTD e CP. Atualmente, se apresenta na forma do Projeto Democrático Popular e Projeto Popular para o Brasil".



tava a não participação de lideranças militantes nas eleições são exemplos das tensões vivenciadas. Essas decisões foram reavaliadas e revogadas, considerando que, na prática, no “tempo da política” (PALMEIRA, 1996) as pessoas de um modo geral tendem a se mobilizar. A direção nacional se posicionou quanto à avaliação dos militantes que saíram<sup>4</sup>, reafirmando que o movimento se encontra num processo de avaliação e mobilização em todos os estados, para a construção das linhas e estratégias que orientará o movimento no próximo período, debate que será socializado e aprofundado amplamente no congresso nacional do MST, previsto para 2013, sendo o congresso o maior espaço de deliberação do MST, que acontece a cada cinco anos. Com a revogação da resolução de 2008, em 2009, a direção nacional deliberou um conjunto de orientações para regular a participação no processo eleitoral: a) a avaliação de ter ou não candidaturas seria realizada nos estados, nos espaços deliberativos, nos quais se pesariam os prós e contras, as condições estruturais e conjunturais para colocarem militantes, assentados e lideranças nas disputas políticas; b) havendo candidaturas de militantes que ocupem espaços nas direções do MST, orienta-se que estes se afastem no período eleitoral e durante os mandatos; c) as estruturas para a campanha devem ser fruto da articulação da candidatura, não colocando as estruturas do MST para financiar a campanha. Esses caminhos, permeados de incertezas, ora tira-se resoluções que orientam a não participação nos processos eleitorais, e num período seguinte deliberam em sentido contrário orientado como deve ser essa participação, essas nuances são bem exemplificadores das dificuldades na escolha do caminho a seguir<sup>5</sup> (MST 2009).

Esses são dilemas também colocados ao próprio PT, sobretudo a partir da sua chegada à presidência do Brasil. Arranjos eleitorais, estratégia de alianças, programa de governo, preocupação com a governabilidade e os desafios para transformações sociais historicamente defendidas pelo partido são alguns temas que produzem diferentes tomadas de posição dos seus militantes e lideranças, marcados em certos períodos pela ruptura de um conjunto de mi-

<sup>4</sup> Carta da direção nacional do MST aos militantes que se desligaram, datada de 24 de novembro de 2011: “Sobre isso, cabe-nos; a) respeitar a decisão que tomaram; b) manter as críticas que nos fazem no âmbito do processo descrito acima; c) desejar que continuem nas lutas da classe trabalhadora, fazendo parte de organizações classistas ou construindo novas formas organizativas capazes de definir e implementar políticas que contribuam para que a classe trabalhadora conquiste uma sociedade sem exploradores e explorados. Os que saíram agora e os que agora voltaram para assinar o documento, certamente nos ajudarão a superar um dos principais desafios da esquerda nos tempos atuais: o de unir a teoria à prática revolucionária. E, estando próximos aos que se esmeram para que haja a *hora de dividir*, percebam que nenhum processo revolucionário ocorre sem a *hora de unir*. Que os tempos difíceis de hoje e as práticas políticas de alguns não inviabilizem esse objetivo” (MST, 2011).

<sup>5</sup> Outros documentos expressam o posicionamento sobre a participação dos militantes nos processos eleitorais como demonstrado na carta de apoio à candidatura à Dilma Rousseff em 2010. Outro indicativo de escopo maior que faz referência a processos eleitorais é o vídeo de João Pedro Stédile veiculado nas redes sociais pedindo apoio do povo venezuelano à candidatura de Hugo Chaves em 2012.

litantes com o partido<sup>6</sup>; trata-se de rompimentos e novas construções de tendência<sup>7</sup>, no interior do partido, associados aos momentos de grandes divergências e instabilidade com antigos aliados, como por exemplo, o MST, produzidas pelas incertezas dos rumos do governo. Sem respostas conclusivas, as diferentes posições tomadas por seus militantes, direções e aliados produzem figurações que, para o conjunto dos atores envolvidos, são de difícil compreensão em curto prazo, se suas movimentações e tomadas de posições estariam seguindo para avançarem no projeto de emancipação dos trabalhadores ou se, pelo contrário, estariam aprofundando as situações para mais dominação e opressão dos historicamente “excluídos” e empobrecidos no País.

A experiência do MST na Bahia é um lócus adequado para a realização da reflexão acerca da construção da representação política no MST, posto que, desde o início, o MST nesse estado “conjugou” ações diretas e participação no campo político institucionalizado. É, portanto, um processo de longo prazo, que remete ao período de criação do MST-Ba, em setembro 1987, com a primeira ocupação na área de eucalipto no município de Alcobaça, denominada 4045, no Extremo Sul da Bahia. Suas relações com o PT também datam de sua fundação, quando, desde as primeiras ocupações, as lideranças dividiam-se entre a mobilização de base para as ocupações e as ações de mobilização para criação do PT em certos municípios, como, por exemplo, a criação do PT no município de Jucuruçu-Ba, em 5 de dezembro de 1987, e as ações na condução do PT no município de Itamaraju-Ba. Em 1988, no seu segundo ano de existência, lideranças do MST-Ba já indicariam ao PT uma das suas militantes para disputar a prefeitura de Itamaraju.

Ao transformar essa participação – que acontecia na prática, de maneira difusa, através do apoio destinado a outros candidatos e na organização do partido – em uma tática que combina ações diretas, apoio em alguns casos de candidaturas de apoiadores do movimento e, fundamentalmente, no lançamento de candidaturas próprias, como forma de construir uma “política de representação” com os militantes do movimento nos espaços do *campo político*, como câmaras de vereadores, assembleia legislativa, congresso nacional etc., gerou-se uma

---

<sup>6</sup> Heloisa Helena, João Batista-Babá, Fontes e Luciana Genro a foram expulsos do PT em 2003, sob a motivação de não obedecerem à orientação do partido em votações importantes, como a da reforma da Previdência, fundaram o Partido socialismo e liberdade (PSOL) em 2004; Plínio de Arruda Sampaio saiu do PT em setembro de 2005, ingressou no (PSOL); Cesar Benjamin saiu do PT em 1995 por discordar das linhas políticas, filiou-se ao PSOL em 2005, do qual se desfilou em 2008, e atualmente é editor da Contraponto Editora. Na Bahia, o deputado federal Bassuma foi expulso em 2009, por ser contra ao aborto, por discordar da orientação interna do PT e em divergência com as feministas do partido.

<sup>7</sup> O exemplo mais recente foi o rompimento de petistas articulados na tendência Articulação de Esquerda (AE), e a criação de uma nova tendência – ESQUERDA POPULAR E SOCIALISTA (EPS) com o objetivo de recolocar o socialismo na pauta do PT. Sua fundação aconteceu em 2 a 4 de dezembro de 2011, na Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST.

inflexão significativa e que mudou as figurações do MST na Bahia. Transformaram o que era uma luta difusa em uma estratégia de construção de representação política, a qual resultou na eleição, em 2006, de um das suas lideranças, Valmir Assunção, deputado estadual mais votado do PT na Bahia; na eleição do próprio Assunção, em 2010, para deputado federal, posicionado entre os quatro primeiros mais votados pelo PT-Ba; e na indicação de Vera Lúcia Barbosa, representante da Bahia na direção nacional do MST-Ba, ao cargo de secretária de políticas para mulheres na Bahia (SPM).

Ao longo desse processo, foram eleitos militantes oriundos do movimento a cargos de vereador, enquanto outros ocupariam funções de secretários municipais, sendo sua ação fundamental para eleger o Prefeito de Itamaraju em 1996. Identifica-se um número considerável de militantes e dirigentes que atuam nas direções partidárias, especialmente no PT. As articulações do MST-Ba no partido foram fundamentais no Processo de Eleições Diretas (PED), no sentido de eleger o Presidente do PT da Bahia, Marcelino Galo<sup>8</sup>, em 2005<sup>9</sup>, num dos piores momentos da conjuntura do PT; e depois, numa ampla articulação, elegê-lo, em 2010, a deputado estadual. A participação política do MST também conduziu, em 2010, um dos seus dirigentes, Weldes Valeriano Queiroz, à vice-presidência estadual do PT, o MST coloca-se como um agente ativo nas dinâmicas políticas das quais decorrem as indicações aos cargos no poder executivo, a exemplo das posições de superintendentes, secretários municipais e estaduais, diretores de órgãos federais e estaduais etc. Todavia, mais do que o “êxito” em conseguir ter assento nas câmaras de vereadores, assembleia legislativa e congresso nacional foi perceber que a ação dos movimentos sociais<sup>10</sup> contribuiu para a alteração de posições e agendas na luta política na Bahia e tem construído uma representação política a partir dos seus membros.

Há, parece-me, três desafios postos para o MST no Brasil: 1) a dimensão política da ação própria de um movimento social no cenário nacional, a partir de conflitos sociais decor-

---

<sup>8</sup> Marcelino Galo – é agrônomo, tem relações muito próximas com o MST desde 1992, atuando como técnico em áreas dos assentamentos; foi, com a ajuda do MST, indicado à Superintendência do INCRA na Bahia, em 2006, e à Secretária da Pesca, em 2009. Sua candidatura à presidência do PT foi objeto de debate nos espaços de deliberação do MST, bem como sua candidatura a deputado estadual.

<sup>9</sup> Período de rupturas, relacionadas às denúncias do mensalão, em 2005/2006. No dia 14 de setembro de 2005, o mandato de Jefferson, delator do esquema, foi cassado, suspendendo seus direitos políticos por oito anos. Em 1º de dezembro de 2005 foi a vez de José Dirceu ter seu mandato de Deputado Federal cassado pela Câmara dos Deputados. Os deputados acusados que conseguiram se reeleger nas eleições de 1º de outubro de 2006, poderão enfrentar mais um processo de perda de mandato.

<sup>10</sup> Estiveram na campanha das candidaturas conduzidas pelo MST, em 2010, outros movimentos sociais como o Movimento de Luta pela Terra (MLT), Movimentos dos Assentados da Bahia (CETA), comunidades de fundo de pastos, Movimento Atingidos por Barragens (MAB), Movimento do Sem Teto de Salvador (MSTS), entre outros.

rentes das ausências do Estado no atendimento a demandas da população, na identificação sobre como o MST operou e opera a luta pela terra e as demandas subsequentes das famílias por educação, saúde, assistência técnica, saúde, moradia e crédito para atividade agrícola; 2) a constituição de práticas políticas como parte da dinâmica da socialização dos seus membros, através das marchas, mobilizações públicas, atos políticos e construções de redes com outros atores, traduzindo essas demandas em “questão política”, pelo qual se instaurou como ator relevante sobre questões estruturantes, como a realização da reforma agrária e a defesa do limite da propriedade privada no Brasil; e 3) relações dos movimentos com a política instituída, operada a partir dos partidos e voltada para as disputas eleitorais, como processo de ampliação das esferas de atuação para conformação do seu projeto de nação.

Nesse sentido, o objetivo desta tese é destacar de tal experiência as dinâmicas e os elementos construídos ao longo do processo, visando contribuir para a reflexão, no âmbito das ciências sociais, sobre as práticas, fenômenos e dinâmicas associadas à construção da representação política do MST. Antecipo alguns fenômenos e dinâmicas, identificados durante a pesquisa, os quais se encontram detalhados no corpo da tese:

- a) A partir da ideia do político mediador (KUSCHNIR, 2007), foi possível demonstrar como, nesse processo, o MST plasmou para além da “mediação interna”, que consiste no fluxo das relações entre os diversos espaços deliberativos e de direção no interior do movimento, um tipo de ação particular que estrutura a “mediação institucional”, dando ênfase aos fluxos entre a atuação no movimento e no campo político, por membros que foram eleitos aos cargos no executivo e legislativo, ligados ao movimento por um projeto político elaborado no MST – projeto que antecede e prolonga-se ao período das eleições, debate que aprofundei no capítulo VI;
- b) Aumento do *interesse* dos assentados, militantes e lideranças em se colocarem para atuar na luta por representação política, gerando uma ampliação do número em alguns municípios de membros que se lançam nas disputas para conseguirem autorização do MST para serem candidatos, principalmente no caso das eleições a vereador;
- c) as ambiguidades que se colocaram para o MST na luta por representação política, como a sobreposição das lideranças em posições do MST e do partido;
- d) a “socialização política dos assentados” decorrente da participação nas atividades do MST, tais como marchas, mobilizações, ocupações etc, como principal lastro do

- apoio dos assentados aos candidatos oriundos do MST no “tempo da política”; combinada também a relações de reciprocidade, valores de gratidão, lealdade;
- e) atuação dos representantes políticos na construção de “rede de acesso” para atendimento das demandas imediatas dos assentamentos;
  - f) a sub-representação das mulheres na política de representação para o campo político;
  - g) a construção dos arranjos internos no MST, para a combinação das ações diretas e de representação políticas, sobretudo aquelas relacionadas ao “tempo da política”.

As análises dos variados aspectos dessa experiência foram fundamentais para sustentar a tese de que as ações dos movimentos sociais vivenciadas por seus membros são capazes de construir uma formação sociopolítica junto aos seus pares, voltada para o aprendizado da prática democrática e da ampliação da participação dos espaços públicos (ocupações de terra, prédios, realização de marchas, audiências, ocupações de órgãos, mobilizações, construção de redes nacionais e internacionais, organização de seminários, promoção de cursos formais e informais etc.) e que a construção da sua representação política é uma estratégia que transcende ao fato da indicação de suas lideranças para atuarem nos espaços institucionais da disputa eleitoral, e guarda relação com a produção de uma ação qualificada da “política” e um consequente alargamento das condições para a democratização da política no Brasil. A entrada de indivíduos com socialização política e com compromissos com seus movimentos historicamente estruturados, verificáveis em suas trajetórias de vida, oportunizam uma nova mediação entre representantes e representados, mediação que incluem outras variáveis na construção do debate acerca dos temas comuns relevantes para a esfera pública, superando inclusive as agendas elitistas atuais – até porque não é apenas a capacidade de debater que se apresenta como questão, mas, sobretudo, fazer as disputas para pautar agendas consonantes aos interesses dos cidadãos comuns, e não apenas dos grupos privilegiados historicamente na política. Nesse sentido, entendo a “multidimensionalidade” da participação do MST-Ba no processo eleitoral, salientando que essa relação não acontece apenas nos marcos “institucionais formais” da política brasileira.

Focalizo, sobremaneira, os fluxos dessas relações. No âmbito do debate sobre democratização, política e representação política<sup>11</sup>, interpreto esses conceitos como processos in-

---

<sup>11</sup> Não farei um debate da genealogia desses fenômenos nem produzirei um estudo exegeta dessas categorias; também não tratarei da legitimidade da ciência em geral e/ou das ciências sociais em especial sobre se estaríamos vivendo ou não uma crise de confiança epistemológica. Nesse sentido, procurei apenas reconhecer que a diversidade epistemológica do mundo é, assim, potencialmente infinita, localizando, contudo, sempre que possi-

terdependentes que, do ponto de vista histórico, encontram-se inconclusos, o que abre enormes possibilidades para a construção de perspectivas que questionem as assimetrias, as desigualdades no mundo. Por isso, meu interesse se concentrou em perceber como os atores posicionados nessa experiência a engendram e refletem sobre ela. Muito mais que os ineditismos, verifiquei como, no viver a luta nesse momento histórico, os movimentos sociais jogam novos ingredientes para pensarmos a política no Brasil. E, sem dúvida, a maior contribuição desta tese está justamente em nos dirigirmos aos aspectos contextuais, às experiências dos homens e mulheres que se desafiam diante de tantos imperativos para viverem essa experiência que se realiza no “fio da navalha”.

### A opção por uma abordagem processual

Para analisar as relações dos movimentos sociais rurais com o campo político, adoto uma abordagem processual e figuracional, inspirada na obra de Norbert Elias, combinada com a reflexão de campo instituído da política discutida na obra de Pierre Bourdieu; ambas são complementadas pelo estudo mais específico sobre representação política, democracia e participação política, leitura que busquei apreender heurísticamente, tecendo uma visão heterodoxa dos processos em questão, certa, todavia, dos riscos ao se trabalhar com concepções, em certos aspectos, divergentes. Trata-se de pressupostos adotados também durante a pesquisa empírica<sup>12</sup>.

A abordagem *figuracional* e processual de Elias permite considerar uma pluralidade de indivíduos relacionados de modo interdependente, e as transformações dessas relações no tempo e no espaço. Os conceitos eliasianos de *figuração*, *interdependência*, *habitus*, *sociogênese*, *psicogênese* e *segunda natureza* nem sempre são utilizados diretamente – foram apreen-

---

vel, as tensões, convergências e divergências entre as abordagens, portanto, as tensões epistemológicas e algumas disputas sociopolíticas das diferentes abordagens foi algo com que tive que lidar sem, contudo, torná-las o debate central neste trabalho; partido do pressuposto de que todos os conhecimentos são contextuais e o são tanto mais quanto se arrogam a não o serem. Não há nem conhecimentos puros nem conhecimentos completos, há constelações de conhecimento, e, entre elas, a disputa por legitimação, razão pela qual são elas mesmas objeto de reflexão da dita ciência moderna (SANTOS, 2005).

<sup>12</sup> Os conceitos sociológicos de Elias, e também de Bourdieu, não são meramente teóricos. Foram elaborados juntos com a pesquisa empírica, partindo de concepções gerais especificadas no processo de pesquisa e análise do material empírico – metodologia que também adotei na construção desta tese. Confrontações entre essas diferentes perspectivas teóricas continuam sendo alvo de atenção. Identificar pontos de convergências e divergências entre elas é um exercício que não se encerra neste trabalho, sobretudo por conta das suas relevâncias para os estudos sociológicos a partir de suas preocupações em superar dicotomias presentes no debate sociológico relacionado às temáticas: a) sociedade e indivíduo; b) objetividade e subjetividade; c) estrutura e superestrutura.

didos heurísticamente e são mencionados somente quando necessários para a compreensão da minha análise, tomando o cuidado para não aplicá-los de modo taxinômico. A interpretação da complexa atuação do MST, seja nas figurações “internas”, seja nas relações com indivíduos na figuração política mais ampla, pautou-se, em grande medida, por essa compressão processual, em que variáveis históricas e temporais foram consideradas. Todavia, é importante que se diga que o recorte para pensarmos o MST e o campo político em termos figuracionais como espaços sociais distintos é arbitrário, operado apenas com intenções analítico-metodológicas, considerando-se que, na realidade social, esses universos não estão separados.

Dada a centralidade que a categoria de configuração ou figuração<sup>13</sup> tem em Elias para sua interpretação do mundo social, julguei importante tecer algumas considerações sobre ela. A noção de figuração fora cunhada por ele como contraponto às perspectivas que partiam do pressuposto do *homo clausus*, expressão que, em seu entender, traduzia bem o estágio das ciências sociais no final do século XIX e início do XX<sup>14</sup>. A noção de *homo clausus*, que tanto incomodava Elias, fundamenta a dualidade entre sujeito e objeto, entre indivíduo e sociedade, e significa o entendimento do indivíduo como um ser atomizado e completamente livre e autônomo em relação ao social. O conceito de figuração, em contraposição, busca expressar a ideia de que a) os seres humanos são interdependentes, e apenas podem ser entendidos enquanto tais: suas vidas se desenrolam nas figurações sociais que formam uns com os outros e em grande parte são moldadas por elas; b) as figurações estão continuamente em fluxo, passando por mudanças de ordens diversas – algumas rápidas e efêmeras e outras mais lentas e profundas; e c) os processos que ocorrem nessas figurações têm dinâmicas próprias – dinâmicas nas quais razões individuais têm um papel, mas não podem, de forma alguma, ser reduzidas a essas razões (GOUDSBLOM e MENNELL, 1998).

O termo “figuração” pode ser definido como “redes formadas por seres humanos in-

<sup>13</sup> Há grande discussão nos grupos de sociólogos adeptos da sociologia de Norbert Elias a respeito do uso do termo “configuração” ou “figuração”. Essa questão não advém de problemas de tradução do alemão para o inglês; o próprio autor, cuja obra foi escrita em sua maior parte em inglês, utilizou ambos os termos. Em grande parte de sua obra, utiliza “configuração”, palavra escolhida com o principal objetivo de fazer face ao termo parsoniano “sistema”. Apenas mais tarde em sua carreira é que passou a questionar a palavra em si, não seu significado. O ponto que incomodava Elias é que, no latim, o prefixo *con-* significa exatamente “com”, ou seja, se figuração (*figuration*) quer dizer “padrão” (em inglês, *pattern*), “con-figuração” (*configuration*) quereria dizer “com padrão” (*with pattern*). Entretanto, como o objetivo do autor era entender o padrão em si, o prefixo *con-* passou a ser visto como redundante e ele passou a preferir o uso de “figuração” (LANDINI e PASSIANE, 2001).

<sup>14</sup> A crítica de Elias não dizia respeito apenas à sociologia da virada do século XIX para o XX. Para ele, a concepção de *homo clausus* – que significa “homem fechado em si mesmo” ou “personalidade fechada” – esteve presente na filosofia ocidental desde Platão e teve forte influência sobre filósofos do Renascimento, como Descartes, Locke e Kant. Essa influência pode também ser vista em sociólogos como Durkheim, Weber e Parsons. A noção de “personalidade fechada” pode ser vista no conceito de “fato social” durkheimiano, no modelo teórico weberiano da ação social (mas não em seu trabalho empírico) e na ideia parsoniana de que “processos ocorrem ‘dentro da caixa preta’, na personalidade do ator” (MENNELL, 1998, p.188-193).

terdependentes, com mudanças assimétricas na balança de poder” (BENTHAN VAN DEN BERGH, 1971 apud MENNELL 1998, p.252), enfatizando o caráter processual e dinâmico das redes criadas por indivíduos. Foi essa ênfase nas relações de interdependência e esse caráter processual que valorizei nos estudos, através da qual percebo como os indivíduos dão formato ao coletivo, denominado “nós sem terra”, e também como esse “nós sem terra” se conecta ao “eu” particular, e como, na confrontação com outros “espaços de pertinência”, ou seja, na confrontação com outros atores sociais com uma causa na qual se envolvem e se ligam, definem uma identidade. “Espaço de pertinência” foi o termo utilizado inicialmente por Elias e que viria a ser substituído pela noção de configuração social e designava uma “situação, com dimensão espaço-temporal variável, a tal ponto que o que se passa ali produz um efeito sobre todos os indivíduos que nela estão implicados, que contribuem, eles mesmos, com suas ações, para modificar esta situação” (HEINICH, 2001, p123.).

No processo das eleições, por exemplo, identificou-se que, mesmo que certos indivíduos tenham mais visibilidade por certos atributos pessoais (carisma, predisposição) ou posições ocupadas (direções, coordenações, cargos), fato decorrente da “balança de poder” interno no MST ou na política, eles não podem sozinhos determinar as figurações atuais na qual se encontram. Esse processo é sempre decorrente de um conjunto de indivíduos posicionados relacionamente. De acordo com Elias (1990, p.51):

[...] a influência de uma pessoa sobre outras, sua importância para elas, pode ser especialmente grande, mas a autonomia da rede em que ela atua é incomparavelmente mais forte. A crença no poder ilimitado de indivíduos isolados sobre o curso da história constitui um raciocínio veleitário. Não menos destituída de realismo, contudo, é a crença inversa, segundo a qual todas as pessoas têm importância para o curso da história, sendo assim intercambiáveis, não passando o indivíduo de um veículo passivo da máquina social. A mais elementar das observações ensina-nos que a importância de diferentes indivíduos para o curso dos acontecimentos históricos é variável e que certas situações e para os ocupantes de posições sociais, o caráter individual e a decisão pessoal podem exercer considerável influência nos acontecimentos históricos.

Assim, a função desempenhada pelas lideranças ao assumirem posições no campo político é meu interesse. Não a figura de Valmir Assunção ou de Vera Lúcia<sup>15</sup>, em suas individualidades, mas os “papéis” que eles cumprem a partir do momento em que o MST intensifica sua participação no “campo da política”. O que representou ocuparem postos no executivo e legislativo, sendo estes representantes oriundos dos movimentos sociais, para as figura-

<sup>15</sup> Militantes fundadores do MST na Bahia e que atualmente ocupam cargos no campo político. Valmir Assunção



ções da política na Bahia e para o MST em particular? Essa perspectiva também nos ajudou a compreender, por exemplo, as posições interdependentes das lideranças do MST e os membros assentados e acampados do movimento e seus deslocamentos para o “espaço de pertinência da política”. compreendendo que suas inserções no MST e na política não dizem respeito somente a suas trajetórias individuais, fato observado inclusive quando identifiquei um número relativamente equilibrado entre assentados candidatos e lideranças candidatas para concorrerem às eleições municipais em 2012<sup>16</sup>. A força das redes às quais esses indivíduos se integram em diferentes períodos de construção do movimento foi fundamental. Pode-se observar, por outro lado, como desempenham suas funções e a intensidade das suas influências nas decisões da direção estadual, as quais guardam relação direta com as deliberações tomadas no interior do MST – como, por exemplo, a formulação de um ideário que prospecta nos militantes do MST o desejo ou, seria possível dizer ainda, levam outros membros a traçarem um projeto para ocuparem um cargo no campo político, como possibilidade de alteração da sua posição de *status*, o que, por conseguinte, influencia sobremaneira na forma como atuavam e atuam na construção do MST.

Por fim, as experiências pelas quais o “nós sem terra” vivenciou o campo político transformam radicalmente o modo de participação do “eu” na construção de seus projetos de vida e o modo como se propõem vivenciarem suas vidas na construção do MST-Ba<sup>17</sup>. Acredito que essa participação marca irreversivelmente a “balança de poder” interno no MST, seja pelo deslocamento de lideranças que saem dos espaços de dirigentes (após a decisão em 2008, segundo a qual quem for candidato deve sair da direção) e possibilitam a chegada de novos militantes à direção, seja pelo deslocamento dessas lideranças e assentados para outros “espaços de pertinência”, outros “campos” de atuação, como o político, seja ainda pela mudança de posições internamente no MST. Sobremaneira, inauguram-se novas dinâmicas expressas pelas redes de tensionamento que essa participação produziu<sup>18</sup>. O modo como os assentados estão colocados no jogo, seja pela reciprocidade, confiança, desconfiança e fundamentalmente pelas

---

<sup>16</sup> Aspectos trabalhados no capítulo VI

<sup>17</sup> Militantes, lideranças e assentados veem na atuação no campo político via a condição de representantes do MST uma possibilidade de construção de projetos futuros, cuja atuação prática no interior do movimento são plasmadas, orientadas para a consecução desse fim.

<sup>18</sup> Tensionamentos com outros grupos políticos, movimentos sociais, outros partidos. Dinâmicas caracterizadas pela preocupação com filiações partidárias, lei eleitoral, recursos para campanha, construção das promessas no tempo da política, conquista do voto, conquista e distribuição de cargos políticos, alianças para disputa e partilha do poder político.

forças das figurações postas<sup>19</sup>, alteram substancialmente os rumos do MST no contexto atual, cuja tendência indica, sob forma de hipótese – posto que não é possível antever figurações futuras, mas se supõe, por força dos cenários analisados – que a entrada nas disputas pelo poder político marca de forma irreversível transformações nas dinâmicas do “movimento”. Estas, nas figurações atuais, apropriam-se também de atribuições historicamente presentes na lógica ou na agenda dos partidos políticos, demandando do MST, portanto, uma nova postura no seu “autofazer-se”<sup>20</sup>. Nas bordas dessa participação na esfera política, contudo, são parte de um processo que ainda está em curso e se constituem em estágios de experimentações, de busca constante e em aprendizados coletivos que vão se acumulando ao longo do processo de um “autofazer-se” e reinventar-se permanentemente.

Pierre Bourdieu, por outro lado, construiu sua perspectiva teórica pautada no que denominou de uma “sociologia da prática”. No centro de suas preocupações encontrava-se a construção de uma abordagem epistemológica pautada no conhecimento praxiológico, conhecimento este que tem por objetivo não somente o sistema de relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las (BOURDIEU, 1996). Para ele, o espaço social é construído de tal modo que os agentes ou os grupos são ali dispostos em função de sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com os dois princípios de diferenciação: o capital econômico e o cultural (BOURDIEU, 1996, p.19). A “noção de espaço” é para ele um conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem, como acima, abaixo e entre (BOURDIEU, 1996, p.18).

Nesse percurso teórico/prático, são categorias importantes para a compreensão do seu pensamento as noções de *campo* e *habitus*. Para Bourdieu, campo é um espaço onde as

<sup>19</sup> Assentados - A história de luta pela terra e acesso as demandas materiais são retribuída no tempo da política (reciprocidade, dívida moral, confiança). Renovação das promessas no período das eleições, identidade de eleitor sobressai a de ser sem terra.

<sup>20</sup> Lógica de atuação dos partidos políticos o MST passa assimilar preocupações relacionadas aos partidos políticos, como as agendas do calendário eleitoral, transferência de títulos, as composições para construção das alianças para a disputa eleitoral, o financiamento de campanha, as plenárias para autorização de alguns dos seus membros para lançar-se na disputa eleitoral. Seria possível ainda com base na pesquisa que num curto prazo é difícil apontar largas transformações produzidas nas regras institucionais do campo político, a partir da entrada no MST nesta luta, todavia o fato de alguns dos assentados e lideranças ocuparem certas posições neste campo produzem alterações nas figurações deste campo, e as mudanças podem ser melhores compreendidas se analisadas por seus referentes simbólicos. No sentido contrário, todavia, as transformações ocorridas no interior do movimento são mais visíveis, sobretudo pela assimilação da agenda dos partidos políticos e os arranjos práticos para construção das candidaturas.

posições dos agentes se encontram *a priori* fixadas. O *campo* se define como o lócus onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão (BOURDIEU, 1996). Considero bastante plausíveis as análises sobre o campo político, realizadas por Bourdieu (2005b), as quais ajudam a perceber dinâmicas no contexto deste estudo. As trajetórias das lideranças do MST-Ba, sem capital econômico e muitas delas sem capital cultural, tidos na perspectiva bourdieusiana como capitais relevantes para ter “sucesso” ou acessar as melhores posições, confrontam a perspectiva desse autor sobre certos aspectos. Todavia, é irrefutável a afirmação do papel dos profissionais da política ao ditarem, em grande medida, as regras desse campo.

Destaca-se como importantes para mim o compartilhamento da visão entre Bourdieu e Elias, na interpretação do universo social a partir de uma leitura relacional, opondo-se a uma leitura substancializada. Esta última seria, para eles, um modo de pensar do senso comum – e do racismo. Chama-se a atenção para os cuidados em não transformar em propriedades necessárias e intrínsecas de um grupo qualquer as propriedades que lhes cabem em um momento dado a partir de sua posição em um espaço social determinado. Aspectos metodológicos propostos por Bourdieu também foram assimilados como, por exemplo, a necessidade de incorporar às análises sociológicas a historicização dos *campos*, com vistas a compreender as dinâmicas que remontam sua gênese, o que, em certa medida, também se assemelha a Elias, em sua abordagem processual, cuja ênfase das “interconexões dos eventos históricos” são fundamentais para compreendermos as sociodinâmicas. Assim, Elias, através do entrelaçamento dos conceitos de *sociogênese* e *psicogênese*, pensados no interior de um processo de longa ou longuíssima duração, constitui o núcleo do seu projeto (WAIZBORT, 1998), no qual busca explicar como os indivíduos instauram o social e vice-versa. É com o mesmo intuito que Bourdieu o faz, através da categoria de *campo* e suas noções sobre o *espaço social*, demonstrando como a submissão à ordem estabelecida é o produto do acordo entre as estruturas cognitivas inscritas pela história coletiva (filogênese) e individual (ontogênese) nos corpos, e as estruturas objetivas do mundo ao qual elas se aplicam (BOURDIEU, 1997), ou seja, como os agentes estruturam o mundo ao mesmo tempo em que são estruturados.

## Outras contribuições para uma abordagem processual

Se as perspectivas teóricas de Elias e Bourdieu foram fundamentais na construção da análise realizada, elas tiveram que ser complementadas com autores contemporâneos que trataram dos movimentos sociais, sobre representação política (MIGUEL, 2009; YOUNG, 2006; URBINATI, 2006; PITKIN, 2006), democracia (SANTOS, 2005; AVRITZER, LEONARDO, 2005) e das relações políticas no Brasil (MARTINS, 2011; GOLDMAN, PALMEIRA, 2006; SINGER, 2009). A partir dessas orientações, proponho um diálogo entre perspectivas distintas, à medida que avanço nas análises sobre meu objeto. Detenho-me tanto em abordagens que focam as especificidades e particulares dos movimentos sociais rurais no Brasil, quanto em análises que destacam as redes dos movimentos sociais para uma atuação no mundo globalizado. Assim, as análises de Warren (2005) e Gohn (2010) ganham ênfase em minha proposta analítica. Compartilho igualmente com Bringel (2008) a atenção sobre os conectivos entre as estratégias dos movimentos sociais e os desafios de um mundo globalizado, a partir dos quais é fundamental introduzir a dimensão global com suas relações e implicações com o local, destacando três razões principais: primeiro, considerando que muitas decisões são tomadas não apenas no âmbito do Estado-Nação, mas em organizações internacionais, e que repercutem na vida cotidiana das pessoas; segundo, mesmo os movimentos sociais tendo bases nacionais, eles incluem a dimensão internacional e lutam contra a aplicação de políticas econômicas ou comerciais impostas por algumas organizações internacionais, demandam a criação de redes transnacionais compostas por diversos movimentos, a exemplo do MST, articulando-se com a Via Campesina; a terceira razão é o elemento “global”, o qual se converte em uma variável fundamental quando essas relações implicam uma revitalização do “lugar”. Segundo Bringel (2006, p.29):

En definitiva, ni el MST ni cualquier otro protagonista puede ser comprendido fuera del proceso de reorganización societario en curso en el mundo, lo que nos obliga a pensar el lugar de cada cuestión específica, así como la cuestión del lugar en el contexto de las transformaciones mundializadas en medio a una compleja imbricación de escalas: entre lo local, lo regional, lo provincial/estatal, lo nacional y lo mundial; entre la ciudad y el campo, entre lo que es rural y lo que es urbano. Lo que sucede a escala mundial no es la suma de lo que pasa en las escalas local, regional y nacional, sino lo contrario, se constituyen en sus complejas y multidimensionales relaciones através de los sujetos que las constituyen.

As contribuições da Antropologia Política são também importantes neste esforço de análise. Bourdieu já indicava, por exemplo, a ação dos profissionais da política como grandes produtores dos produtos políticos. Já a Antropologia Política propõe focalizar os entrelaçamentos entre esses atores sociais (profanos e profissionais)<sup>21</sup> para a produção das configurações do campo político. Procura compreender, por exemplo, como os atores sociais experimentam a política, como criam os sentidos para suas participações, como significam os objetivos e as práticas relacionadas ao campo político (KUSCHNIR, 2007, p.163). Essa abordagem me ajuda a refletir sobre as novas configurações, resultantes de mundo social heterodoxo, em que múltiplas forças políticas e culturais, como por exemplo, partidos, organizações sociais, Estado, os movimentos sociais urbanos e rurais, outros grupos e indivíduos todos interdependentes (ELIAS, 1994), tecem essa complexidade, característica da contemporaneidade, cuja compreensão demanda novos instrumentos.

Na perspectiva da Antropologia Política, a “política” é entendida, principalmente, como um meio de acesso aos recursos públicos, no qual o político atua como mediador entre comunidades locais e diversos níveis de poder. Esse fluxo de trocas é regulado pelas obrigações de dar, receber e retribuir, ou seja, está dentro do círculo da dádiva (MAUSS, 1974), cujo princípio fundamental está no comprometimento social “daqueles que trocam para além das coisas trocadas” (KURCHNIR, 2007, p.164).

Nesse sentido, esta tese se insere no debate sobre o campo político, em que os contextos empíricos são minhas maiores referências, e dentro dos quais compreendo os sistemas de trocas das redes políticas estabelecidas entre eleitores e candidatos. As condições materiais de existências são elementos importantes, mas as relações entre os indivíduos estão longe de serem acionadas somente por interesses meramente calculistas, tendo por motivação as necessidades materiais de existência. Elas se inserem igualmente dentro de um quadro referenciado de relações simbólicas e culturais que envolvem noções como honra, gratidão e dívida moral.

Adotando o método etnográfico para investigar tais trocas dentro das suas redes, percebo as dinâmicas que se instauram a partir delas, obtendo uma melhor compreensão sobre seu funcionamento. A cultura política se conforma nos agentes e vice-versa. Nessa busca, a Antropologia das práticas políticas é recortada por várias abordagens que vão desde as análises da macropolítica – como, por exemplo, análises dos fatores socioeconômicos, avaliando performances institucionais no regime democrático, tomando o desempenho institucional dos

---

<sup>21</sup> Apenas para diferenciar aqueles que vivem para política e da política, daqueles que por assim dizer, não vivem nem para nem da política (professores, estudantes, padres, donas de casa, agricultores, público em geral que não se interessam pelo jogo direto da política) (BOURDIEU, 2005b).

governos como parâmetro avaliativo e analisando a própria dinâmica para construção da democracia enquanto regime – até versões de análises que focam os microespaços da política – como, por exemplo, os laços de parentesco, círculos de vizinhança, redes de amizades e a conformação da “tolerância política”. Esta última é compreendida como o grande elemento que possibilita a convivência entre os grupos sociais divergentes e interpretadas enquanto condição basilar, segundo Mc.Closky (1964), para a conformação de uma “cultura política democrática”. No marco desses debates, chegou-se à construção do conceito de cultura política, definido, segundo Kuschnir (1999, p.1), como:

Um conceito multidisciplinar. A expressão foi criada na década de 60, por Almond e Verba. Refere-se ao conjunto de atividades, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidências as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores. É a expressão do sistema político de uma determinada sociedade nas percepções, sentimentos e avaliações da sua população.

Não se trata apenas da adoção *a priori* deste conceito, mas de compreendê-lo em seus usos heurísticos. Kuschnir (1999) assinala que o importante, ao se operar com o conceito de cultura política, é considerá-lo dentro de um quadro referencial abrangente, que vai desde a relação entre ele e os indicadores de avaliação do desempenho governamental, observando a relação entre os tipos de regime e metas sociais atribuídas, até as condutas, normas, valores manifestados pelos indivíduos vinculados aos seus contextos institucional e histórico; e, ainda, considerar as trajetórias individuais, o mapeamento das redes sociais que permitem discutir a multiplicidade de percepções e valores associados às práticas sociais (KUSCHNIR, 1999).

### **Os caminhos da pesquisa empírica**

O que faremos aqui parecer-vos-á, talvez, irrisório, mas, antes de mais nada, a construção do objecto – pelo menos na minha experiência de investigador – não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de acto teórico inaugural, e o programa de observações ou análises por meio do qual a operação se efectua não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro; é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correcções, de emendas, sugeridos por o que se chama o ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas (BOURDIEU, 2005b. p.27 ).

Assim as exigências de toques e retoques se fizeram presentes em todas as etapas de produção desta tese, embora, ao final da pesquisa, considere que a familiaridade com esse campo favoreceu os acessos às informações que busquei. Todavia a familiaridade era para mim objeto de problematização, de maneira que o olhar viciado pela convivência não conduzissem as análises. As estratégias metodológicas foram se complementando a cada etapa. Os questionários, as entrevistas, a observação participante dos espaços onde essa experiência se desenrolou foram todos importantes por oportunizarem a apreensão de diferentes aspectos e ponto de vista do objeto. Nas seções seguintes da tese, farei um esforço para demonstrar os diferentes e complementares momentos deste trabalho.

A minha familiaridade com vários atores envolvidos neste estudo (como o MST, PT através das tendências Articulação de Esquerda - AE e tendência Esquerda Popular Socialista - EPS) significou um grande desafio. Se o “fio da navalha” para os representantes oriundos da luta social é o constante risco de desconexão com o movimento, no meu caso o “fio da navalha” foi justamente o risco de não conseguir o deslocamento reflexivo necessário para a construção deste trabalho. Para tanto, busquei me cercar de alguns cuidados necessários à pesquisa, como me apoiar num instrumental teórico-metodológico para as confrontações das diversas relações das quais participo. A estruturação das questões centrais que deveriam orientar a pesquisa exigiu muitas idas e vindas às referências bibliográficas e à observação participante de encontros no MST, PT e o espaço do assentamento. Perguntava-me, algumas vezes, sobre a condição do assentado, militantes e dirigentes do MST, quando entrevistados por mim – estariam eles sobre tensão? Conseguiriam ficar mais à vontade e seguros por se tratar de alguém familiar? Ou, pelo contrário, minha condição de ex-coordenadora da secretaria estadual do MST impunha barreiras para acessar certas informações? Como não poderia ter respostas assertivas, busquei alguns instrumentos que garantissem o controle dessas variáveis até onde possível.

Este trabalho mobilizou, portanto, diferentes e complementares estratégias de pesquisa. Isso significou um desafio enorme na organização e sistematização dos dados dos questionários, horas de transcrições das entrevistas e inúmeras retomadas ao diário de campo com as anotações, frutos das observações nos diferentes espaços. Um trabalho exaustivo, mas igualmente necessário, dada a complexidade das relações envolvidas no âmbito deste trabalho. Há apenas uma consideração sobre a abrangência da pesquisa: talvez hoje eu fizesse opções menos abrangentes, tanto em termos quantitativos, como, por exemplo, o número de questionários aplicados nos assentamentos ou o número de entrevistas realizadas, quanto sobre a abrangência das perguntas contidas nos questionários. Na impossibilidade em retornar a campo,

tive um trabalho enorme para sistematizar todos os dados, muitos deles inclusive de pouca relevância para este estudo; porém, somente cheguei a essa conclusão num estágio mais adiantado do trabalho. Todavia, ao iniciar a pesquisa, muitos caminhos não estavam suficientemente claros, lacunas que fui percebendo à medida que avancei nas análises e, com o amadurecimento da problemática, propriamente falando, é que se constituem, sem dúvida, aprendizados adquiridos nesse processo. Detive-me um pouco mais nos aspectos metodológicos, nesta introdução, porque julguei necessário explicitar de partida os pontos fundamentais de cada etapa da pesquisa, a saber:

**Sobre as trajetórias dos dirigentes do MST** – os acontecimentos diacrônicos e sincrônicos dessas experiências foram apreendidos a partir de técnicas da história oral. Selecionei a trajetória do deputado federal Valmir Assunção e da Secretária de Estado de Políticas para as Mulheres da Bahia, Vera Lúcia Barbosa, principalmente por causa das diferentes posições que ocuparam no MST ao longo das suas vidas e, mais recentemente, por ocuparem posições no campo político. São trajetórias que foram apreendidas sobre três aspectos: suas biografias pessoais antes da entrada no MST, suas posições ocupadas no MST e seus deslocamento/sobreposição para o campo político.

**Entrevistas: uma interação social** – com a clareza que o processo das entrevistas é interação social que vai além do pedir a permissão para ligar o gravador, entendendo que ele traz consigo um complexo de atitudes que não o torna um processo simples, cuja condução não pode ser realizada sem uma atenção minuciosa e sem alguns amparos de natureza teórico-metodológicos, detive-me amplamente nessa etapa. Sublinhei dois aspectos relevantes, entre tantos outros, que dizem respeito às entrevistas: o primeiro é propriamente o momento das entrevistas, relacionado com a necessidade de negociações entre as diferentes narrativas, marcadas pelas diferenças de geração, gênero, posições, implicadas com as memórias e identidades presentes no campo, e deste com o pesquisador. Também foram relevantes as atitudes, a partir das quais foi possível o estabelecimento dos laços de confiança. Como procedimento para todas as entrevistas, sempre falava a data e o objetivo da pesquisa, e o entrevistado falava seu nome, sua localização social e sua função nesse espaço. A partir daí, seguindo o roteiro e os pontos que o entrevistado recorrentemente trazia, a conversa ganhava dinâmica viva, por assim dizer.

A partir de uma negociação, escolhíamos um lugar mais silencioso, nos acomodávamos conforme as condições do local, no caso dos assentados e acampados, geralmente em



baixo de uma árvore, na cozinha da casa, num banquinho no quintal. Com membros da direção, ocorreram nos escritórios dos deputados Valmir Assunção (federal) e Marcelino Galo (estadual), na Secretaria de Políticas para Mulheres-Ba, na Secretaria do MST e em minha casa, todos localizados em Salvador, e ainda nos locais dos encontros realizados em Barreiras, Brasília e Salvador. O acesso às pessoas e aos espaços de observação não foram minhas maiores dificuldades, excetuando-se a situação entre as lideranças e dirigentes selecionados para a entrevista, em que obtive três negativas, e nas quais insisti, sem êxito. Analisava que seria relevante, considerando suas posições de ex-representantes na direção nacional e estadual do MST. Destes, um foi contrário à participação do MST nas eleições; outro não chegou a ser contrário a tal participação, mas se posicionou contra a aliança com o candidato a deputado estadual nas últimas eleições, e que associado a outras divergências, afastou-se da direção estadual; e o terceiro, dirigente estadual, favorável à participação, colocando-se inclusive como candidato à prefeito, que não se negou, mas não compareceu aos encontros para a realização da entrevista.

As entrevistas com lideranças transcorreram com agendamento nos escritórios e em situações de encontros. Igualmente havia um roteiro semiaberto para orientar. A ênfase nas falas girou em torno da demonstração dos seus conhecimentos sobre o MST e/ou do partido, bem como buscaram demonstrar haver coerência com as decisões individuais por eles tomadas e a orientação coletiva. Evidenciavam-se suas posições de mediadores do MST e/ou do PT, justificando-se pelas cobranças dos assentados e/ou dos militantes partidários. Diferença exponencial foi que, enquanto os assentados focavam nos problemas, as lideranças evidenciavam as situações de êxito e as soluções que encontraram para os problemas. Contudo, as particularidades de cada uma se constituem em rico material que, uma vez confrontado com as entrevistas dos assentados, me ajudaram a ter uma ampla visão dos contextos do MST e do PT-Ba.

A concentração foi aliada indispensável, já que se compreende que todas as narrativas são relevantes, independentemente de apresentarem eventos extraordinários ou não. “Como historiadores-(pesquisadores) orais, nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversarmos enriquecem nossa experiência [...] Cada entrevista é importante, por ser diferente de todas as outras” (PORTELLI, 1997, p.17).

O segundo momento importante da entrevista foi o da **textualização**<sup>22</sup>. Os compromissos anteriores também permaneceram nessa etapa, ainda que tenha, obviamente, suas es-

---

<sup>22</sup> A transcrição literal, apesar de extremamente necessária, será apenas uma etapa na feitura do texto final, que chamo de textualização, por ser ao fim e ao cabo um modo de se reproduzir honesta e corretamente a entrevista em um texto escrito (FERREIRA, 1996, p.263).

peculiaridades, a exemplo da transformação da fala em documento escrito, o qual não pode, sob hipótese alguma, descaracterizar-se ao ponto de o entrevistado não se reconhecer nele. Assim, para transcrever a seção das análises das duas trajetórias da direção nacional, bem como dos demais entrevistados, optei pelo método de *transcrição* e o *teatro da linguagem* proposto por Marieta Ferreira, visando realizar o refinamento das entrevistas para contemplar no texto as diferenças entre o falado e o gestual: “valem-nos de dois conceitos da linguística, que não podem ser entendidos separadamente: o de transcrição, proposto por Haroldo de Campos, e o de teatro de linguagem, formulados por Roland Barthes, ambos adequados à prática da história oral por José Carlos Sebe Bom Meithy.

A textualização final deve conter em si a atmosfera da entrevista, seu ritmo e, principalmente, a comunicação não-verbal nela inclusa: emoções do depoente como risos ou choro, entonação e inflexão vocal, gestos faciais, de mãos, ou mesmo do corpo. O texto, ainda, não pode abandonar as características de originalmente falado, devido ser identificado como tal pelo leitor. (FERREIRA, 1996, p.264)

A entrevista de menor tempo entre os assentados durou 30 min. e a de maior tempo, 50 min. Entre os dirigentes do MST-Ba, a de menor tempo durou 20 min., sendo que o período de gravação durou apenas 7 min. (a entrevistada precisou sair, de repente, para outro compromisso), e a de maior tempo durou 1h54min. Já entre as lideranças do PT – AE, a de menor tempo teve 30 min. e a de maior duração teve 1h40min. Ressalta-se que as entrevistas com os deputados estadual e federal demoraram, respectivamente, 1h40min. e 2h49min. No primeiro caso, a entrevista foi realizada em três tomadas, por causa de interrupções com o telefone; no caso do deputado federal, ocorreram duas tomadas no mesmo dia.

O total de horas transcritas é de 18h49min. De antemão e por experiência adquirida no processo da dissertação, sabia que demandaria auxílio nesse trabalho. Assim, já no processo de entrevista, fazia avaliação quanto a possíveis informações de extrema confidencialidade, que pudessem representar exposição dos entrevistados ou das organizações envolvidas – situação que não ocorreu –, tendo nesse percurso a clareza de que não poderia de maneira nenhuma divulgar o conteúdo das entrevistas sem a prévia autorização dos entrevistados. Tomados esses cuidados, contei com apoio para as transcrições.

Após as transcrições, ouvia novamente para checagem do trabalho, para complementar as anotações e confrontar com as primeiras observações sobre cada entrevista. Esse material foi consultado periodicamente durante a construção deste trabalho. Trata-se de material que se constitui, sem dúvida, em uma fonte riquíssima de consulta sobre o olhar dos entrevis-

tados acerca desse tema, nesse contexto específico, mas que não será anexado ao final da tese, considerando o grande número de páginas (mais de 100).

Excetuando-se as entrevistas em maior profundidade de Vera Lúcia da Cruz Barbosa e Valmir Assunção, para verificar a trajetória, foram entrevistadas mais 19 pessoas: 4 membros da direção estadual do MST; 4 membros da direção da Tendência Articulação de Esquerda, atualmente articuladas em uma nova tendência (EPS); 4 assentados; o deputado estadual Marcelino Galo; o vereador de Itamaraju, Osvaldo Silveira Rocha; o vice-presidente do PT e membro da direção estadual do MST, Weldes Valeriano Queiroz; os atuais representantes pela Bahia na direção nacional do MST, Márcio Matos e Elizabeth Rocha; e os dirigentes nacionais do MST, João Paulo Rodrigues e João Pedro Stédile.

**Aplicação de Questionário** – sem dúvida nenhuma, os momentos de aplicação dos questionários foram extremamente produtivos e informativos. Extrapolavam ao ato de assinalar as respostas objetivas do formulário. A repercussão da conversa, depois, entre os assentados, sobre suas respostas foi uma experiência interessante. Esse processo ocorreu em cinco diferentes regiões do estado baiano, as quais foram selecionadas sob o critério do mapa eleitoral, no qual os deputados federal e estadual apoiados pelo MST obtiveram maior votação: Regional Extremo Sul, Regional Sudoeste, Regional Chapada Diamantina, Regional Sul, Regional Recôncavo. Foram aplicados 280 questionários, dos quais 240 foram aplicados em 33 assentamentos<sup>23</sup>, entre os meses de abril a agosto de 2011, compondo a amostragem dos assentados; 40 foram aplicados aos membros da direção, durante reunião da direção estadual em Barreiras, entre 10 e 12 de agosto de 2011, compondo a amostragem da direção estadual do MST-BA.

No processo de aplicação dos questionários, contei com o apoio de mais duas pessoas. A primeira é membro da equipe técnica que acompanha os assentamentos na Bahia e a segunda é Catarina Rocha, militante do MST. Esse processo exigiu uma reunião prévia com eles, para explicação da metodologia e cuidados necessários no momento da aplicação.

Foi necessária a criação de um programa para a sistematização dos questionários, o qual foi desenvolvido por profissionais. Estes desenvolveram o mesmo formulário em tecnologia WEB, usando como linguagem principal o PHP 5 e utilizando como banco de dados o Postgres 8.3. Foram necessárias 16 horas de desenvolvimento para a conclusão da solução. A aplicação foi hospedada na Web, em servidor próprio.

---

<sup>23</sup> A relação dos assentamentos constam ao final da tese, com as respectivas datas de aplicação dos questionários.

– Descrição da Solução passo a passo: 1 - Formulário WEB de entrada de dados; 2 - Consultas por demanda ao Banco de Dados da aplicação; 3 - Exportação para o Excell; 4 - Consolidação de tabelas; 5 - Geração de gráficos. O lançamento das informações para o ambiente virtual, após o término da aplicação, foi realizado por mim, com o apoio de Catarina Rocha. Esse material gerou um *survey*. Produzi um material impresso com a consolidação das informações, o qual, considerando o volume de páginas, não será anexado, conforme já assinalado, mas encontra-se à disposição para consultas. As informações necessárias para a construção deste trabalho podem ser identificadas no corpo da tese.

**Observação Participante** – tendo como pressuposto a compreensão de que sempre existe um “contínuo” entre as posições de uma trajetória individual e o conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo, considere fundamental observar os espaços coletivos nos quais esses indivíduos membros do MST e PT se organizam e orientam-se ao mesmo tempo. Assim, as reuniões, encontros, congressos e seminários foram fontes de observações, assim como o espaço do assentamento.

Mantive-me atenta quanto à realização dessas atividades nas organizações pesquisadas, já sinalizando para eles minha demanda em participar, principalmente no caso do PT, tendo em vista a minha pouca inserção nos espaços oficiais desse partido, como reuniões, encontros ou congressos. O MST, como informado, foi sempre acessível por causa da minha atuação junto ao movimento. Além de analisar as figurações desses espaços e as relações a eles características, confrontaram-se formulações coletivas e as opiniões individuais presentes nas entrevistas e nos questionários. Outra justificativa para a escolha desses espaços deveu-se ao fato de serem espaços de legitimação dentro das estruturas dessas organizações e formalmente reconhecidos pelos seus membros, portanto, espaços que definem as regras do “jogo”, as metas e as estratégias que orientam, em certa medida, as ações dos indivíduos filiados às organizações. Constituíram espaços de observação:

#### A) Espaços oficiais do PT

- 1) Encontro Estadual do PT em Salvador - 2010; e 2) IV Congresso Nacional do PT em Brasília-DF - 2, 3 e 4 de setembro de 2011.

#### B) Espaços e eventos da tendência Articulação de Esquerda

1) Reunião da Direção Ampliada da Articulação de Esquerda, realizada em Salvador nos dias 19 de março 2011; 2) Congresso Municipal de Salvador da AE, nos dias 29 de maio de 2011, 3) Congresso Estadual da AE em Salvador, em 23 de julho de 2011; 4) o que seria o Congresso Nacional da AE, em Brasília-DF, em 30 de julho; 5) Plenária para tratar da saída da tendência AE pelas delegações todos os membros da BA, parte dos de Santa Catarina e São Paulo, em 1º de agosto de 2011, Brasília; 6) Seminário de fundação de uma nova tendência no PT, por causa do rompimento entre os membros da AE-Bahia com a AE nacional, em Brasília, no dia 1º de setembro 2011.

#### C) Espaços do MST

1) Encontro Estadual de 2009 em Salvador, no período de 14 a 17 de dezembro 2009; 2) Encontro Estadual 2010 em Vitória da Conquista, no período de 17 a 20 de dezembro de 2010; 3) Reunião da Direção Estadual, cuja pauta incluiria o debate sobre as eleições, em Barreira - Ba, nos dias 10 a 12 de agosto de 2011; 4) Reunião dos Articuladores Políticos do MST em Salvador, em 27 de setembro de 2011, na qual se definiu o critério referente à participação dos membros nas eleições, tirando a seguinte resolução: os membros da direção do MST que também estiverem na direção do partido estadual ou forem candidatos devem optar por uma das direções, e no caso dos candidatos, estes devem sair da direção.

#### D) Campanha eleitoral

Acompanhei ainda no “tempo da política”, observando a campanha eleitoral dos deputados oriundos do MST, Valmir Assunção (federal) e Marcelino Galo (estadual), entre julho e outubro de 2010. Acompanhei as reuniões da coordenação da campanha, algumas plenárias e comissões, descritas ao longo deste trabalho. Também acompanhei algumas atividades com fins de pesquisa, durante a campanha eleitoral em 2010, especificamente a plenária com os movimentos sociais que declararam apoio às candidaturas de Valmir Assunção e Marcelino Galo, como representantes dos movimentos de luta pela terra, realizada em 17 de agosto de 2010; duas reuniões da coordenação da campanha, realizadas em 13 e 20 de setembro de 2010

(as quais aconteciam às segundas-feiras); o comício de lançamento da candidatura, em 31 de julho; e o último comício, em 2 de outubro de 2010, ambos realizados em Salvador). Trata-se de espaços nos quais busquei identificar algumas estratégias adotadas na construção das candidaturas.

#### E) Assentamento Lulão

Nas observações realizadas no assentamento Luís Inácio Lula da Silva, com fins de localizar na especificidade do assentamento os nexos sobre a representação política construída pelo MST-Ba, não classifiquei as conversas com os assentados como entrevistas propriamente – elas seguiram um fluxo de conversa para anotações no diário de campo e posterior análise. Algumas dessas conversas foram gravadas e transcritas e integram a construção do texto no capítulo V, sobre o olhar dos assentados acerca as eleições.

**Análise Documental** - também analisei os documentos que têm relação com o objeto de estudo, como, por exemplo, cartilhas, relatórios da direção estadual, cartas, resoluções do MST e do PT, programa do partido (descritos nas referências bibliográficas).

**Sobre os dados** – os quadros a seguir apresentam o perfil dos entrevistados. Dos 280 entrevistados, 58% são homens e 42% são mulheres:

**Quadro 1:** Perfil dos entrevistados segundo o sexo

% por SEXO				
Entrevistados	280			
% Sexo	Total	Percentual	Membros	Direção
<b>Homens</b>	<b>163</b>	<b>58%</b>	<b>133</b>	<b>30</b>
<b>Mulheres</b>	<b>117</b>	<b>42%</b>	<b>107</b>	<b>10</b>

**Quadro 2:** Perfil dos entrevistados segundo a função no MST

% de Tipos de Entrevistados				
Entrevistados	280			
	Total	Percentual	Homens	Mulheres
Diretoria	40	14%	30	10
Membros	240	86%	133	107

**Quadro 3:** Perfil dos entrevistados segundo o tempo de permanência no MST

Percentual de Tempo MST				
Entrevistados	280			
Tempos	Total	Percentual	Membros	Diretoria
1 a 5 anos	61	22%	60	1
5 a 10 anos	74	26%	68	6
10 a 15 anos	80	29%	68	12
15 a 20 anos	47	17%	33	14

**Quadro 4:** Perfil dos entrevistados segundo a escolaridade

Percentual de escolaridade				
Entrevistados	280			
Escolaridade	Total	Percentual	Membros	Diretoria
Não Estudou	30	11%	29	1
Primário	94	34%	92	2
Ginásio	55	20%	47	8
Nível Médio	79	28%	60	19
Ensino Superior	20	7%	12	8
Não informaram	2	1%	0	2
Não informaram o tempo	18	6%	12	06

**Organização dos Capítulos** – este trabalho organiza-se em seis capítulos. No primeiro, propus um diálogo multidisciplinar sobre democracia e representação política, com o intuito de demarcar os pontos de partidas conceituais que orientam as análises que se seguem nos demais capítulos. No segundo, debato a estratégia do MST-Ba em conciliar as ações diretas e a participação nas esferas de representação política no executivo e no legislativo. No terceiro capítulo, problematizo e analiso as relações do MST na Bahia e o Partido dos Trabalhadores. No capítulo quatro, pontuo as tensões, conflitos e divergências que marcaram essa experiência. No quinto, descrevo e analiso como os membros do MST vivenciam o “tempo da política”, na organização das campanhas e na mobilização dos eleitores. No sexto capítulo, reflito sobre as estratégias e ações dos representantes do MST-Ba nos espaços institucionais que refletem seus vínculos e ou afastamentos do conjunto dos membros do movimento. Ainda nesse capítulo construo um quadro referencial para compreender como os representantes oriundos do MST atuam como “mediadores políticos”, visando ao atendimento das demandas imediatas e por direitos.

Quanto mais a gente se expõe, mais possibilidades existem de tirar proveito da discussão e, estou certo, mais benevolentes serão as críticas ou os conselhos (a melhor maneira de liquidar os erros – e os receios que muitas vezes os ocasio-

naram – seria podermos rir-nos deles, todos ao mesmo tempo. (BOURDIEU, 2005b, p.19)



**CAPÍTULO I**  
**EM BUSCA DE UMA INTERPRETAÇÃO MULTIDISCIPLINAR DA DEMOCRA-**  
**CIA E DA POLÍTICA**



**Figura 1:** Bandeiras do MST contra o sol  
Fonte: Agência Brasil, 2010

A democracia é objeto de permanente disputa acerca de seus sentidos simbólicos e práticos. Debate-se acerca dos modelos de democracia representativa, em suas versões formalista, jurista ou ainda como democracia de governo ou democracia eleitoral, todas essas formas destituídas do político propriamente, mas apontadas como a única forma possível em face das sociedades de massa. Em confrontação aos modelos de democracia representativa, busca-se o reconhecimento de formas alternativas para a democracia, estas últimas imbuídas do desafio de responder às variadas demandas decorrentes da pluralidade social na atualidade.

Nesta tese, a democracia e a representação política são compreendidas como “processos interdependentes”, inconclusos e em disputa sobre suas significações e abertos em seu devir. Uma “democracia participativa” que vislumbra o alargamento do político, no debate do interesse público como bem comum, e resulta da conjugação das diferenças, sem abrir mão delas. É também necessário incorporar novas práticas aos espaços tidos como espaços clássicos de atuação da política (câmaras de vereadores, congresso, assembleia legislativa, prefeitura, partidos, etc.), por isso, é necessário também tornar a “representação política” democrática, como afirma Urbinati (2006).

Há, de um lado, análises e opiniões políticas que defendem que os movimentos sociais, ao se implicarem mais intensamente com o “campo político instituído”, são alvo de processos de cooptação de suas lideranças e de institucionalização. Para Martins (2004), por exemplo, essas dinâmicas fragilizam as autonomias e subordinam as decisões do movimento social e, portanto, diminuem significativamente as suas possibilidades de contribuição para os processos de democratização da política de modo geral. Para ele, ao contrário do que concluem algumas análises Carvalho (2002), o MST é um empecilho para a efetivação da emancipação das categorias empobrecidas e pouco ajuda para a construção da democracia no Brasil, à medida que, internamente, os métodos do movimento são “nada” democráticos.

Anuancando a interpretação de Martins (2004 e 2011) “sobre a não contribuição do MST para democratização do país”, esta tese posiciona-se ao lado daqueles que reforçam a ideia de que essas experiências – a participação dos movimentos sociais nos espaços políticos – têm contribuído para a produção de novas agendas e canais de negociação entre representantes e representados, diminuindo distâncias entre governantes e governados (BRINGEL, 2008; VITULLO, 2007; FARIA, 2006). É importante sublinhar as diferentes sensibilidades incorporadas no interior do “campo instituído” da política pelas lideranças que tiveram suas formações políticas no interior dos movimentos sociais. Sensibilidades que oportunizam outras leituras da realidade bra-

sileira e a criação de outras agendas no sentido de superar as tradicionais dicotomias entre os interesses dos representantes e representados, construindo assim novos espaços de negociações e contribuições substanciais para alterações de processos tradicionais no “campo político”.

A entrada de indivíduos com socialização política e com compromissos com seus movimentos estruturados historicamente e verificáveis em suas trajetórias de vida viabilizam uma nova mediação entre representantes e representados, mediação que inclui outras variáveis na construção do debate dos temas comuns para a esfera pública, superando inclusive as agendas elitistas atuais – até porque não é apenas a capacidade de debater que se apresenta como questão, mas, sobretudo, fazer as disputas para pautar agendas o mais próximas dos interesses dos cidadãos comuns e não apenas dos grupos privilegiados historicamente com a política. Chamo a atenção igualmente ao fato de que, para além do que é e o que deve ser a democracia, haja um potência que estimula os indivíduos nessa relação; por isso, a importância da minha reflexão para a construção dos porta-vozes do MST-Ba, havendo momentos que nos indicam coexistirem relações entre essas dimensões, isto é, ações orientadas para o campo instituído e ações para mudanças das figurações encontradas.

Nesse sentido, pareceu-me relevante percorrer, ainda que de maneira breve, uma pequena contextualização sobre as concepções e questões relacionadas aos debates sobre a democracia. Esse percurso, que vai desde as concepções contratualistas, concepções liberais até a democracia participativa, é um indicativo da polissemia do conceito, bem como localiza as diferentes interpretações, as quais serviram para a consolidação de diferentes experiências ao longo do século XX e ao contínuo debate no século XXI.

Assim, proponho de maneira breve, localizar a importância das teorias contratualistas e do discurso de legitimação pelo contrato social na consolidação do modelo representativo. Na sequência, realizo um debate sobre a hegemonização da democracia liberal no século XX, apontando alguns argumentos sobre a ascensão e posterior crise de democracia liberal. Apoio-me nas análises de Leonardo Avritzer e Boaventura Santos (2005); Vitullo (2007) e Bringel (2008), os quais defendem novas formas de representação e participação política, argumentando em prol de uma nova abordagem construída a partir das experiências geradas no interior dos movimentos sociais e das variadas formas de organização local e regional, sendo para eles experiências de democracia participativa; identificando-os como geradores de alternativas efetivas aos problemas da representatividade por meio de práticas de soberania participativa, descentralização do poder político e deliberações, a fim de construir um processo verificável “empiricamente” nos seus referentes democráticos.

# 1 AS DISPUTAS NA CONSTRUÇÃO DAS NOÇÕES DE DEMOCRACIA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

## 1.1 DEMOCRACIA NA GRÉCIA – UMA LEITURA CONTRAVERTIDA

A disputa pelo sentido de democracia pode ainda ser encontrada em referência a outro período histórico, anterior inclusive às chamadas sociedades modernas, como afirma Sell (2006) em relação às experiências em Roma, nas cidades da Idade Média ou mesmo na Itália durante o início da era moderna, e as destacadas referências às experiências de democracia grega (séc. VIII a.C.). Embora não pretenda me estender sobre isso, seria oportuno dizer que é recorrente o prolongamento desse debate que pode, inclusive, assumir feições comparativas entre diferentes experiências de democracia entre sociedade medieval e sociedade moderna<sup>24</sup>. A Grécia, por exemplo, aparece como experiência de democracia direta, na qual os cidadãos exerciam o poder sem intermediários ou representantes. Claro que isso também porta muitas controvérsias, posto que, para determinadas visões, por estar baseada na escravidão, a democracia grega não passou de um tipo de regime político das classes aristocráticas. Os gregos chamavam suas cidades de *polis* e a sua autonomia política era chamada de “autarquia” (poder próprio ou autonomia). Não obstante as controvérsias, esse fator foi fundamental para a formulação da ideia sobre democracia grega, pois cada cidade tinha independência para organizar-se da forma que “quisesse” (SELL, 2006).

Das cidades gregas, Atenas foi onde a o regime democrático com suas feições da época alcançou seu maior desenvolvimento. Primeiro ela foi governada por reis, depois por nove “arcontes”<sup>25</sup> e, finalmente, no séc. IV a.C., adotou o “regime democrático”, cujos governos de Sólon (594-593 a.C.) e Clístenes (508-507 a.C.) introduziram uma série de “mecanismos institucionais” pelos quais o povo passou a exercer, conforme os valores daquele contexto, “diretamente”, o poder político. Os principais institutos da democracia grega foram: a) *Ecclesia* – assembleia popular convocada 40 vezes ao ano; b) *Isegoria* – direito dos cidadãos

---

<sup>24</sup> Interessante estudo a respeito da democracia grega pode ser encontrado em FINLEY, Moises. **Democracia: antiga e moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

<sup>25</sup> Arconte era o título dos membros de uma assembleia de nobres da Atenas antiga, que se reuniam no **arcontado**. Inicialmente vitalício, mas depois passou para o período de dez anos. Os arcontes durante a “democracia ateniense” eram responsáveis por dirigir a vida religiosa da cidade e presidir às cerimônias do culto. Eles eram **sorteados** dentre os cidadãos e o seu mandato durava um ano.

maiores de 18 anos, homens livres, de se inscreverem e falarem nos debates na ágora, praça pública de debate; c) Conselho dos 500 – divisão sociopolítica da cidade, constituída de dez tribos, cada uma das quais elegia 50 membros para participar do Conselho dos 500, responsável em executar as decisões das assembleias; d) Ostracismo – quando alguém era apontado como culpado, podia-se colocar seu nome em uma ostra e, se considerado culpado de fato, era banido do grupo. Além desses mecanismos, destaca-se como grande contribuição à história política ocidental a clara distinção entre as esferas privada (reservada para mulheres e escravos) e a esfera pública (reservada para as atividades dos cidadãos). Para eles, a política se exerceria na esfera pública (coletiva), não sendo expressão do poder privado (SELL, 2006).

Fazendo coro com o artigo de Bringel (2008), recupera-se a reflexão de Castoriadis (1986), para quem a essência da vida político-democrática da Grécia antiga não é seu modelo, mas sim seu processo histórico instituinte, ou seja, as atividades e as lutas que se desenvolveram em torno da transformação das instituições e a autoinstituição explícita da *polis* como processo permanente. Sobre a democracia, cabe lembrar, como fez Mignolo, (2005) que o fato de os gregos terem inventado o pensamento filosófico não quer dizer que tenham inventado o pensamento. Em referência ao debate sobre democracia, Bringel ressalta que, embora a Grécia tenha vivido certo tipo de democracia não significa que vem de lá a substância essencial da noção democrática existente na contemporaneidade<sup>26</sup>. Para ele, existem outras epistemologias, outras formas de pensar a democracia, a maioria delas silenciadas e, inclusive, perseguidas pelo liberalismo democrático dominante (BRINGEL, 2008).

Conforme ainda destaca este autor, a democracia evoluiu historicamente através de intensas lutas sociais e, com frequência, foi também sacrificada em muitas dessas lutas. As tensões sobre seus rumos e significados estão arraigados em conflitos históricos, como aqueles que enfrentaram as convicções liberais contra a tirania e os Estados absolutos no século XVI; as lutas pelos direitos humanos no final do século XVIII; as lutas pelo acesso ao sufrágio universal durante o século XIX; ou os conflitos mais contemporâneos, plasmados, em grande medida, nos debates entre as perspectivas tecnocráticas, elitistas, pluralistas e radicais (BRINGEL, 2008). O que farei abaixo é um breve percurso de alguns debates sobre esse processo como forma de localizar aos leitores pouco familiarizados com o tema e para ao final

---

<sup>26</sup> Atualmente a Grécia passa por profundos abalos em seu “sistema democrático”, o qual, na contemporaneidade, tem feições neoliberais. A crise internacional tem colocado esse país numa profundo impasse quanto às suas instituições, ao crescente desemprego, à capacidade de cumprir os contratos fragilizados nas relações internacionais – tudo isso tem criado um clima de tensão. Tornou-se recentemente palco de grandes mobilizações populares contra a crise financeira que se instalou e tem sido apontada como o lugar das novas ondas de experimentações de medidas ultraneoliberais

me posicionar sobre os pressupostos que orientam o debate sobre democracia no contexto deste trabalho.

## 1.2 MUNDO MODERNO – DOS CONTRATUALISTAS À HEGEMONIA DA DEMOCRACIA LIBERAL

O mundo moderno caracteriza-se com ruptura com o paradigma teológico, cujos critérios de justiça e estratificação social eram fundados na lógica do divino. A tarefa do homem moderno era construir uma nova ética, uma nova política e um novo fundamento social, ajustados aos novos tempos e aos ideais de autonomia e de liberdade que floresciam e iluminavam a sociedade do século XVII. Destacam-se na formulação do novo paradigma moderno a escola do direito natural e a teoria racional do contrato social.

A primeira está consubstanciada na ideia de um direito estático, de um conjunto de regras expressas por normas positivas fundadas em leis naturais e inscritas de forma eterna e inalienável na natureza humana. Rompendo com o jusnaturalismo medieval, os jusnaturalistas modernos acentuavam que a nova racionalidade da vida individual e coletiva é uma racionalidade secular que deve prevalecer nas questões nacionais e internacionais (SANTOS, 2000, p.123).

Nesse sentido, a Renascença, as ideias iluministas e o discurso dos direitos naturais promoveram a reunião das forças políticas, econômicas e sociais que inauguram o Estado Moderno (CORRÊA, 1999). Para construir essa nova ética, essa nova política, enfim, uma organização social capaz de harmonizar liberdades individuais, vontades particulares em uma perspectiva de convívio social, era indispensável ao pensamento da época a construção do consenso dos indivíduos, principais atores do período (BOBBIO, 1994). O poder passava a ser compreendido como uma organização política, simbolicamente representada por um contrato firmado entre homens livres e iguais, posto por uma lógica de obediência diversa daquela devida ao pai em uma sociedade familiar, ou ao senhor na ordem social medieval. A consensualidade adjetivou o pacto, pois os indivíduos, em nome da preservação de sua liberdade, delegaram ao Estado poderes para agir de acordo com as leis que eles próprios prescreveram no momento da realização do contrato (BOBBIO, 1994, p.61).

Esse princípio de legitimação do poder encontra em valores como a liberdade, a

igualdade e a propriedade, bem como, no mito fundante do estado de natureza/sociedade civil, as razões de obediência à lei, ao Estado e ao Soberano. Destacam-se nas teorias contratualistas, Rousseau, Hobbes e Locke, os quais pensaram os fundamentos jurídico-políticos da modernidade e que, pode-se dizer, influenciaram sobremaneira a formação das modernas democracias. Em *O Contrato Social*, Rousseau deixa expressa uma das primeiras promessas do discurso moderno, que é “encontrar uma forma de associação que defenda e proteja, com toda força o comum, a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece contudo a si mesmo, permanecendo assim tão livre, quanto antes” (ROUSSEAU, 1998, p.20-21). Hobbes, pelo contrato social, idealiza o Leviatã – entendido como estado forte, sustentado por um pacto social hábil a por fim na violência nascida do exercício de potências por definição ilimitadas, potências que caracterizavam a sociedade retalhada do feudalismo medieval. O Leviatã detém, portanto, todos os direitos e apenas um dever: a garantia da paz, da segurança e do valor fundamental – a vida. Para Hobbes, o único direito que o homem não renuncia ao instituir o Estado civil é o direito à vida (1996, p.72). Já para John Locke, contratualista contemporâneo da Revolução Industrial, o espírito da modernidade está igualmente baseado nas luzes e na racionalidade humana e conta com o mercado, com o comércio, e com os direitos naturais. Locke coloca-se contrário ao pacto de submissão que institui o Leviatã de Hobbes, propondo um pacto que institui o Estado mínimo, no qual a transferência dos direitos é parcialíssima e o Estado, tido como juiz imparcial (CHÂTELET et al., 2000), é capaz de dirimir conflitos e resguardar os “direitos naturais” do homem, especialmente o direito à propriedade privada.

Embora haja divergências entre as propostas teóricas, tanto para Rousseau como para Hobbes e Locke a ordem política que advém do pacto social é a ordem da razão que põe termo à ordem dos desejos ilimitados, do arbítrio, da desigualdade e da corrupção (TOURAINÉ, 1996), constituindo-se no referencial teórico da aliança definitiva entre os direitos naturais e a sociedade civil (SERRER, 2003).

Ainda no marco de esclarecer a relevância do valor da liberdade para o mundo moderno, Châtelet destaca as concepções de Benjamim Constant, o qual traçou um paralelo entre o conceito de liberdade no mundo antigo e no mundo moderno. Para os indivíduos do século das luzes, pouco importava que a soberania fosse popular, monárquica, aristocrática – o que importava era a liberdade garantida pela limitação do poder do Estado. Popular ou não, a única soberania legítima é uma soberania limitada, pois nenhuma autoridade sobre a terra é ilimitada (CONSTANT apud CHÂTELET et al., 2000). Ele defende que o sistema representativo

constitui-se na modalidade de exercício do poder própria do homem moderno, que quer ver seus interesses defendidos, mas não tem tempo para defendê-los diretamente, pois a propriedade, as fruições privadas lhe são mais caras. Esse contexto de interpretações promove a definição de dimensões distintas de afazeres, a dimensão pública e a dimensão privada. A primeira é representada pelo Estado e a segunda, pela sociedade, os atores sociais. Assim, a liberdade para o homem moderno se opõe às concepções cívicas do mundo antigo, e a política se profissionaliza, deixando de se definir como expressão das necessidades da coletividade. Da mesma forma, a democracia se reduz a atos de controle, exercido por atores sociais sobre o poder político (SERRER, 2003); mesmo porque “a sociedade civil e, acima de tudo, as relações de mercado eram concebidas como autorreguladas, e era ao Estado que cabia garantir esta autonomia (SANTOS, 2000).

O Estado surge no mundo moderno graças ao aparecimento da sociedade civil. A sociedade não se confunde com o Estado, uma vez que este é o campo do político, do público. A sociedade civil é a esfera do econômico e do privado. Nesse caso, para Touraine, esse processo resulta em reivindicação de privilégios e direito de governar, feita por uma elite de sábios desligados das preocupações dos trabalhadores comuns, ou na redução do cenário político ao choque de interesses particulares (TOURAINÉ, 1996, p.42).

Tanto o discurso de regulação social como a necessidade de limitação do poder estatal e a adoção de critérios democráticos de soberania popular foram legitimados pelos direitos, em especial pelos direitos de liberdade e igualdade jurídica. Em nome desses direitos, o Estado foi expulso das relações sociais de produção, reduzindo a vinculação dos indivíduos com o poder político ao respeito das instituições jurídicas, bastando ao Estado, por sua vez, garantir o exercício de interesses individuais sem participar nas questões materiais sobre a qual se opera a vontade livre dos indivíduos (LUCAS, 2001, p.116).

Dessa maneira, a ação política é retirada do seio da sociedade e o Estado moderno passa a legitimar-se somente pela coerência lógico-formal do processo legislativo e das instituições de direito (LUCAS, p.117). Resulta daí o distanciamento dos indivíduos das questões políticas e sociais. Tais aspectos foram se incorporando aos modelos democráticos liberais.



### 1.3 DEMOCRACIA NO SÉCULO XX – DA DESEJABILIDADE DA FORMA AO CONSENSO PARA FORMAÇÃO DE GOVERNOS

O século XX destaca-se nesse debate da questão democrática, com a intensificação das disputas em torno dessa questão. Tal disputa foi travada ao final de cada uma das Guerras Mundiais e ao longo do período da Guerra Fria e envolveu dois debates: a) na primeira metade do século XX, o debate centrou-se em torno da “desejabilidade da democracia”, posto que, no século XIX, a democracia tinha sido considerada consensualmente perigosa. Avritzer (2005) localiza os autores que mobilizaram esse debate naquele período (WEBER, 1919; SCHMITT, 1926; KELSEN, 1929; MICHELS, 1949; SCHUMPETER, 1842). Se, por um lado, tal debate foi resolvido em favor da desejabilidade da democracia como forma de governo, por outro lado, a proposta que se tornou hegemônica ao final das duas Guerras Mundiais implicou em uma restrição das formas de participação e soberania ampliadas em favor de um consenso em torno de um procedimento eleitoral para a formação de governos (SCHUMPETER, 1842). O segundo debate girou em torno das “condições estruturais da democracia” (MOORE, 1966; O’DONNELL, 1973; PRZEWORSKI, 1985), em que se discutiram a compatibilidade e/ou incompatibilidade entre democracia e capitalismo:

Haveria, portanto, uma tensão entre capitalismo e democracia, tensão essa que, uma vez resolvida a favor da democracia, colocaria limites à propriedade e implicaria em ganhos distributivos para os setores sociais desfavorecidos. Os marxistas, por seu lado, entendiam que essa solução exigia a descaracterização total da democracia, uma vez que nas sociedades capitalistas não era possível democratizar a relação fundamental em que se assentava a produção material, a relação entre o capital e o trabalho. Daí que, no âmbito desse debate, se discutissem modelos de democracia alternativos ao modelo liberal: a democracia participativa, a democracia popular nos países da Europa Leste, a democracia desenvolvimentista dos países recém-chegados à independência. (AVRITZER, 2005, p.40)

À medida que o debate sobre o significado estrutural da democracia mudava seus termos a partir da última década do século XX, no pós-Guerra, com a extensão do modelo hegemônico, liberal, para o sul da Europa, ainda nos anos 1970, o debate que se colocou foi o problema da forma da democracia e da sua variação. Para Santos (2005), a resposta elitista dada por Joseph Schumpeter funda-se no que se poderia chamar de concepção hegemônica da democracia, considerando: a contradição que sua análise apresentou entre mobilização e institucionalização; a valorização positiva da apatia política, uma ideia muito salientada por Schumpeter,

para quem o cidadão comum não tinha capacidade ou interesse político se não para escolher os líderes, aos quais caberia tomar as decisões (1942, p.269, apud SANTOS, 2005, p.42); a concentração do debate democrático na questão dos desenhos eleitorais das democracias; o tratamento do pluralismo como forma de incorporação partidária e disputa entre as elites; e a solução minimalista para o problema da participação pela via da discussão das escalas e da complexidade (BOBBIO, 1986; DAHL, 1991, apud SANTOS, 2005, p.42). Para Santos (2005), quanto mais se insiste na fórmula clássica da democracia de baixa intensidade, menos se consegue explicar o paradoxo de a extensão da democracia ter trazido consigo uma enorme degradação das práticas democráticas. Segundo Santos,

A expansão global da democracia liberal coincidiu com uma grave crise desta nos países centrais onde mais se tinha consolidado, uma crise que ficou conhecida como a dupla patologia: a patologia da participação, sobretudo em vista do aumento dramático do abstencionismo; e a patologia da representação, o fato de os cidadãos se considerarem cada vez mesmos representados por aqueles que elegeram. Ao mesmo tempo, o fim da guerra fria e a intensificação dos processos de globalização implicaram uma reavaliação do problema da homogeneidade da prática democrática. (2005, p.42)

Ainda como elementos estruturadores de uma concepção hegemônica, ampliada na segunda metade do século XIX, Santos posiciona as argumentações de Hans Kelsen (1929); Joseph Schumpeter e Norberto Bobbio, como respostas elitistas às principais questões daquele período, quais sejam: a) a relação entre procedimento e forma; b) o papel da burocracia na vida democrática; e c) a inevitabilidade da representação nas democracias de grande escala. Para Santos (2005), as respostas dos três autores constroem uma concepção que vê a democracia pelo viés procedimentalista e incorpora uma visão elitista da democracia e uma forma apenas para formação de governos representativos. Sobre a questão da burocracia, a discussão sobre sua complexidade e sua inevitabilidade foi se fortalecendo na mesma medida em que as funções do Estado também foram crescendo com a instituição do *welfare state* nos países europeus e a burocracia vai mudando o tom para uma interpretação positiva. Norberto Bobbio é, segundo Santos (2005), o autor que mais uma vez radicaliza o argumento weberiano ao afirmar que o cidadão, ao fazer a opção pela sociedade de consumo de massa e pelo estado de bem estar social, sabe que está abrindo mão do controle sobre as atividades políticas e econômicas, em favor de burocracias privadas e públicas.

Uma última questão referente à representação em sociedade de grande escala associada a uma concepção hegemônica reside em se preocuparem apenas com a dimensão da auto-

rização. Ao abordar o problema da representação, ligando-o exclusivamente ao problema das escalas, ignora que a representação envolve pelo menos três dimensões: a da autorização, a da identidade e a da prestação de contas. Santos (2005) afirma que a representação não garante, pelo método da tomada de decisão por maioria, que identidades minoritárias irão ter a expressão adequada no parlamento e destaca este como sendo mais um limite da teoria democrática hegemônica: a dificuldade de representar agendas e identidades específicas (SANTOS, 2005). Essas questões não resolvidas remetem ao debate entre democracia representativa e democracia participativa, principalmente naqueles países onde existe maior diversidade étnica, entre aqueles com maior dificuldade em ter os seus direitos reconhecidos, nos países onde a questão da diversidade de interesses se choca com o particularismo de elites econômicas.

#### 1.4 CONCEPÇÕES CONTRA HEGEMÔNICAS – UMA RESPOSTA ALTERNATIVA À DEMOCRACIA

Pelo exposto acima, paralelamente às concepções ditas como elitismo democrático, na segunda metade do século XX surgia também um conjunto de concepções alternativas que podem ser denominadas como contra-hegemônicas. Embora essas concepções não tenham rompido com o procedimentalismo kelseniano, elas propõem outras respostas. Trata-se de negar as concepções substantivas de razão e as formas homogeneizadoras de organização da sociedade, reconhecendo a pluralidade humana. Tal concepção pode ser encontrada na obra de autores como Lefort (1986), Castoriades (1986) e Habermas (1984; 1995), nos países do norte; e Lechner (1988), Bóron (1994) e Nun (2000) nos países do sul, conforme classifica Avritzer (2005, p.51).

Além das contribuições desses autores, outro aspecto relevante para construção de uma concepção contra-hegemônica está no papel de movimentos sociais na institucionalização da diversidade cultural. Essa questão, que já está antecipada na crítica à teoria hegemônica feita por Lefort e Castoriadis, aparece mais claramente no debate democrático a partir da teoria dos movimentos sociais. Segundo Santos (2005, p.53): “os movimentos sociais estariam inseridos em movimentos pela ampliação do político, pela transformação de práticas dominantes, pelo aumento da cidadania e pela inserção na política de atores sociais excluídos”.

O MST, por exemplo, é um desses atores que surgem no Brasil, no final da década de

1970 e início de 1980, e que começa seu processo de estruturação interna e autonomização da CPT e do PT. O MST, ao mesmo tempo em que se constituía, passou a inserir milhares de pessoas no cenário político brasileiro, através das ocupações de terras, marchas e mobilizações, pressionando o governo brasileiro por reforma agrária e direitos sociais.

## 1.5 DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO SÉCULO XXI

O processo de democratização implicou a entrada de vários atores na cena política, nos anos 1970, e o resultado dessa ampliação foi justamente a disputa pelo significado da democracia e pela constituição de uma nova gramática social. As três questões – a) relação entre procedimento e participação social; b) burocracia e democracia e c) o problema da relação entre representantes e diversidade cultural e social – voltam à cena do debate, recolocadas pelas novas experiências vivenciadas sobretudo pelos movimentos sociais, os quais introduziram novas respostas a essas questões. Problematizando as relações de gênero, com as experiências dos movimentos feministas e de mulheres, de raça, de etnia, movimentos contra o privatismo dos recursos públicos, os movimentos sociais colocaram na ordem do dia a necessidade de se formular uma nova gramática social e uma nova relação entre Estado e sociedade (SANTOS, 2005, p.54).

O aumento da participação social também levou a uma redefinição sobre a adequação de soluções das experiências participativas nos países recém-democratizados do sul, transferindo práticas e informações do âmbito local para o âmbito administrativo, na construção de novas soluções. As formas de relativização da representatividade ou de articulação entre democracia representativa e democracia participativa parecem mais promissoras na defesa de interesses e identidades subalternas (SANTOS, 2005, p.55).

Tal opinião é também compartilhada por Vitullo (2007), que defende a incorporação, na análise sobre democracia, de outras vozes, outras perspectivas, outro tipo de acionar o não contemplado nem previsto pelo jogo das instituições, o que pode estimular também o olhar crítico desses movimentos sociais, os quais aspiram muito alavancar um processo democratizante no País, de maneira participativa e criativa.

Em sua proposta teórica, Vitullo problematiza criticamente um conjunto de estudos originários nas subdisciplinas classificadas como Estudos da “transitologia e consolidologia” no âmbito da Ciência Política. Para ele, esses estudos, ao subtraírem as variáveis econômicas

e sociais das análises, como forma inclusive de se confrontarem às correntes estruturalistas predominantes na academia na década 1950 e 1960, que apontavam para debilidade da burguesia nacional, a pobre estruturação das classes sociais, o domínio de uma cultura política autoritária e a dependência dos grandes centros econômicos e financeiros internacionais como fatores responsáveis pela ruptura dos regimes democráticos no passado, já não davam conta de analisar o cenário de transição dos regimes autoritários. As correntes da transitologia, partindo do pressuposto de que períodos de transição são caracterizados por uma indefinição e uma permanente mudança nos procedimentos ou nas regras do jogo, são, por sua vez, objeto de questionamento e de luta política. Deslocou-se, assim, o foco das suas análises para as elites políticas e para suas decisões, opções e estratégias. A democracia passou a ser vista, a partir de então, como o resultado das habilidades, tomadas de decisões e estratégias racionais seguidas pelos grupos dirigentes e atores políticos “mais relevantes” (VITULLO, 2007, p.23):

A disposição das elites, seus cálculos, suas negociações e os pactos que celebram determinarão, segundo essa perspectiva, as probabilidades de uma abertura para a democracia e as características mais marcantes que está irá assumir. Nessas análises, as distinções substanciais entre um sistema político e outro se explicam pelo tipo de funcionamento das elites dirigentes e pelos graus de compromissos, de cooperação e de confiança que manifestem, assim como pelo nível de diferenciação e de unidade que demonstrem... A necessidade de selar compromissos e a desejabilidade da celebração de pactos entre os encarregados do regime autoritário e os líderes do regime político nascente, ocupam, portanto um importante espaço nesses trabalhos

Assim, à medida que Vitullo (2007) elenca e problematiza as características das abordagens da transitologia – como, por exemplo, o excepcionalismo metodológico, justificado por essa abordagem pela excepcionalidade das situações estudadas e a inadequação das Ciências Sociais para analisarem períodos de estabilidade política, razão pela qual não poderia servir para analisar mudanças de regime, transições ou etapas de crise aguda, momentos marcados por profundas incertezas –, ele critica também as terminologias de referências lúdicas, como jogo, lances, jogados, tabuleiro etc., as quais, para ele, reforça a visão procedimentalista e reducionista dos processos; contrapõe-se à concepção sequencial e gradualista da concepção hegemônica que, ao expressar o argumento de que as possibilidades de uma transição bem-sucedida depende em grande medida da relação com os ritmos dos processos de restauração das instituições democráticas, tem uma visão evolutiva da democracia, a partir exclusivamente das instituições formais; critica ainda o aspecto das análises casuísticas, buscando um comparativo e aproximações dos casos estudados, pois para ele estariam embutidas nessas análises

o referencial excessivamente restritivo e formal do liberalismo democrático, ao tentar incluir num mesmo conjunto situações tão diversas como as vividas nos países da América Latina, da Europa Ocidental e do Leste, o que levou ao reducionismo político que, ao transladar experiências de outros contextos, o fizeram de um modo apriorístico e acrítico.

Concordando com as críticas de Wood (2003), Santos e Avritzer (2005) - Vitullo (2007) compartilha que a versão democrática liberal hegemônica é produto da ascensão e da consolidação das classes proprietárias, inicialmente frente à coroa, depois frente às multidões populares. Uma concepção democrática carente de todo conteúdo social, uma noção despolitizada de povo e essa definição passiva de cidadania são as que se têm imposto, deixando para trás a associação que existia entre um regime democrático e a iniludível presença de uma comunidade ativa de cidadãos, preocupados com a discussão e com a gestão coletiva dos assuntos públicos. Esses autores, junto aos quais posiciono meu ponto de vista, criticam a incapacidade do procedimentalismo presente nas concepções hegemônicas de democracia liberal, por estas não admitirem formas de democracia mais amplas nem a intervenção popular nas instâncias de tomada de decisão. Para eles, nas concepções hegemônicas liberais há uma redefinição da democracia que acompanha o processo de desvalorização do conceito de cidadania, impulsionada pelo desenvolvimento do sistema econômico capitalista e pela promoção de um arcabouço institucional que formalmente corporifica o poder popular, mas que na prática atua em prol de sua limitação e controle. Ao propor uma nova leitura dos processos democratizantes das experiências dos segmentos populares, dialogo com a seguinte perspectiva sobre os pressupostos da “democracia participativa” (VITULLO, 2007, p.53):

Tal inclusão exige, logicamente, uma mudança na própria forma de conceber e entender a democracia. Nos referimos a uma democracia muito menos institucionalista e ‘governocêntrica’ e muito mais ancorada no que acontece nas bases sociais, prestando especial atenção às aspirações, às ambições, às opiniões, aos movimentos e às atitudes dos setores populares e à relação que estes estabelecem com as instituições de representação e com o universo da política num sentido mais amplo, mais rico, mais abrangente.

Nesse sentido, minha pesquisa coaduna com essas perspectivas, entendendo a democracia como processo, posto que minha ênfase prioriza o vivenciar dos atores políticos na construção das suas representações políticas, o que, por um lado, constitui uma forma de contestação do votar nas elites historicamente estabelecidas. Nesse sentido, julgo importante priorizar as dinâmicas vivenciadas, não somente na campanha – como a expressão de uma nova forma de viver o político –, mas na socialização política construída ao longo das lutas dos

movimentos sociais, através da marcha, das mobilizações, na articulação de redes de solidariedade, no enfrentamento dos problemas estruturais, como a questão agrária, e na contestação do modelo de desenvolvimento do País via uma agricultura baseada nos monocultivos e concentração fundiária. Busquei ver a complexidade das vivências nos assentamentos e acampamentos pelo Brasil afora, os quais têm bandeiras locais e problemas nacionais e internacionais, como a solidariedade ao povo indígena na demarcação das suas terras e o enfrentamento das empresas multinacionais de silvicultura, como demonstro no capítulo sobre a luta nos assentamentos da região Extremo Sul da Bahia.

Numa combinação de lutas, o MST contesta a legitimidade apenas pelo viés legal, instrumental, atua no enfrentamento direto dos grandes proprietários e dos representantes dos segmentos ligados às condutas tradicionais do campo político, evitando apoiar candidatos/representantes alheios às suas bandeiras de luta, desconectados da sua realidade política. Coloca-se diante do desafio de construir candidaturas próprias, passando a exigir uma ressignificação da democracia que permita recuperar os sonhos, o que torna possível o enfrentamento das oligarquias locais que têm o lastro no poder econômico.

Ao adotar a compreensão da democracia como um processo – portanto, como democratização – julgo interessante mencionar a consideração de Carlos Nelson Coutinho (2008), que recupera a visão do filósofo marxista Georg Lukács, postulando que a democracia deve ser entendida não como algo estático, mas como um processo. Por isso ele julga ser sempre mais adequado falar em “democratização”. Ao fazer referência ao ensaio escrito em 1979, cujo título é “A democracia como valor universal”, salienta que, mesmo passadas mais de três décadas, não haveria muita coisa a mudar senão pelo título, agora para “A democratização como valor universal”, já que o que tem valor universal não são as formas concretas que a democracia adquire em determinados contextos históricos – formas essas sempre modificáveis, sempre renováveis, sempre passíveis de aprofundamento –, mas sim esse processo de democratização que se expressa essencialmente numa crescente socialização da participação política (COUTINHO, 2008). Procurei incorporar tal perspectiva a este trabalho, que busca a compreensão desses processos, nos quais os novos movimentos sociais, as críticas à representação tradicional e a emergência de novas formas de ação política expandem a definição de participação e abrem novos campos de intervenção e de criação de espaços públicos. Para Bourdieu (2005b), trata-se também de uma luta incessante para tornar as relações sociais menos arbitrarias, as instituições menos injustas, a distribuição de recursos e opções menos desequilibradas e o reconhecimento menos escasso.

## 2 O DESAFIO DO MST-BA NA PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL E LUTA COTIDIANA POR UMA AGENDA DE TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Ao se deparar com o desafio da complementaridade entre o espaço instituído da política e sua dimensão instituinte, o MST coloca-se à prova constante, desafia os riscos implicados pela institucionalização, coloca-se a problematização cotidiana para não desradicalizar sua luta política. A experiência de ter um dos seus representantes no posto de Secretário de Estado, por exemplo, não resultou em arrefecimento das deliberações de enfrentamento ao Governo Wagner, na Bahia. Por sucessivas vezes, o MST ocupou a Secretaria de Agricultura e o órgão estadual responsável pelas ações de Reforma Agrária – a Coordenação Desenvolvimento Agrário (CDA). Durante os dois mandatos desse governo, o MST manteve seu calendário de luta, realizou marchas e mobilizações para cobrar os acordos relativos à reforma agrária na Bahia e no Brasil, ocupou fazendas ligadas a multinacionais no Extremo Sul da Bahia; organizou cursos de formação junto a outros segmentos sociais, para debater e formar uma perspectiva popular das lutas sociais, como a jornada de formação da juventude realizada em 2011, em todas as regiões do MST-Ba; manteve as reuniões periódicas com outros movimentos que integram a Via Campesina, para pautarem as reivindicações da luta por reforma agrária, como forma de enfrentar o desafio para não domesticar suas demandas. Assim, a luta por representação política não se tornar o fim em si mesmo, mas integra-se a uma estratégia que prioriza a mobilização e construção de um lastro na relação “direta” com as famílias e outros movimentos sociais. São processos que, a meu ver, ajudam na democratização do espaço público e animam a participação de várias pessoas que historicamente não estavam contempladas numa forma de participação social.

Assim, fica claro que o entendimento do MST sobre a luta por representação no campo político integra-se como mais uma tarefa da organização para problematizar e disputar espaços que possam ajudar no atendimento das demandas populares, na ampliação de direitos e na luta pela democratização do espaço e do conteúdo político no Brasil. Por outro lado, abster-se dessa luta pela participação no campo político, como disse José de Souza Martins (2004, p.21), seria querer ser político negando aquilo que é essencialmente político, esvaziando, portanto, seu potencial para construir relações com outros atores sociopolíticos e com a própria esfera estatal.

Os sentidos atribuídos pelos assentados à democracia, durante a pesquisa, demons-



tram seu ideário sobre democracia. A positividade e os limites que atribuíram também expressam o desejo de fazer a disputa sobre esse debate, relacionando o sentido de positividade a outros conceitos ou adjetivos como, por exemplo, a conquista de direitos, luta por reforma agrária, liberdade, igualdade, demonstrando o uso verdadeiramente heurístico desse conceito no “processo de democratização”. Isso é também expressivo da capacidade desses atores em estabelecer conexão entre a sua luta e os processos democratizantes que vivenciam como, por exemplo, a luta por direitos sociais (educação, saúde, moradia etc.) e democratização da terra.

Identifiquei, através da aplicação de questionários com militantes e assentados do MST-Ba, a recorrência de sete sentidos atribuídos à ideia de democracia – direitos, liberdade, respeito, participação, igualdade, luta, poder – e outros sentidos mais gerais, como reforma agrária, soberania social, união, educação etc.

**Quadro 5:** Os sentidos da democracia para militantes e assentados do MST

Sentido Atribuído	Percentual de frequência
Direitos	36%
Liberdade	14%
Respeito	5,36%
Participação	4,3%
Igualdade	2%
Luta	2%
Poder	2%
Outros (reforma agrária, união, soberania)	17, 14%
Responderam (não sei)	3%
Não responderam	14,2%

### 3 TECENDO O DIÁLOGO PARA UMA PERSPECTIVA MULTIDISCIPLINAR

Julgo importante também mencionar que alguns pressupostos presentes nas análises são resultantes das reflexões contidas nos estudos de Breno Bringel (2008), que, ao abordar os processos de democratização e sua relação com os movimentos sociais, identifica quatro “fronteiras” que impedem uma análise multidimensional dessas relações: ao falar sobre a primeira – a fronteira da ciência –, problematiza que, em face da complexificação das sociedades contemporâneas, tornam-se mais fecundo os estudos sobre os movimentos sociais de um modo geral e, em particular, a relação desses com os processos de democratização, geralmente abordada através das perspectivas da Sociologia, História e Ciência Política, quando se opera numa chave de interdisciplinaridade, com a incorporação de outras disciplinas que no passado foram marginalizadas, como a Geografia, por exemplo. Destaca-se a relevância desta última, para o entendimento das relações entre protesto, natureza e território e a construção de espaços de democracia radical baseados nas práticas espaciais dos movimentos e as relações internacionais que permitem aprofundar o estudo da dimensão global, das redes e ações coletivas transnacionais etc.

Na perspectiva da tentativa desse diálogo interdisciplinar, deparei-me com uma das minhas maiores dificuldades, que foi justamente construir um diálogo com leituras que vão desde Ciência Política, Sociologia até Antropologia Política. Sei exatamente que essa escolha, obviamente realizada por força da complexidade das relações aqui analisadas, podem se constituir uma das minhas maiores fragilidades, mas é também sem dúvida um desafio que me ajudou a avançar neste trabalho de pesquisa, e na compreensão mais ampla sobre essa problemática.

Ainda sobre a fronteira da ciência, Bringel (2008) chama atenção para o próprio sentido da ciência, ou do científico, no desafio dos estudos sobre os movimentos sociais, os pressupostos epistemológicos de onde partem os processos de pesquisa sobre os movimentos sociais, os quais incidem no desenvolvimento de uma pesquisa, à medida que há diferentes formas de abordar e conhecer o mundo. Ao identificar o problema inter-relacionado com os referenciais epistemológicos, o metodológico, ressalta a relevância da complementaridade de uma “hipótese compreensiva”, pela qual é possível visualizar as dimensões mais esquivas à verificação explicativa - empírica dos fatos. Destaca como fundamental para a compreensão do objeto estudado considerar as intuições, práticas internas, convicções e subjetividade coletivas. Poder-se-iam analisar, assim, o sentido da mobilização, suas simbologias, práticas inter-

nas e sua incidência, nesse caso, na democratização. Tal pressuposto me fez, inclusive, problematizar vários elementos da pesquisa – como, por exemplo, no final da aplicação dos questionários, em que consegui através do exercício problematizador das respostas objetivas dadas pelos assentados, a partir do esforço com a ajuda inclusive da banca de qualificação pelo fato de algumas perguntas serem desnecessárias ou ter elementos implícitos que direcionavam certas respostas. Essa situação me levou a campo novamente e às anotações do diário de campo, buscando uma análise compreensiva das questões, situações, fluxos de relação, tensões que a objetividade dos questionários não puderam me fornecer. Assim, muitas das respostas dadas não foram a conclusão, mas sim o ponto de partida para a reflexão.

Um exemplo dessa situação foi perguntar ao assentado se ele era contra ou a favor de o MST ter candidatos. A resposta majoritariamente a favor foi o dado obtido no primeiro momento, o que, de partida, poderia ser explicado pelo centralismo democrático do MST; todavia, não me informava como o MST conseguia essa adesão majoritária; ou, ainda, problematizei a própria formulação da questão, entre favoráveis e contrários, que depois pareceu-me pouco plausível que alguém quisesse, pelas próprias tensões internas, colocar-se publicamente numa posição de contrário, justamente pelos elementos simbólicos presentes nessas relações. Muitas questões funcionaram posteriormente como problematização sobre minhas fragilidades metodológicas no momento da formulação e aplicação do questionário, situação que busquei reparar na sequência da pesquisa, obviamente com a ajuda do orientador deste trabalho e da banca de qualificação, no manuseio dos outros recursos metodológicos que integraram minha pesquisa, sobretudo pelas anotações do diário resultado da observação em campo.

Ao tratar da segunda fronteira – o Estado-nação – que estabelece as conexões entre diferentes escalas, do local ao global, que interferem nos processos de democratização a partir da espacialidade da política. Bringel considera que a análise da relação entre movimentos sociais e democracia, tendo em conta essa fronteira, implica pensar como os movimentos sociais se organizam para atuarem no cenário internacional, quais são as atividades e vias de participação abertas nesse contexto, qual é o seu novo repertório de ações coletivas e, ainda, quais são as influências ou impactos desses movimentos sociais nas relações internacionais, e, em concreto, na democratização dessas relações. Nesse sentido, o movimento antiglobalização vive um momento de redefinição, com uma revalorização do lugar, um maior protagonismo das redes sociais do sul global – o autor cita, como exemplos, que certas demandas, como a soberania alimentar (que surgiu em 1995, no seio da via campesina, como alternativa à proposta de segurança alimentar discutida pela FAO) continuam sendo pleiteadas global-

mente, mas são construídas localmente, a partir das espacialidades dos movimentos sociais que conformam essa rede, a exemplo do MST no Brasil, a Federação Bartolina Sisa na Bolívia ou a União Nacional de Camponeses (UNAC) em Moçambique, enfrentando-se assim as especificidades da construção dessa demanda (ou de sua desconstrução local) nos diferentes contextos locais, nacionais e regionais.

Com tal abordagem, consegui captar os nexos entre a problemática no Extremo Sul da Bahia, através da experiência do assentamento Lulão e suas dimensões internacionais. As ações locais dos assentados e pequenos agricultores no enfretamento das grandes propriedades de silvicultura questionam o modelo da agricultura que, ao invés de promover a redução da concentração fundiária a amplia, bem como questiona a expulsão do pequeno agricultor das suas pequenas propriedades, levando-os à condição de trabalhadores dessas grandes empresas multinacionais, cujo núcleo de decisões encontra-se em outros países, como a Stora Enso<sup>27</sup> por exemplo. Assim, essa experiência mostra os nexos de luta que é travada por esses trabalhadores/assentados no plano local, mas que remete às esferas nacional e internacional.

Ao abordar a terceira fronteira, a da institucionalidade, Bringel destaca que na relação com a democracia os movimentos sociais respondem a uma dinâmica complementar, de dupla direção: a dialética entre o âmbito instituído e o âmbito instituinte. No instituído, o eixo central é o impacto da atuação dos movimentos sociais nas “democracias realmente existentes”, mas é no instituinte que está o eixo fundamental para a criação de novas experiências democráticas, que vão além do âmbito do instituído. Nas experiências analisadas, identifiquei muitas ações do MST que contêm elementos desse processo, seja nas ações de organização interna seja nas ações externas junto ao poder público. Embora haja diferentes opiniões sobre diferentes dinâmicas, arranjos e espaços de atuações, não identifiquei uma postura de colocar-se numa perspectiva exclusivista de uma pela outra, mas de atuação sincronizada e simultânea, sem pretender com isso adotar a fórmula da complementaridade pela complementaridade, mas ações sincronizadas que incluem contestações, tensões e críticas que resultam em formulações, propostas e aprendizados, os quais sinalizam para uma perspectiva de ampliação dos espaços de debate e democratização da política, conferindo um sentido mais ativo, prático na vida das pessoas envolvidas nesses processos.

---

<sup>27</sup> A empresa sueco-finlandesa Stora Enso é a maior produtora mundial de papel e cartão, produzindo sozinha o dobro da produção de papel do Brasil. Dona de um faturamento anual de aproximadamente EUR 15.2 bilhões, a Stora Enso tem 50% das ações da Veracel Celulose S.A., localizada no sul da Bahia, uma das maiores fábricas de celulose em linha única do mundo e, também, produz papel para impressão de revistas e catálogos no Paraná, em Arapoti. Na Europa, a Stora Enso é o resultado da união de duas empresas tradicionais. Ela foi criada em 1998, a partir da fusão da sueca Stora com a finlandesa Enso.

A quarta e última fronteira destacada por Bringel, e que me ajudou a pensar esta experiência, foi a fronteira do momento histórico. Esta se refere à ênfase das análises sobre movimentos sociais e democracia, associando-a a uma conjuntura histórica específica. Trata-se das transições políticas, por ocasião da passagem de regimes autoritários para regimes democráticos, “mais ou menos consolidados”, questionando as “transições políticas” como referência fundamental para os estudos entre movimentos sociais e democracia. Propõe adicionar o “contínuo” dos movimentos sociais no jogo democrático, sob o enfoque multidimensional, em que os movimentos sejam considerados não somente propulsores de processos de democratização, mas também protagonistas de uma contínua reinvenção da política democrática, respeitando as políticas das memórias (BRINGEL, 2008). Ao somar as análises que identificam a disputa pelo conceito de democracia, Bringel destaca que:

[...] De forma geral na história de enfrentamentos pelos sentidos da política democrática, subjaz a luta por determinar se a democracia significa, por um lado, algum tipo de poder popular – uma forma de vida em que os cidadãos participam no *autogoverno* e na *autorregulação* –, ou se, por outro lado, trata-se simplesmente de uma contribuição à tomada de decisões – um meio de legitimar as decisões dos eleitos, de vez em quando, por votação (os ‘representantes’), para exercer o poder (Held, 1996, p.20). Essas duas formas de pensar a democracia nos levam, em última instância, a disputas incessantes entre uma *definição substancial* e uma *definição procedimental*, à pugna entre um *plano descritivo* (o que é a democracia) e um *plano prescritivo* (o que deve ser a democracia), que não podem transitar por caminhos separados. (BRINGEL, 2008, p.458. Grifos do autor)

Apoiado nas leituras de Touraine (1997), o autor permite pensar uma dupla face da democracia, a partir de suas relações com os movimentos sociais: de um lado, a democracia como demanda e, de outro, a democracia como criação social. A primeira baseia-se numa perspectiva mais exógena, baseada nas ações coletivas que estão orientadas para incluir novos conteúdos e dimensões para a democratização política, a exemplo do que identifiquei nas redes de atuação e a estruturação dos diferentes tipos de demanda construídos pelo MST com outros movimentos sociais e organizações civis. A segunda privilegia uma perspectiva mais endógena – e mais abandonada pelos teóricos dos movimentos sociais e da democracia – cujo epicentro são as práticas quotidianas dos atores sociais, sua composição e organização interna, a horizontalidade nos espaço deliberativo e a igualdade de gênero (BRINGEL, 2008); situação que pude exercitar sobremaneira quando observei as dinâmicas internas do MST-Ba na construção das relações para plasmar sua representação política no campo institucional; as quais me levaram a convergir em algumas análises de Bringel acerca das ações do MST. Bringel

(2008) considerou o movimento como caso paradigmático no Brasil. Para ele, uma das principais características do MST é que sua luta pela democracia não está restrita à democratização do uso da terra ou das instituições políticas, mas arraigadas na democratização política e social em um sentido mais amplo, justificada por quatro aspectos importantes, quais sejam: as várias ações coletivas (marchas, mobilizações e ocupações) através das quais interpela o poder político quanto à necessidade de tornar mais operativa a democracia realmente existente; através das rádios comunitárias, circulação de jornais, revistas e vários outros projetos contra-informativos, em parceria com outros atores sociais, diversificando o fluxo de informação controlado pelos meios de comunicação hegemônicos; contribui para ampliar o espaço participativo não somente através da sua presença na cena política local, nacional e internacional, mas também através de iniciativas paralelas, como a proposta de consultas populares, a exemplo do plebiscito popular sobre a estatização da Vale do Rio Doce, em setembro de 2007; e a influência na agenda de políticas públicas. Em todas essas dimensões, o MST contribui para a democratização, pensando a democracia como demanda, a partir da exteriorização de suas ações. O autor entende que um dos principais motivos do “êxito” do MST como movimento social é que ele não se restringiu à luta pela democracia como proposta, em suas interações políticas, mas buscou criar espaços próprios de exercício de democracia (radical) em suas práticas sociais e espaciais, articulando habilmente ambas as dimensões (BRINGEL, 2008).

Após essa incursão pelas leituras sobre democracia, para nortear as análises da experiência do MST, adotei uma abordagem que privilegia uma compreensão processual da democracia – portanto, seria mais adequado dizer, compreender os eventos como integrantes dos processos mais amplos de democratização da democracia, assim posicionando este trabalho junto àqueles que privilegiam tanto os aspectos instituídos, naquilo que foi possível estruturar durante muitos anos, quanto na abertura para transformações sucessivas com vistas a torná-la mais inclusiva e participativa, com uma noção do político e da política efetivamente democráticos. Abaixo, mantereí a mesma proposta de, com brevidade, analisar mais detidamente algumas leituras relacionadas aos aspectos da *representação política*, considerando sobremaneira a centralidade desse debate quando analisei a participação do MST-Ba no processo de disputa por *representação política no campo instituído* da política – este compreendido em suas feições atuais como *regime democrático representativo*. Democracia e representação, embora um processo não seja redutível ao outro, têm suas afinidades e correlação; por isso, me parece fundamental explicitar pelo menos aqueles aspectos que são imprescindíveis para dar uma referência dos pressupostos dos quais parti para chegar a certas análises.

#### 4 PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA CONTEMPORANEIDADE

O MST da Bahia, num ato deliberativo, em 1996, resultante do debate na direção estadual, pôs em discussão, no seu encontro estadual no assentamento 40 45, se o MST deveria entrar ou não na disputa para eleger membros que atuassem como representantes nos espaços “formais” do campo político brasileiro. Pois bem, esse debate e a aprovação da participação foram fundamentais para conferir contornos a uma dinâmica que na prática já acontecia, pois como registram as narrativas, um ano depois de fundação do MST no estado, ou seja, em 1988, uma das suas militantes – Rubneuzza Leandro – foi lançada candidata à prefeita de Itamaraju, cidade sede do MST no Extremo Sul do Estado, naquela época. O que significou a deliberação de colocar membros na disputa pelas vagas na esfera da democracia representativa? Como se processou essa estratégia? As respostas a essas questões foram objeto de análise ao longo desta tese. É necessário, contudo, anterior à explicitação das respostas, realizar uma breve contextualização sobre o debate, implicando as noções de representação na contemporaneidade, com a finalidade de também expor o ponto de vista com o qual trabalhei nesta tese.

Recupero de início as reflexões de Luís Felipe Miguel (2008). Referenciado no debate clássico entre representação e comunidade, ele sublinha as dificuldades na atualidade, diante do surgimento de novas identidades, para se pensar a representação da maneira como fora concebida no passado e que vigora até hoje – ou seja, o modelo de representação política, fortemente ancorado no pressuposto do sujeito uno (um homem, um voto), enfrenta hoje enormes dificuldades para se adaptar ao descentramento das identidades. Tal situação é extremamente complexa e torna a representação ainda mais difícil quando se considera que os pertencimentos dos grupos na atualidade são, muitas vezes, cruzados, e que nenhum desses grupos apreende por inteiro seus integrantes e, por conseguinte, os porta-vozes são sempre incompletos. Poderia, nesse aspecto, olhar para os integrantes do MST simultaneamente orgânicos do Partido dos Trabalhadores e atuantes em outros espaços públicos, cargos políticos entre outras atribuições sociais e políticas.

Miguel (2008) argumenta sobre a dificuldade que seria operar na contemporaneidade com democracias diretas, e que, portanto, a democracia representativa, torna-se operativa diante da extensão dos Estados para que todos se reúnam; este é muito populoso para que se possa imaginar um diálogo que incorpore cada um de seus cidadãos; as questões políticas são complexas demais para que se dispense a especialização dos governantes, e os afazeres privados, por sua vez, absorvem demais cada um de nós, reduzindo ao mínimo o tempo para a par-

ticipação política. A incorporação de tantos grupos ao *demos* (trabalhadores, mulheres, imigrantes)<sup>28</sup>, ampliou a profundidade das clivagens em seu seio, tornando indispensável a existência de alguma forma de mediação. Miguel (2008, p.164) assinala que a representação política é incondicional para qualquer tentativa de construção da democracia em Estados nacionais contemporâneos; todavia não se pode obscurecer o fato de que ela encerra enormes contradições, como por exemplo: trata-se de governo do povo em que o povo não está presente no processo de tomada de decisão; como permitir a livre expressão dos interesses em conflito e ainda assim manter uma unidade mínima, sem a qual nenhuma sociedade pode existir, o fato de que a igualdade formal de acesso às decisões não resolve os problemas colocados pelas desigualdades reais que existem na sociedade: ou ainda a possibilidade de manipulação da determinação da vontade coletiva, através de normas de agregação de preferências. Trata-se de problemas que as instituições democráticas tendem a solucionar da mesma forma através da *accountability* (MIGUEL, 2008).

Isso se refere ao controle que os poderes estabelecidos exercem uns sobre os outros (*accountability* horizontal), mas, sobretudo, à necessidade que os representantes têm de prestar contas e se submeter ao veredicto da população (*accountability* vertical). O ponto culminante da *accountability* vertical é a eleição, que, assim, ocupa a posição central nas democracias representativas, efetivando os dois mecanismos centrais da representação política democrática, que são a autorização, pela qual o titular da soberania (o povo) delega capacidade decisória a um grupo de pessoas, e a própria *accountability*. (MIGUEL, 2008, p.165)

Sobre a *accountability* (vertical), no entanto, não encontram mais do que uma pálida efetivação na prática política. A capacidade de supervisão dos constituintes sobre seus representantes é reduzida, devido a fatores que incluem a complexidade das questões públicas, o fraco incentivo à qualificação política e o controle sobre a agenda, o que levou, nos países de democracia concorrencial, ao aumento do desencanto com os mecanismos representativos, sinalizado pelo aumento dos índices de abstenção eleitoral, erosão das lealdades partidárias e manifestações de alienação (MIGUEL, 2008). O autor afirma que, independentemente da explicação preferida, há o reconhecimento do descrédito generalizado da atividade política, que substituiu a mobilização coletiva dos 1960 e 1970, voltada a distender os limites das democracias ocidentais. Mas embora haja uma forte concordância quanto ao valor da democracia, na qualidade de autogoverno popular, os cidadãos não se sentem representados, isto é, estão enfraquecidos os laços que idealmente deveriam ligar os eleitores comuns aos parlamentares,

<sup>28</sup> (Demos = povo, Kratein, Kratos = governo).



candidatos, partidos e, de forma genérica, aos poderes constitucionais. Mobilização extraeleitoral e apatia são respostas diferentes – a primeira indica a esperança de mudança, enquanto a segunda revela ceticismo – mas ambas se opõem à adesão confiante no sistema político que o bom funcionamento da representação deveria disseminar (MIGUEL, 2008).

Diante desses desafios e do quadro de fragilidades da democracia representativa, o autor, em face de um conjunto de proposições que tenta superar, em não sendo possível, pelo menos minimizar essas fragilidades fornecendo indicativos de caminhos possíveis para os processos democratizantes, propõe uma aproximação das correntes *participacionistas* e o *multiculturalismo*. A primeira corrente, que tem nos seus precursores intelectuais Rousseau e John Stuart Mill, compreende a democracia como um processo educativo (e integrador). Na contemporaneidade, os *participacionistas* não advogam pela redução do tamanho do Estado Nacional, insurgem contra a rígida separação entre Estado e sociedade civil, advogam pela implantação de mecanismos democráticos nos espaços da vida cotidiana, notadamente bairros, escolas, locais de trabalho e família – pressupõe-se com essa abordagem que esses espaços promoveriam a participação política. Dadas as dificuldades operacionais das decisões mais amplas, seria necessário a combinação com a estrutura de representação piramidal, sem o prejuízo do benefício do incremento participatório e a ampliação da capacidade de controle sobre os representantes.

Já para os *multiculturalistas*, que se opõem à premissa liberal de que somente os indivíduos são sujeitos de direitos, defendem a relevância e a legitimidade dos grupos na arena política. O reconhecimento da pluralidade de grupos sociais, que o multiculturalismo sustenta, entrelaça a questão da comunidade com a questão da justiça, apontando que o desafio da constituição de uma comunidade política legítima só pode ser superado com a ampliação da justiça interna a essa comunidade. Nesse sentido, não deixando de reconhecer as diferenças entre essas abordagens, elas mantêm alguns indicativos de valores que devem presidir minha busca, quais sejam: aprofundamento da democracia, aproximando-a do sentido original de “autonomia coletiva”; aprofundamento da justiça, contemplando a diversidade de modos de vida justapostos nas sociedades atuais.

A vivência do MST, como pude observar durante a pesquisa, e que procuro demonstrar ao longo deste trabalho, ao plasmar uma conjugação de ações diretas com as famílias e a construção dos seus representantes internos, e o modo como se desafiam cotidianamente a manter seus vínculos, pode ser uma referência do exercício que tenta conjugar participação e representação política como processo organizador de inclusão e ampliação de participação.

Igualmente procuro demonstrar como se estrutura esse vínculo entre os diferentes níveis organizativos do MST, através da mediação interna entre as famílias que estão nas instâncias em nível do assentamento, e nos núcleos de famílias e membros que estão nos espaços de direção via suas participações práticas nos encontros, marchas, assentamentos, acampamentos, alimentados pelos debates, pelas diferenças de opinião, convergências e na elaboração de propostas para as diferentes agendas. São situações e contextos que amalgamam o vínculo entre os membros localizados nos diferentes espaços que compõem a estrutura organizativa do MST.

#### 4.1 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA INTERPRETADA COMO *RELACIONAMENTO DIFERENCIADO*

Outro estudo em que julguei haver conectivos com os pressupostos contidos nesta tese são as leituras de Iris Young. A partir da problemática sobre a representação especial de grupos sub-representados, especificamente minorias ou sujeitos das desigualdades estruturais, Young (2006) defende que, numa sociedade de massa, a “representação” e a “participação” se requerem uma a outra para que haja uma política plenamente democrática. No contexto desse debate, algumas oposições são identificadas com o argumento de que a representação de grupos especiais poderia resultar num congelamento de relações que são fluidas, numa identidade unificada, o que poderia recriar exclusões opressivas e não identificadas com as diferenças no interior de cada grupo. Sobre essa crítica, a autora salienta que esta advém da interpretação da representação como identidade, e que, sob esse ponto de vista, não seria possível nenhum representante único falar por qualquer grupo, já que os indivíduos que o compõem mantêm relacionamentos por demais entrecruzados. Segundo Young (2006, p.142):

Muitos dos discursos sobre a representação assumem implicitamente que a pessoa que a representa se põe numa relação de substituição ou identidade com os muitos representados, que ele ou ela está presente por eles em sua ausência. Contrariamente a essa imagem da representação como substituição ou identificação, conceitualizo a representação como um *relacionamento diferenciado* entre atores políticos engajados num processo que se estende no espaço e no tempo. Considerar a temporalidade e a espacialidade mediada do processo de representação decentraliza o conceito, revelando tanto oportunidades quanto riscos políticos.

É justamente nessa visão sobre *relacionamento diferenciado* que identifico a analogia com o processo de *socialização política* resultante da participação dos membros que compõem o MST, nas atividades que constroem ao longo do tempo. É justamente essa socialização política um dos elementos que compõem o quadro de variáveis que torna possível a escolha/decisão dos membros autorizados pelo coletivo a participarem das disputas pela representação política. Young tem uma posição bastante firme sobre a relevância do papel da representação no contexto de intensificação e complexificação da rede da vida social moderna, em que decisões, ações que são desenvolvidas em âmbito local guardam também conectivos com eventos e decisões globais. Para ela, nenhuma pessoa pode estar presente em todos os organismos deliberativos cujas decisões afetam sua vida, pois eles são numerosos e muito dispersos, razão pela qual, para ela, a tese de opor democracia direta à representativa não seria o melhor mecanismo para avançar na participação e na efetivação da democracia, considerando que no ideal democrático as instituições representativas não se contrapõem à participação cidadã – antes, requerem-na para serem eficazes.

Para argumentar sua concepção de representação como relacionamento, Young problematiza a ideia de “democracia autêntica” vinculada ao entendimento de, necessariamente, os cidadãos se encontrarem num mesmo espaço para tomar suas decisões numa ocasião. à maneira de uma reunião de âmbito local, assumindo uma identidade dos governantes e dos governados. Os críticos da representação a rejeitam porque as instituições representativas separam o povo do poder, ou seja, aqueles que fazem as regras não são idênticos a todos aqueles que são obrigados a segui-las. Todavia, para a autora, é impossível captar os atributos essenciais dos eleitores, o singular bem comum que transcende a diversidade de seus interesses, experiências e opiniões. A objeção que alguns fazem à noção da representação específica de grupos marginalizados, na verdade, pode ser estendida a toda representação. Os representantes políticos geralmente têm um eleitorado amplo e diversificado em seus interesses, formações, experiências e crenças (YOUNG, 2006). A experiência do que foi a última candidatura à vaga de deputado federal proposta pelo MST é um bom exemplo de como a adesão de diferentes grupos e segmentos sociais em torno dessa candidatura conferem a ela um nível de complexidade bastante alto para a representação, mas não impossível de se efetivar.

Young argumenta também que, se a representação é necessária e, ao mesmo tempo, se admitirmos a visão de que uma deliberação democrática requer co-presença de cidadãos e de que a representação só é legítima se o representante é de algum modo idêntico aos eleitores, tem-se então um paradoxo: a representação é necessária, mas impossível. A autora pro-

põe, portanto, sair desse paradoxo, o que implica conceitualizar a representação sem se pautar por uma lógica identitária ou de substituição, mas como um processo que envolva uma relação mediada dos eleitores entre si e com um representante. Apoiada no conceito de *différance* de Derrida, a autora formula outra noção de representação, na qual as identidades são pensadas em termos de diferença, mantendo-as em sua pluralidade, sem requerer sua unificação numa identidade comum. Para Young, portanto, (2006, p.148):

As coisas assumem seu ser e os signos assumem seu significado a partir de seu lugar num processo de relacionamentos diferenciados. As coisas são similares sem serem idênticas e são diferentes sem serem contrárias entre si, dependendo do ponto de referencia e do momento em um processo. Ao enfatizar o processo e o relacionamento mais do que a substância, a *différance* destaca intervalo de espaço e tempo. Assim na relação representativa, cada qual carrega vestígios da história dos relacionamentos que os produziram, ao passo que suas tendências atuais antecipam relacionamentos futuros.

O MST foi engendrando métodos organizativos que passam por representação que são, ao mesmo tempo, combinados com ações diretas como as assembleias, os congressos e os encontros; mas, na consolidação da organização, foi necessária a complementação desse processo com a representação por meio da constituição de vários porta-vozes em diferentes níveis, como, por exemplo, porta-vozes da agenda da educação, saúde, produção, formação, frente de massas etc. Julgaram necessário criar também as instâncias de representação de direções, regionais, estadual e nacional. Quando se observam as estruturas internas, pode-se ver como os lugares e suas representações resultam das diferenças e são traduções de relacionamentos estruturados com variação também na escala temporal, novos, antigos, intermediários.

Assim, me parece bastante razoável a ideia de conceitualizar a representação em termos de *différance*, que implica reconhecer e afirmar que há uma diferença, uma separação entre o representante e os representados. Evidentemente, nenhuma pessoa pode colocar-se por e falar como uma pluralidade de outras pessoas. A função do representante de *falar por* não deve ser confundida com um requisito identitário de que o representante *fale como* os eleitores falariam, tentando estar presente por eles na sua ausência. Não constitui uma crítica ao representante afirmar que ele ou ela é alguém separado e distinto dos eleitores. Assim, em vez de interpretar o significado normativo da representação como ato de propriamente pôr-se pelos eleitores, deve-se avaliar o processo de representação de acordo com o caráter do relacionamento entre o representante e os eleitores. O representante inevitavelmente irá se afastar dos eleitores, mas também deve estar, de alguma forma, conectado a eles, assim como os elei-

tores devem estar conectados entre si. O sistema de representação, por vezes, deixa de ser suficientemente democrático não porque os representantes deixam de se pôr pela vontade dos eleitores, mas porque perderam a conexão com eles (YOUNG, 2006).

Na busca dos sentidos sobre interpretação, Young, no diálogo com Pitkin (1967)<sup>29</sup>, retoma o debate entre aqueles que postulam o representante como um delegado que conduz o mandato de um eleitorado que ele defende e aqueles que pensam que ele deve atuar como um fiduciário que faz avaliações independentes sobre a coisa certa a fazer sob as circunstâncias políticas. Para Pitkin, o modo de abordar está mal colocado, pois cada um dos lados estaria correto à sua maneira: a função específica de um legítimo representante consiste em fazer avaliações independentes, sabendo e antecipando o que os eleitores desejam. Questões como se o organismo representativo deve espelhar a população representada e se os interesses representados em tais organismos devem ser tomados como objetivos ou simplesmente como um produto das percepções e preferências dos eleitores são, para ela, aspectos do complexo relacionamento chamado “representação”, e que tanto a teoria quanto a prática requerem a compreensão de que a atuação do representante deve permanecer nos diversos limites colocados por essas diversas questões.

Seguindo esse caminho de observar a complexidade da representação, Young, ainda em diálogo com o conceito de *différance*, sugere conceber a representação como um processo diferenciado e mediado no espaço e no tempo, contemplando desse modo os diferentes aspectos (YOUNG, 2006). Assim, representação consiste num relacionamento mediado entre os membros de um eleitorado, entre este e o representante e entre os representantes num organismo de tomada de decisões. Com a clareza de se ter um recorte normativo para se apreciar a eficácia de uma representação quanto ao seu papel na promoção dos ideais e práticas democráticas inclusivas, a autora propõe se pensar questão em termos de grau. Conforme Young (2006, p.52):

Conceitualizada como diferença, a representação necessariamente envolve distinção e separação entre representantes e eleitores. A representação é um relacionamento diferenciado entre eleitores e representantes, em que a desconexão é sempre uma possibilidade e a conexão é mantida ao longo do tempo por meio de antecipações e retomadas em momentos de autorização e prestação de contas. Dessa forma, um processo representativo é pior, na me-

<sup>29</sup> O livro de Hanna Pitkin, publicado em 1967 nos Estados Unidos, sob o título *O conceito de representação*, teve enorme impacto nos meios acadêmicos, não só pela inovação conceitual, mas também pelo momento político em que os movimentos de direitos civis dos negros questionavam seriamente as instituições representativas naquele país. Para desenvolver suas críticas à visão ortodoxa, Pitkin distingue quatro visões de representação: formalista, descritiva, simbólica e substantiva (LOUREIRO, 2009).

didada em que a separação tende ao rompimento, e melhor, na medida em que estabelece e renova a conexão entre os eleitores e os representantes e entre os membros do eleitorado.

A “autorização” mencionada na citação é um importante indício de representação destacado por Pitkin, tendo em vista que uma pessoa que representa outras de forma oficialmente institucionalizada precisa estar autorizada a falar por elas e, talvez, a uni-las. Eleições são o meio mais comum e mais óbvio de autorizar representações, mas, às vezes, prevalecem outras formas de seleção delegatória de representantes para organismos de discussão e tomada de decisões – nesse caso aplicadas geralmente em grupos coesos e de relativa facilidade na articulação do consenso sobre a indicação do delegado. Mas, na maioria dos casos, o eleitorado existe no máximo potencialmente; as próprias instituições representativas e o próprio processo de autorização é que convocam seus membros à ação. No caso do MST, por exemplo, ambicionava-se inicialmente que aqueles que iriam competir no plano eleitoral funcionariam como delegados a cumprir a tarefa.

Todavia o processo revela que, embora se tenha a prerrogativa de autorizar membros a participarem do jogo eleitoral em seu nome, isso não significa que estes cumprirão o mandato como delegados, dadas as fronteiras e dinâmicas desses diferentes espaços políticos. Um dos exemplos foi a articulação da candidatura a deputado federal de um dos seus membros, processo em que surgiu a questão de construção de uma imagem da candidatura que dialogasse com outros setores sociais. Colocava-se, portanto, o problema da representação exclusiva do MST numa candidatura que, ao longo do tempo, pretendeu-se mais ampla. O apoio buscado junto a outros movimentos sociais, a exemplo da CETA, Via Campesina, setores da CPT, MTD, setores Candomblecistas, setores do movimento negro, ou seja, uma diversidade de interesses passaram a integrar a base de representação da candidatura e, mesmo havendo uma conexão maior daqueles representantes oriundos do MST, isso implicou a construção de um mandato de escopo amplo. As estratégias de comunicação, por exemplo, quando analisei o site, as matérias publicadas e os discursos proferidos, são pensadas para uma comunicação para além do setor agrário, avançando em pautas gerais, combate ao racismo, ao sexismo, enfretamento da intolerância religiosa, combate ao trabalho escravo, etc. Esse processo revelou o aprendizado e, hoje, o formato das representações consiste na autorização em falar em nome de, mas sem se pretender delegado do MST apenas nos espaços de representação parlamentar. Sobre isso compartilho o entendimento de Pitkin (2006, p154), para quem:

A representação eficaz entre uma coisa e outra incorpora ambas. A respon-

sabilidade do representante não é simplesmente expressar um mandato, mas participar das discussões e debates com outros representantes, ouvir suas questões, demandas, relatos e argumentar e com eles tentar chegar a decisões ponderadas e justas. Os diferentes grupos e segmentos da sociedade dialogam melhor em suas diferenças por meio de representantes que se encontram e ouvem uns aos outros, abertos à possibilidade de mudar suas posições.

Nesse processo de autorização, que é acompanhado pelo momento de prestação de contas das suas ações, recoloca-se sempre a discussão que levou à sua autorização e antecipa o momento da prestação de contas perante aqueles que alega representar. Observei que um dos espaços mais comuns no MST se dá nas assembleias nos assentamentos e acampamentos, encontros regionais e estadual – são momentos de cobrança, tensões, esclarecimentos de dúvidas, propostas, renovação de conexão com os membros localizados nos assentamentos e acampamentos e os representantes, tanto das posições internas ao MST como, no caso analisado, dos que estão atuando no campo político instituído. Dessa maneira, como lembra Young (2006), o representante está autorizado a agir, mas suas avaliações estão sempre em questão. Saber se ele agiu ou não conforme aquela autorização é uma questão proposta em um momento ulterior, quando ele vier a prestar contas de suas ações aos representados. Embora o representante aja por si próprio, ele age igualmente antecipando esse momento. Considerando que não há mandato autorizado para várias decisões, a representação é mais forte quando carrega os vestígios da discussão que levou à autorização; ou quando, de outra forma, se justifica persuasivamente numa prestação de contas pública. O representante tem ainda a responsabilidade não apenas de relatar aos cidadãos (grupos que representa) como cumpriu o mandato por eles autorizado ou como serviu aos seus interesses, mas também em persuadi-los da adequação de suas avaliações (YOUNG, 2006).

Sobre a prestação de contas, Young problematiza que geralmente esse momento tem sido muito frágil, ou pouco aplicado, adotando-se como critério de prestação de contas apenas o tempo da política que culmina com a reautorização. Todavia, numa democracia que se pretende ampla e inclusiva, há que se combinar momentos de reautorização e prestações de contas nos espaços oficiais, mas também na esfera da sociedade civil, através da adoção de procedimentos e organização dos fóruns complementares, por meio dos quais os cidadãos discutam, entre si e com os representantes, suas avaliações acerca das políticas que esses últimos apoiaram (YOUNG, 2006).

Numa argumentação bastante enfática, Young defende que os democratas participativos e radicais, em vez de desvalorizar a *representação política*, colocando-a como algo ruim para a democracia, deveriam avaliar em que medida os processos de autorização e prestação

de contas existentes, os quais são aspectos independentes da representação, suscitam a participação ativa e inclusiva do eleitorado no debate público.

Sobre esse aspecto, há que se pensar sobre o desafio, diante do regime democrático representativo em que vivemos, em torná-lo mais inclusivo e participativo. Sem desprestigiar ou até mesmo preterir o potencial criativo para se buscar formas de participação para além dos espaços instituídos ditos oficiais, ou governocêntricos, mas numa intersecção das esferas estados e sociedade civil, é o desafio para todos aqueles que buscam inclusive dar voz às experiências que se contrapõem a uma ideia liberal da representação, com os mesmos grupos ou representantes da elite social do País. Nesse sentido, considero a experiência do MST uma grande contribuição nesse debate, uma vez que, sem abrir mão do seu princípio gerador de práticas inclusivas e participativas nas esferas fora do âmbito institucional formal, também problematiza um legado elitista dos espaços legislativos e executivos.

Ainda é relevante formular uma pergunta: o que damos a entender quando dizemos que nos sentimos representados no processo político? Diante de inúmeras respostas, Young considera três possibilidades mais prováveis e verificáveis no sistema de representação contemporâneo. Ou seja, quando sentimos que nossos *interesses*, *opiniões* e ou *perspectiva*<sup>30</sup> estão contemplados na atuação dos representantes. Conforme anota a autora (2006, p.158):

Sinto-me representado quando alguém está cuidando de interesses que reconheço como meus e que compartilho com algumas outras pessoas. Em segundo lugar, é importante para mim que os princípios, valores e prioridades que penso deveriam nortear as decisões políticas sejam verbalizados nas discussões que as deliberam. Por fim, sinto-me representado quando pelo menos algumas dessas discussões e deliberações sobre políticas captam e expressam o tipo de experiência social que me diz respeito, em razão da minha posição social e da história das relações desse grupo social.

Poucos negariam que os membros de grupos sociais estruturais menos privilegiados estão sub-representados na maioria das democracias contemporâneas. A desigualdade socioeconômica estrutural com frequência produz desigualdades políticas e exclusão relativa das discussões políticas influentes. Por isso mesmo, as pessoas pobres e da classe trabalhadora frequentemente não têm seus interesses e perspectivas tão bem representados quanto os das pessoas das classes médias e alta. Nesse sentido, propiciar uma maior inclusão e influência aos grupos sociais sub-representados pode contribuir para que uma sociedade enfrente e reduza a desigualdade social estrutural.

<sup>30</sup> O debate conceitual sobre interesse, opinião e perspectiva é detalhadamente apresentado por Young no corpo do seu artigo (2006).



## 4.2 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA INTERPRETADA COMO PROCESSO CIRCULAR

Outra perspectiva relevante para esta tese foi o modo como Nadia Urbinati (2006), ao buscar compreender o que torna a representação democrática, argumenta que a democracia representativa é uma forma original, que não é idêntica à democracia eleitoral. Num diálogo com Pitkin e Bernard Manin, Urbinati defende que a representação política é um *processo circular* (suscetível ao atrito) entre as instituições estatais e as práticas sociais. Como tal, a democracia representativa não é nem aristocrática nem um substituto imperfeito para a democracia direta, mas um modo de a democracia recriar constantemente a si mesma e se aprimorar. A autora defende que a soberania popular, entendida como um princípio regulador, “como se” guiasse a ação e o juízo políticos dos cidadãos, é um motor central para a democratização da representação (URBINATI, 2006).

Esse caráter *processual*, tanto no caso da *democracia* quanto da *representação política*, é o aspecto que justifica minhas aproximações argumentativas com essas autoras. Assim, o modo como Young defende representação como *relacionamento*, que contém diferentes momentos, traz para minha leitura essa ideia processual implicitamente; já em Urbinati (2006) ela aparece como defesa central na sua argumentação, modo com o qual foi possível captar alguns aspectos da experiência do MST na luta por representação política – luta que guarda relação com a gênese do movimento, mas que, do ponto de vista da política brasileira, é um processo recente se comparado à história política do Brasil. Por isso, tomo democracia e representação, resguardando seus elementos caracterizadores, como *processos* que se encontram e se afastam em certos momentos históricos, mas não são necessariamente antitéticos. Assim, interpreto as ações da ampla política do MST como integrantes das lutas democratizadoras no Brasil. Posso falar também das ações relacionadas ao campo político como luta para a democratização dos espaços de representação; e, ainda, das ações no âmbito interno do MST, na revisão dos métodos e preocupações para democratizar igualmente seus espaços entre os membros construtores do movimento.

**CAPÍTULO II**  
**AS AÇÕES DIRETAS E A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA CONSTRUÇÃO E**  
**CONSOLIDAÇÃO DO MST NA BAHIA:**  
**DILEMAS, DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS**



**Figura 2:** Conjunto de imagens A

I (direita) - MST em marcha

Foto: Antônio Cruz

Fonte: Agência Brasil, 2011

II (direita, acima) - Márcia Quadro (Sec. executiva MDA), Gilberto carvalho (Ministro da Secretária Geral da Presidência da Republica) e João Paulo Rodrigues (MST), durante a plenária da via campesina sobre o resultado das negociações com o governo

Foto: Valter Campanato

Fonte: Agência Brasil, 28 de agosto de 2011.

III (direita, abaixo) - Reunião do MST com o governo, por ocasião da mobilização em agosto de 2011 para ampliação da política de assentamento, aceleração da reforma agrária e negociação da dívida dos assentamentos e por mais recursos para os assentados.

Foto: Antônio Cruz

Fonte: Agência Brasil, 23 de agosto de 2011

**T**em sido recorrente uma leitura da representação política do MST ora em confrontação com a luta direta, ora interpretando-a como algo que afasta o MST das suas características de movimento social, ou ainda dando sentido exclusivamente partidário às ações do movimento. Neste capítulo, procuro demonstrar como essas ações, na prática, não acontecem de modo separado. Identifica-se, nas narrativas e decisões práticas, que a representação política não aparece para o movimento com o objetivo de substituir as ações diretas ou de se tornar a principal tática de luta, em detrimento das ocupações de terra ou de órgãos públicos, marchas, atos públicos, mobilizações etc. Também se afirma neste capítulo que as intensificações da mobilização pelo voto e organização das campanhas eleitorais no “tempo da política” não transformam o MST em um partido político, no sentido restrito do termo, afastando-o das suas características de movimento social; pelo contrário, são momentos inclusive de consolidação da identidade de movimento social, pela problematização dos programas partidários e pressões sobre os candidatos para que estes assumam compromissos coletivos, bem como pela pauta de um conjunto de demandas e agendas de debates defendidas pelo MST.

As convergências entre os membros do MST favoráveis e contrários à participação do movimento nas eleições tornam-se expressivas quando se trata em preservar e garantir a autonomia do movimento em relação ao campo político, ou seja, a autonomia em relação aos mandatos, aos partidos e aos governos. A construção, no interior do movimento, de acordos e arranjos que prezem esse aspecto pode ser exemplificada pela orientação nacional de que os membros autorizados a participar das disputas no campo político deixem as posições de direção do movimento enquanto forem candidatos ou assumirem os mandatos. Observei que todas as lideranças eleitas na Bahia foram afastadas das instâncias da direção do movimento. Nesse sentido, é até possível separar analiticamente as ações diretas e as ações na construção da representação política; todavia, nas práticas cotidianas, o investimento dos membros é direcionado para essas duas esferas, sem que uma exclua a outra.

As posições dos contrários e favoráveis à participação das eleições, visando que as lideranças ocupem os espaços no legislativo e executivo, funcionam como olhares reflexivos sobre cada uma das ênfases de cada um, ao seu modo, e contribui para a análise das potencialidades, riscos e incertezas de cada frente de atuação. Não se deseja aqui, contudo, obscurecer as tensões, ambiguidades, os conflitos e até rupturas na construção do movimento, que guardam relação com o debate da representação política ou, de maneira mais ampla, com o campo político, que tiveram suas repercussões internas em três momentos: o primeiro, em 1997, a partir da decisão oficial do MST-Ba em lançar candidatos membros do movimento; depois,

em 2008, ocasião da resolução pela qual a direção nacional do MST orientava a não participação eleitoral, confrontando-se com a decisão da direção da Bahia; e o mais recente, em novembro de 2011, marcado pela saída de 51 militantes do movimento, os quais se colocaram contra qualquer manifestação de apoio do movimento ao governo do PT e à aliança com a CUT, aspectos que detalho não especificamente neste capítulo, mas ao longo da tese.

A própria construção do movimento evidencia que as ações diretas de luta pela terra e as ações de construção de representação política via participação em processos eleitorais compõem a estratégia de construção e consolidação do movimento na Bahia, e que me levará a afirmar, no próximo capítulo, como o MST se consolida como agente político relevante para o cenário político baiano. Assim, as ocupações, assentamentos conquistados, a expansão e consolidação do MST para diferentes regiões do estado, as transformações dos métodos organizativos como forma do exercício de democratização dos espaços internos do movimento e a construção da representação política via representantes oriundos da sua base, eleitos para ocuparem posições de vereadores, deputados, secretários/as e prefeitos, através da articulação com outros movimentos sociais, são expressivos da legitimação do movimento como ator político na Bahia.

A temática desse capítulo foi construída a partir de dois marcos temporais (1987 a 1996; 1997 a 2011), visando identificar, no primeiro momento, através nas narrativas dos membros do MST, como surgiram, através da estratégia de publicização e fortalecimento do MST-Ba na região Extremo Sul, as “bases” para construção da representação política do movimento, e identificar como no segundo período foi articulada e materializada a estratégia de a partir de uma decisão em instância de direção ter candidaturas de lideranças oriundos do MST participando das disputas eleitorais. Chamo a atenção que o recorte temporal em dois períodos é uma construção puramente metodologicamente visando a demarcação de acontecimentos em diferentes momentos da construção do MST na Bahia, portanto esses períodos não podem ser lidos como etapas pura e simples e sem relação entre si. Uma leitura dessa maneira fragmentária uma construção que é de longo prazo e que não pode ser simplificada em etapas como se a história desse campo assim pudesse ser reduzida, logo os acontecimentos, as dinâmicas e lógicas que atravessam a vida do MST enquanto agente coletivo deve ser interpretada como anunciamos em nossa introdução numa interpretação *figuracional* e que metaforicamente podemos dizer que é uma grande rede de trajetórias e acontecimentos históricos que se cruzam e se interferem de modo interdependentes. Nesse sentido podemos afirmar que se os acontecimentos que identificamos no primeiro período foram importantes para

visibilização e demarcação da identidade do MST no Extremo Sul da Bahia, as ações do seguinte período, como a expansão do MST para outras regiões e a decisão de participar politicamente em âmbito estadual evidenciam-se como decisões que reforçaram o caráter político do movimento e que o colocou num cenário bem mais amplos tanto em termos geográficos quanto em termos políticos. Portanto, essas modalidades de luta compuseram a estratégia de construção e consolidação do MST na Bahia. Nesse caminho, espero deixar indicados alguns eventos importantes, bem como identificar os sujeitos implicados nesse processo.

Recusa-se, assim, uma leitura substancializada do MST, tomando-o como algo pronto. Nesse sentido, as situações descritas e analisadas aqui integram justamente o desenrolar do processo para a construção desse agente coletivo, tanto via ações diretas quanto na articulação com o campo político, consolidando sua ação de representação com aqueles e aquelas que historicamente tiveram compromisso com o MST.

## 1 AS AÇÕES DIRETAS E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA CONSTRUÇÃO DO MST-BA (1987-1996)

A chegada do MST na Bahia é marcada pelas articulações entre as lideranças vindas do Sul do País (Jaime Amorin, Ademar Bogo e Adelar Pizeta) e as lideranças locais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teixeira de Freitas, das pastorais de base da igreja católica e do Partido dos Trabalhadores (PT). Entre essas lideranças, podem-se destacar algumas: a) no sindicato local, Adalberto Pacheco – conhecido por Betão; Adenilsa Monteiro do Amaral, Nalva Araújo, Irailton Gonçalves, Pedro dos Anjos e Manoel Messias, todos residentes em Teixeira de Freitas naquela ocasião; b) como segmentos da igreja católica, os frades capuchinhos representados por Frei Chico e Frei Dilson; c) a Pastoral da Juventude, onde Jaime Amorin e Adelar Pizeta conheceram Valmir Assunção, que representava Nova Alegria e Jucuruçu, na época distritos do município de Itamaraju; d) O contato dessas pessoas acima mencionadas com a Pastoral Rural, levaram ao encontro com Elizabeth Rocha, no município de Itamaraju, o ex-seminarista Antônio Martins – ou Toinzinho como era conhecido – e Rubneuz Leandro de Souza. Todas essas pessoas estavam, concomitantemente, conhecendo a proposta do MST trazida pelos dirigentes nacionais supracitados, ajudando a difundir as informações apreendidas sobre o movimento nas comunidades rurais e periferias dos municípios do Extremo Sul e fazendo as articulações entre representantes da Igreja, Sindicato Rural e PT, enfim, acumulando forças para a fundação do MST, como relatou Betão:

Estávamos todos muito entusiasmados com a nova proposta de realizar ocupação. Ademar Bogo era o responsável em explicar esse novo método, a forma de fazer as reuniões, ou seja, nos apresentava esse novo jeito de fazer a luta pela terra, eu ficava só imaginando o momento de romper a cerca e entrarmos na fazenda. (Entrevista, 2011)

Foram essas pessoas as responsáveis pela mobilização dos Sem Terra, ex-pequenos proprietários, trabalhadores rurais, meeiros, boias-frias nos municípios de Alcobaça, Teixeira de Freitas, Mucuri, Prado, Itamaraju, Itanhém, Medeiros Neto e Eunápolis, localizados no Extremo Sul da Bahia, uma região marcada por profundas desigualdades sociais, resultantes, sobretudo, do padrão de desenvolvimento que se tornou dominante em meados do século XX, quando a expansão da economia de mercado, principalmente pelos incentivos e subsídios do governo e mão de obra barata para a implantação do “polo madeireiro”, atraiu muitas empre-

sas do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, modelo que implicou no aumento do desmatamento de grandes áreas, sem uma política de reflorestamento adequado, e na destruição do equilíbrio ecológico da região, além das pressões sobre as propriedades de agricultura familiar. Neste cenário a pecuária extensiva foi outro fator que contribuiu para uma política que levou à concentração de terras na região. Outro aspecto das mudanças do modelo econômico foi a construção da BR 101 na região, no trecho que liga o Espírito Santo a Salvador, o que induziu um acelerado crescimento de centros urbanos como Itamaraju, Eunápolis e Teixeira de Freitas. A política governamental pelo modelo de modernização conservadora adotava uma política de subsídio e incentivos fiscais destinados à pecuária e à exploração da madeira para a fabricação de celulose na região, alterando de modo substantivo a forma de produção familiar de subsistência, provocando concentração e expulsão das famílias de suas pequenas propriedades. Em 1985, dados do INCRA indicavam que as empresas de celulose ocupavam 41% da área total da região, que é de 353.780 Km<sup>2</sup> (ARAÚJO, 2000).

Esse processo desencadeou o aumento do desemprego, do êxodo rural, por conta da saída das famílias de suas propriedades, bem como aumentou a concentração de terras. Assim, todo esse ambiente de aprofundamento dos problemas sociais foram determinantes para que o MST ganhasse força, ou seja, fosse visto pelas famílias como uma possibilidade de lutarem por terras, o que significava para essas famílias inicialmente oportunidade de trabalho. A inserção dos dirigentes nacionais supracitados, a influência do MST organizado no norte do Espírito Santo – divisa com a Bahia – e esse contexto de agravamento dos problemas sociais foram fundamentais para a organização da primeira ocupação de terras na Bahia realizada pelas lideranças articuladas em torno do MST nacional. Registra-se que anterior a ocupação de terra a existência de polos de lutas isoladas de posseiros na região Extremo Sul, que resultaram nos assentamentos Corte Grande, Guairá, Nova Dely, e forma experiências de luta pela terra, e que no processo esses assentamento passaram a integrar as bases de articulação do MST-Ba (ARAÚJO, 2000)<sup>31</sup>.

Nesse contexto, em 1986 foi realizada, no município de Itamaraju, a primeira assembleia dos trabalhadores oriundos de vários municípios da Bahia, a fim de discutir o Plano Nacional De Reforma Agrária (PNRA) e formular uma estratégia para cobrar dos governos estadual e municipais agilização no seu cumprimento, diante da crescente concentração fundiária e conflitos agrários. Como forma de estabelecer um diálogo com os trabalhadores, o governo formulou o Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA), que basicamente seguia os requisi-

---

<sup>31</sup> Para maiores detalhes sobre a luta pela terra no Extremo Sul da Bahia, naquela época, bem com uma caracterização da história de formação do MST na Bahia, consultar Araújo (2000).

tos mínimos do Estatuto da Terra, quais sejam: a) delimitação da área de ação; b) determinação dos objetivos específicos da reforma agrária na região respectiva; c) fixação das prioridades regionais; d) extensão e localização das áreas desapropriadas; e) previsão das obras de melhoria; f) estimativa das inversões necessárias e dos custos. O PRRA da Bahia, elaborado em 1986, definiu (SANTOS, 2004, p.33):

[...] Em 19 de maio de 1986, através do Decreto nº 92.689, o Governo Federal declarou a área rural do estado da Bahia como Zona para efeito de execução e administração da reforma agrária. O INCRA-BA - Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária, elaborou o I plano regional de reforma agrária (I PRRA-BA). O qual recoloca o discurso da Reforma Agrária no Estado. A meta desse plano foi: assentar 261.500 famílias em aproximadamente 7.850,00 ha a serem desapropriados ao longo de seu período de execução – 1986 a 1989.

Nesse contexto, coube à Bahia, que era então governada por Waldir Pires, auxiliar o INCRA na execução do PRRA. Para tanto, foi criada a Secretaria Extraordinária da Reforma Agrária e Cooperativismo (SERAC), posteriormente transformada em Secretaria da Reforma Agrária, Recursos Hídricos e Irrigação (SERAI). A partir da constituição de organismos estaduais para tratar especificamente da questão agrária, como a Gerência de Execução da Reforma Agrária (GERA), vinculada à Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), possibilitou-se a transferência da gestão das ações de assentamento, em todas as suas etapas, do Governo Federal para o Governo Estadual (SANTOS, 2004 p.34. Grifo meu):

[...] As principais intervenções realizadas pela GERA-CAR referiram-se às ações **preliminares de mediação**, levantamento de recursos naturais, parcelamento, cadastro e seleção de trabalhadores; ações de infraestrutura social como escolas, postos de saúde, centros comunitários, abastecimento de água] [aquisição dos créditos e custeio através do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária – PROCERA. Houve a tentativa de criação de PA's-modelos (Projeto de Assentamento).

Salienta-se que a meta do I PRRA não foi alcançada. Somente 11.221 famílias foram assentadas em 438.777 hectares desapropriados no período. Registra-se o fato de nunca se atingirem as metas propostas pelos governos quanto aos assentamentos das famílias, e que sempre estiveram abaixo do esperado. A CAR ainda continua a existir no estado, realizando principalmente ações ligadas à infraestrutura. Atualmente, pode ser apontada, como resultado da participação no campo político, a indicação pelo MST, via seu representante a deputado federal, dos nomes dos diretores regionais à frente da CAR, em três regionais (Recôncavo com a militante Edneide Xavier; Chapada Diamantina com João Durval Trabuço(Gidu); e



Sul/Extremo Sul com Jota Neto).

As novas ideias ganhavam corpo a cada reunião entre essas pessoas, e a conquista da terra parecia muito possível, naquele contexto marcado por profundas desigualdades e concentração fundiária. Cada discurso realizado pelas lideranças animava a adesão à luta pela terra na região, como nos falou Valmir Assunção:

O Jaime era da ação concreta, quando ele discursava, rapaz, parecia que nada ia dar errado. Bogo e Pizeta pensavam **as estratégias conosco, faziam os planejamentos, organizavam as orientações das reuniões**. Meu estilo era mais o de Jaime, mas, claro, compreendendo e respeitando o papel fundamental dos outros companheiros. (Entrevista, 9 de maio de 2007. Grifo meu)

Assim, fruto dos primeiros trabalhos realizado por essas lideranças no período entre 1986 e setembro de 1987, nos municípios da Regional Extremo Sul, conseguiu-se organizar a primeira ocupação no dia 7 de setembro de 1987. Fizeram parte 350 famílias, aproximadamente, advindas dos municípios de Alcobaça, Teixeira de Freitas, Prado, Itanhém e Itamaraju, da “ocupação” da fazenda 4045 de eucalipto, no município de Alcobaça, de propriedade da Flonibra, firma de reflorestamento ligada à estatal Vale do Rio Doce, na época. Para aquelas famílias, irrompiam ali as nascentes de esperança de dias melhores através do acesso a terra – terra que representava, sobretudo, a possibilidade de trabalho. Por outro lado, para o grupo de dirigentes nacionais do MST, Ademar Bogo, Adelar Pizeta e Jaime Amorin, aquela ação significava a materialização da fundação do MST na Bahia.

O Zé Rainha, que naquela época, segundo Betão, era dirigente nacional pelo estado do Espírito Santo, chegou à Bahia no primeiro dia da ocupação. Sua participação foi muito importante. Assim, essas pessoas todas foram as responsáveis em fomentar, nas reuniões de base que realizavam, o desejo de lutar pela terra e buscar concretizar os objetivos construídos na fundação do movimento nacional em 1984<sup>32</sup> (lutar pela terra, por reforma agrária e transformação social). Nas reuniões com as famílias dos bairros pobres das cidades e das zonas rurais, boias frias, meeiros, arrendatários, filhos de pequenos agricultores, eles, os novos militantes, suscitaram naquelas pessoas a ideia de que era possível conquistar terra para trabalhar, que a vida podia ser melhor no campo. Assim, de reunião em reunião, aumentava o número de pretendentes a participar da luta pela terra.

O assentamento 4045, além de ser o espaço da gênese do MST na Bahia e de validação do método de ocupação, representou igualmente o espaço de experimentação de vários

<sup>32</sup> Sobre o processo de fundação do MST Nacional, consultar Mançano (1988).

outros processos como, por exemplo, os processos de organicidade através de comissões de trabalhos, circunstancialmente compostas para estruturar o acampamento, entre elas, comissão de alimentação, de barraco, de saúde, e, claro, de segurança – esta última visando garantir a resistência às ordens judiciais de despejos, decisiva para a conquista da terra. Também foi o momento em que as pessoas envolvidas no processo despontaram-se enquanto lideranças, e que constituíram o primeiro “coletivo de direção na Bahia”. Sobre aquele contexto das lideranças, Adenilsa Monteiro relatou que:

[...] não havia ali ainda uma direção formalizada, porque o reconhecimento das lideranças era por sua consolidação no trabalho diário. Éramos poucos, tínhamos realizado um congresso no Extremo Sul, que foi em Itamaraju, que depois chamamos de encontro. Tínhamos montado uma coordenação, mas era a coordenação dos trabalhos de preparação da ocupação e das articulações como um todo, mas não era ainda a direção. Concretamente éramos nós, alguns poucos que tinham ajudado no trabalho de base, e algumas figuras que despontavam internamente como Valmir Assunção, Lucinha, Joelson, Beth, Nalva, Rubneuzza, João do Ouro, Irailton, Joaquinzinho, Zé Martins, Gildeci, Lusa, mais nossos camaradas que já mencionei, que dirigiam efetivamente aquele nosso iniciar a luta pela terra aqui, que conduzíamos nosso movimento, que era o mesmo que dizer conduzir o movimento aqui no Extremo Sul. (Entrevista, 9 de janeiro de 2007)

Estaria a cargo desse coletivo de pessoas, inicialmente, a construção do movimento, que naquele período não contava com o apoio da opinião pública na região; suas ações operavam como se clandestinas fossem. As ocupações na madrugada, os sigilos da área a ser ocupada, as preocupações com a segurança no acampamento e a equipe de disciplina visavam garantir a segurança das famílias que chegavam, bem como uma preparação para os possíveis ataques das milícias que operavam na região. Assim, as lideranças se revezaram no acompanhamento desse processo aprendiam ao mesmo tempo com as famílias que construíam as primeiras experiências de organização do acampamento. Essas pessoas também se destacavam como lideranças diante do movimento nacional e, para outros atores políticos na região, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Igreja, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). A ação do movimento no Extremo Sul despertou a construção de uma oposição na região, organizada pela União Democrática Ruralista (UDR), que tinha como grande objetivo combater as ações do MST, como forma de garantir que suas áreas não fossem ocupadas. Para tanto, lançaram mão de milícias, poder econômico e político para reprimir, prender e assassinar lideranças e os trabalhadores que participam das ocupações. Eram frequentes os ataques aos acampamentos de Sem Terra na região, a exemplo do ataque ao acampamento da fazenda Bela Vista, no mu-

nício de Itamaraju, em 1988. A secretaria do MST funcionava no município de Itamaraju, mesmo local da sede da UDR na região. O despejo para desocupação dessa área foi um dos mais violentos, até aquela ocasião, realizado na Bahia. Muitas lideranças foram presas e torturadas, como relatam várias lideranças da época.

Assim, esse período de 1987 a 1996 compreende a fundação do MST na Bahia, cujo foco de ação foi, sem dúvida, a “exclusividade” nas ações diretas adotadas pelas lideranças do MST, período em que os objetivos principais se alternavam em ampliar o número das ocupações para pressionar o governo a acelerar as políticas de assentamentos, aperfeiçoamento dos métodos organizativos e a luta por legitimação do MST na sociedade baiana. Foi também um período em que se observa a participação no campo político, mas ainda de maneira difusa, identificado na primeira candidatura de Rubneuzza Leandro, militante do MST em 1988, à prefeita do município de Itamaraju-Ba; no apoio à construção do Partido dos Trabalhadores-Ba (PT) e no apoio a algumas candidaturas de aliados e parceiros do movimento na luta pela terra, como relata Elizabeth Rocha (Representante da Bahia na direção nacional do MST)

A medida que o MST-Ba ia se consolidando e ganhando respeito da sociedade, nos achávamos que seria possível lançar alguns dos nossos companheiros as eleições, depois da primeira candidatura com a companheira Rubneuzza em 1988, nunca mais tínhamos tentado, então passamos aqueles anos aprendendo, ajudando a organizar o PT, aí fomos construindo a ideia, o entendimento que era importante ter companheiros formados entre nós para nos representar, foi então que lançamos mão no encontro estadual de 1993 no assentamento 4045, da estratégia de ter candidatura própria a deputado estadual. Indicamos o companheiro Valmir Assunção, mas ele achava que não tinha capital político suficiente. Após outras análises concordamos que talvez não tivéssemos mesmo força pra garantir uma candidatura sozinhos, então, foi aí que entrou Frei Dilson- alguém que era originalmente da Igreja Católica mas que podíamos dizer que também era do MST, considerando sua atuação na época, então fizemos essa aliança. Mas sem dúvida ele foi nossa primeira experiência de dizer que tínhamos um candidato próprio. Claro, teve o segmento da igreja que ajudou muito a elegê-lo em 1994, mas na campanha inteira ele era um candidato do MST. (Entrevista, maio de 2010).

Identifica-se nas narrativas que, desde 1987, ano da fundação do MST, a indicação de militantes para ajudar na fundação do PT em alguns municípios da região como, por exemplo, três meses depois da primeira ocupação (portanto, em dezembro de 1987), o militante Valmir Assunção fora designado a deslocar-se para o município de Jucuruçu, para ajudar na fundação do PT e, em 1988, ao lançarem a militante Rubneuzza Leandro como candidata a prefeita de Itamaraju, exemplos que sinalizam os primeiros contornos do que viria a ser a estratégia do MST-Ba referente à construção da representação política. Ainda segundo os relatos de Eliza-

beth Rocha sobre as razões de participação política naquele período:

No início do MST aqui não foi fácil, as perseguições foram muitas, éramos vistos por muitos como bandidos, a maioria dos representantes, prefeitos, vereadores, deputados eram ligados aos proprietários de terra, amigos do juiz, do delegado. Tinha uma política muito ruim, sempre humilhavam os trabalhadores, tratavam a prefeitura e o poder político como se fossem suas casas, não, como bem público. Era difícil conseguir junto aos prefeitos da região professores para dá aulas nos assentamentos, construção de escola, melhoria das estradas, creches, ou qualquer coisa. Mas como sabemos o pessoal na época das eleições se envolvem mesmo, aí nos entendíamos que era importante também discutir o poder político com os assentados, como algo importante para avançarmos. Passamos a incorporar na nossa pauta de discussão as eleições, tínhamos muitos cursos para compreender a estrutura do poder político e para também discutir com os assentados. Quais candidatos nesse contexto deveriam apoiar, nosso critério fundamental era defender o MST e a luta por reforma agrária. (Entrevista, agosto de 2011).

O trecho acima expõe as primeiras motivações de participação no campo político explicitadas pelas lideranças, isto é, a tentativa de acesso aos canais para atendimento das demandas materiais dos assentamentos, como escola, transporte, contratação de professores e busca de apoio à luta pela reforma agrária pelos representantes no espaço institucional, como forma de legitimar o MST em sua bandeira de luta. Conforme explicou Adenilsa Monteiro:

Sobre nossa participação na política tínhamos uma preocupação grande, até porque os assentados eram muitas vezes manipulados no período das eleições por candidatos que no período das eleições até diziam ser a favor da reforma agrária, mas na hora dos despejos violentos, na hora de atender as pautas de reivindicação do movimento, não eram solidários, nos viam como coisa menor, sem importância, então tínhamos a necessidade de identificar quem realmente estivesse conosco, quem apoiava nossa luta. Foi necessário de uma maneira pedagógica, debatermos com nosso pessoal, construir uma tática para, se preciso fosse, não deixá-los entrar nos assentamentos. Além do mais, nós buscamos identificar companheiros que nas horas de maior dificuldade estavam conosco, que nos defendesse nos espaços institucionais. As prisões por exemplo, muitas vezes foi necessário o apoio de companheiros deputados como Alcides Modesto do PT para não apanharmos de maneira arbitrária nas cadeias locais, como foi por exemplo no despejo da fazenda Bela Vista em 1988 em Itamaraju. (Entrevista, setembro 2010)

Diante do contexto político, o movimento, combinando suas ações diretas de ocupação, de mobilização, buscava uma interlocução com a sociedade. Foram frequentes as articulações com outros segmentos, a fim de construir a imagem do MST na região. Nesse sentido, quando ocorriam as ocupações, as mobilizações, os atos públicos nas ruas dos municípios, o MST buscava a participação de lideranças da igreja (padres, coordenadores das pastorais) dos

partidos PT e PCdoB (presidentes do partido, vereadores, deputados estaduais e federais) e com STRs (presidentes, coordenadores), como forma de consolidar apoios a sua luta e principalmente como forma de dar visibilidade aos atos públicos, criando um certo capital político na região – como, por exemplo, o caráter das campanhas de 1988, com Rubneuzza Leandro como candidata à prefeita de Itamaraju, que não se elegeu, obteve apenas 525 votos, e a de 1994, com Frei Dílson Santiago a deputado estadual e depois como candidato a prefeito de Itamaraju, em 1996, buscando divulgar o MST enquanto um movimento legítimo que atuava na região, e consolidá-lo como agente político no cenário baiano, como relata Elizabeth Rocha:

A eleição de Frei Dílson foi fundamental para consolidar o respeito ao movimento, nós já tínhamos avançado bastante, com muitas ocupações na região, com mobilizações, o povo da região Extremo Sul já sabia identificar bem o movimento, mas claro, ainda com muita desconfiança e um olhar que nós éramos uns vagabundos, ladrões de terra e essas coisas que foi associada no início de construção do movimento. Nessa região que era de muita concentração de terras nas mãos dos latifúndios do eucalipto, a pecuária controlava os espaços de poder político. Ninguém acreditava direito que nós, que o povo sem terra junto, claro, com alguns setores da igreja, apoio do PSB do PCdoB, conseguiríamos eleger um prefeito na cidade, só que essa eleição (1994) era diferente da de 1988, quando éramos um movimento muito novo, tinha muita repressão das milícias e pouca aceitação da opinião pública mesmo. Por isso, desde lá, colocar a companheira Rubneuzza a candidata tinha também esse desejo de apresentar o movimento para sociedade, debater a reforma agrária, acho que ajudou de alguma forma, embora tenhamos perdido feio. Internamente tanto os companheiros e companheiras da direção nacional e na Bahia avaliou como importante participar das eleições em 1994 elegendo Frei Dílson a deputado estadual, e depois temos conseguido a prefeitura em Itamaraju em 1996 para ajudar a divulgar as ações do movimento como também conquistar espaços para ajudar a articular a luta por reforma agrária. Mesmo tendo sido apenas três companheiros que se elegerem a vereadores, dois em Itamaraju e um no Prado, porque na hora que o bicho pega nas ocupações serviam pra pelo menos denunciar nas sessões na câmara de vereadores e também para correr atrás de advogados e apoio na sociedade para soltar os companheiros presos. (Entrevista, maio de 2010)

Frei Dílson foi eleito deputado estadual com 10.342 votos nas eleições de 1994, o que foi considerado uma grande vitória, inaugurando, por assim dizer, a estratégia de entrada do MST pela disputa da representação política nos espaços institucionais, atribuída pelas lideranças como o resultado da consolidação do movimento na Bahia, que ampliou sua atuação de uma regional no Extremo Sul com 11 assentamentos para mais quatro regionais, durante esse período de 1987 a 1996, quais sejam: 1) Sul, criada em 1993, com sede em Itabuna, com 2 assentamentos; 2) Sudoeste, criada em 1994, com 4 assentamentos, com sede em Vitória da Conquista; 3) Chapada Diamantina, criada em 1995, com sede em Itaberaba, com 2 assenta-

mentos; 4) Recôncavo, criada em 1996, com sede em Santo Amaro, com 2 assentamentos.

Já no plano do legislativo municipal, a única regional na qual o MST lançou candidatos foi o Extremo Sul, obtendo êxito com a eleição de representantes do movimento ao cargo de vereadores: Irailton Gonçalves, membro da direção estadual do MST, como vereador no município de Prado, com 152 votos; do militante do MST e do PT, Raniere Botelho, eleito a vereador, com 391 votos, e Osvaldo Silveira Rocha, da direção estadual do MST, com 373 votos, ambos eleitos no município de em Itamaraju, nas eleições de 1996 (TSE-BA). Resultante das análises internas e motivados pelas primeiras experiências exitosas, o MST considerou importante que o então deputado estadual Frei Dílson Santiago, que representava o MST na Assembleia Legislativa da Bahia, participasse da concorrência eleitoral à prefeitura de Itamaraju. Essa deliberação foi tomada no encontro estadual de 1995, processo que mobilizou um conjunto de militantes e lideranças do MST-Ba, para buscarem apoio local, de segmentos da igreja, de lideranças, outros movimentos, segmentos do sindicato e empresários do comércio local. Em 1996, conseguem com essas alianças ganhar as eleições (com 12.054) votos, equivalentes a 46,47% dos votos válidos para o cargo de prefeito em Itamaraju (TSE, 1996).

Esse processo inaugura uma situação particular: a condução de Frei Dílson Santiago a prefeitura não advinha do “capital familiar” e econômico, representou o investimento de um setor organizado via o movimento social, tendo como polo aglutinador o MST, posição que investiu o MST de uma autoconfiança na disputa eleitoral. Também ajudou na elaboração do discurso sobre a força de mobilização dos Sem Terras nesse campo. Despontavam, nesse município, os argumentos sobre a importância da representação política a ser realizada pelos membros advindos do próprio movimento. Naquele contexto do movimento na Bahia, não havia grandes polêmicas ou divergências entre membros da direção sobre a participação que estava se dando nas disputas eleitorais. As relações do MST-Ba com a direção nacional sobre isso não representou grandes divergências; a direção nacional analisou, na época, como positiva a conquista da prefeitura de Itamaraju, cidade sede do movimento na Bahia, o que representaria mais um caminho para consolidar o movimento nesse estado. O monumento criado em frente da prefeitura em homenagem ao MST e o modo de o prefeito se referir a Itamaraju, como “a capital da reforma na Bahia”, foram exemplos da sintonia sobre o início dessa participação.

Nesse primeiro período, como se pode observar, acontecem as primeiras ações que se misturam às ações diretas do MST, a luta por representação política. É nesse período que identifiquei as dinâmicas que justificam algumas leituras que estou conferindo à representação do MST. Como expressam as análises de Bourdieu (2005b), o campo político aparece como forma

de ajudar as lideranças do MST na divulgação do próprio movimento como também na luta pela legitimação do movimento junto à sociedade. Nos termos de Bourdieu (2005b, p.157):

O mistério do processo de transubstanciação que faz com que o porta-voz se torne no grupo que ele exprime só pode ser penetrado por uma análise histórica da gênese e do funcionamento da *representação*, pela qual o representante faz o grupo que o faz a ele: o porta-voz dotado do pleno poder de falar e de agir em nome do grupo e, em primeiro lugar, sobre o grupo pela magia da palavra de ordem, é o substituto do grupo que somente por esta procuração existe; personificação de uma pessoa fictícia, de uma ficção social, ele faz sair do estado de indivíduos separados os que ele pretende representar, permitindo-lhes agir e falar, através dele, como um só homem. Em contrapartida, ele recebe o direito de se assumir pelo grupo, de falar e de agir como se fosse o grupo feito homem.

Busquei, ao longo dessa contextualização, identificar aqueles e aquelas que foram autorizados a falar pelo MST – à medida que constroem o movimento, são também construídas suas identidades coletivas de lideranças, dirigentes do MST. Percebe-se, nesse sentido, como a representação de algumas lideranças é plasmada ao longo do tempo e não no *a priori* do processo eleitoral. Por isso, identificar as primeiras relações que dão formato ao *relacionamento* entre o movimento e as lideranças possibilitou verificar como essas lideranças constituíram-se como direção executiva do movimento naquelas circunstâncias históricas e, no decorrer do processo, como algumas dessas lideranças foram autorizadas a atuarem no campo político para representar o MST, situação identificada, por exemplo, quando Valmir Assunção representante do MST-Ba na direção nacional, foi indicado por esta, para representar o MST no diretório nacional do PT para os mandatos (1995-1996) e novamente indicado para o segundo mandato (1997-1999).

Tal aspecto ilustra que a origem da atuação desses representantes foi e continua sendo plasmada na construção do movimento, por meio das ações diretas, por isso, é correto interpretar a representação no âmbito do movimento como relacionamento e um processo em termos de circularidade, dinâmica que informa como o representante, circular, conecta sua atuação no campo político e no MST. A autorização para representar é construída em termos de circularidade, que é avaliada e reavaliada sob a suspensão se será ou não reautorizada. Identifica-se, portanto, que ela não é automática e não acontece sem os arranjos avaliativos de prestação de contas nos espaços deliberativos do MST-Ba, enfatizando para apreciação da coletividade se de fato e de direito o representante está agindo em conformidade com os interesses, opiniões e expectativas do grupo. ou seja, se está conseguindo manter as conexões e vínculos com as demandas do movimento e o modo como desempenha suas ações no campo político.

## 2 LINHAS DE ATUAÇÃO, MÉTODOS ORGANIZATIVOS DO MST E O EXERCÍCIO DE DEMOCRATIZAÇÃO

Ainda característico desses primeiros contornos das duas ações diretas e de representação política, o movimento preocupava-se em construir um processo de formação política junto aos seus membros, em três níveis: 1) o da resistência contra as sistemáticas ofensivas dos proprietários das fazendas (dos latifundiários) que tinham influências junto ao judiciário e aos governos para expedirem as ordens de despejos; 2) consolidar sua organização interna, criando seus métodos de trabalhos e aperfeiçoamento das estratégias e táticas de luta combinadas com um processo de formação política; e 3) buscar apoio de outros segmentos sociais para apoiar o MST e suas grandes pautas na luta pela reforma agrária e, ao mesmo tempo, buscar identificar e avaliar as pautas de debate no seio da sociedade, para se posicionar diante dos problemas presentes na sociedade brasileira. No centro do debate estavam as críticas sobre as instituições políticas tradicionalmente estabelecidas e o enfrentamento com os proprietários de terras, que dificultavam o avanço da reforma agrária. O debate visava à construção do projeto político do movimento contra as políticas liberais no período entre 1987 a 1990 e depois neoliberais, a construção do projeto à esquerda e o sentido de participar politicamente dos debates sobre as desigualdades sociais, ou seja, construía-se nesse processo uma plataforma de luta.

Sobre esse período de construção do MST, destacam-se também as transformações ao longo do tempo dos “métodos organizativos”, realizadas quatro vezes nesses 28 anos de movimento, com o intuito central de democratizar a participação entre seus membros e incorporar em sua estrutura organizativa as novas famílias que chegam ao movimento por meio das ocupações. Envolver seus membros tanto na construção do movimento como nos debates e decisões sobre os rumos do movimento torna esse processo dinâmico. Do ponto de vista nacional, o espaço com maior número de delegados para deliberar mudanças de longo prazo é o “congresso nacional”, que acontece a cada 5 anos, estando o próximo previsto para 2013. Já nos estados, é o “encontro estadual”, realizado anualmente. São justamente esses espaços, como defendidos pelo Bringel (2008), fomentadores das condições para o exercício sobre os processos de democratização. Esse variado repertório de ações, marchas, assembleias, encontros, cursos, congressos, atuando de diferentes e combinadas maneiras, estruturam as condições de socialização desses indivíduos para os debates sobre a sociedade em suas diferentes



agendas políticas e alargam o sentido da política para além das esferas institucionais.

O primeiro método organizativo foi via as comissões e um núcleo de poucas lideranças na direção executiva, que funcionou entre 1987 a 1990; o segundo foi de 1990 a 1995, quando as comissões e as direções executivas passaram a ser denominadas de setores e direção estadual e nacional, ampliando o número de participantes. O terceiro método foi a organização via regional, que funcionou entre 1995 e 2005. A quarta mudança aconteceu em 2005, com a adoção do método por brigada (REIS, 2008)<sup>33</sup>.

Percebe-se, portanto, a preocupação do MST, desde a sua gênese, em construir seus métodos de trabalhos e espaços de participação que pudessem garantir a contribuição de todos os membros, democratizar a construção do movimento, e, como organização política que se pretende, visava garantir as especificidades em cada estado e a unidade nacional. Embora não pretenda pormenorizar as explicações sobre as transformações nos métodos organizativos, farei uma consideração sobre os “espaços deliberativos” e as “instâncias coletivas” do movimento, nos quais as decisões são tomadas, para explicitar, no contexto da minha problemática, como a autorização é conferida aos membros para atuarem como representantes do MST no campo político.

O *método* é compreendido pelo movimento como o *modo como irão realizar* as funções e “tarefas” para alcançarem determinados objetivos, como vão organizar as ocupações, as marchas, as assembleias, as negociações internas. O método funciona, portanto, como um “tipo ideal”, que define parâmetros que orientam a conduta e a prática dos assentados, acampados, militantes e das lideranças, no momento de negociarem e implantarem as propostas decididas pelas instâncias. Contém elementos práticos e simbólicos.

As *instâncias* são, por sua vez, os fóruns e espaços coletivos e constituem-se nas formas que desenham a estrutura do MST. Para maior clareza, as instâncias que atualmente organizam o MST são núcleos de famílias; direções de brigada, regionais, estadual e nacional; setores de brigadas, regionais, estaduais e nacionais; coordenações de brigada, regional, estadual e nacional. Os membros que integram essas instâncias são delegados/indicados respectivamente pelos espaços, com a atribuição de nomear, delegar, indicar quem são (assembleia do assentamento, os encontros de brigada, regional, estadual e nacional; e encontro da coordenação regional, estadual e nacional e no congresso nacional). Nesses espaços de encontros e

---

<sup>33</sup> REIS, Fabya (2008). Abordei os pormenores sobre as transformações dos métodos organizativos do MST, seus conteúdos, suas motivações e as explicações sobre como funciona na prática no interior do movimento durante a dissertação de mestrado. No geral, as transformações buscavam dialogar com a expansão em termos quantitativos de membros e a inserção destas na estrutura do movimento e com os novos desafios diante de uma sociedade globalizada e agendas internacionalizadas de luta.

congresso, debate-se conjuntura política, formulam-se as orientações sobre o funcionamento e as linhas políticas que indicam o modo como as instâncias devem funcionar e os desafios a serem perseguidos pelo movimento. São os espaços deliberativos, entre cujas atribuições está investir alguns membros como dirigentes do movimento, conferindo, portanto, legitimidade às ações desses membros. Geralmente são incumbidos de representar a coletividade aquelas pessoas que se dedicam à construção do movimento a maior parte, se não integralmente, do seu tempo.

Com referência à construção e às transformações na estrutura organizacional do MST, pode-se afirmar que uma das principais funções das instâncias presentes nessa estrutura é a “mediação” das decisões tomadas entre as diferentes instâncias. Embora busquem nivelamento do caminho a seguir, em conformidade com os interesses da maioria dos membros, orientadas pelo princípio do Centralismo Democrático, trata-se de um processo recíproco de influências, responsabilidades, confiança, desconfiança, dúvidas, resistências, adesões entre os defensores e opositores de cada proposta. Como exemplo, pode-se citar o visto pela direção na Bahia sobre as eleições que, embora aprovada por maioria fundamentada pelo Centralismo Democrático, as divergências tiveram consequências práticas, seja no sentido de aprendizados de convivência com as diferenças, seja como forma de fomentar o debate de ideias, e posteriores problematizações sobre as decisões, que podem retornar ao centro do debate. A aprovação sobre ter candidatos é um exemplo de uma discussão que, de tempos em tempos, é retomada podendo em qualquer momento alterar decisões anteriormente consensuais, como será explicitado acerca da revogação sobre pontos da resolução nacional.

Desse modo, as instâncias internas exercem suas mediações, a fim de garantirem a realização das ações do MST, e reproduzem os debates e as propostas, sob a expectativa de viabilizarem os nivelamentos de entendimento sobre as estratégias. Por isso mesmo, de tempos em tempos, o movimento promove mudanças em sua estrutura organizativa, como forma de contemplar cada vez mais membros nas decisões sobre o movimento. Descrevo esses aspectos para uma melhor compreensão sobre como internamente os membros do MST são “autorizados” a se colocarem na disputa política para representarem o MST no campo político instituído. Nesse sentido, se um membro – qualquer um deles, dirigentes, assentados ou militantes – não obtiver autorização das instâncias, essas candidaturas são consideradas pessoais e, nesses casos, os candidatos eleitos não podem dizer, ao ocuparem as posições, seja no legislativo ou executivo, que representam o MST. Assim, é necessário, antes de qualquer coisa, obter a autorização do grupo, seja em assembleia, encontro regional ou encontro estadual, ou em alguma instância (direção de

brigada, regional ou estadual ou nacional) para legitimar-se como representante do MST nesses espaços – autorização que pode, em qualquer tempo, ser revogada.

Atualmente, as instâncias do MST na Bahia contam com uma direção estadual com 93 membros com paridade de gênero; nove coletivos de direções regionais, compostos pelos dirigentes das brigadas que compõem a regional; trinta e três coletivos de direção nos níveis de brigada; 16 setores nos níveis de brigada, regional e estadual. Um coletivo com onze membros que formam os “articuladores políticos”, com um representante de cada região mais os dois representantes da Bahia na direção nacional, é mantido como um conselho consultivo, para debates e orientações, mas não é uma instância deliberativa.

Identifica-se atualmente que, entre os onze articuladores políticos, cinco estão colocados como representantes do MST nas disputas eleitorais de 2012, concorrendo a vagas de vereadores, prefeito ou vice-prefeito, situação que, alinhada à orientação dos candidatos, de se afastarem das instâncias, implicou a renovação dos responsáveis pelas regionais – as quais quando confrontado com candidaturas em outras instâncias do movimento, como entre dirigentes estaduais, são treze; e entre os assentados são dezessete candidatos, o que compõe um quadro de ampliação na construção pela representação política do MST-Ba. Um dos lastros para essa autorização é justamente a experiência na luta pela reforma agrária e o período que essas pessoas estão participando da construção do MST na Bahia:

**Quadro 6:** Membros dos “articuladores políticos” candidatos nas eleições 2012

Nome	Região de atuação	Candidatura Município	Partido	Número de vezes que se candidatou	Ano das eleições	Tempo no MST
1 Mauro Lúcio Xavier	Chapada Diamantina	Prefeito - Itaberaba-Ba	PT	1 vez	2012	1988 24 anos
2 Aquiles Siquara	Oeste	Vereador - Barreiras	PT	1 vez	2012	1994 18 anos
3 Júlio Honorato	Sudoeste	Vereador - V. da Conquista	PT	3 vez	2012	1997 15 anos
4 Weldes Valeriano	Recôncavo	Vereador - Feira de Santana	PT	1 vez	2012	1988 24 anos
5 Jailson Sena	Norte	Vereador - Juazeiro	PT	1 vez		1995 19 anos

Fonte: MST-BA/2011

Em outros termos, essas lideranças tiveram um processo de longo prazo de socialização nas instâncias e atividades do MST, estruturaram um vínculo de longo prazo. Trata-se de mais um elemento do modo que estou sustentando sobre a representação como relacionamento estruturado entre esses que estão sendo autorizados a disputarem com o movimento.

**Quadro 7: Instâncias organizativas do MST na Bahia**

Instâncias	Número de coletivos/Periodicidade de reuniões	Número de participantes	Critério de Composição	Mandato
<b>Direção de Estadual</b>	A cada dois meses	93 membros	2 representantes das 33 brigadas 1 dirigente de cada regional; 9 articuladores políticos; 16 membros representantes dos setores; 2 membros da Bahia na direção	2 anos
<b>Direção Regional</b>	9 coletivos nas regionais Uma vez no mês	15 a 20 membros	Compostas pelas direções de brigadas que compõem a regional	2 anos
<b>Direção de Brigadas</b>	33 coletivos Uma reunião ao mês	10 a 15	Responsáveis pelos setores na brigada	2 anos
<b>Articuladores Políticos</b>	Duas vezes ao mês	11 pessoas	Um(a) dirigente de cada regional e os dois representantes da Bahia na direção nacional	2 anos

**Quadro 8: Coordenações**

Coordenações	Periodicidade	Composta por
<b>Coordenação estadual</b>	Uma vez ao ano	Todas as direções (brigada, regional e estadual)
<b>Coordenação regional</b>	Duas vezes ao ano	Todas as direções das brigadas
<b>Coordenação de brigada</b>	Duas vezes ao ano	Composta pela direção e pelos setores da brigada

**Quadro 9: Espaços deliberativos amplos**

Espaço deliberativo	Periodicidade	Média de participantes	Abrangência das deliberações
<b>Encontro Estadual</b>	Cada ano	500 a mais	Para todo o estado
<b>Encontros Regionais</b>	Dois ao ano	100 a mais	Para regional
<b>Encontro de Brigada</b>	Dois ao ano	50 no mínimo	Para brigada
<b>Reunião dos setores</b>	Dois ao ano	15 no mínimo	Para os setores*
<b>Núcleos de família</b>	Periodicamente	10 no mínimo	
<b>Assembleias</b>	Periodicamente	¼ do assentamento	

**Quadro 10: Setores/coletivos**

<b>1 Frente de massas</b>	7 formação
<b>2 Educação</b>	8 relações internacionais
<b>3 Produção</b>	9 comunicação
<b>4 Juventude</b>	10 coletivos dos cursos formais
<b>5 Gênero</b>	11 Coletivos de secretarias
<b>6 saúde</b>	12 Coletivo de assistência técnica

Fonte: MST-Ba, 2012

### 3 A CONSOLIDAÇÃO DO MST NA BAHIA E A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA (1997-2011): “A CARA E CORAGEM DOS SEM TERRA NA BAHIA”

As primeiras experiências de ações diretas e participação política, esta última ainda de forma difusa, marcaram o primeiro período de expansão do movimento para outras regiões da Bahia, bem como foram importantes para visibilizar o MST como um agente relevante na luta pela terra e por reforma agrária na Bahia. Os êxitos nas eleições, com frei Dílson Santiago a deputado estadual em 1994 e a prefeito em 1996, e os primeiros vereadores do Extremo Sul, começam a suscitar algumas lideranças do movimento a avançarem mais nas lutas no campo político, oficializando essa estratégia nas instâncias de direção. Se é possível afirmar, atualmente, que essa decisão não arrefeceu as ações diretas, nem representou o refreamento do movimento na Bahia, indicado pela contínua e sistemática expansão do movimento e centralidade das ocupações de terras, mobilizações, marchas, cursos de formação política como demonstrarei abaixo, não se pode afirmar, contudo, que esse processo tenha desfrutado do mesmo consenso sobre a participação no campo político do primeiro período. As tensões e divergências foram marcas do segundo período, e as articulações com o campo político que se fizeram presentes desde a fundação tornaram-se objeto de reflexão a partir da oficialização dessa estratégia na direção do movimento.

Nesse sentido, a decisão a partir de 1997<sup>34</sup>, de consolidar melhor a “ideia força” sobre lançar candidaturas de membros do MST como estratégia aliada às ações diretas, explicitou sobremaneira as posições dos favoráveis e dos contrários a ela, gerando tensões entre os dirigentes e militantes.

De um lado, estavam aqueles que consideravam essa estratégia como adequada, julgando que a luta por reforma agrária perpassa vários campos inclusive o político, partindo da leitura de que a representação política é um aspecto importante no caminho da luta por reforma agrária e transformação social, e que as primeiras ações no campo político demonstravam como foi importante para o movimento se desenvolver e se visibilizar na sociedade, como

---

<sup>34</sup> Os primeiros candidatos foram lançados nas eleições de 1996 e 2000. Entre os candidatos lançados, foram eleitos em 1996, a vereadores: Irailton Gonçalves, no município de Prado e Raniere Botelho e Osvaldo Silveira Rocha em Itamaraju. Para Prefeito de Itamaraju foi eleito Frei Dílson Santiago. Em 2000, foram eleitos a vereadores Noeci Santos, no município de Vitória da Conquista, e José Luis de Jesus Serra, no município de Itactê. Todos pelo Partido dos Trabalhadores. Até 2006, o MST já tinha indicado 26 membros a cargos de vereadores. No total, somente 5 se elegeram nessa trajetória. Também foram indicados a deputados estaduais Frei Dilson, eleito em 1994, e Valmir Assunção, eleito em 2002 e em 2006, e deputado federal em 2010.

relata Oronildo Loures, dirigente Estadual do MST Bahia:

Nós temos que de fato participar porque é um instrumento da gente ajudar a eleger pessoas mais comprometidas com a causa da reforma agrária, a transformação social, e se for uma pessoa mais orgânica, que tenha pertença do movimento com certeza vai defender com muito mais propriedade essa grande bandeira de luta nossa. Então por isso de alguma forma se a gente não participar o nosso povo participa porque todo mundo vota no dia 5 de outubro, não tem jeito, a cada dois anos e é importante a gente participar que agente ajuda a orientar o nosso pessoal para aquilo que é melhor. Então isso é positivo, eu considero. (Entrevista, 11 de agosto de 2011, Oronildo Loures Costa).

Do outro lado, posicionavam-se aqueles que, ao contrário, consideravam que o movimento poderia retroceder a luta e tornar o MST uma “correia de transmissão” do partido, do governo ou uma assimilação da ordem do “estado burguês”, levando-o ao abandono da luta anticapitalista e em contra o socialismo, para fazer usos das categorias utilizadas pela militância, como demonstrou João Ferreira, João do Ouro como é mais conhecido, militante do MST e ex-direção do MST em 1995, atualmente assentado no assentamento Cruz do Ouro no município de Itamaraju no Extremo Sul da Bahia:

Eu sempre me posicionei contra as eleições. tenho uma opinião que não haverá espaço para representantes dos trabalhadores do povo na política burguesa, o estado é burguês, acho que deveríamos seguir mesmo é na construção da revolução como defendíamos no início do movimento. Eu sei que a conjuntura mudou, mas não acredito em mudanças boas para os trabalhadores no sistema capitalismo. E entrar na política é só perder tempo, acho que não vai ajudar nossa luta não. Os partidos hoje são uma lambança e os espaços políticos nem se fale, acho que o fundamental é organizar os trabalhadores para lutar pelo socialismo, isso sim. (Entrevista, agosto de 2011)

Ainda sobre aquele contexto e o debate entre os contrários e favoráveis, relata Wel-des Valeriano, diretor estadual do MST-Ba e vice-presidente do PT-Ba e 2010-2012:

Nós tivemos diversos momentos nesse processo. O primeiro momento quando a gente definiu uma candidatura aqui na Bahia, houve conflitos. Pessoas que achava que não dava pra conciliar política e a luta da reforma agrária. E outras a favor. Definimos em reunião que nós teríamos que ter candidato. Foi em Vitória da Conquista – num antigo hotel que tinha lá em Conquista, eu não me recordo aqui o nome, mas se eu não me engano foi em 1997. Daí se criou uma situação interna, uns achando que não daria para a gente levar uma candidatura. Bogo ele achava que o movimento na Bahia teria um retrocesso, né, ele trabalhava mais a questão da escrita, que era a parte mais teórica tanto do movimento da Bahia quanto do movimento nacional. Então houve esse debate e esse debate passou por diversos momentos na direção. Aquela altura nós está-

vamos bem em Itamaraju, a primeira gestão de Frei Dilson, tivemos uma participação importante, fizemos um monumento em frente a Prefeitura em homenagem ao MST, simbolizando a luta dos trabalhadores rurais, participamos de todo o debate de composição da equipe. A companheira Djacira foi chefe de gabinete dele, Darci Chiarello foi o secretário de obras e Valzão o de agricultura, enfim, envolvemos os setores que nos apoiaram no debate, foi muito democrático o modo de organização da prefeitura. Mas como você sabe nem tudo são flores no caminho. Frei Dilson começou com umas posturas que não concordávamos. E isso começou a dividir a opinião se deveríamos continuar ou não na vida política. Tinha uma parte que achava que deveríamos deixar pra lá e fazer como sempre, somente apoiar aqueles companheiros que apoiavam nossa luta, outros achavam justamente que não, e aí começou a polêmica que frei Dilson não era nosso, vindo do MST mesmo, e embora ele tenha sido uma candidatura nossa, ele não era um de nós mesmo, entende... Então ficou a polêmica, me lembro que na reunião em Vitória da Conquista, tivemos que votar se teríamos candidato a deputado estadual nas eleições de 1998, foi um debate tenso. Passou a proposta de que teríamos. Aí fomos a debate no encontro estadual em dezembro de 1997 em Teixeira de Freitas que ao final aprovou que deveríamos sim lançar candidatos, que era um direito dos trabalhadores buscarem colocar nos espaços de poder os companheiros que estavam na luta. (Entrevista, 18 agosto de 2011)

Essas narrativas tornam presentes as incertezas sobre as decisões tomadas, expressam as tensões entre os membros do movimento, as quais, em minhas análises, aparecem como próprias das dinâmicas coletivas – mas sublinho como relevante que oficializar a decisão do papel da participação política delineia a construção da política por representação nos espaços legislativo e executivo do MST-Ba. A participação nas eleições de 1998, com a indicação de Valmir Assunção, então representante do MST-Ba na direção nacional e membro do diretório nacional do PT, consolida a entrada do MST-Ba no campo político instituído.

Nas eleições de 1998, o candidato representante do MST ficou na terceira suplência de deputado estadual. O *slogan* de campanha “A cara e coragem do Sem Terra na Bahia” foi bastante expressivo do que representou aquela candidatura, com poucos apoios e com um candidato que, do ponto de vista do cenário político, não dispunha de “capital político” que não fosse sua atuação junto ao MST, como terei a oportunidade de demonstrar em outro capítulo, ao falar da trajetória e da condução das campanhas eleitorais. Em 2002, Valmir Assunção ficou na primeira suplência, assumindo o mandato de deputado estadual em 2005. Em 2006, foi eleito o deputado estadual mais votado da história do PT na Bahia. Nesse mesmo ano, com a vitória do PT à frente do Governo da Bahia, foi convidado a compor o quadro de secretários de estado pelo governador eleito, Jacques Wagner. Em 2010, foi eleito a deputado federal na quarta posição dos eleitos do PT na Bahia, consolidando uma longa trajetória de participação de construção pela representação do MST nos espaços políticos. As dinâmicas das campanhas e ocupação dos cargos executivos que integram a construção da representação

política serão tratadas em outro capítulo.

Neste capítulo, como proposto inicialmente, trilhei um caminho que delinea a construção da estratégia de representação política, ao passo que permite verificar que essa entrada no campo político não significou uma redução ou deslocamento de foco das ações diretas na construção do movimento, evidenciada sob os quatro aspectos demonstrados a seguir: 1) a expansão para outras regionais do movimento a partir de 1997; 2) o incremento do número de assentamentos nas diversas regionais ao longo dos dois períodos; 3) a manutenção da realização das ações de formação política e formal, marchas e mobilizações de repercussão nacional; e 4) regularidade das ações diretas, ocupações expressas pelo número de acampamentos.

Observa-se que, após a decisão da participação nas disputas eleitorais, o MST não alterou seu ideário de continuar expandindo-se para outras regiões da Bahia, como exemplificado pela criação de mais quatro regionais: 1) Baixo Sul, criada em 1997, com sede no município de Gandú, com 3 assentamentos; 2) Norte, criada em 1999, com sede no município de Juazeiro, 2 assentamentos; 3) Oeste, criada em 2000, com sede no município de Barreiras, 1 acampamento massivo de 2.500 famílias; 4) Nordeste, criada em 2006, com sede no município de Paulo Afonso, 2 acampamentos:

**Tabela A:** Expansão das regionais (1997-2006)

Regional	Ano de criação	Ocupação que referência à fundação
BAIXO SUL	1997	<i>Em 11 de Abril de 1997 surge a ocupação da fazenda Itagril no município de Tapeorá com 100 famílias. A segunda ocorreu na fazenda Canta Galo, localizada no município de Ibirapitinga e Camamu, pertencente a Ângelo Calmon de Sá ligado ao grupo do Banco Econômico. De 1997 a 1999, aconteceu na região 07 ocupações.</i>
NORTE	1999	<i>Em 1999 ocuparam a fazenda Jurema no município de Juazeiro pertencente ao fazendeiro Carlos Henrique Carra, hoje assentamento São Francisco com 106 famílias assentadas. A fazenda Jacaré foi a primeira ocupação feita pelo MST no município de Juazeiro com 80 famílias não desapropriando a área, porque era pequena, as famílias se juntaram e fizeram outra ocupação na fazenda Três Bois município de Casa Nova hoje assentamento Luiz Nunes com 50 famílias.</i>
OESTE	2000	<i>Em 2000, o MST foi para região oeste do estado no município de Barreiras, no qual foi feito o maior acampamento de sem terra do estado da Bahia, com cerca de 5.000 famílias sem terra.</i>
NORDESTE	2006	<i>Ocupação no município de Paulo Afonso.</i>

Fonte: PRADO, 2002 e MST-2001

Atualmente, é possível afirmar com segurança que o MST concilia a meta de expansão e consolidação nas regionais onde chega através das ações diretas, articulação com outros



### CAPÍTULO III

#### MST E PT: “IRMÃOS SIAMESES” OU ANTAGONISTAS POLÍTICOS?

A relação do MST com o PT é uma relação histórica e dialética. Não é uma relação que se forma entre dois movimentos separados, que ai resolvem conversar, ou atuar em conjunto. Porque historicamente, militantes do MST e da reforma agrária, ajudaram a formar o PT no meio rural. E em muitos lugares os militantes do PT, mesmo urbanos, ajudaram a formar o MST. De maneiras que mantidas as características e funções diferentes entre movimento de massa e organização partidária, o MST e o PT nasceram juntos, como irmãos siameses, com olhares voltados para espaços diferentes [...] (STÉDILE, 2011)



**Figura 4:** Conjunto de imagens B

I (acima) - Homem com bandeira do MST em frente ao MDA

II (esquerda, centro) - Dilma Rousseff com boné do MST

III (direita, centro) - Lula com Bandeira do PT

IV (abaixo) – Lula com boné do MST

Fonte: Agência Brasil, 2011

**B**uscar os momentos emblemáticos da relação entre PT e MST, identificando as divergências e convergências que estruturam e que continuam motivando ações conjuntas, os conflitos, rupturas e afastamentos entre os membros do partido e do movimento, constitui o objetivo deste capítulo. Como afirma acima João Pedro Stédile, da direção nacional do MST, essa relação de irmandade entre esses agentes coletivos começou a se estruturar na década de 1980, cada um deles solidarizando-se com os outros e estruturando-se, cada um ao seu modo, em espaços sociais diferentes. A seguir, demonstrarei alguns desses caminhos, para compreender como o PT se consolidou como um dos principais aliados do MST quando o assunto é política no campo institucional. Especialmente quando se observa a trajetória do movimento na Bahia, pode-se afirmar que o olhar já não está tão voltado para espaços diferentes, como descreveu João Pedro Stédile. A deliberação do MST-Ba em participar das disputas eleitorais, com membros oriundos da militância do MST, como forma de avançarem na perspectiva de representação política do MST no legislativo e executivo, comprova como esse olhar atualmente se justapõe entre as ações diretas e ações no espaço institucional.

Não adentrarei o debate sobre as definições, objetivos e finalidades dos partidos políticos (e mesmo sobre os movimentos sociais) na contemporaneidade, e a reflexão sobre o PT nesta tese foi motivada exclusivamente porque, embora as relações tenham mudado de forma e intensidade, o PT continua sendo, no campo da política institucional, um dos principais aliados do MST-Ba na objetivação, por exemplo, dos candidatos oriundos do MST-Ba para viabilizar suas candidaturas. Todos os candidatos oriundos dos MST-Ba que se colocaram nas disputas eleitorais eram inicialmente filiados ao PT<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> Este capítulo não é um estudo sobre o PT ou partido político, a exemplo de um conjunto de estudos que se debruçaram sobre essa questão. Muitos analistas das agremiações partidárias procuram elucidar um conjunto de questões que podem ser resumidas nas seguintes perguntas: o que é um partido político? Como surgiram os partidos políticos? Quais os tipos de partido político? Qual a função do partido político? Quais as características dos sistemas partidários nos diferentes países? (SELL, 2006, p.151). São trabalhos referenciados sobre partidos políticos: *Sistema Político Brasileiro* (FLEISCHER, 2007); Elementos para uma análise antropológica do voto (In: GOLDMAN; SANT'ANNA, 1996); Estudos sobre partidos políticos (In: SELL, *Introdução a Sociologia*, 2006); e ainda, em relação aos estudos clássicos, ver: SANTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas partidários*. Brasília: UNB, 1982; LÊNIN, Vladimir. *O que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1988; GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991; e ainda: MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília. UnB, 1982; DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro. Zahar, 1970.

## I MST E PT NA CONSTRUÇÃO COLETIVA DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

A participação dos membros do MST na Bahia marcou a fundação e consolidação do PT em alguns municípios, como a fundação do PT no município de Jucuruçu, em 1987, mesmo ano de fundação do MST na Bahia e sua atuação junto ao PT no município de Itamaraju. Nessa relação, um conjunto de aprendizados recíprocos foi gerado, decorrente das dinâmicas da participação dos membros do MST-Ba no âmbito do partido político, bem como deste na relação com o movimento social. Estou certa de que as relações entre movimento social e partido político não são, no mundo prático, tão recortadas, embora reconheça que, em termos conceituais, esses atores são identificados, qualificados e caracterizados de modo a precisar suas diferenças e especificidades.

Por outro lado, ao se falar de forma genérica desses agentes coletivos, há uma expectativa de que as ações do movimento social focalizem formas diretas de enfrentamento, de denúncia e de reivindicação junto ao Estado, para o atendimento da pauta do movimento; espera-se, portanto, uma atitude de enfrentamento e antagonismo ao Estado. As aproximações e atuações justapostas entre movimentos são vistas como potencializadoras de redes e são retoricamente incentivadas, o que não ocorre quando essa justaposição acontece, quando os membros dos movimentos atuam no campo institucional, principalmente no partido político, ou cargos nas estruturas de Estado, situações que são sempre alvo de problematizações. Em relação aos partidos políticos, há a expectativa de que sejam os mediadores, responsáveis na construção dos governos e disputas dos espaços de poder que estruturam o Estado.

A pesquisa reforçou, como já identificado por outros estudos, diga-se de passagem, que na contemporaneidade já não se pode esperar por uma atuação homogênea, monolítica dos membros dos movimentos sociais e outros agentes coletivos. Ratifica-se que este estudo evitou um olhar classificatório, e, de igual modo, não se espera que os indivíduos ajam de modo totalitário em um espaço. Parece-me necessário, portanto, superar um olhar que pretende encontrar, na prática cotidiana dos militantes e membros que constroem suas identidades coletivas, uma ação exclusiva dos indivíduos, interpretando-a ora como virtude que as condutas desses membros deveriam seguir, como sinônimos da postura correta, ora conferindo uma interpretação negativa dessa participação quando a justaposição é com o campo institucional. Em sentido contrário a esse processo, interessou-me apreender justamente as estratégias desses membros, na vida prática, as quais possibilitaram as aproximações, afastamentos e os ar-

ranjos que, ao mesmo tempo, estruturam convergências e as distinções desses agentes coletivos. Na esfera política, é cada vez mais comum e recorrente a justaposição de atuação dos indivíduos nos diversos papéis que são chamados a desempenhar, diferentes papéis para se viabilizarem tanto nas esferas privadas como na vida pública.

Afirma-se que, pelo menos para aqueles membros que estão diretamente na condição de representantes no campo institucional, a justaposição da participação política é uma dinâmica presente na trajetória desses membros que atuam no MST-Ba; justaposição vivenciada por tensões e conflitos, mas, também, por aprendizados e exercícios coletivos importantes que integram o ambiente socializador desses sujeitos em suas particularidades. Tal exercício garantiu, ao mesmo tempo, uma ação solidária e de compartilhamento de certos referenciais, mas também de disputas e atuações que reforçassem a autonomia e a distinção entre o movimento e o PT.

Sublinha-se, portanto, nessa experiência, a evidência de que já não é mais possível traçar uma divisão desses processos. Os olhares, como mencionado acima, já não se orientam com exclusividade para as diferentes esferas da sociedade. Nesse sentido, identifica-se que as relações entre o MST-Ba e PT-Ba compuseram um ambiente de socialização no qual muitos desses militantes, tanto do movimento social quanto do partido, construíram e permutaram experiências que compõem um conjunto de conhecimento prático para lidarem com as agendas partidárias, o debate da participação política e a reflexão sobre o que consiste o papel dos representantes políticos; e em muito foram importantes para estruturarem suas concepções e visões de mundo.

## 2 SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO MST EM DIFERENTES ESPAÇOS

Sobre a noção de “participação política” cabe um parêntese: a palavra participação remonta ao século XV, derivada do latim *participatio, participationis, participatum*. Significa “tomar parte em”, compartilhar, associar-se pelo sentimento ou pensamento. Assim, o MST-Ba vai tomando parte no PT através das suas participações nas agendas (encontros, assembleias, uma vivência prática que envolve aprendizado dos procedimentos da burocracia, das normas internas, e se consegue, através da participação, olhar um mapa mínimo com a finalidade de se orientar nas situações de disputas internas do partido, ou seja, para formular as tomadas de posição na luta pelo poder no partido, etc.).

A participação entendida é a ação de indivíduos e grupos com o objetivo de influenciar o processo político. Logo, essa participação no interior do partido foi fundamental para o MST na Bahia decidir pela disputa eleitoral como um dos muitos caminhos da luta pelo poder. No sentido amplo, “a participação como a ação que se desenvolve em solidariedade com outros no âmbito do Estado ou de uma classe, com o objetivo de modificar ou conservar a estrutura (e, portanto, os valores) de um sistema de interesses dominantes” (AVELAR, 2007, p.264.) – aspecto importante, por exemplo, quando o PT, na década de 1980, colocava-se como um partido que se opunha à ordem, de ideário revolucionário, propunha-se organizar os trabalhadores e os diversos movimentos sociais na luta anticapitalista e para a construção do socialismo no Brasil<sup>37</sup>. Esse conjunto de referências se assemelhava às agendas políticas defendidas pelos movimentos sociais de luta pela terra.

No caso do movimento social rural, a confrontação se deu com as elites agrárias, via ocupações de terra e denúncia das violações dos direitos humanos. Foi capaz de transformar reivindicações por terra, trabalho, moradia, infraestrutura, educação, saúde, em demandas políticas e em instrumento de defesa dos direitos de cidadania ou de contestação ao autoritarismo do Estado e das elites agrárias. Por exemplo, Warren (2005) considera “particularmente relevante [...] a compreensão do significado e do alcance da *ação política* criada através das redes de movimentos sociais” e, com base nessa experiência, considera-se aqui a atuação dos movimentos sociais nos processos de democratização do País.

---

<sup>37</sup> Em 1978 e 1979, a sociedade civil e os meios de comunicação discutiam o fim da ditadura, a anistia política e os direitos humanos. A conjuntura política permitia o enfrentamento direto entre operários e patrões. (MACHADO, 2001). Em 1980, em decorrência das movimentações do cenário político brasileiro pelas greves do operariado no ABC paulista e um conjunto de variáveis políticas, funda-se o PT.

Mesmo que o sentimento seja de oposição a um sistema dominante, a participação política ocorre dentro de limites e regras definidas por esse sistema, legitimando-o, confirmando, portanto que a participação ativa, prática, é a condição para melhor construção de estratégias e formulação das tomadas de posição nessa correlação de forças (PIZZORNO, 1975; AVELAR, 2007).

Embora uma definição de participação abranja as ações que ocorrem nos limites e regras de um sistema político, e os atores em disputa procurem maximizar sua influência nas decisões políticas, e todas as ações que extrapolam as regras dominantes, confrontando-as, deveriam ser tratadas em outras categorias, como as dos movimentos sociais, a experiência do MST aponta também que dos movimentos sociais já não se pode esperar uma participação apenas de confrontação, atribuída a esses movimentos em relação ao Estado, ratificando, portanto, que a participação abrange um universo diferenciado de manifestações empíricas, e sempre haverá dificuldades na sistematização de todo seu repertório nas democracias contemporâneas<sup>38</sup> (AVELAR, 2007). Interessa-me, todavia, pontuar que, se por um lado foi importante para o MST ampliar suas relações com outros movimentos e entidades da sociedade civil e colocar-se em constantes negociações com o Estado para atendimentos das demandas materiais/emergenciais do cotidiano, por outro, foi relevante sua articulação com os partidos políticos para uma interlocução dessas demandas no sistema político brasileiro como um todo. Destacam-se, nessas relações entre MST e Partido, suas articulações com o PT e vice-versa<sup>39</sup>, no sentido de produzirem, nas primeiras décadas da reabertura política, convergências ideológicas na formulação dos seus projetos políticos.

---

<sup>38</sup> Diante disso, resumimos em três grandes vias os canais de participação: o canal eleitoral e partidária, conforme as regras constitucionais e do sistema eleitoral adotado em cada país: os canais corporativos, que são instâncias intermediárias de organização de categorias e associações de classe para defender seus interesses no âmbito fechado dos governos e do sistema estatal; e o canal organizacional, que consiste em formas de organização coletiva no âmbito da sociedade civil, como os movimentos sociais, as subculturas políticas, as atividades das organizações não governamentais de natureza cívica, experiências de gestão pública em parceria com grupos organizados da sociedade e como o orçamento participativo, os conselhos gestores etc. (AVELLAR, 2007).

<sup>39</sup> O PT organizou-se, no papel, a partir das formulações de intelectuais marxistas, mas também continha em seu bojo, desde o nascimento, ideologias espontâneas dos sindicalistas que constituíram o seu "núcleo duro" organizacional. O partido se articula com diversos outros partidos e grupos de esquerda latino-americanos, como a Frente Ampla uruguaia, partidos comunistas de Cuba, grupos do Brasil e de outros países, e movimentos sociais brasileiros, como o MST no chamado Foro de São Paulo, reunião de movimentos e partidos políticos de esquerda latino-americanos.

### 3 A FORMULAÇÃO DE UM PROJETO POPULAR PARA O BRASIL

O movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, fundado em 1984, em Cascavel, iniciou suas ações focalizando o método da ocupação de terras como sua principal tática de luta, associada aos seus programas de formação orientados para a construção de uma organização política, com o objetivo de realizar a transformação social, norteado por alguns referenciais de esquerda. No conjunto de teorias que influenciaram o MST em sua formação política, destacam-se as ideias de Lênin, a partir da qual o movimento fundamentava sua crença na construção de uma vanguarda de lideranças para condução dos processos revolucionários. Muitas dessas ideias tiveram grande apelo entre as lideranças, sobretudo aquela sobre a construção/formação de uma vanguarda para conduzir o processo de transformação mais ampla na sociedade. Nesse sentido, foi recorrente, nas ideias do movimento, que a organização política (dita por Lênin em seu livro *O que fazer?*, escrito em 1902, ao mencionar o partido de vanguarda) não era necessariamente o partido político institucionalizado/integrante do sistema político de um país, mas uma organização política que teria como missão a condução dos processos revolucionários. Tal aspecto foi, em grande medida, assimilado nos referenciais de formação política das lideranças e militantes do MST. Segundo Lenin (1988 [1902], p.87), partido de vanguarda era:

A organização dos revolucionários deve englobar, antes de tudo e principalmente, homens cuja profissão é a ação revolucionária. Diante desta característica comum aos membros de tal organização, deve ser absolutamente eliminada qualquer distinção entre operários e intelectuais e, com maior razão, entre as diversas profissões de uns e de outros. Necessariamente, essa organização não deve ser muito extensa, e é preciso que seja a mais clandestina possível.

Nessa mesma linha, as teorias gramscianas também tiveram influência nos cursos de formação do movimento, segundo o qual “o príncipe moderno não pode ser um indivíduo, o organismo determinado pelo desenvolvimento histórico é o partido político” (1991, p.6, in cadernos do cárcere). Para Gramsci, a principal função do partido político é a construção da hegemonia, conjunto de ideias pela qual uma determinada classe impõe sua visão de mundo (ideologia) para o resto da sociedade. Assim, o movimento buscou, num conjunto de agentes e redes, a possibilidade de construir um conjunto de ações para avançar na acumulação de forças, visando criar hegemonia política, pelo menos buscando convencer os diferentes seg-

mentos sociais no Brasil sobre a necessidade de realizar a reforma agrária, entendendo que sem a sua realização não seria possível desenvolver o Brasil e diminuir as desigualdades sociais.

Nesse sentido, tanto o MST quanto o PT, na condição de organizações políticas fundadas na mesma década, foram plasmadas no universo cuja referência das ideologias socialistas das esquerdas exerceu grande influência. Assim, como uma “memória herdada”, trazem para o seio das suas organizações (partidária e na forma de movimento social) um debate recorrente naquele momento histórico, como, por exemplo, o clássico debate expresso no livro de Rosa Luxemburgo *Reformas ou revolução*, ou ainda problematizando se deveria haver tolerância com a tese de construção/transição gradual do capitalismo proposta pela socialdemocracia, até alcançarem o socialismo, questões que permanecem difusamente nas “disposições” dos membros dessas organizações, advindos dos contextos da luta sindical, dos partidos e organizações de esquerda, das igrejas ligadas às correntes da teoria da libertação.

O PT surge a partir da proposta nuclear da tomada do poder pelos operários, o ideal de organizar os trabalhadores e implantar o socialismo democrático no Brasil<sup>40</sup>. Haveria ainda que problematizar as *nuances* sobre o que entendem como “socialismo democrático”, todavia, não me debrucci sobre essa problemática.

Sublinham-se, portanto, as relações recíprocas de apoios entre os membros do PT e do MST, relações que buscaram realizar a operação desses “irmãos siameses”, visando garantir autonomia do MST, buscando distanciar-se da ideia de que o PT exercia alguma espécie de tutela sobre o movimento. Reitera-se que não faz muito tempo que havia um senso comum, de segmentos sociais que interpretavam o MST e PT como sendo uma única organização, ou ainda de que o MST seria um setor do PT. A fundação do MST, enquanto movimento autônomo, em 1984, é fundamental para esclarecer que as primeiras ocupações realizadas em 1980, ano também de fundação do PT, não foram feitas pelo partido em si – havia apenas o apoio desse partido a um movimento que se constituía.

Nesse processo, é possível destacar a atuação do movimento construindo um conjun-

<sup>40</sup> O PT nasceu com uma postura crítica ao reformismo dos partidos políticos socialdemocratas. Nas palavras do seu programa original: “As correntes socialdemocratas não apresentam, hoje, nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo imperialista”. O PT organizou-se, no papel, a partir das formulações de intelectuais marxistas, mas também continham em seu bojo, desde o nascimento, ideologias espontâneas dos sindicalistas que constituíram o seu “núcleo duro” organizacional, ideologias estas que apontavam para uma aceitação da ordem burguesa, e cuja importância tornou-se cada vez maior à medida que o partido adquiria bases materiais como máquina burocrático-eleitoral. Ainda “socialismo democrático” é um termo usado por vários movimentos e organizações socialistas para enfatizar o caráter democrático de suas tendências políticas. Tal orientação surge em oposição a outras correntes que defendem o autoritarismo como meio de transição para o socialismo, propondo, em vez disso, a criação de uma economia democrática descentralizada a partir de movimentos populares, compreendida pela e para a classe trabalhadora.



to de proposições que davam forma à sua proposta de projeto popular democrático, o que se pode averiguar nos trechos abaixo identificados, destacando-se o documento<sup>41</sup> que apresenta as principais propostas de construção de um projeto popular, no recorte pensado para a agricultura brasileira, com o seguinte objetivo:

Essa proposta de reforma agrária se insere como parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira de construir uma nova sociedade: igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável. Desta forma, as propostas das medidas necessárias fazem parte de um amplo processo de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura de organização da produção e da relação do ser humano e natureza. De maneiras que, todo processo de organização e desenvolvimento da produção no campo aponte para a superação da exploração, da dominação política e da alienação ideológica e da destruição da natureza. Buscando valorizar e garantir trabalho a todas as pessoas como condição à emancipação humana e à construção da dignidade e da igualdade entre as pessoas e no restabelecimento de relações harmônicas do ser humano com a natureza.

Nesse mesmo documento, destaca-se ainda a sua visão sobre o papel do Estado:

**Box 1: Proposta sobre o papel do Estado para o MST**

**O ESTADO DEVE DESENVOLVER UMA POLÍTICA AGRÍCOLA VOLTADA PARA OS INTERESSES DO POVO**

**Medidas**

- 5.1. O estado deve usar todos os instrumentos de política agrícola, como garantia de preços, crédito, fomento à transição e consolidação da produção agroecológica, seguro, assistência técnica, armazenagem, etc., prioritariamente para o cumprimento desse programa de reforma agrária.
- 5.2. O estado deve garantir a compra de todos os produtos alimentícios do setor camponês e da reforma agrária.
- 5.3. O estado vai garantir financiamento para que as comunidades do meio rural desenvolvam programas coletivos de autonomia energética, através de usinas de bio-diesel e através de fontes alternativas como a energia solar, água, eólica (ventos) etc..
- 5.4. O estado deve garantir condições para que todos os agricultores tenham acesso aos meios de produção necessários, como: máquinas, equipamentos, insumos, agroindústria, etc.); se necessário instalar fábricas de empresas estatais.
- 5.5. Um programa especial de crédito para a reforma agrária
  - a) Criar um programa especial de crédito rural destinado às famílias assentadas pela reforma agrária e aos agricultores/as pobres, através da rede de bancos públicos, de forma desburocratizada e acessível.
  - b) Destinar recursos suficientes e priorizando os investimentos produtivos, que reorganizem as unidades produtivas. E também, recursos para implantação de agroindústrias, sistemas de irrigação e estímulo a outras formas indústrias combinada no meio rural.
  - c) Desenvolver uma metodologia participativa em que o sistema financeiro público vá até os pequenos agricultores de forma mais desburocratizada possível, mas estimulando formas cooperadas e combatendo oportunismos e desvios. Pode-se combinar o uso de recursos de crédito com garantia de compra antecipada da produção.

**10. O APARATO ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO ESTADO**

Para realização desse programa de mudanças no campo visando um programa de reforma agrária popular,

<sup>41</sup> Essa proposta foi atualizada em documento datado em 9 de julho de 2009 (Cf. Anexo, ao final deste trabalho. Fonte: MST, 2009).

deve-se realizar mudanças imediatas na forma de funcionamento das instituições públicas. Para isso propõem-se as seguintes medidas:

10.1. Reestruturação e fortalecimento do INCRA como instrumento público para reestruturação da propriedade da terra no Brasil. Adequando portarias, contratando funcionários e agilizando seus procedimentos administrativos. E vinculando-o diretamente à Presidência da República.

10.2. Reestruturação da CONAB e transformando-a numa empresa pública da agricultura popular tendo como papel, a garantia de preços, o abastecimento dos mercados locais e regionais de alimentos, e a compra de todos os produtos da agricultura reformada. Instalação de agroindústrias nos assentamentos. Garantia de fornecimento de insumos necessários para a reforma agrária, priorizando os de origem orgânica e local.

10.3 Criação de um instituto público vinculado ao programa da reforma agrária, que tenha como função garantir a assistência técnica pública e gratuita, coordenando a metodologia e os programas de fomento. E a capacitação geral dos agricultores para o novo modelo. Esse instituto atuará em coordenação com outros organismos públicos de pesquisa (Embrapa, e empresas estaduais,) e de assistência técnica que possa atender melhor seus objetivos. E com a participação das organizações dos trabalhadores.

## 2. A AÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO POPULAR

A implementação dessas mudanças implica necessariamente em que o Estado, com tudo o que representa de poder (executivo, legislativo, judiciário, segurança e poder econômico) seja o instrumento fundamental de implementação das propostas.

Seguramente deverá ser um Estado diferente do atual. Deverá ser gerido democraticamente, com ampla participação das massas e buscando sempre o bem comum.

Por outro lado, deverá haver um novo nível de colaboração e complementariedade, entre os governos federal, estadual e municipal.

Fonte: MST 2009

Como elementos centrais do seu projeto popular para o Brasil, além do documento citado no Box 1, identifiquei outras propostas integrantes da concepção ideológica sobre o papel do Estado, entre elas: proposta de educação como condição para os brasileiros serem cidadãos plenos com dignidade e altivez; proposta para reforma agrária, com superação da pobreza rural e definição do limite da propriedade no Brasil em 35 módulos fiscais; proposta de combate à violência sexista, de promoção da saúde pública universal e de qualidade, de reconhecimento da diversidade étnica, de democratização dos meios de comunicação; e propostas para o sistema político e soberania nacional popular. É fato que o movimento se integra a redes das quais participa e com as quais se articula na sociedade, plasmando o ambiente de formulação do teor das suas propostas. Sublinho entre as propostas os trechos sobre o sistema político e o debate sobre a soberania popular, para explicitar o que pensa o MST sobre esses temas:

**SISTEMA POLÍTICO** - Queremos um país que crie e utilize permanentemente mecanismos de participação e decisão direta da população, nas várias instâncias de decisão do poder político e social, construindo uma verdadeira democracia popular participativa. É preciso regulamentar os plebiscitos, referendos e consultas populares para tomada de decisões de importância para o povo. Defendemos uma ampla reforma política que garanta liberdade de organização política e partidária, financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais em todos os níveis, controle da propaganda mentirosa, fide-

lidade partidária, revogação de mandatos pelo voto popular, fim do sigilo bancário, patrimonial e fiscal de todos os candidatos e de todos ocupantes de cargos públicos, em todos os níveis. Ajuste dos salários de todos eleitos equivalente à média dos ganhos dos servidores públicos. **SOBERANIA NACIONAL E POPULAR** - Precisamos de políticas e práticas dos governantes que garantam a pleno soberania de nosso povo, sobre nosso território, nossas riquezas naturais, minerais, nossa biodiversidade, a água e as sementes. O Estado deve ter o controle com a participação da sociedade e dos trabalhadores, e das empresas estratégicas para o desenvolvimento nacional que já existem e criar as que forem necessárias para gerirem as riquezas. E instalar uma auditoria da dívida externa e examinar todos os contratos, para controlar a transferência de riquezas para o exterior, a título de juros e amortização de dívidas e de contratos não transparentes ou ilegais e imorais.

Entre suas propostas, destaca-se a defesa de uma democracia participativa que envolva a população em assuntos de interesse geral. O exemplo das últimas experiências de consulta à população articuladas juntamente com outros segmentos da sociedade civil foram: a) a organização do plebiscito sobre o pagamento da dívida externa; b) consulta sobre a participação do Brasil na ALCA; e c) recentemente sobre o limite do tamanho da propriedade da terra no Brasil<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> Plebiscito dívida externa - A oportunidade está sendo criada pela "Campanha Jubileu 2000, por um milênio sem dívidas", coalizão composta por igrejas, movimentos sociais, partidos políticos e outras entidades. Realizado de 2 a 7 de setembro de 2000. Plebiscito sobre a ALCA - De 1 a 7 de setembro, 41.758 urnas recolheram os votos de 10.149.542 pessoas. O Plebiscito contou com o trabalho voluntário de mais de 150 mil pessoas, em 3894 municípios (de um total de 5550). Em relação ao Plebiscito da Dívida externa, o Plebiscito da ALCA atingiu 450 municípios a mais e superou em 70% o número de votantes. Quanto aos resultados, 98,35% dos votantes, disseram não ao tratado da Alca; 96% rejeitam as negociações que estão em andamento e; 98,6% não aceitam a entrega da Base de Alcântara, no Maranhão, para controle militar dos EUA. O Plebiscito Popular pelo limite da propriedade da terra realizada de 1 a 7 de setembro de 2010. Esta consulta popular é fruto da Campanha Nacional pelo Limite da Propriedade da Terra, promovida pelo Fórum Nacional da Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA) desde o ano 2000.

#### 4 ANALOGIAS ENTRE PROPOSTAS DO MST E DO PT

Em carta intitulada “Compromissos com a mudança”, de 20 de outubro 2002, dirigida à população do Brasil, Lula reafirmou vários compromissos assumidos pelo PT durante a campanha daquele ano, os quais se aproximavam, em grande medida, das propostas formuladas pelo MST. Vejam-se trechos da carta:

A construção dessa nova perspectiva de crescimento sustentado e de geração de emprego exigirá a ampliação e o barateamento do crédito, o fomento ao mercado de capitais e um cuidadoso investimento em ciência e tecnologia. Exigirá também uma inversão de prioridades no financiamento e no gasto público, valorizando a agricultura familiar, o cooperativismo, as micro e pequenas empresas e as diversas formas de economia solidária. O Congresso Nacional tem uma imensa responsabilidade na construção dessas mudanças que irão promover a inclusão social e o crescimento sustentado. Por isso, estarei pessoalmente empenhado em encaminhar para o Congresso as grandes reformas que a sociedade reclama: a reforma da previdência social, a reforma tributária, a reforma da legislação trabalhista e da estrutura sindical, a reforma agrária e a reforma política. O mundo está atento a esta demonstração espetacular de democracia e participação popular ocorrida na eleição de ontem. É uma boa hora para reafirmar um compromisso de defesa corajosa de nossa soberania nacional. E o faremos buscando construir uma cultura de paz entre as nações, aprofundando a integração econômica e comercial entre os países, resgatando e ampliando o Mercosul como instrumento de integração regional e implementando uma negociação soberana frente à proposta da Alca. Vamos fomentar os acordos comerciais bilaterais e lutar para que uma nova ordem econômica internacional diminua as injustiças, a distância crescente entre países ricos e pobres, bem como a instabilidade financeira internacional que tantos prejuízos tem imposto aos países em desenvolvimento. Nosso governo será um guardião da Amazônia e da sua biodiversidade. Nosso programa de desenvolvimento, em especial para essa região, será marcado pela responsabilidade ambiental.

O PT também enunciava na “Carta dos princípios” que antecedia sua fundação oficial, em 1979, uma articulação com outros partidos políticos para a construção do projeto de nação:

O PT considera imprescindível que todos os setores sociais e correntes políticas interessados na luta pela democratização do país e na luta contra o domínio do capital monopolista unifiquem sua ação, estabelecendo frentes interpartidárias que objetivem conquistas comuns imediatas e envolvam não somente uma ação meramente parlamentar, mas uma verdadeira atividade política que abranja todos os aspectos da vida nacional.

Nesse documento ainda consta a afirmação de um PT democrático e dos trabalhadores:

O PT não pretende criar um organismo político qualquer. O Partido dos Trabalhadores define-se, programaticamente, como um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem. O PT define-se também como partido das massas populares, unindo-se ao lado dos operários, vanguarda de toda a população explorada, todos os outros trabalhadores – bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, bóias-frias, profissionais liberais, estudantes etc. – que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política. O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo. Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem de ser, ele próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior.

Os documentos do PT e MST, seguidos das entrevistas, permitem localizar convergências na formulação das propostas para a superação de um conjunto de problemas estruturais no Brasil. Essa identificação é, sobretudo, mais simétrica durante as formulações nas décadas de 1980 e 1990. A centralidade da reforma agrária presente nos programas de governo do PT em 1989, 1994, 1998 e em 2002, que assegurou a disposição entre membros da direção e militantes do MST em apoiar as candidaturas do PT, bem como o conteúdo defendido por ambos nos primeiros anos de existência são exemplos das convergências entre os projetos naqueles contextos. Na entrevista com João Pedro Stédile (2011), dirigente nacional do MST, ele reafirma o alinhamento histórico entre MST e PT:

A relação do MST com o PT é uma relação histórica e dialética. Não é uma relação que se forma entre dois movimentos separados, que aí resolvem conversar, ou atuar em conjunto. Porque historicamente, militantes do MST e da reforma agrária, ajudaram a formar o PT no meio rural. E em muitos lugares os militantes do PT, mesmo urbanos, ajudaram a formar o MST. De maneiras, que mantidas as características e funções diferentes entre movimento de massa e organização partidária, o MST e o PT nasceram juntos, como irmãos siameses, com olhares voltados para espaços diferentes. Mais recentemente, por conta da pluralidade partidária, e de militantes de outras origens que atuam no MST, há também filiações de militantes e dirigentes em outros partidos, como PDT, PSB, PSOL e PCdoB. Mas a grande maioria dos que fazem militância partidária, estão no PT. E também, historicamente, acho que sempre tivemos um respeito mútuo, entre PT e MST de praticarmos a autonomia política., entre as duas organizações sociais. Nunca houve ingerência de parte a parte, nem a nível nacional, e tampouco tive conhecimento de ocorrência nos estados. Quando alguém cometia esse desvio, de tentar ferir a autonomia de um ou outro, acabou derrotado ou isolado (Entrevista, 2011).

Esse alinhamento entre propostas defendidas por ambos nos seus programas e documentos, sobretudo em relação à reforma agrária, vai perder força a partir de 2002, e a reforma agrária começa a aparecer de modo genérico nos documentos do PT, como, por exemplo, na Carta ao Povo Brasileiro<sup>43</sup>, de junho de 2002, da qual se reproduz um trecho (Grifos meus):

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública... Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infra-estrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas”.

Assim, fica evidente a generalidade que a reforma agrária passa a ocupar no governo petista, demonstrada, sobretudo, pelos números de desapropriação no segundo mandato do governo Lula e no primeiro ano do governo Dilma, posteriormente<sup>44</sup>.

<sup>43</sup> Numa proposta exegeta, Paulo Roberto de Almeida, Doutor em Ciências Sociais, diplomata, autor de vários trabalhos sobre relações internacionais e política externa do Brasil, analisa o teor da Carta ao Povo Brasileiro. Revista *Espaço Acadêmico*, n.38, julho de 2004.

<sup>44</sup> Foram grandes as expectativas sobre o governo Lula no que diz respeito à realização da reforma agrária, pois esse governo contou com o apoio de vários movimentos sociais, entre eles o MST, sendo dessa forma considerado como um governo popular. Além disso, o ex-presidente Lula deu a declaração de que a realizaria com uma canetada. Porém, ao final de oito anos (2003-2010) vimos que a reforma agrária, entendida enquanto uma política de transformação da estrutura agrária, fazendo cumprir a função social da terra não foi realizada. Esse fato torna-se mais real quando se verifica a forte estabilidade do Índice de Gini no Brasil, sendo que em 1975 era de 0,855, em 1985 foi de 0,858, em 1995/96 foi 0,857 e em 2006 era de 0,856. De acordo com Sampaio e Garcia Filho (s/d, p. 1) “é preciso ver a reforma agrária como uma decisão política do estado para solucionar uma “questão agrária”, que entrava o desenvolvimento da Nação”.

Esses são apenas alguns exemplos de ações bem-sucedidas durante o período de 2003 a 2010. Porém, quando se trata de reforma agrária no governo Lula há muitas críticas em função deste governo ter se dedicado em realizar “medidas compensatórias” em detrimento de uma efetiva distribuição de terras. Apesar de algumas medidas terem sido transformadas em políticas públicas permanentes, através de decretos assinados pelo ex-presidente, outras ações podem ser extintas de uma hora para a outra. A atual presidente Dilma em seu discurso de posse afirmou que a prioridade das ações do Governo Federal será para a erradicação da pobreza extrema no país: “A luta mais obstinada do meu governo será pela erradicação da pobreza extrema e a criação de oportunidades para todos.” (Dilma Rousseff, 2011). Contudo, nesse discurso não houve nenhuma menção à reforma agrária enquanto política capaz de contribuir para acabar com a pobreza.

Todavía não se pode deixar de compreender que, ao longo desses anos, o MST foi demarcando no ideário popular suas diferenças com o PT, sem perder, contudo, os vínculos de reciprocidade em relação a algumas propostas, do mesmo modo que não se podem negligenciar, nessa confluência de relações, as diferenças e os conflitos próprios a esses sujeitos coletivos, como reforça Bringel (2006, p.36):

Asimismo, es importante matizar que así como el PT es hoy un partido totalmente fragmentado, dentro del MST tampoco existe un posicionamiento homogéneo, fruto de lapluralidad y diversidad de enfoques. En un breve esbozo histórico, es a partir de los movimientos y luchas sociales de la fase populista brasileña, cuando El pueblo irrumpen en la escena política brasileña, por primera vez, con algún poder de presión (GOHN, 1995, p. 91). Se desarrollan conflictos agrarios – como los de Formoso y Trombas, en Goiás en 1955 – a la vez que se estructuran resistencias y se forman movimientos y partidos, duramente reprimidos a partir de 1964 con la imposición del régimen militar. Bajo la dureza del período dictatorial, el izquierdista se fragmenta, el movimiento estudiantil se luce y los trabajadores del campo y de la ciudad, sobretudo a finales de la década de 1970, vuelcan sus fuerzas en la reconstrucción de la democracia. En este contexto se barajan las cartas del futuro surgimiento tanto del PT como, posteriormente, del MST, que nace oficialmente en 1984. A su vez, el PT nace oficialmente en febrero de 1980, en São Paulo, fruto de la cercanía de los movimientos sociales con antiguos sectores de izquierda brasileña.

Nesse sentido, MST<sup>45</sup> e PT<sup>46</sup> atuaram no contexto de reabertura democrática, estruturaram pautas e construíram relações de reciprocidade e solidariedade política. Destaca-se, nessa interlocução, a participações no âmbito nacional, de lideranças com *status* de porta-vozes do MST nas instâncias nacionais do Partido dos Trabalhadores, a exemplo da participa-

---

Por esse fato, acredita-se que o governo Dilma dará continuidade às ações sociais implantadas pelo governo Lula sem adentrar especificamente na reforma agrária, uma vez que:

*“A expectativa é que se possa, no governo Dilma, avançar mais na reforma agrária, embora os indícios iniciais sejam de que o tema está fora de pauta. Tanto no período eleitoral quanto no pós-eleitoral [mesmo no discurso de posse], o tema da reforma agrária não foi tratado. Historicamente, aliás, nós podemos afirmar que não temos um programa de reforma agrária. O que temos tido, ao longo da história brasileira, são programas de assentamento porque a estrutura fundiária brasileira continua inalterada, ou seja, grandes propriedades, alta concentração fundiária, grandes investimentos no agronegócio como forma de exportação de commodities para equilibrar a balança de pagamentos”* (AGÊNCIA BRASIL, Entrevista Gilmar Mauro, 2011) (SOUZA, Valnilde Ferreira de, junho de 2011. p.7).

<sup>45</sup> As divergências sobre o caminho a seguir no PT contribuíram sobremaneira para a forma organizativa via tendências, buscando conciliar a diversidade interna das posições e o centralismo democrático de origem leninista. As tendências internas se organizavam a partir de certos referentes teóricos de esquerda (leninista, trotskista, gramsciano).

<sup>46</sup> Se o PT, via suas tendências, é expressivo de uma diversidade interna, o MST também não pode ser visto em termos monolíticos; sua forma organizativa guarda uma correspondência para todos os estados no Brasil associada às realidades de cada lugar, resultando em um movimento diferenciado e heterodoxo. Os princípios, as linhas políticas e a estrutura organizativa são elementos presentes em todos os estados do Brasil nos quais o MST atua. Todavia o contexto particular de cada região resulta em deliberações sobre diferentes estratégias, como por exemplo, a decisão da direção do MST-Ba sobre a participação nas eleições.

ção de João Pedro Stédile – direção nacional do MST no diretório nacional do PT em 1993, signatário da tese *Hora da Verdade*, que resultou na construção da tendência interna no PT denominada “Articulação de Esquerda”; depois, por indicação da direção nacional, Valmir Assunção, então direção nacional pela Bahia, participou, por três mandatos, do diretório nacional do PT. Conforme relato de João Pedro Stédile:

Quando surgiu a articulação de esquerda, alguns dirigentes do MST, e eu pessoalmente, pela militância partidária, que também tínhamos no PT, acabamos nos envolvendo, porque havia um sentimento crítico que ocorreu depois da derrota do projeto democrático-popular nas eleições de 1989, e muitos de nós começamos a criticar o comportamento reformista da corrente majoritária. Então, apoiamos e alguns se envolveram mais no movimento *hora da verdade*, que acabou da crítica a linha política da maioria, resultando numa nova corrente interna. (Entrevista, 24 agosto de 2011)

Essas narrativas são importantes porque possibilitam compreender um pouco mais os vínculos históricos entre esses agentes coletivos e justificar que, mesmo diante de um cenário em que a reforma agrária não tinha centralidade no governo do PT, o MST e um conjunto de entidades do Fórum Nacional por Reforma Agrária decidiram pelo apoio a Dilma Rousseff, em 20 de outubro de 2010, como expresso na carta<sup>47</sup> entregue à candidata à presidência, declarando o apoio e a esperança de que entre outras coisas, ela priorizasse a reforma agrária como meta do seu governo e como sendo um dos pilares para erradicação da miséria no País:

As Entidades que compõe o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA), de modo autônomo e independente, declaram o seu apoio à eleição de Dilma Rousseff para presidenta do Brasil. Entendemos que a erradicação da pobreza no campo só se concretizará se houver uma profunda Reforma Agrária que possibilite o acesso à terra às centenas de milhares de famílias sem terra, que garanta os territórios aos povos indígenas e às comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais e assegure, além da distribuição da terra, a implantação de políticas que garantam a construção de comunidades sustentáveis, tanto econômica, quanto cultural e ecologicamente. Na esteira do que Lula iniciou, o apoio e o estímulo à agricultura familiar deve avançar, uma vez que ela é a responsável pela maior parte da produção de alimentos e pela maioria das ocupações produtivas no meio rural, de acordo com os dados do Censo Agropecuário do IBGE de

<sup>47</sup> Assinam a carta à Candidata Dilma Rousseff as entidades do Fórum Nacional Pela Reforma Agrária e Justiça no Campo: ABRA ABEEF, APR, ABONG, ASPTA, ANDES, CARITAS - Brasileira; COIABE, Centro de Justiça Global, CESE, CIMI, CMP, CNASI, COIABE, CONDSEF, CONTAG, CUT, Comissão de Justiça e PAZ, DESER, Empório do Cerrado, ESPLAR, FASE, FAZER, FEAB, FETRAF, FIAN - Brasil, FISENGE, Grito dos Excluídos, IBASE, IBRADES, IDACO, IECLB, IFAS, INESC, Jubileu Sul/Brasil, MAB, MLST, MMC, MNDH, MPA, MST, MTL, Mutirão Nacional pela Superação da Miséria e da Fome; Pastorais Sociais, PJR, Rede Brasil, Rede Social de Justiça, RENAP, SINPAF, Terra de Direitos. CTB Central dos trabalhadores Brasileiros.



2006. (CARTA DO FNRR, 2010)

Reitero, portanto, que essas referências dos vínculos expressos nos trechos dos documentos e nas narrativas das pessoas articuladas nesses agentes coletivos, que esse apoio ao PT não se deu apenas nas eleições 2010 – essa é uma relação que remonta aos tempos das suas fundações e ao debate das esquerdas brasileiras na construção de um projeto para o Brasil.

Outro exemplo dessa articulação do MST com outros partidos e organizações latino-americanas é o Foro de São Paulo<sup>48</sup>, espaço para o qual convergiram as propostas e afinidades ideológicas que têm como referência o paradigma do socialismo como alternativa ao capitalismo; e a objetivação da proposta de realização da reforma agrária, como forma de alteração da estrutura agrária no Brasil. Nesse sentido, é possível afirmar que, de todos os partidos apoiadores na gênese do MST, o que mais estabeleceu, na própria linguagem dos militantes, uma “sintonia fina”, foi o PT.

---

48 O Foro de São Paulo (FSP) é um encontro de partidos políticos e organizações não governamentais de esquerda da América Latina e Caribe. O Foro foi constituído em 1990 quando, juntamente com Fidel Castro, ex-presidente de Cuba (poder de 1959 a fevereiro de 2008) o Partido dos Trabalhadores brasileiro convidou outros partidos e movimentos sociais e revolucionários da América Latina e do Caribe para discutir alternativas às políticas neoliberais dominantes na América Latina da década de 1990, e promover a integração econômica, política e cultural da região. Segundo a organização, atualmente mais de 100 partidos e organizações políticas participam dos encontros. As posições políticas variam dentro de um largo espectro, que inclui partidos social-democratas, organizações comunitárias, sindicais e sociais inspirados pela Igreja Católica, grupos étnicos e ambientalistas, organizações nacionalistas, partidos comunistas e grupos guerrilheiros. Desde então, o FSP tem acontecido a cada um ou dois anos, em diferentes cidades: Manágua (1992), Havana (1993), Montevidéu (1995), San-Salvador (1996), Porto Alegre (1997), México (1998), Manágua (2000), Havana (2001), Antígua (2002), Quito (2003), São Paulo (2005), San Salvador (2007) e Montevidéu (2008).

## 5 O MST NA BAHIA E SUA RELAÇÃO COM A ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA

Como mencionado anteriormente, na Bahia a atuação do MST esteve fortemente alinhada ao PT, mas é preciso considerar que o PT não é um partido homogêneo. Desde a criação da articulação de esquerda, em 1993, o MST no estado fez militância partidária via essa tendência, para estabelecer suas relações com o PT.

Conforme relatou, em entrevista, Renata Rossi – membro da direção nacional do PT e membro da Articulação de Esquerda (AE), o surgimento dessa tendência se deu em 1993, a partir da construção de um Manifesto chamado *A Hora da Verdade* (HV) que apresentava uma tese diferenciada em relação às posições tornadas hegemônicas no Partido – particularmente, após a primeira eleição presidencial em 1989, na qual Lula concorrera pela primeira vez. Para Renata Rossi, o lançamento do HV impulsionou e fortaleceu o campo da chamada Esquerda Petista, da qual a AE faria parte como principal tendência interna. Destacou também que dentre as principais formulações da AE estão aquelas que afirmam “a defesa de um PT de luta, de massa, democrático, socialista e revolucionário”<sup>49</sup> e que aprofundassem o diálogo com o Partido e seus militantes nos movimentos sociais, elementos considerados fundamentais para a renovação estratégica do socialismo no Brasil. Os momentos mais importantes desta disputa se deram no Primeiro Congresso do PT (1991) e na definição da oposição ao governo de Itamar Franco, que assumira a Presidência da República após o *impeachment* de Collor de Melo.

Os signatários do referido manifesto apontavam que, desde então, influentes setores partidários passavam a defender posturas moderadas, mais institucionais e integradas à ordem, em detrimento da afirmação radicalizada do socialismo. Fizeram parte desse processo e compuseram, inclusive, a primeira Direção Nacional da AE, entre outros: João Pedro Stédile e Valmir Assunção, então membros da direção Nacional do MST, Luci Choinacki (PT/SC), David Capistrano (PT/SP), Sonia Hypolito (PT/SP), Arlindo Chinaglia (PT/SP), Iriny Lopes (PT/ES), Hamilton Pereira (PT/GO), Múcio Magalhães (PT/PE), além de Valter Pomar e Julio Quadros, que faziam parte da Executiva Nacional do Partido. Já na segunda composição da Direção Nacional, participavam como convidados permanentes representantes das direções nacionais da CUT, UNE e do MST. Adão Preto, Dorcelina Folador e representantes da Ubes

<sup>49</sup> A corrente publicou dois livros que contêm a reprodução de suas resoluções. São eles: *Socialismo ou Barbárie*, em 2000, pela Editora Viramundo; e *Novos Rumos para o governo Lula*, em 2004, pela Editora Página 13. (Cf. [www.pagina13.com.br](http://www.pagina13.com.br)).

e Pastoral da Juventude somaram-se à Direção da AE em 1998, na ocasião da Primeira Conferência Nacional da tendência.

Em 2009, a Articulação de Esquerda participou do Processo de Eleições Diretas (PED)<sup>50</sup>, com a ex-Ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres ligada à Presidência da República, Iriny Lopes, apresentando candidatura à Presidência Nacional, que reafirmava suas resoluções e polarizava com o chamado Campo Majoritário formado, basicamente, pelos membros da Velha Articulação, da qual a AE se desgarrara.

Explicitou também o cenário atual da Articulação de Esquerda, que conta com cinco membros no Diretório Nacional do Partido, dirige a Secretaria Nacional de Relações Internacionais e preside o Diretório Estadual de Santa Catarina, além de contar com dirigentes estaduais e municipais em diversas regiões.

Nos movimentos sociais, organiza-se através dos movimentos de mulheres, juventude, LGBT, combate ao racismo e do setor sindical. Nas últimas eleições (2010), quatro deputados federais eleitos articulavam-se por essa tendência: Valmir Assunção (eleito deputado federal pela Bahia), Marcon (Rio Grande do Sul), Iriny Lopes (Espírito Santo) e Lucy Choinacki (Santa Catarina). A principal característica dessa bancada é a representação do segmento da reforma agrária, dos pequenos agricultores e da agricultura familiar. A corrente apoiou, ainda, a eleição de 14 deputados estaduais, dentre os quais destacam-se Edegar Pretto (filho de Adão Pretto<sup>51</sup>, deputado federal representante da luta camponesa, falecido em 5 de fevereiro de 2009) e Marcelino Galo, na Bahia, que também representa o movimento de luta pela terra na Assembleia Legislativa.

Verifica-se, nesse processo que, desde a formação do MST-Ba, entre afastamento e aproximação, o alinhamento desse movimento com o PT se deu a partir da Articulação de Esquerda. Joga um elemento novo nessa trajetória o rompimento de seções da AE em vários estados com a tendência, no que seria seu primeiro congresso nacional, em agosto de 2011. A questão diz respeito à divergência de condução e ideológica, cuja crítica central foi a priorização de Valter Pomar, dirigente nacional da tendência, na condução da tendência ao burocratismo e a uma ação voltada apenas para articulações internacionais, uma organização da tendência de quadro e não de massas, e não priorizando os processos aqui no Brasil, perdendo

---

<sup>50</sup> O PED se realiza em média a cada 2 anos, sendo um processo através do qual os filiados ao Partido escolhem seus dirigentes nos âmbitos municipais, estaduais e nacional.

<sup>51</sup> Adão Pretto - nascido na cidade de Coronel Bicaco (RS), em 1945, criado em Miraguaí (RS), participou das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miraguaí e fundador da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no estado. Em 1991 foi eleito deputado federal pela primeira vez e, recentemente, exercia seu quinto mandato consecutivo. Adão Pretto deixou esposa e nove filhos – e uma infinidade de companheiras e companheiros, de amigas e amigos.

oportunidades de envolver os movimentos sociais nos processos de luta para mudar a sociedade. Assim, em 2 de agosto, em reunião para decidir se credenciaria ou não a delegação da Bahia, as divergências se acentuaram, culminando na saída de muitos militantes da AE. Renata Rossi relata aquele momento:

A Articulação de Esquerda ela si reivindica como uma tendência de quadros, ela rechaça e impedia, (ou impede ainda) e aí é a forma como eles lidam a partir de agora a ideia de garantir que a corrente seja uma corrente de massas. Então a tese deles é que o partido é de massas mas as correntes são de quadros. Só que o PT é uma frente de correntes, é uma frente de tendência; não existe na vida real do PT, grupos e força política que a gente chama 'independente'; não existe isso, o PT hoje é formado por um conjunto de tendências. É divergente você falar que o partido de massas e que a corrente é de quadros. Nós achamos que a corrente também tem que ser de massa. Essa divergência ficou muito nítida no processo do rompimento nosso no congresso, porque a Articulação de Esquerda ela veio ao longo dos anos estabelecendo rompimento com os conjuntos de forças que eram suas, não é? Então teve um processo de racha em Santa Catarina, teve um processo de racha no Rio Grande do Sul. Então foram vários momentos que companheiros e companheiro saíram da corrente desde a sua fundação lá em 1993, lá no HV. O que ficou muito nítido, ao que motivou nosso movimento, é que nós éramos a bola da vez; e porque nós éramos a bola da vez? Porque a Articulação de Esquerda não comportava experiência como a nossa que é a de ser uma tendência de massas. Pra nós não tem contradição entre crescer, do ponto vista de números de filiados, de força eleitoral, por que? Porque a nossa força eleitoral ela é uma força ideologicamente de esquerda, ela é disciplinada, ela é uma força dos movimentos sociais. Então não tem contradição entre ser de esquerda e ser de massas. Então esse foi o ponto de tensão que levou a gente a construir outra coisa; e foi o ponto de tensão que levou com que nós (e aí a experiência da Articulação de Esquerda da Bahia) fosse uma espécie de bola da vez pra Articulação de Esquerda, por quê? Porque a Articulação de Esquerda, ela vinha nessa política que tinha que formar quadros, numa política que não dialogava com os movimentos, com a realidade da corrente no estado; mas uma política internacional que não dialogava com nossas lutas aqui. A tese deles, é o seguinte: o PT tá degenerado, o PT tá numa situação ruim, e por isso, nós também estamos numa situação ruim. Então, o fato do PT tá ruim servia como argumento pra uma apatia da Articulação de Esquerda, mas aqui não, o PT pode até querer ampliar pra cinco milhões de filiados, isso significar um enchimento, pode significar pessoas que não são militantes. Mas nós estamos tranquilos sobre isso, porque nós queremos crescer junto com o PT, mas nós temos a clareza que a nossa base social que nós vamos filiar, tornar militantes. Então é uma base ideologicamente de esquerda, uma base dos movimentos, uma base de lutas, uma base que constrói uma política, então, esse eu acho que foi o principal ponto e agora com essa nossa definição, o que a gente tem sentido, é que o conjunto de outros companheiros e forças políticas do PT, tem vindo conversar conosco, então de fato nós estamos construindo uma nova coisa. No congresso, nós construímos uma tese chamada 'inaugurar um novo período' que apontava essas questões e nós estamos sendo chamados até hoje de INAUGURAR. A TURMA DO INAUGURAR, mas nós vamos fazer nosso primeiro congresso, nosso primeiro seminário no dia 1º de setembro, que é pra conversar com

esse conjunto de pessoas, e tentar sair daí a construção de uma corrente, força interna, um nome e aí tentar conformar isso nos marcos do PT. (Entrevista, 25 de agosto de 2011).

Identifiquei nas entrevistas os nomes que integraram o “conjunto dos membros articulados no movimento inaugural” (orientandos para formar uma nova tendência no PT, criado em dezembro de 2011 a Esquerda Popular e Socialista) nos estados – todos os militantes da AE no estado da Bahia, com Valmir Assunção, deputado federal, e Marcelino Galo, deputado estadual; toda a militância da AE de Santa Catarina, em que uma das referências era José Fritz, presidente do PT estadual e ex-ministro da Pesca no governo Lula, e o ex-ministro da pesca, Altemir Gregorin, que sucedeu José Fritz; alguns militantes de Brasília; todo o bloco AE de Minas Gerais, ligado às ações na juventude; expressiva parte da militância do Distrito Federal; parte do estado de Alagoas, que milita no setor sindical no PT e tem uma presença forte no movimento LGBT; parte de São Paulo, articulados por Angélica Fernandes, que foi coordenadora do programa de governo de Aloizio Mercadante (quando este foi candidato a governador de São Paulo), que é do setorial nacional de mulheres do PT e era secretária de Articulação Sistemática do Ministério de Política para as Mulheres.

Nesse longo trecho de relato, ficam os sentidos para aqueles que romperam com a Articulação da Esquerda, do ponto de vista de fundar novas tendências no PT. Esse processo não traz nenhum elemento novo, todavia o seu forte conteúdo junto aos movimentos sociais e, sobretudo, a presença na condução por militantes do MST são aspectos que se destacam nesse processo.

## 6 MST E A NOVA TENDÊNCIA ESQUERDA POPULAR E SOCIALISTA – EPS

Após meses de articulação com vários setores, o grupo de lideranças que assinavam o texto “inaugurar um novo período” e os militantes que descenderam da AE fundaram na escola nacional Florestan Fernandes, de 2 a 4 de dezembro de 2011, a nova tendência: “Esquerda Popular e Socialista (EPS)”, tendo o apoio de várias lideranças nacionais, do MST e de setores da Consulta Popular, cujo compromisso enunciado foi formar uma tendência de massas, voltada para formação política, e defender a construção do socialismo com os movimentos sociais do Brasil.

Tive ainda a oportunidade de ver, nesse período de observação, a resolução do MST nacional (2008) que orientava a militância a não despender energia com processos eleitorais, passar por uma inflexão, sobretudo por sua necessidade de posicionamento nas eleições presidenciais, e convocar a militância para eleger a candidata Dilma no segundo turno; a ameaça de ter um governo do PSDB, entre outros fatores relacionados aos aprendizados com a participação política, rompe a neutralidade do MST no processo eleitoral, e o movimento passa a orientar seu apoio público a Dilma Rousseff, como demonstrado no ato do FNRA. Para Márcio Matos, da direção nacional do MST:

É fundamental participar desse processo, não podemos correr o risco de retroceder e vivenciar processo de recrudescimento do Estado com o movimento social, como foi, por exemplo, o governo FHC, com fortes repressões as lideranças do MST e o Massacre de Eldorado dos Carajás. (Entrevista, novembro de 2010).

Se, por um lado, começa-se a identificar certos nivelamentos sobre a atuação na política partidária entre os contextos locais e as orientações nacionais, a partir da produção reflexiva do que seja essa participação, os limites, os critérios construídos para participação, por outro lado, isso também implica uma série de desdobramentos para seus membros, internamente. A saída de vários membros do MST, os quais entendem que o movimento está assimilando a ordem de um Estado burguês, é uma tensão com a qual os atores envolvidos estão lidando.

## 7 AS DIVERGÊNCIAS ENTRE MST E PT E A “PARALISIA” DA REFORMA AGRÁRIA

A partir 2003, todavia, esses alinhamentos são questionados em decorrência das tensões da atuação do PT à frente do governo brasileiro. As entrevistas expressam que essa relação de maior alinhamento, por assim dizer, atravessou suas contradições e certo afastamento no que se refere ao entendimento de quais agendas eram centrais. Para o MST, o deslocamento do PT em defender e pautar a Reforma Agrária dentro do Partido e no próprio governo foi uma razão para o recrudescimento da relação. A preocupação do PT deslocou-se para o discurso da governabilidade com atenção posterior para gerenciar a crise do mensalão. Levando a direção nacional do MST a adotar uma postura crítica ao governo Lula e demonstrar suas insatisfações pela constatação da falta de prioridade com as demandas dos movimentos sociais relacionados à Reforma Agrária. Na entrevista de Stédile (2011), ele atribui cinco razões que atrapalham o PT na celeridade das ações de reforma agrária:

**Há muitos fatores** que explicam a paralisia da reforma agrária durante o governo Lula. O principal deles é que há uma lógica de funcionamento do capital na agricultura, que não depende de governo. Ou seja, aconteceria com qualquer governo. E essa lógica se acelerou nos últimos dez anos, pelo envolvimento do capital financeiro e das empresas transnacionais, que representam uma hegemonia econômica enorme, sobre a organização da produção, da propriedade da terra e do controle do mercado. Essa lógica acelerou a concentração da propriedade da terra, dos meios de produção, a concentração dos produtos (hoje quatro produtos controlam, dominam 85% de todas as terras; soja, milho, cana e pecuária extensiva) hoje 8% dos fazendeiros do agronegócio controlam 80% de toda produção de commodities para exportação. E apenas 50 empresas controlam todo comércio das commodities. **Segundo** fator é que o governo Lula foi um governo de composição de classes, de alianças com setores da burguesia e do agronegócio, e isso, fez com que parte do governo fosse a favor do agronegócio e contra a reforma agrária. Um **terceiro** fator foi ainda um longo período de refluxo do movimento de massas, que retirou da classe trabalhadora, da cidade e do campo, força política para alterar a correlação de forças. Um **quarto** fator, foi a entrada na disputa política, da luta ideológica, hegemônica pelos meios de comunicação (televisão, revistas, rádios...) amplamente defensora do agronegócio e contra a reforma agrária. E o **quinto** fator, foi a cooptação e a falta de coragem dos setores de esquerda que entraram no governo Lula, e não quiseram enfrentar o agronegócio. Assim perdemos lutas estratégicas, que no futuro teremos que retomar, como houve uma enorme concentração da propriedade da terra, perdemos pela liberação das sementes transgênicas, perdemos pela falta de uma política clara de agroindústrias a favor dos camponeses, perdemos com a entrega da Conab e da Embrapa para atender os objetivos do agronegócio, e não da produção de alimentos, etc.

Nesse sentido, o deslocamento do PT das bandeiras históricas que marcaram as convergências entre o partido e os movimentos sociais, em especial os que defendem a reforma agrária, colocou alguns arranhões no alinhamento ideológico político entre MST e PT, instaurando uma lacuna dessa relação nos últimos períodos. Em 2006 e em 2010, por exemplo, as eleições foram marcadas, primeiro pela ausência dos programas de governo que fossem capazes de indicar ao eleitorado os caminhos e quais questões iriam priorizar durante seus mandatos, e também pela a questão de a reforma agrária não aparecer como tema importante.

As lideranças do MST-Ba avaliam que, embora os parlamentares oriundos da militância do partido estritamente cumprissem um papel, notava-se a necessidade de fortalecimento da defesa da reforma agrária nos espaços legislativo e executivo por membros com “alto grau” de compromisso com o movimento. Conforme relata Oronildo Loures, membro da direção estadual do MST-Ba:

Nós aqui na Bahia sempre tivemos com o partido dos trabalhadores, ajudamos a construir o partido em vários municípios, e o PT também nos ajudou, por exemplo, nos apoiamos a candidatura de Edival Passos a deputado estadual uma vez, logo no início do movimento, aí depois nos apoiamos o deputado estadual Paulo Jackson que faleceu, você sabe, e pra federal apoiamos Alcides Modesto e depois passamos apoiar Jaques Wagner, que é nosso governador. Mas nós avaliamos que tava na hora de nós ter os nossos companheiros nos representado, porque assim, nos temos a mais certeza que vai estar com nós na hora que a gente precisar. E também assim, o PT tem mudado em muitas coisas, então é preciso pessoas com compromissos com os movimentos sociais pra ajudar a retomar o rumo do PT, por isso que nos defendi que a gente participe. (Entrevista em 11 de agosto de 2011)

Oronildo Loures criticou o esvaziamento da secretaria agrária do PT desde 2002, a diminuta prioridade interna do PT em defender a reforma agrária e o defesa do partido em incentivo do partido ao modelo do agronegócio para o desenvolvimento da agricultura brasileira.

É importante mencionar ainda que, se a decisão de participar da organização partidária e disputar cargos eletivos orientada por uma estratégia da direção estadual do MST-Ba se constitui uma particularidade, contudo, a participação de lideranças oriundas do MST na política partidária e nos processos eleitorais não é uma prática recente, nem particular da Bahia. O estado do Rio Grande do Sul já havia saído na frente, quando elegeu um militante do MST da comunidade de Annoni ao cargo de prefeito do Município de Pontão em 1996, o qual foi reeleito em 2000. Do mesmo modo, naquele estado já havia um representante na Câmara Federal



– o deputado federal Adão Pretto, reeleito por quatro mandatos. Atualmente, o Rio Grande do Sul elegeu um deputado estadual, Edegar Pretto, com 69.233 votos e um deputado federal – Marcon, com 100.553 votos, ambos oriundos do MST eleitos pela legenda do PT. O estado de Sergipe também indicou seu membro nas eleições de 2010 a deputado estadual. o militante João Daniel – que foi por 10 anos da direção nacional –, sendo o mais votado do PT em Sergipe, com 29.936 votos. Assim, a particularidade se revela apenas em método de decisão e a afirmação da decisão da direção do MST-Ba como elemento estratégico.

Assim, passados os mandatos de Lula e 18 meses do governo Dilma, esses consensos parecem diluídos diante da realidade do Brasil, na qual o PT, estando no governo, não tem respondido satisfatoriamente à demanda por reforma agrária, acentuando divergências quanto aos rumos da sua gestão. Dessa forma, o MST vive as tensões internas, dividindo opiniões pelo apoio ou pelo total afastamento. Momentos de apoio e de crítica ao governo do PT se alternam ciclicamente na avaliação do MST. Nesse sentido, compreender em que medida as relações com o PT nas atuais figurações contribuem para execução do projeto de nação do MST, ou pelo contrário, constitui-se atualmente no seu grande dilema poderia ser outro campo de observação que merece uma pesquisa específica. Ou ainda, seria o MST o catalisador das esperanças para certos segmentos da população brasileira, na formulação de outro projeto de nação, justamente à medida que polariza com o Partido dos Trabalhadores? Por enquanto, é certo apenas o entendimento que essas questões continuam sem respostas conclusivas.

Nesse sentido, a composição das alianças e a preocupação com a governabilidade produzem profundas inquietações aos militantes que se orientam pelas ideologias de construção efetiva do socialismo, que receiam que o PT se torne um partido da ordem. Militantes e lideranças disputam posições e se perguntam: estaria o PT assimilando a ideologia da social democracia desvinculada da esquerda e abandonando o projeto de construção do socialismo e estão aderindo à tese de humanização do capitalismo?

As ações no campo político, embora difusas no primeiro período, compõem um conjunto de iniciativas que para o MST fizeram parte do quadro dos possíveis na luta por reforma agrária à medida que essa luta é também uma luta política. portanto de relações de poder, as quais guardam profundas relações com as instituições políticas do Brasil. José de Souza Martins, em estudo recente sobre “a política do Brasil” recupera as relação entre o *modus operandi* da política nacional e a questão fundiária. Ele defende a tese de que o Brasil é estruturalmente uma *sociedade de história lenta*, um conjunto de relações socialmente arcaicas mediatizando, viabilizando e, ao mesmo tempo, tolhendo e limitando o desenvolvimento econômico, social e

político, ralentando-lhe o ritmo e cobrando-lhe tributos, às vezes definidos como corrupção. O Brasil moderno paga propina ao Brasil arcaico para se viabilizar e, na mediação dessa promiscuidade, define-se na singularidade que lhe é própria, a singularidade de um país que não fez propriamente revoluções históricas, senão pela metade e inconclusas. Nessa obra, o autor buscou demonstrar que, através das mediações que a traduzem em questão política, a questão fundiária da terra no Brasil continua a reger os fundamentos da política brasileira, mesmo através das ações de quem latifundiário não é. Para ele (MARTINS, 2011, p.18. Grifos meus):

A propriedade latifundista da terra não domina a economia nem é propriamente decisiva no que somos hoje, mas é um marco regulador, uma sentinela dos arcaísmos que desenham nossas possibilidades e limites. Ela se propõe como sólida base de uma orientação social e política que freia, firmemente, as possibilidades de transformação social profunda e de democratização do país. É um sério erro supor, como fazem muitos, que a questão fundiária deva ser isolada do conjunto dos processos sociais e históricos de que é mediação, para, no fragmento de um isolamento posticho, ser analisada como mero problema social, circunscrito a algumas regiões e a alguns grupos sociais. Na verdade, a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer. O conjunto da trama social de algum modo passa por ela, por sua mediação; das *deformações da representação política* no congresso nacional e suas insistentes práticas fundadas da dominação patrimonial à disseminada cultura do favor e as nossas ingenuidades políticas cotidianas.

Não é à toa que no Extremo Sul da Bahia, de bases econômicas da pecuária, a indústria da madeira no primeiro ciclo é expandida com a chegada da cultura de plantio de eucalipto, como descrito ao longo desta tese. No capítulo seguinte, aprofundarei a discussão sobre as tensões e conflitos implicados com a participação dos membros do MST na política institucional.

## CAPÍTULO IV

### A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO MST: TENSÕES, RUPTURAS, ACORDOS E LIÇÕES POLÍTICAS



**Figura 5:** Conjunto de imagens C

I (esquerda, acima) – Sombra

Fonte: Coleção 25 anos do MST Nacional

II (direita, acima) - Elza Fiuza, 18 de abril de 2012, por ocasião do café da manhã, promovido pelo MST, para parlamentares apoiadores do MST e pautar a reforma agrária

III (esquerda, abaixo) - Sem Terra e policiais

Fonte: Agência Brasil

IV (direita, abaixo) - Congresso Nacional do MST

Fonte: Arquivo MST, 2007

Uma política representacional com a qual articulo minhas reflexões neste trabalho apoia-se diretamente ao entendimento que uma sociedade democrática incorpora necessariamente significados e interpretações das crenças e opiniões dos cidadãos a respeito de quais são seus interesses, crenças que são específicas, diferenciadas e sujeitas à variação ao longo da vida real das pessoas. A democracia é única porque extrai das diferenças a força para união (as pessoas são capazes de unir na diferença, sem se abstrair de suas diferenças) (URBINATI, 2006). Parto dessa premissa para adentrar nas tramas específicas sobre a construção dos sentidos da representação política pleiteada pelo MST, vivenciadas pelos sujeitos que, ao participarem dessa construção, foram orientados por suas crenças, opiniões, divergências entre si e foram parte das redes de tensões e conflitos nesse processo. Espera-se compreender, portanto: que tipo de representação política defende aqueles que se colocam favoráveis em construí-la no interior do movimento? Que opiniões e estratégias são propostas por aqueles que são contrários que os membros do MST sejam candidatos? Quais acordos e aprendizados decorrem dessas confrontações? E, ainda, quais os grupos no campo político corroboraram com a construção da representação política e quais as implicações que essas escolhas/decisões têm para o MST enquanto movimento social?

Ao tratar as questões apontadas, proponho incluir na reflexão sobre a construção dos sentidos da representação política do MST os conflitos, tensões, acordos e aprendizados, conectados aos seus contextos e interpretados como próprios da vida social que caracterizaram e caracterizam essa experiência. Afasta-se do olhar monolítico e não se atribui a tarefa de avaliar de maneira estereotipada, classificatória, em “positivas” ou “negativas” as posições dos membros do movimento; o que se espera, por outro lado, é entender o quanto essas situações particulares (conflitos, tensões, divergências, acordos) informam sobre a construção do sentido ou dos sentidos da representação política a partir dos fluxos, das redes e através das interações dos indivíduos que expressam múltiplos significados sobre suas experiências. Portanto, trazer para reflexão deste capítulo os bastidores da construção da representação política do MST é meu objetivo. Para tanto foi necessária, inicialmente, uma reflexão teórico-metodológica sobre as informações que *a priori* eu tinha sobre a luta política do MST, dada minha familiaridade com o MST-Ba. Foi também necessária a utilização de um conjunto de anotações durante a observação de campo, as quais, associadas às análises dos questionários, das entrevistas em profundidade e à análise de um conjunto de documentos, foram fundamentais para identificar e demarcar os eventos, episódios que caracterizam essa experiência, bem como construir o quadro referencial que se analisa a seguir.

Espera-se, portanto, que, à medida que as questões acima indicadas forem se estruturando, localizar no ínterim de cada resposta as relações de tensões e conflitos. Salienta-se apenas que, na impossibilidade de descrição de todos os episódios de conflitos e tensões, destacaram-se três níveis de relações para comporem as análises que se seguem: 1) O conflito interno entre as instâncias e membros do movimento; 2) Relações entre os membros do MST com os “representantes políticos” oriundos da sua base; 3) As relações do MST na construção da representação política com o campo político. Obviamente, as análises sobre os conflitos e tensões no interior do movimento podem ser assunto vastamente analisado como, por exemplo, a balança de poder, internamente, sobre as direções do Sul do Brasil em relação às do Nordeste . Pode-se problematizar também a preponderância entre negros e brancos na direção nacional do MST, e ainda, como foi por algum tempo a sub-representação das mulheres, atualmente substituída pela paridade de gênero construída pelo MST – aspectos analisados atualmente pelo enfoque de equilíbrio de forças simbólicas entre os homens e mulheres no interior do movimento. Todavia os conflitos e tensões que aqui se delineiam, embora tenham no seu cerne analítico a representação política, dizem respeito e guardam relação com outras dinâmicas internas do movimento e, obviamente, podem ser complementados sob a perspectiva de um conjunto de variáveis relacionadas às figurações internas do movimento.

## 1 A CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO MST: A CONTRIBUIÇÃO DOS FAVORÁVEIS E CONTRÁRIOS NA ELABORAÇÃO DOS SENTIDOS DA PARTICIPAÇÃO NO CAMPO POLÍTICO INSTITUÍDO

As análises seguintes recuperam a noção de “representação política”, a qual foi debatida no primeiro capítulo desta tese. Destaca-se, para as apreciações abaixo, a chave da *circularidade* entre sociedade e instituições políticas em sua estruturação. Na trajetória do MST, situado na dimensão *instituinte* da sociedade, identifica-se essa *circularidade* no fluxo das relações entre as instâncias internas (núcleos, direções, coordenações) e nas relações entre os diferentes membros do movimento (acampados, assentados, militantes, lideranças, dirigentes), relações nos espaços animados pelos debates, pelas ideias, pelas práticas políticas de participação na construção das linhas políticas que orientam a coletividade nos diferentes processos etc. Do ponto de vista das relações externas, exemplifica-se a *circularidade* através das relações do movimento com outros segmentos sociais (partidos, movimentos sociais, grupos políticos, tendências partidárias, outras lideranças etc.), buscando ampliação das agendas de debates, bem como a consolidação de apoios recíprocos entre o MST e outros parceiros, a exemplo da atuação junto ao Fórum Nacional de Reforma Agrária, Via Campesina, articulações com a MLST, CETA, com partidos como PT, PCdoB; Psol, PSB entre outros.

A representação política plasmada na convivência da militância do MST-Ba vai além do consentimento/autorização para aqueles membros do movimento disputarem eleições (representação eleitoral). Inclui, além da autorização, uma avaliação das trajetórias desses membros junto ao movimento, inclui as dinâmicas de prestação de contas e fundamentalmente os debates, os quais condicionam não somente a reautorização do representante, buscam sua ligação com os processos de democratização dos espaços públicos através das mobilizações (como indicados na tabela de mobilização – capítulo II) e a ampliação da noção sobre política, seja nos cursos de formação, nas atividades do movimento, seja pela dimensão dialógica que inclui a práxis política no cotidiano da vida das pessoas nos assentamentos e acampamentos. A representação política é construída, portanto, numa relação mediada entre os membros do MST entre si (assentados, acampados, militantes, lideranças) e com as instâncias coletivas (direções, coordenações) e também no *relacionamento* entre o MST e os diferentes grupos a exemplo do PT, CETA e segmentos do movimento negro.

No capítulo II, identifiquei a *circularidade* entre as ações diretas do movimento e as

ações que delinearam a construção da representação política como estratégia do movimento. As candidaturas da militante Rubneuzza Leandro em 1988; de Frei Dílson Santiago em 1994, 1996 e 2000; dos militantes José Irailton, Osvaldo Silveira e Raniere Botelho a vereadores em 1996, 2000, 2004 e 2008; do dirigente de Valmir Assunção a deputado estadual em 1998, 2002 e 2006 e federal em 2010; entre outras, delinearam as bases para participação das lideranças do MST da Bahia no campo político instituído, através da atuação desses representantes nas câmaras de vereadores, prefeitura, Assembleia Legislativa e Congresso Nacional. Observou-se, nas entrelinhas da fundação do MST na Bahia, que esses representantes autorizados (e persiste o critério) tiveram seus laços estruturados com o MST num processo anterior às eleições e ao ato de representar o MST-Ba no campo político instituído. Decorrem, portanto, da socialização no interior no movimento nas vivências nos assentamentos, acampamentos, marchas, ocupações, mobilizações etc. como demonstrei na tabela sobre candidaturas apoiadas pelo MST, em que a maioria, senão todos, mantêm, na escala temporal, vínculo de um longo período com o MST-Ba.

Outro aspecto da construção da representação política identificado na experiência do MST-Ba é que a primeira “autorização/consentimento” é construída coletivamente em debate nas instâncias do movimento, ou seja, é anterior ao processo das eleições propriamente dito. e que embora se intensifique por ocasião das disputas eleitorais, para se colocarem como representantes do MST nas eleições, esses membros precisam necessariamente da autorização das “instâncias” (assembleias, encontros regionais, estadual, reuniões de direção coletiva) como descrito no segundo capítulo. Ou seja, necessitam do consentimento das “instâncias internas” do movimento para atuarem na condição de seus representantes.

Tal fato, em termos do debate sobre a política e representação política, amplia as “formas de controle e participação” nas decisões sobre os representantes (processos de autorização) e sobre a condução dos seus mandatos, avaliados nos encontros, assembleias, plenárias (processos de prestação de contas) dos mandatos, funcionando como princípio regulador das relações entre os representantes e representados. Dotando esses últimos de uma postura “ativa” na indicação das linhas norteadoras dos mandatos, estendendo, portanto, suas ações para além do processo de “consentimento/ autorização” dos representantes e criando uma atmosfera que coloca os mandatos e as decisões dos representantes em questão. busca avaliar os vínculos entre o MST e os representantes, os quais aceitaram submeter suas decisões e ações ao juízo das instâncias coletivas do movimento, numa avaliação que não acontece apenas ao final do mandato, na hora da reautorização nos períodos eleitorais, mas em qualquer tempo do

mandato. Assim, identificam-se aspectos que são novas práticas na relação entre os representantes e representados, entre os movimentos sociais e os mandatos nos espaços legislativos e executivos.

A pesquisa realizada com os membros do MST ajudou na identificação de outras *nuanças* do quadro que compõem a construção da representação política e atuação no campo político. Foi possível identificar, por exemplo, tanto nas amostras do questionário aplicado aos membros da direção quanto entre os assentados, suas opiniões sobre essas complexas relações, na questão 2.2 (Você é a favor que membros do MST participem enquanto candidatos nas eleições brasileiras (para vereador, prefeito, deputado estadual e federal, senador, governador, presidente?), seguida das justificativas: ( ) Porque é importante participar das eleições no Brasil; ( ) Amplia os espaços de luta pela reforma agrária; ( ) É importante ter representantes que são do MST nos espaços políticos; ( ) Outra razão, qual? Para os contrário as seguintes opções: Não sou a favor. Porque: ( ) Acho que política eleitoral prejudica a autonomia de lutas do MST; ( ) atrapalha a organização interna do MST; ( ) porque os militantes perdem a centralidade da luta por R.A; ( ) Outra razão, qual?

Entre a direção, 85% dos entrevistados se colocaram favoráveis ao MST ter candidatos nas eleições; seguidos das justificativas: a) (20,58%) – porque é importante o MST participar do debate das eleições; (67,66%) – porque amplia os espaços de luta pela reforma agrária e (11,76%) – porque é importante ter representantes. 10 % colocaram-se contrários, seguidos das justificativas: a) 50% – Acho que a política eleitoral prejudica a autonomia de lutas do MST; b) 25% – atrapalha a organização interna do MST; c) 25% – porque os militantes perdem a centralidade da luta por reforma agrária e (5%) não responderam.

Entre os assentados, 93,75% se posicionaram favoráveis ao MST ter candidatos nas eleições; seguidas das justificativas: a) (6,66%) – porque é importante o MST participar do debate das eleições; b) (24,88%) – porque amplia os espaços de luta pela reforma agrária; c) (66,66%) – porque é importante ter representantes que são do MST nos espaços políticos; e d) (1,8%) atribuíram outras justificativas. Por outro lado, 4,6% se posicionam contrários, com as justificativas: a) (18,18 %) – Acho que a política eleitoral prejudica a autonomia de lutas do MST; b) (45,45%) – consideram que atrapalha a organização interna do MST; c) (36,37%) – porque os militantes perdem a centralidade da luta por reforma agrária e (1,66%) – não responderam):



**Tabela J:** Contrários e favoráveis ao MST ter candidatos nas eleições

Entrevistados	280			
	Total	Percentual	Membros	Diretoria
Sim	259	93%	225 (93,75%)	34 (85%)
Não	15	5%	11 (4,6%)	4 (10%)
Não responderam	06	2%	04 (1,66)	2 (5%)

Destacam-se nas justificativas entre os assentados a importância de ter representantes oriundos do MST; já entre os membros da direção a resposta de maior frequência foi ampliar os espaços de luta pela reforma agrária. Entre os contrários, as justificativas de maior frequência na direção é “acho que a política eleitoral prejudica a autonomia de lutas do MST” e, entre os assentados, “porque atrapalha a organização interna do MST”. Assim, com contrários e favoráveis à participação no campo político, entre direção e assentados, o movimento constrói os sentidos da representação política, que, entre outras metas, tem a ampliação do escopo da luta por reforma agrária e a inserção de representação dos membros da sua base nas disputas políticas no campo político instituído. As respostas também delinham uma das principais preocupações do movimento, garantir sua autonomia em relação ao campo político, não arrefecer sua organização interna e resguardar os vínculos entre os representantes indicados às disputas eleitorais pelo movimento.

**Tabela K:** Percentuais das justificativas (sim)

Por que (sim)	Membros (225)	%	Direção (34)	%	Sim	Justificativas
Questão 1	15	6,66	7	20,58	22	Porque é importante o MST participar diretamente do debate das eleições
Questão 2	56	24,88	23	67,66	79	Amplia os espaços de luta pela reforma agrária
Questão 3	150	66,66	4	11,76	154	É importante ter representantes que são do MST nos espaços políticos
4	4	1,8	0	0	4	Outra razão

**Tabela L: Percentuais das justificativas (não)**

Porque (não)	membros (11)	%	Direção (4)	%	Não	Justificativas
QUESTÃO 1	2	18,18	2	50%	4	Acho que a política eleitoral prejudica a autonomia de lutas do MST
QUESTÃO 2	5	45,45	1	25%	6	Atrapalha a organização interna do MST
QUESTÃO 3	4	36,37	1	25%	5	Porque os militantes perdem a centralidade da luta por R.A
4	0		0		0	Outra razão

E possível ainda captar esses sentidos descritos acima na correlação entre as respostas anteriores e as repostas da questão 5.3 (Qual o sentido (para você) do MST participar ativamente nas eleições, inclusive com candidatos?) Observa-se, nas análises da amostragem entre os membros da direção estadual do MST-Ba (40 entrevistados entre os 93 membros da direção estadual), sistematizadas pela predominância do sentido, o quanto a *defesa da reforma agrária e ampliação de espaços de atuação é o núcleo do sentido da participação política*, indicadas também nas respostas a seguir: a) (22,5%) o sentido é poder ocupar espaço políticos; b) (17,5%) o sentido é para “fortalecer a luta por reforma agrária; c) (12,5%) consideram que contribui para transformação do mundo, do cenário político e correlação de forças; d) (32,5%) atribui o sentido à formação política e defesa da reforma agrária ; e) (15%) considera que não altera os arranjos políticos nem a correlação de forças.

**Quadro 13: Sentido - ocupar espaços políticos**

1. Sentido positivo porque nós do MST temos de ocupar uma cadeira no sistema eleitoral.
2. Ocupar os espaços para fortalecer a luta.
3. Um acúmulo de forças onde a pauta da reforma agrária terá o seu espaço no debate da sociedade e nos parlamentares.
4. Para aproveitar o momento e os espaços políticos para fazer formação política com nossa base.
5. Reforça o MST nos espaços que discute os rumos no município estado e união.
6. Ampliar os espaços de relação do movimento e fortalecer a reforma agrária.
7. Fortalecer e ampliar os espaços de lutas pela reforma agrária.
8. Obter mais espaços para que possamos reivindicar nossos direitos enquanto movimento.
9. Temos que participar porque nós do MST estamos preparados para debater e defender a bandeira da reforma agrária porque nós temos que estar inseridos na política.

**Quadro 14:** Sentido - fortalecer a luta (reforma agrária)

1. Eu acho importante porque é mais um sistema que precisamos conhecer e sempre utilizar para fortalecer nossa luta.
2. É necessário para poder divulgar e fortalecer a luta.
3. Por lei todo votante tem direito de ser votado. Quando um militante que é orgânico da base assume um cargo ele deve desenvolver trabalhos que beneficie toda a classe necessitada e o MST deve participar das eleições para que possamos fortalecer a luta e abrir novas oportunidades para outros militantes assumirem novas instâncias.
4. Participação com dignidade e que seja levada em conta a posição do coletivo, e de uma base que fortaleça nossa autonomia.
5. Dentro de um direcionamento voltado para o avanço e a conquista da luta e entendendo como tarefa do MST.
6. É uma das vias de ocupar e potencializar as lutas camponesas.

**Quadro 15:** Sentido – transformação - mudança

1. Acredito que o MST e a política são capazes de transformar o mundo.
2. Lutarmos para a transformação da sociedade.
3. É importante a participação nossa no processo político eleitoral para tentar mudar o cenário político brasileiro.
4. Conhecer o estado a partir de dentro levar para a base como funciona, para os trabalhadores se prepararem para a tomada do poder e construir o poder popular.
5. Porque precisa mudar a correlação de forças no espaço de decisão política.

**Quadro 16:** Sentido - formação política e defender o debate da reforma agrária

1. Para aproveitar o momento e os espaços políticos para fazer formação política com nossa base.
2. Porque nos temos um país digno onde todas as classes tem o mesmo direito.
3. Com o objetivo de ajudar no processo da reforma agrária.
4. Formativo em qualquer esfera nacional, estadual e municipal de maneira que a base tome uma definição em torno da conjuntura e dos projetos em jogo.
5. O sentido de propor, interferir nos processos políticos dos poderes da democracia “do estado”.
6. Discutir com a direção estadual e para tomada de definição política.
7. Para levar o debate da reforma agrária até a sociedade.
8. Ajudando na defesa da reforma agrária.
9. Faz sentido o MST intervir e contribuir nas tomadas e decisões para melhor andamento de determinadas políticas no município atuante pela reforma agrária.
10. O intuito é que o movimento aumente a relação social e estabeleça a nossa participação social no sistema eleitoral também defendendo a luta pela reforma agrária.
11. Momento de participação ampliar o leque de disputa dos projetos para defender a reforma agrária.
12. O apoio dos deputados federais e estaduais, que esses sejam retirados da massa escolhidos pelo povo e não de forma aleatória.
13. Fazer o debate da reforma agrária com as candidaturas. Ajudar eleger os mais progressistas e comprometidos.

**Quadro 17:** Sentido atribuído – desconfiança

1. Como eleitor tudo bem, mas como candidato, acho que acaba se desligando do MST.
2. Simplesmente um Sem Terra ocupando um espaço que poderia ser da direita mais sem grandes influência porque a política é pensada dentro do estado burguês e esse estado não nos interessa. Porque na via partidária não muda mesmo.
3. Na minha opinião nem sempre faz sentido em relação ao que nossa base tem de retorno, participar do sistema eleitoral.
4. Entre os piores escolhe os melhores de modo geral amplia a correlação de forças
5. Nenhuma, pois não há abertura que possa fazer com que o estado amplie as políticas públicas em favor da classe trabalhadora.
6. O MST faz uma diferença nas eleições o problema é que a burguesia tem a maioria na sociedade.

Assim, a defesa da representação política contém elementos das diferentes posições demarcando o que deve conter (*ampliar espaços de luta por reforma agrária e transformação social*), construindo uma expectativa coletiva sobre ela, bem como define os demarcadores das suspeições sobre seus limites indicando o que ela não deve se propor (*não deve comprometer a autonomia do MST, ou seja, levar o movimento a relações de subordinação diante de outras instituições políticas como o partido, ou dos mandatos políticos; luta por representação política não deve fragilizar o trabalho de organização interna*). Nesse sentido, as respostas em que coloca a representação em questão, indicada também pelos 15% que a coloca em suspensão, funciona como um processo que minimiza naturalizações sobre a participação no campo político, sem superestimar a luta por representação política.

Essa problematização é observada também sobre os critérios internos na indicação dos membros autorizados a participar da luta por representação, entre a amostra da direção quando da questão 5.1: Em sua opinião existem critérios no MST-Ba para militantes/lideranças se candidatarem a cargos políticos (vereador, prefeito, deputados estadual e federal) e, em caso de (sim), indicar quais? 45% dos entrevistados consideram que os critérios existem e estão claros; indicam o tempo de militância e compromisso com o MST dos representantes como critério importantes usados nas situações de autorização. Para 35% dos entrevistados, ainda é necessário fixar claramente os critérios; 15 % dos entrevistados disseram não saber avaliar; e 5% não responderam a questão.

Identificou-se, seja através das análises das narrativas, seja nas respostas dos 45% entrevistados, que o tempo de militância e compromisso com MST são usados como critérios que compõem o quadro avaliativo para autorização dos representantes; também fica evidente,

seja nas narrativas seja pelos 35%, que há uma lacuna até que os critérios estejam claros e consolidados para todos ou a maior parte dos membros do MST.

Sobre as questões da sobreposição nos cargos de direção do MST e do partido, indica-se também uma indefinição interna, ao passo que a resolução nacional regulou que os candidatos devem ser afastados da direção durante a candidatura e durante os mandatos. Tal orientação ficou explícita também nas narrativas e nas trajetórias, posto que, mesmo antes da resolução nacional, todos os membros que ocupavam cargos de direção foram afastados das instâncias quando candidatos ou estiveram exercendo mandatos. Com relação à participação de membros do movimento simultaneamente ocuparem cargos na direção do MST e na direção de partidos políticos, não há uma orientação clara que autoriza ou desautoriza, mas, na prática, observa-se na construção da representação política do MST-Ba uma sobreposição significativa entre os membros ocuparem cargos nos partidos e atuarem nas instâncias de direção do MST, como demonstrado no quadro a seguir, e sobre esse ponto os membros do MST também dividem opinião, num cenário em que uns são favoráveis e outros contrários.

**Quadro 18:** Militante do MST que também fazem de direção do PT- Período de 1995 - 2010

Membros dirigentes do MST	Região	Instância do PT	Função
<b>Fulgêncio</b>	Baixo Sul	Diretório municipal XX	Vice-presidente municipal
<b>Weldes Valeriano Queiroz</b>	Extremo Sul	Diretório estadual	Vice presidente estadual
<b>Evanildo Loures Costa</b>	Extremo Sul	Diretório Estadual Itamaraju	Executiva municipal
<b>Josenilza Alves Figueiredo (Zena)</b>	Extremo Sul	Diretório Municipal Itamaraju	Presidente do PT Setorial de Mulheres do PT
<b>Djacira Maria de Oliveira Araújo</b>	Extremo Sul	Diretório municipal Itamaraju	Presidente do PT Municipal
<b>Elias Jacob Mattar Neto</b>	Sul	Diretório municipal Itabuna	Executiva municipal
<b>José Luis de Jesus Serra</b>	Chapada Diamantina	Diretório municipal Itaetê	Executiva municipal
<b>Mauro Lúcio da Costa Xavier</b>	Chapada Diamantina	Diretório Municipal Itaberaba	Executiva municipal
<b>Júlio Honorato</b>	Sudoeste	Diretório Municipal de Vitória da Conquista	Executiva municipal

Fonte: documentos do PT/MST-Ba 2010

Na questão 4.2 (Você concorda que as lideranças e ou militantes podem fazer parte das instâncias de direção do MST e da direção do Partido Político?), 60% dos entrevistados entre a direção estadual avaliam que podem, seguidos das justificativas de que até ajuda na articulação entre as duas organizações; já os 38% que discordam apontam como justificativa que compromete a autonomia do movimento e que o acúmulo de funções de direção partidária e do movimento atrapalham-se mutuamente, porque uma será mais priorizada que outra, 2% não responderam a questão. Para João Paulo, Direção Nacional do MST:

A minha opinião, João Paulo, e pelo que eu tenho de informações no conjunto do movimento é que o melhor se afastar, e eu acho isso, é que deve ser desvinculado das suas funções no movimento. Eu acho que não há necessidade de um mesmo dirigente ocupar instancias de direções diferentes. Eu acho que nós temos militantes suficientes no movimento para um fazer determinada função de direção e o outro fazer outras funções de relações públicas, por exemplo, ele tá na responsabilidade de acompanhar diretórios municipais, consulta popular e outras instâncias por aí afora que existe no país é... Eu acho conflituosa, sempre. Porque muitas das vezes o MST, a causa que ele defende é mais ampla do que o partido. A reforma agrária é uma causa ampla. Na medida que você coloca dirigentes que vai ter posições de ter disputas internas, vai ter que recorrer a mecanismos de enfrentamentos que e da natureza do partido, você atrela o tema da reforma agrária a isso, e vice e versa. O partido tem posições muito mais universal. Tem que fazer alianças, por exemplo, com o município e em alguns casos com pequenos empresários, com pequenos fazendeiros que vai de confronto com a posição do MST. É um constrangimento desnecessário colocar o mesmo cargo. Isso pode servir para a Bahia, serve para o Paraná, serve para São Paulo, mas não pode ser a regra. Que quadros de direções políticas do MST tenham cargo de direção política no partido. Eu pessoalmente sou contra. (Entrevista, 2011)

A opinião também é dividida entre a direção, sobre a existência de mecanismos de participação nos mandatos, avaliada através da questão 5.2: (Em sua opinião existem mecanismos de participação que possibilitem aos membros MST-Ba discutirem e proporem ações aos mandatos de vereadores, deputados estadual e federal?). Nas respostas, 72% dos consideram que sim e indicam justamente as plenárias de planejamento e avaliação, o conselho político composto por representantes de vários movimentos, entre eles o MST, e através dos expedientes de “avaliação/sugestão e comunicação” do mandato, quais sejam: página virtual do representante, boletim do mandato, jornal do mandato enviado aos representados, e-mail, sugestão para os discursos e no acolhimento das audiências entre os militantes do movimento e o representante nos gabinetes, e com a participação dos militantes na assessoria dos representantes). Para 18% ainda é necessário criar mais espaços de participação do movimento nos mandatos, 10% não responderam a questão.

Identificam-se através da análise dos questionários, das entrevistas e nos episódios internos, situações que mostram as diferentes e até divergentes posições sobre a representação política. As respostas acima aos questionários nos levou a identificar por exemplo a relevância das opiniões, ideias das posições minoritárias para essa análise, retornando as respostas sublinhamos por exemplo as respostas que demonstraram desconfiança a participação no campo político representada pelos (15%) dos entrevistados que responderam a questão 5.3 que consideram que não altera os arranjos políticos nem a correlação de força; já na questão 5.1 para (35%) dos entrevistados os critérios de autorização ainda não são suficientemente claros. Para os (38%) que responderam a questão 4.2, afirmam que entendem que não deve haver sobreposição entre direções do MST e do Partido pelos seus membros. Igualmente os 18% que responderam a questão 5.2 entendem ser necessário ampliar os espaços de participação dos membros do MST nos mandatos.

Assim embora sejam os menores percentuais das respostas não significa que sejam menos importantes ou que no âmbito do debate não cumprem um papel central para análise da figuração no interior do movimento, pelo contrário, essas opiniões revelam muitos dos contraditórios internos e revelam a multiplicidade de ideias no interior no MST, que é o material fundamental para fomentar o debate político. Observei, durante o trabalho de campo, através da participação nos encontros, das reuniões, que a repercussão dessas ideias minoritárias possui um impacto no debate realizado sobre as eleições ou participação política, seus efeitos práticos, resultaram em algumas situações em acordos e definições internas de alcance geral para os membros do movimento como, por exemplo, a construção da resolução nacional em 2008, a partir da qual foi possível construir acordos internos, muitos dos quais prevaleceram mesmo após sua revogação, como por exemplo o afastamento das instâncias diretivas daqueles membros que tomarem-se candidatos. Nesse sentido a problematização periódica sobre esses variados aspectos, que vão desde os critérios de autorização até de avaliação dos mandatos, surtem um efeito para o debate da coletividade no sentido da construção dos arranjos e acordos acerca da representação política pretendida pelo MST. São aprendizados que funcionam como exercício para os representantes e representados sobre o que se espera de uma “verdadeira” representação política, nos termos de Urbinati (2006, p.209):

Um teoria democrática da representação deve ser capaz de explicar os eventos de continuidade bem como as crises e, além disso, envolver a ideia de que o povo soberano conserva um poder negativo que lhe permite investigar, julgar, influenciar e reprová-los seus legisladores. Esse poder é negativo por duas razões importantes: sua finalidade é deter, refrear ou mudar um dado

curso de ação tomado pelos representantes eleitos; e ele pode ser expresso também por canais diretos de participação autorizada (eleições antecipadas, referendo, e ainda o recall, se sensatamente regulado, de modo que não seja imediato e, acima de tudo, rejeite o mandato imperativo ou instruções) quanto por meio dos tipos indiretos ou informais de participação influente (fórum e movimentos sociais, associações civis, mídia, manifestação).

## 2 O CONFLITO E AS TENSÕES NA CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Identifica-se que o MST, nos seus espaços organizativos, promove o debate sobre suas divergências, sobre os mecanismos de regulação, revisão, fixação dos acordos e avaliação sobre a representação política, bem como problematizam, avaliam as posturas e tomadas de decisão daqueles que são autorizados a representá-lo nos espaços institucionais. Tal dinâmica produz o exercício entre seus membros, para convívio com as diferenças e com as divergências, ou ainda, permite o aprendizado de convivência com os “divergentes” sem a exclusão, sem a eliminação. Essa, postura, na esfera política, conduz ao exercício de posturas democráticas entre seus membros. Muitas divergências fizeram parte desse processo e, como enunciado acima, na impossibilidade de tratá-las todas, destacam-se para análise alguns episódios que evidenciam e caracterizam a existência do conflito interno entre as instâncias e membros do movimento e que jogam outros elementos para pensarmos essa experiência, quais sejam:

- a) A decisão da direção da Bahia ao oficializar a participação no campo político instituído através da indicação de seus membros para disputarem eleições e participar dos arranjos para ocuparem cargos no executivo, que implicou na demarcação e explicitação de dois blocos internamente, a partir das posições sobre o tema da representação política. Foi possível identificar, portanto, a partir de 1997, após a reunião da direção e do encontro estadual do MST, que a existência de contrários e favoráveis à participação no campo político e essa decisão teve na prática desdobramentos nas relações entre os membros do movimento, inclusive com a aproximações ou afastamentos entre membros de uma posição e outra, utilização de chavões, denominações para fazer referência entre os membros, e em algumas situações e sob certas circunstâncias, podia-se falar inclusive em subgrupos a partir das posições, dado o tratamento que cada conjunto de pessoas destinava a outros



dução da análise de construção do MST. Conforme nos conta Weldes Valeriano, da direção estadual:

Esse debate se arrastou no movimento por algum tempo, até porque muita gente desacreditou que seria possível ganhar, eleger um dos nossos mesmo, quando perdemos duas vezes as eleições a deputado estadual, claro essas derrotas eleitorais colocavam nossa força, nossa capacidade em cheque e dava argumento aqueles que eram contrários. Diziam que era perda de tempo, que não levaria a lugar nenhum. Nós tivemos que sustentar, ou seja, garantir o movimento, né, como a gente garantiu, né, em 2008, quando a nacional definiu a resolução foi muito difícil. Tivemos que trabalhar pra provar o tempo todo, foi um ano de muita luta e de também de participação nas eleições. Em 2009 também um ano de muita luta, em 2010, outro ano de muita luta também e de participação ativa no processo eleitoral, vencemos, demonstramos que os sem terra podem eleger vereador, prefeito, deputado estadual e federal enfim disputar posições de poder para ajudar o projeto dos trabalhadores, da luta por reforma agrária. E o que eu vejo hoje? Eu vejo hoje o seguinte, que nós conseguimos atravessar esse período, a gente conseguiu avançar no sentido de que a gente pudesse ter uma candidatura e elegeisse a candidatura, conseguimos ser reconhecidos por alguns outros estados. Provamos que o movimento aqui na Bahia está organizado e a gente depois provou também que essa questão de ser deputado estadual e ser militante é perfeitamente possível. E não impede, como estamos demonstrando, de participar da vida da organização política de luta que é o movimento dos sem terra, isso não significa que as pessoas irão necessariamente se afastarem das decisões políticas que o movimento dos sem terra tem para com a reforma agrária, para com a sociedade. Isso aí a gente provou ao longo dessa caminhada... é só vê que o mandato que tá sendo desenvolvido em Brasília, inclusive com o próprio aporte de relação com o movimento nacional, né, o mandato tem feito, seguido as orientações e cumprido as decisões políticas que a gente toma como definição no encontro nacional e também nas reuniões da direção nacional. Então o mandato tem feito esse papel. Lógico que ainda não é 100% por que inclusive a gente tá iniciando o processo aí agora. (Entrevista, julho 2011)

Os termos deixaram de ser utilizados no contexto atual, principalmente após a saída de direção estadual da Bahia das três lideranças relacionadas à polêmica. Ademar Bogo se afastou das reuniões da direção em 2006 e voltou a atuar no plano nacional de formação do MST; Joelson Ferreira afastou-se da direção nacional e estadual em 2007, passando a atuar no regional sul; e Valmir Assunção deixou a direção nacional em 1998 e a direção estadual, em 2005, quando assumiu o mandato de deputado estadual, embora participe com regularidade das reuniões da direção estadual e de reuniões do grupo de estudo nacional do MST. Esses episódios são evidenciadores não somente, da pessoalização do debate, mas igualmente evidencia mudança de posições dessas lideranças internamente no MST, o que seguramente impacta na balança de poder das figurações internas do MST-Ba, alterando posições entre seus

diversos membros.

- b) Outro momento que exemplifica as tensões presentes nesse processo é a resolução nacional sobre vetar a participação de membros nas eleições em 2008, quando, desde 1997, o MST na Bahia já tinha oficializado na direção a participação, os militantes do MST-Ba favoráveis à participação nas eleições achavam que a resolução tinha sido feita especialmente para eles, como relata Márcio Mattos – direção nacional:

A resolução nacional foi muito mais uma pauta levada aos membros da direção nacional pelo Ademar Bogo responsável pela formação nacional. Por causa da experiência aqui na Bahia, nós estávamos, não só ele, muito decepcionados com o modo como Frei Dílson tinha conduzido a gestão dele aqui, nós o apoiamos por um certo período, até entender que ele não compartilhava mais nossas ideias, nossas propostas nem para a organização do partido, nem para a população de Itamaraju, nem para reforma agrária. Então Bogo avaliava que era melhor sair de maneira radical de qualquer processo eleitoral. Mas aqui na Bahia havia outra análise de que o fato de Frei Dílson ter falhado não colocava nossa luta em cheque, pelo contrário, nos ensinava muitas coisas, a responsabilidade é justamente construir a luta política com os nossos companheiros e companheiras. Aos poucos fomos demonstrando, trabalhando uma oposição a Frei Dílson, para superar a política dele, é tanto que hoje o companheiro para disputar a prefeitura é um companheiro que nós defendemos que tem demonstrado compromisso com a luta dos trabalhadores e dos sem terra. Ou seja, fomos superando as contradições de Frei Dílson e construindo uma alternativa. Por isso, a Bahia discordou da resolução nacional porque entendia que ela radicaliza demais sem focar a análise correta sobre as eleições, sem ponderar a importância de fazer as disputas políticas necessárias para a nossa luta, tirava o conteúdo importante de fazer a luta política em outros campos para justamente ajudar a luta por reforma agrária. Mas graças a muito debate e também porque a medida o movimento observava via que o povo participa do debate eleitoral, que nossa base também constrói suas opiniões políticas e participam tanto das eleições como dos espaços dos partidos para fazer disputa política, a decisão foi revogada. Embora a direção nacional ela não tenha uma visão, vamos dizer assim, horizontal em relação a essa questão das eleições, existe olhares diferenciados a partir de cada experiência, por causa disso a direção nacional deixou na responsabilidade dos estados fazer análise a partir da realidade que vive em cada estado, em cada região do país. Então, aonde essa participação se deu, como eu disse inicialmente, por uma ideia mais pessoal, aí geralmente ela tem muitos problemas e isso, lógico, orienta a posição das pessoas e em ser contra ou a favor do processo. Aonde ela se deu de forma coletiva, discutida com entendimento do conjunto do movimento, da maioria da organização daí ela tem aspectos positivos que a gente pode discorrer sobre eles. Mas um pouco é essa a minha visão da participação de lideranças no movimento, no processo eleitoral. (Entrevista, julho de 2011)

Para João Paulo Rodrigues, da direção nacional, ao comentar a resolução nacional, a análise de ter ou não candidaturas ficou na responsabilidade de cada estado:

aí aí, tem avaliação x e y no movimento, ou seja, tem muitas opiniões. A minha opinião é que não é um dogma, não é princípio ser candidato ou não ser. Depende muito da conjuntura. E se tiver uma decisão interna do movimento que acumula pro movimento, eu sou favorável que tenha a candidatura, por isso mesmo é que essa responsabilidade deve ser do estado que está propondo a candidatura porque muitas vezes nós da direção nacional não temos como saber localmente todas as condições, se ajuda ou não, por isso sou favorável que mantenha essa decisão nos Estados, que se avalia essas decisões localizadas. Vamos eleger um vereador em tal local. Ou até mesmo um prefeito. Eu não teria problema. Por outro lado, como orientação política, é que não devemos incentivar que todos os militantes do MST se aventurassem na linha de ser candidato a alguma coisa, outra coisa que é a orientação também se propõe que ao se candidatar ou ter mandatos o membro do movimento se afaste das instâncias de direção. Porque essa duplicidade é um problema. Então, hoje se mantém essa decisão. Quadros de instâncias nacionais do MST se afastem da instância se forem candidatos. Como foi, por exemplo, no caso de Valmir, mesmo antes da resolução lá em 1998, eu me lembro ele saiu da direção nacional naquele período. Então não há problema. O que nós tivemos um cuidado foi justamente para que funções de direção ela não seja banalizada ou criar problema nos Estados com quem é candidato ou não. Isso poderia criar confusão. Então eu acho que a resolução de quem é de instância não ser candidato ela continua hoje e continua de pé. Agora, isso não impede que a pessoa se desvincule de um cargo pra exercer outro. (Entrevista, agosto de 2011)

Nesse sentido, a direção nacional revogou o veto da não participação de militantes como candidatos, mas preservou alguns acordos como o afastamento das instâncias do movimento dos candidatos e para os eleitos durante o mandato; a direção nacional também validou em carta pública a participação nas eleições majoritária a Presidente da República em 2010. Conforme trecho da carta do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no campo (FNRA) no qual o MST também é signatário:

As Entidades que compõe o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA), de modo autônomo e independente, **declaram o seu apoio** à eleição de Dilma Rousseff para presidenta do Brasil. Vamos assegurar os avanços conquistados e não permitir que nosso país retroceda ao tempo das políticas neoliberais, da criminalização das lutas populares e das ações que transformavam em casos de polícia a legítima luta das organizações e movimentos sociais pela conquista de direitos no campo. Dilma coloca como a prioridade número um de seu governo a erradicação da miséria. O Fórum concorda plenamente com esta prioridade. Por isso com seu apoio espera que Dilma, como presidenta, adote medidas rápidas e efetivas para avançar na realização da Reforma Agrária, no fortalecimento da agricultura familiar e camponesa e na defesa do Meio Ambiente (20 de outubro de 2010. Grifos meus)

- c) E, por último, como evidenciação das divergências, embora algumas tenham sido superadas através de acordos e fixação de parâmetros que regulam a participação política, não significa que outras, no âmbito do debate da participação política, não surjam. A mais recente é justamente relacionada ao apoio tático que o MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina estabeleceram com o governo do PT e CUT, quando um conjunto de militantes se desligou desses movimentos por discordar do apoio desses movimentos tanto ao PT como a CUT – saída que ficou registrada com o envio de uma carta, conhecida publicamente como “A carta de saída dos 51” de novembro de 2011, conforme trecho a seguir:

Dentro dos limites de um documento como este, pretendemos esclarecer quais os motivos que nos levaram a tomar a decisão da saída, fazer uma análise do contexto histórico em que ocorre esta decisão e, com base nestes dois aspectos, fazer um diálogo franco com a militância. É preciso considerar que vem se conformando uma ampla aliança política, consolidando um consenso que envolve as principais centrais sindicais e partidos políticos, MST, MTD, Via Campesina, Consulta Popular, em torno de um projeto de desenvolvimento para o Brasil, subordinado às linhas políticas do Governo, conformando assim uma esquerda pró-capital. O grau de comprometimento a que chegamos com o capital e o Estado nos levam a concluir que esse processo não tem volta. (Carta de saída das nossas organizações – MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina, Primavera de 2011)

Em entrevista, Elizabeth Rocha, da direção nacional, comentou a posição da direção nacional sobre a saída dos 51 militantes e afirmou que a direção nacional acolheu e respeitou a decisão daqueles que quiseram trilhar outras formas de luta e em outras organizações:

A Direção nacional apontou alguns elementos ao receber a carta informando a saída deles, primeiro, foi nos posicionar respeitando a decisão que tomaram; segundo foi manter as críticas que nos fazem no âmbito do processo de avaliação permanente nesse período e que tomará no congresso nacional em 2013 algumas definições; terceiro afirma o desejo que os companheiros e as companheiras continuem nas lutas da classe trabalhadora, fazendo parte de organizações classistas ou construindo novas formas organizativas capazes de definir e implementar políticas que contribuam para que a classe trabalhadora conquiste uma sociedade sem exploradores e explorados. Espera que os que saíram possam nos ajudar também na superação de um dos principais desafios da esquerda nos tempos atuais: que é o de unir a teoria à prática revolucionária. E que compreendam também que se há hora *de dividir*, percebam que nenhum processo revolucionário ocorre sem a *hora de unir*. Que os tempos difíceis de hoje e as práticas políticas de alguns não inviabilizem esse objetivo. (Entrevista, dezembro de 2011)

Com esse último episódio, compreende-se que as divergências que marcaram o debate sobre a participação política tiveram desdobramentos. É possível acompanhar afastamentos

de instância de direção, deslocamento de espaços de luta, rupturas, deixando para o aprendizado coletivo reflexões sobre a participação política que significaram mudanças no contexto do MST.

Do ponto de vista das relações entre os membros do MST com os “representantes políticos” oriundos da sua base, estas foram analisadas a partir de três episódios que evidenciam as tensões e acordos resultantes desse processo:

- a) A ruptura, ou, como ficou conhecido, “o racha” entre a direção do MST e Frei Dílson (ex-prefeito de Itamaraju) ficou exemplificado, entre outros episódios, pela disputa das prévias em Itamaraju para eleições municipais em 2004, quando a direção do MST, após um conjunto e sucessivas avaliações e reuniões com Frei Dílson, não conseguiu encontrar acordo sobre as linhas políticas da gestão da prefeitura. Os desacordos levaram o MST a romper o apoio ao então prefeito Frei Dílson. Nesse processo, Dalvadisio Lima<sup>53</sup>, que era presidente do PSB, partido aliado do MST nas eleições desde 1994, colocou-se como alternativa política a disputar a prefeitura em Itamaraju. Em 2003, a filiação de Dalvadisio Lima ao PT foi defendida pelas lideranças do MST-Ba; e, em 2004, quando Dalvadisio Lima já estava filiado ao PT, numa articulação com os militantes petistas adversários e contrários ao modo de governar de Frei Dílson, manifestou-se o apoio a Dalvadisio Lima, nas prévias do processo eleições diretas (PED) do PT em Itamaraju, contra Frei Dílson; nas prévias de 2004, o prefeito Frei Dílson ganhou as prévias e foi novamente candidato a prefeito de Itamaraju, mas, dessa vez, sem o apoio do MST, perdeu as eleições. Em 2008, novamente o MST apoiou Dalvadisio Lima nas prévias, e este novamente perdeu para o Frei Dílson Santiago, mandato que foi cassado por duas vezes; no terceiro processo, o Frei Dílson renunciou como forma de evitar a cassação e assumiu em seu lugar o vice-prefeito Pedro da Campineira PHS, que migrou em 2011 para o PSB. Nas prévias de 2012, Dalvadisio Lima venceu a prévias e é o candidato apoiado pelo MST a prefeito de Itamaraju nessas eleições municipais.
- b) A ruptura com José Irailton (vice-prefeito Prado) é marcada não exclusivamente pelas disputas no campo político propriamente, mas diz respeito às disputas junto à coordenação do assentamento Três Irmãos no Extremo Sul, no qual ele é assentado, e no qual

---

<sup>53</sup> Dalvadisio Lima, um pequeno comerciante local, de 58 anos, apoiou as candidaturas apresentadas pelo MST desde 1994, por sua articulação com a população itamarajuense e com os comerciantes da cidade, apresentou-se como opção para fazer a disputa com Frei Dílson no PT.

passou a incentivar a venda de lotes de alguns assentados, procedimento ao qual a direção do MST é contrária. Ficou explicitada a ruptura também política quando, em 2010, José Irailton apoiou outro deputado federal e estadual nas eleições de 2010, em oposição ao MST.

- c) As problematizações com mandato de Osvaldo Silveira Rocha (vereador - Itamaraju) quando este se colocou nas prévias do PT em 2008 (municipal) em apoio a Frei Dílson contra a candidatura de Dalvadisio Lima, em oposição portanto à orientação do movimento; mas, nesse caso, não houve racha entre o movimento e o mandato do vereador – ele continua autorizado a colocar-se como representante do MST, e tem reuniões periódicas e atividades com o movimento, diferentemente de José Irailton e de Frei Dílson cujas relações de parceria e representação do MST foram rompidas naqueles contextos. Conforme relato de Oronildo Loures – direção estadual do MST-Ba:

Valzão é um bom vereador, prova disse é que conseguiu se reeleger por quatro mandatos, a questão nesse processo de Frei Dilson é que ele não conseguiu acompanhar a avaliação política do movimento e continuou a apoiar Frei Dilson, mas o movimento também entende que não é motivo para dizer que ele não é nosso representante, de todo modo, deixamos claro pra ele que no que se refere a defender Frei Dilson ele não está autorizado a falar na tribuna, por exemplo, que nós apoiamos ou que achamos boa a gestão de Frei Dilson, ele fazendo isso e continuar no seu apoio as famílias assentadas tá bom, continuaremos com ele. (Entrevista, 2011)

- d) Na relação com Valmir Assunção (dep. federal - Bahia), as tensões circulam em torno da polarização entre as relações com os dirigentes da direção na Bahia e com a Direção Nacional, sobretudo pela contratação de militantes nacionais para assessoria e críticas na construção da assessoria do mandato na Bahia. No gabinete de Brasília, os militantes da assessoria foram indicados por dirigentes nacionais do MST; já na Bahia dividiu-se a indicação dos assessores entre os movimentos que aderiram à campanha; MST e a tendência EPS, situações que não indicam posições de ruptura, mas não deixam de conter um conjunto de problematizações na condução do mandato. Segundo Oronildo Loures:

Sobre o mandato de Valmir nos temos muitas expectativas, até porque ele não pode falhar, porque se não, nossa defesa de que é possível construir uma política com nossos militantes sem sucumbir à lógica será derrotada. As divergências com o mandato eu acho que não é tanta assim, a questão é que

numa direção estadual com 93 membros e normal acharem que por ele ser da Bahia a política do mandato deveria ser prioritariamente para Bahia, inclusive a indicação da assessoria, mas claro, nos debatemos, vamos entendendo que não. É preciso justamente construir pontes, construir parceria e isso passa também pelo mandato dialogar com outras forças e claro com o movimento sem terra em outros estados e também com o movimento nacional. Por isso a maioria da assessoria que fica em Brasília é indicação do movimento nacional, o apartamento funcional, é organizado para receber militante de todo Brasil por militante do MST do Rio Grande do Sul; mas aqui por exemplo os assessores foram a maioria indicação dos dirigentes regionais e da direção estadual. Então não tem que complicar, é descomplicar. (Entrevista, agosto de 2011)

No âmbito da resposta sobre quais os grupos no campo político corroboraram com a construção da representação política e quais implicações que essas escolhas/decisões têm para o MST enquanto movimento social, fica claro, desde os primeiros processos de organização do MST na Bahia, que o Partido dos Trabalhadores tem uma relação na construção da representação política do MST – processo marcado por aproximações, afastamentos e rupturas exemplificadas no contexto deste trabalho por três episódios que evidenciam as tensões e construção dos acordos nesse processo, quais sejam:

- a) Em 2008, as tensões nas relações entre dirigentes do MST e dirigentes da articulação de esquerda (AE), marcadas pelas polarizações de opiniões sobre a composição da direção da tendência com a presença de membros do movimento na direção da tendência, invertia o processo: ao invés do partido ser o condutor, virou correia de transmissão do movimento. Antes de prosseguir, é preciso contextualizar que o MST, desde 1993 na ocasião de fundação da tendência Articulação de Esquerda no interior do PT, tem sua referência de diálogo e convergência com essa tendência, como demonstra a entrevista de João Pedro Stédile sobre a relação MST-PT-AE:

A relação do MST com o PT é uma relação histórica e dialética. Não é uma relação que se forma entre dois movimentos separados, que aí resolvem conversar, ou atuar em conjunto. Por que historicamente, militantes do MST e da reforma agrária, ajudaram a formar o PT no meio rural. E em muitos lugares os militantes do PT, mesmo urbanos, ajudaram a formar o PT. De maneiras, que mantidas as características e funções diferentes entre movimento de massa e organização partidária, o MST e o PT nasceram juntos, como irmãos siameses., como olhares voltados para espaços diferentes. Mais recentemente, por conta da pluralidade partidária, e de militantes de outras origens que atuam no MST, há também filiações de militantes e dirigentes em outros partidos, como PDT, PSB, PSOL e PCdob. Mas a grande maioria dos que fazem militância partidária, estão no PT. E também, historicamente, acho que sempre tivemos um respeito mútuo, entre PT e MST de praticarmos a

autonomia política. Entre as duas organizações sociais. Nunca houve ingerência de parte a parte, nem a nível nacional, e tampouco tive conhecimento de ocorrência nos estados. Quando alguém cometia esse desvio, de tentar ferir a autonomia de um ou outro, acabou derrotado ou isolado. Quando surgiu a articulação de esquerda, alguns dirigentes do MST, e eu pessoalmente, pela militância partidária, que também tínhamos no PT, acabamos nos envolvendo, porque havia um sentimento crítico que ocorreu depois da derrota do projeto democrático-popular nas eleições de 1989, e muitos de nós começamos a criticar o comportamento reformista da corrente majoritária. Então, apoiamos e alguns se envolveram mais no movimento hora da verdade, que acabou da crítica a linha política da maioria, resultando numa nova corrente interna. (Entrevista, agosto de 2011)

- b) Em agosto de 2011, ocorre a ruptura, ou nos termos dos militantes, acontece o “racha entre os militantes da Bahia da AE com a direção nacional dessa tendência, expressa pela saída durante o que seria o primeiro congresso nacional da tendência; teve como divergência central a defesa pela direção da tendência em ser uma tendência de quadro e a opinião dos militantes da Bahia, que defendiam ser possível ter uma tendência de quadros e de massas com articulação central dos movimentos sociais. A resolução foi a ruptura desses militantes com a antiga tendência, como relata Renata Rossi – direção executiva nacional do PT:

Eu costumo dizer que mais do que um racha, a saída de um conjunto de companheiros da Articulação de esquerda, tem a ver com a iniciativa de construir algo novo, uma outra coisa dentro do PT. Claro que pelo fato de companheiros e companheiras terem sido originalmente, e a parte desses companheiros e companheiras que deram início a esse processo, terem sido da Articulação de esquerda e terem passado por um processo que foi muito difícil no âmbito do que seria o primeiro congresso da Articulação de Esquerda, a gente, o que aparece mais, a gente acaba chamando de racha, mas quando a gente olha que a medida em que a gente iniciou esse novo movimento, e que nesse processo, um conjunto de companheiros que não eram da Articulação de Esquerda, de imediato si incorporaram ao processo ficou mais nítido de que o que a gente construiu algo novo mesmo, não é? É algo novo que aglutinou inclusive outros setores do PT que estavam um pouco afastados ou que tinham interesse em dialogar com a Articulação de Esquerda, mas com os métodos que a Articulação de Esquerda vinha desenvolvendo, pela política que ela vinha desenvolvendo dentro do PT e se afastaram de algum segmento. Como eu havia dito antes, na nossa primeira etapa, por exemplo os movimentos sociais e aí com principal destaque pro MST. Então a dificuldade de diálogo que a Articulação de Esquerda majoritariamente estabelecia com esse movimento e outros, impedia mesmo a construção de algo novo que é o que estamos fazendo, não é? (Entrevista, agosto de 2011)

- c) A relação da direção do MST com a criação de uma nova tendência – Esquerda Popular e Socialista (EPS), realizada em dezembro de 2011, na Escola Nacional Florestan



Fernandes, do MST em São Paulo. Sobre a fundação, vale citar um trecho do Boletim com a fala de João Paulo Rodrigues – direção nacional do MST na abertura de fundação da EPS:

João Paulo, dirigente do MST, afirmou que o movimento terá uma relação prioritária com a Esquerda Popular e Socialista e, num gesto de aproximação, entregou oficialmente uma bandeira do MST à nova tendência. Presente na abertura do congresso, o deputado federal e líder da bancada do PT na Câmara, Paulo Teixeira, da corrente Garantia de Luta, disse concordar com os dez pontos programáticos apresentados pela nova tendência. Para Teixeira, 'a articulação entre a luta partidária e os movimentos sociais é um ponto extremamente importante para o PT'. O também deputado federal Arlindo Chinaglia, do Movimento PT, saudou a disposição da criação da nova corrente num momento em que, segundo o deputado, 'a maioria está aderindo ao campo majoritário'. Arlindo ressaltou que a luta dos integrantes da nova tendência será árdua, mas necessária e importante. (Dezembro de 2011)

- d) Em janeiro 2012, uma nova situação de racha sinalizou a disputa pela direção da corrente entre militantes do PT e do MST, o que ficou conhecido nos bastidores como “segundo racha”, marcado pelo desligamento, durante o primeiro encontro estadual da EPS, de dois membros da EPS da direção executiva do PT, bem como dissensos sobre o formato da mandato do deputado estadual, este eleito com o apoio do MST e numa dobradinha central com o deputado Valmir Assunção. Nesse caso a navalha cortou o fio que alinhava essas relações. As posições pró e contra dos representantes parlamentares quanto a indicação de substituição desses membros, ocultava naquele contexto divergências de ideias e estratégia política. O deputado federal Valmir Assunção foi favorável à substituição, e Marcelino Galo, contrário à substituição. Ao final da reunião os membros que não foram incorporados a direção da tendência, romperam e seguiram com Marcelino para um mandato independente como enunciaram naquele contexto.
- e) Por último, a relação do movimento com outros partidos na arena política baiana, uma vez que é clara a predominância na parceria entre MST e PT, acontece com algumas dificuldades de articulações políticas, embora não seja um impedimento para se construí-las com o apoio de outros partidos, mas sem dúvida isso joga um elemento dificultador a essas candidaturas.

Quando levantada a questão de novamente apoiar, em vez de delegar aos seus membros a concorrência pela representação política, igualmente as projeções se polarizam inter-

namente no MST. Para uns, significaria a derrota do MST em toda sua estratégia de representação política; seria a perda de força no ideário militante de que eles podem ser seus próprios representantes, fragilizando a identidade do Sem Terra com capacidade para se representar, retornando ao momento em que, por condições contextuais, só podiam apoiar representantes de outros segmentos sociais. Significa a retirada do movimento de várias redes de acesso como, por exemplo, a disputa pelas posições de poder no Estado, que auxiliam no atendimento das demandas dos assentamentos; por fim levaria o MST a um isolamento político ou à representação tutelada. Argumento este defendido por Márcio Mattos da direção nacional do MST:

Eu acho que a essa altura já podemos ter certo que o movimento pode galgar posições de poder, através da sua força, já demos demonstração da nossa capacidade, quando elegemos vereadores, prefeito, o deputado estadual mais votado da história do PT em 2006, e hoje quando elegemos uma de nossas lideranças a deputado federal. Claro que conseguimos convencer outras pessoas pelas conquistas que tivemos, convencemos outros segmentos sociais da nossa capacidade e eles se juntaram a nós ao nosso projeto, sem eles eu sei que não teríamos conseguido, mas claro que também sei que se não tivéssemos acreditado em nós, não teria acontecido nada. Acho que hoje dizer que nossos companheiros não podem ser candidatos acho radical demais e uma falta de visão política. Hoje nos podemos sim, dizer a muitas famílias ricas da região e do Estado da Bahia, que nós estamos no pário, que não é apenas como eles querem, que vamos para o enfretamento como sempre fizemos nas ocupações. (Entrevista, agosto de 2011)

Já para outros, não ter como candidatos as lideranças e militantes seria a condição necessária para forjar um militante pautado para a luta central de transformações radicais na sociedade, seria liberar seus militantes para se dedicarem integralmente à luta pela terra, por reforma agrária, diminuindo as possibilidades de cooptação das lideranças, deixando o MST mais autônomo da estrutura do Estado e suas contradições de natureza burguesa, conferindo ao movimento um lugar mais isento para elaborar a crítica sobre a atuação dos governos:

Para mim, acho que o MST deveria decidir que os militantes não podem realmente serem candidatas, por aí já veríamos, aqueles que não conseguem cumprir uma decisão do coletivo e lançar-se candidato, já seria um indicativo da sua intenção pessoal. Essas pessoas deveriam sair candidatas, por elas mesmas, não ter a chancela do MST como sendo suas candidaturas, quem quisesse votar, votaria, quem não quisesse não votaria. Nada de gastar tempo dos militantes com campanha, nem nada. Porque no final o mandato fica sendo dos indivíduos e não podemos decidir nada, eu acho que o MST deveria ter uma resolução sim, como a de 2008, o MST não tem candidatos, as pessoas são candidatas delas mesmas, veja o exemplo do mandato de Frei Dilson na prefeitura de Itamaraju. (Militante do MST. Entrevista, maio de

2010)

A partir desse processo de construção de sentidos sobre a participação efetiva no campo político, surgem as diferentes posições e ponto de vista no interior do MST. As primeiras experiências vivenciadas pelo MST como as ocupações de terra, mobilizações públicas, construção de redes com outros movimentos são marcada pelo consenso entre seus membros sobre essas ações considerando a necessidade de legitimação e busca de redes para atendimento das demandas dos assentamentos. Já no contexto pós decisão de adotar a estratégia de participar do campo político com candidaturas próprias, não dispõe do mesmo consenso e é atravessada pelo sentido de ampliação de legitimação do MST diante da sociedade, ampliação de possibilidade de atendimento das necessidades das demandas materiais, como terra, moradia, educação, alimentação, saúde etc. O “poder político” ganha o sentido de instrumento político para os membros do MST, cuja função é reforçar as bandeiras defendidas pelo movimento, um poder que represente retorno concreto para as famílias do MST e que o capital político adquirido e exercido pelo representante não seja em seu nome próprio, mas, que seja capitalizado pela coletividade.

### 3 A COMPETIÇÃO INTERNA PELA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA EM NOME DO MST

Seria demasiado dizer que são esses elementos que pautam a decisão dos indivíduos pela disputa pela representação, todavia não se pode desconsiderar o efeito da mudança de status dos indivíduos no interior do grupo, que se constituem em referências importantes que compõem um cenário de “expectativa quanto ao futuro”. Ser militante comum ou ser o deputado do grupo, ser liderança com atribuições exclusivas no MST ou ser prefeito? São questões que a participação política traz para o cenário interno no qual vivenciam os membros do movimento. Processo de socialização que lança para os indivíduos do grupo um referente de projeto de vida para o qual podem plasmar seus projetos individuais.

Cria-se internamente um “tipo ideal” como referente para aqueles que ambicionam os mais altos postos no campo político. Entretanto a busca prática pela aproximação do tipo ideal geralmente é confrontada por desafios diários que entram como elementos de tensões. Nas falas de alguns assentados o interesse pela disputa eleitoral aparece como causa do distanciamento ou desinteresse pelo acompanhamento aos assentamentos. Veja a fala de João do Ouro e Edvaldo Monteiro:

Primeiro como lhe disse sou contra a participação do MST na política eleitoral porque não acredito, depois porque eu tenho visto que muitos só se preocupam agora com suas candidaturas, a vida é ficar de gabinete a gabinete, de plenária de PT a plenária de PT, esquecem o assentamento. não faz mais um curso, não vem ao assentamento, aqui mesmo no Extremo Sul é um caso sério isso. (João do Ouro. Entrevista, 8 de agosto de 2011)

Eu acho muito bom que nós tem candidato e gente nossa na política, mas claro que é preciso ter dois sentidos, como diz por aí, um olho no peixe e outro no gato, não pode ficar só no assentamento né, se não as coisas não chegam, mas também não pode ficar só fora, no partido, na capital, eles tem que acompanhar nós, se não, não vai saber nem do que nos tá precisando. Mas assim tem uns aqui que conseguem outros não, some, mas aí na hora do voto né, nós sabe quem tá com nós. (Edvaldo Monteiro. Entrevista, 8 de agosto de 2011)

Assim os arranjos, estratégias perseguidas pelos concorrentes aos cargos compõem um quadro complexo com o qual operam diariamente com o intuito de ganhar legitimidade para o jogo e a disputa interna pela representação do MST na esfera política.

#### 4 O PAPEL DA “DÚVIDA POSITIVA” NA CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO MST

Nesse processo, pode-se observar que as divergências e as tensões cumprem um papel fundamental no debate acerca da participação política. As dúvidas de quais caminhos e o questionamento da estratégia adotada acabam funcionando como mecanismo para tal discussão – assumem uma conotação positiva, uma vez que funcionam como polo de problematizações sobre essa experiência, politiza a ação dos membros, que passam a operar na “contraprova” da atuação no campo político. Posicionar-se criticamente nas situações de avaliação; da representação política imprime uma dinâmica de reflexão aos representantes do MST.

Em termos simmilianos, o conflito tem sido uma forma de interação recorrente na solução das divergências internas sobre a representação política pretendida pelo movimento. O MST, enquanto agente coletivo, tem funcionado como uma força centrípeta, pela qual seus membros, mesmos em posições contrárias, buscam preservar. Portanto, divergências e contrários deflagram o conflito interno como forma de motivar os membros do movimento a buscarem a unidade política, dinâmica que:

faz com que a unidade, que afinal de contas compreende ambos os contrários, exista em cada um desses contrários e em sua articulação. Os elementos negativos e duais jogam um papel inteiramente positivo nesse quadro mais abrangente, apesar da destruição que podem causar em relações particulares (SIMMEL, 1983, p.125)

Na perspectiva de Bourdieu, também se pode ver como os conflitos e interesses divergentes num mesmo campo, os agentes, ao se movimentarem para defenderem suas posições e operarem as disputas de ideias, em última instância, não desejam comprometer a existência do campo. Para Bourdieu (2003, p.149):

Entre as pessoas que ocupam posições opostas em um campo e que parecem radicalmente opostas em tudo, observa-se que há um acordo oculto e tácito a respeito do fato de que vale a pena lutar a respeito das coisas que estão em jogo no campo.

Nesse caso, observa-se que, entre os “valmiristas”, “boguitas” e “joelsistas”, esse acordo tácito preserva, no limite das suas divergências, a unidade em nome do MST. Entre as instâncias (entre as deliberações da direção nacional em relação às realidades nos estados, por

exemplo) também se verifica a busca por acordos que respeitem as especificidades, ao mesmo tempo em que garantam a unidade nacional do MST.

Assim, foi possível, nas entrelinhas dos conflitos e das tensões, identificar como a convivência de diferentes opiniões sobre a representação política dos grupos de mesma base – assim como entre grupos diferentes – informa sobre a experiência da representação política do MST. Esses episódios fazem referência à socialização política vivenciada pelos atores no interior do movimento e conferem à política um alargamento de sentido. Ultrapassam as caracterizações de passividade ou despolitização dos assuntos que dizem respeito às suas vidas públicas, à contribuição do movimento social, que, através de seus membros, traz para a esfera do cotidiano o debate sobre a política, ou sobre as políticas, ao tempo em que promovem um exercício da atividade cidadã e a ampliação do debate sobre o interesse público. Recuperam o sentido proposto para se pensar a representação política no campo político instituído – lidar com diferentes visões, grupos, características das sociedades contemporâneas. Assim, nas divergências e convergências, acordo e desacordos, o MST vai construindo o sentido pelo qual participam na luta política, aspectos inclusive ressaltados por Young (2006, p.148):

As coisas assumem seu ser e os signos assumem seu significado a partir de seu lugar num processo de relacionamentos diferenciados. As coisas são similares sem serem idênticas e são diferentes sem serem contrárias entre si, dependendo do ponto de referência e do momento em um processo. Ao enfatizar o processo e o relacionamento mais do que a substância, a *difference* destaca intervalo de espaço e tempo. Assim na relação representativa, cada qual carrega vestígios da história dos relacionamentos que os produziram, ao passo que suas tendências atuais antecipam relacionamentos futuros”.

Nos marcos das análises fomos percebendo como mesmo aqueles que colocaram-se contrário a participação do MST no campo político, dão régua e compasso para desenhar seus significados quando afirmam o que ele não deve ser, do mesmo modo como aqueles que dizem o que esperam ao defender a representação política no campo político instituído.

**CAPÍTULO V**  
**O MST-BA NAS ELEIÇÕES: DA MOBILIZAÇÃO DOS ASSENTADOS À ESTRUTURAÇÃO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS**



**Figura 6:** Conjunto de imagens D

I (esquerda, acima) – Lucinha (SPM) em ato

Fonte: Arquivo ASCOM/SPM-BA, 2011

II (direita, acima) - Valmir com dona Luzenira, do assentamento 4045, por ocasião dos 25 anos do MST

Fonte: Adilson Fonseca, 2012

III (centro) – Congresso Nacional, por ocasião da mobilização de agosto

Foto: Antonio Cruz.

Fonte: Agência Brasil, 2011

IV (esquerda, abaixo) - Valmir discursando no plenário do Congresso Nacional

Fonte: Adilson Fonseca, 2011

V(direita, abaixo) - Valmir e Lula

Fonte: Arquivo MST, 2003

**E**nfatizou-se, nos capítulos anteriores, o modo como foram plasmadas as relações dos membros do MST-Ba, através das quais foi possível o movimento através de os seus membros se colocarem nas disputas por representação política nos espaços legislativo e executivo. Destacaram-se também, nessa experiência, as divergências, as tensões, que criaram uma dinâmica de debate e reflexão no movimento e resultou na elaboração dos sentidos de participar das disputas eleitorais como a defesa da reforma agrária, ampliação dos espaços de luta e ter representantes que vocalizem os discursos e opiniões do MST-Ba nesses espaços. A complementaridade das ações diretas (ocupações, marcha, mobilizações, etc.) e da atuação no campo político lastreou a expansão e consolidação do movimento como agente político que participa do jogo político no cenário baiano.

Nesse jogo político não se pode esquecer a centralidade das eleições em nosso sistema representacional. É através delas que se escolhem os representantes, ao mesmo tempo em que os legitimam a tomar assento nos espaços instituídos que integram o sistema político brasileiro<sup>54</sup>. Nesse sentido, o movimento, ao definir participar da luta por representação política, incorpora automaticamente as dinâmicas que dizem respeito às eleições, processo que é o tema central deste capítulo. São tratados nas seções seguintes como os membros do MST-Ba (acampados, assentados, militantes, lideranças) vivenciaram o “tempo da política” para posicionarem no processo eleitoral?

Para análise, foram necessárias algumas escolhas de abrangência das campanhas, uma vez que se poderia eleger para análise as eleições municipais com foco ao cargo de prefeito, poder-se-ia ainda focalizar as eleições para o legislativo municipal e estadual como os cargos a vereadores e deputado estadual, respectivamente, ou ainda analisar a participação do MST nas campanhas eleitorais para presidência da república, poderia ser interessante igualmente identificar as *ideias forças* no quadro comparativo entre as eleições do ex-presidente

---

<sup>54</sup> O Sistema político no brasileiro é uma república federativa presidencialista. República, porque o Chefe de Estado é eletivo e temporário; federativa, pois os Estados são dotados de autonomia política; presidencialista, porque ambas as funções de Chefe de Governo e Chefe de Estado são exercidas pelo presidente. O Poder de Estado é dividido entre órgãos políticos distintos. A teoria dos três poderes foi desenvolvida por Charles de Montesquieu, em seu livro *O Espírito das Leis* (1748). Baseado na afirmação de que “só o poder freia o poder”, o mesmo afirmava que para não haver abusos, era necessário, por meios legais, dividir o Poder de Estado em Executivo, Legislativo e Judiciário. No Brasil, esses são exercidos respectivamente, pelo presidente da república, Congresso Nacional e pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O Executivo possui a função de fazer as leis funcionarem. O presidente pode votar ou sancionar leis criadas pelo Legislativo, editar medidas provisórias, etc. O Legislativo é responsável por idealizar as leis e julgar as propostas do presidente. O parlamento brasileiro é bicameral, ou seja, é composto por duas “casas”: a Câmara dos Deputados e o Senado. Qualquer projeto de lei deve primeiramente passar pela Câmara e depois, se aprovado, pelo Senado. O Poder Judiciário deve interpretar as leis e fiscalizar o seu cumprimento. O mesmo é composto por 11 juizes, escolhidos pelo presidente e aprovados pelo Senado (CINTRA, Antonio Octávio; AVELAR, Lucia, 2007).



Lula e a presidenta Dilma Rousseff que motivou o apoio do MST e do Fórum Nacional de Reforma Agrária (FNRA) nos diferentes períodos. Empreitada que demandaria um esforço demasiado abrangente para uma única pesquisa, nesse sentido, optou-se pela análise da campanha de Valmir Assunção liderança do MST na Bahia a deputado federal nas eleições realizadas em 2010, considerando, entre outros, os seguintes critérios, a) abrangência geográfica da campanha a qual inclui todas as regionais nas quais o MST está organizado e pela amplitude em termos de envolvimento na campanha dos membros do movimento em toda Bahia e; b) pelas interseções que o mandato de deputado federal produz entre as relações das lideranças da direção do MST na Bahia e as lideranças da direção nacional do MST; c) e também por ter sido a última campanha que tive oportunidade de acompanhar durante o trabalho de campo de pesquisa para este trabalho.

Algumas incursões sobre outras campanhas eleitorais (vereadores, prefeito e deputado estadual) somente foram mencionadas no sentido de contextualizar o caminho até a campanha a deputado federal. Todavia não se pretendeu analisar, como dito acima, em profundidade cada um desses processos, até porque se compreende que cada uma dessas campanhas/eleições se constitui em universos específicos que demandam investigações no marco das suas particularidades, as quais seguramente complementariam e jogariam outras luzes (variáveis) às análises sobre a entrada do MST-Ba na disputa por representação política.

Nessa eleição proporcional<sup>55</sup> vivenciada pela liderança oriunda do MST em 2010,

---

<sup>55</sup> **Eleições proporcionais** - Nas eleições para a Câmara dos Deputados e para os órgãos legislativos estaduais e municipais, a constituição federal preconiza o uso de um sistema proporcional. Além disso, na esfera federal, a eleição deve ser realizada, de forma separada, em cada um dos estados e territórios. Candidatos à Câmara só poderão ser votados no estado em que se lançam candidatos, e concorrerão apenas às cadeiras reservadas àquele estado. Além dessas restrições, a constituição impõe ainda os limites mínimo de 8 e máximo de 70 deputados para cada estado, definidos de forma proporcional à população de cada um. O código eleitoral brasileiro determina que o sistema proporcional utilizado é um sistema de lista aberta, onde os votos são nominais aos candidatos e as listas partidárias são compostas pelos membros mais votados de cada partido. Nos sistemas desse tipo, cada partido obtém um número de vagas proporcionais à soma dos votos em todos os seus candidatos, e estas vagas são distribuídas, pela ordem, aos candidatos mais votados daquele partido. O código eleitoral permite também a formação de coligações entre partidos para eleições proporcionais como forma de conseguir um maior número de cadeiras, especialmente no caso de partidos pequenos que não as obteriam sozinhos. **Calculo do número de vagas** - O grande problema das eleições proporcionais é o calculo exato das proporções devidas a cada partido. Como o número de votos quase nunca é um múltiplo exato da proporção entre cadeiras e eleitores, um sistema de arredondamento e redistribuição das vagas não preenchidas, precisa ser utilizado. No Brasil utiliza-se um método conhecido como **quociente eleitoral** para o calculo das proporções e outro conhecido como **distribuição das sobras** para ocupar as cadeiras não preenchidas pelo quociente eleitoral. Este sistema é grosso modo equivalente ao método D'Hondt utilizado em Portugal e diversos países europeus, mas se utiliza uma metodologia diferente para efetuar os cálculos. O quociente eleitoral é definido como o total de votos válidos dividido pelo número de vagas (este valor é equivalente ao quociente Hare). Cada partido então tem seus votos divididos por este quociente e obtém-se assim o **quociente partidário**. A parte inteira desse quociente corresponde ao número de vagas reservadas àquele partido. As vagas restantes são divididas usando-se o método de distribuição das sobras entre os partidos que houverem atingido o quociente eleitoral. Esta forma de cálculo é equivalente ao

sublinhei para análise os seguintes aspectos: a) – as equipes organizativas (coordenações, mobilizadores); b) construção da imagem do candidato (atributos pessoais, trajetória social, capital político), c) Política de marketing (através das diversas equipes organizadas sobre eixos específicos -1) instrumentos de comunicação – *slogan* de campanha; redes sociais; cartazes, músicas (jingle) , tempo de TV; 2 ) política de alianças (partidos, setores e segmentos sociais; 3 - Atividades presenciais do candidato - Plenárias, viagens comícios, atos inauguração, missas, aniversários, festas, velórios); 4 - financiamento da campanha - perfil dos doadores, estrutura do comitê, material propaganda, pagamento de pessoal a disposição da campanha, prestação de contas;

A análise evidenciou como os movimentos sociais colocaram-se na construção das ações para atuação no “tempo das eleições”. Durante a campanha eleitoral, os desafios em meio às tensões, aos pragmatismos e urgências nas tomadas de posição considerando o prazo da campanha com data estabelecida pelo sistema eleitoral<sup>56</sup> para começar e terminar e com regras que devem ser observadas por todos os candidatos. Tempo no qual foi preciso formular as estratégias das campanhas de mobilização, comunicação, no intuito de convencer pessoas a apoiarem e a votarem no “candidato do MST”.

Os imperativos relacionados às “condicionantes legais” no “tempo das eleições” ganham destaque na agenda das lideranças do MST-Ba, evidenciadas pelos debates e providências entre os membros sobre a legalidade dos títulos de eleitores, as estratégias de deslocamento dos assentados até as zonas eleitorais no dia das eleições, os registros das candidaturas, a construção das alianças e articulação dos apoios aos candidatos, entre outras. Ações que passam a integrar uma agenda de encaminhamentos que esteve por um longo período associada às tarefas realizadas geralmente pelos partidos políticos. Nesse sentido, sem se tornar partido político os membros do MST-Ba colocam-se nas disputas e na apropriação das ações e providências práticas que por um longo período estiveram no monopólio dos partidos políticos e dos profissionais da política. Nessa experiência, pode-se acompanhar como o movimento social associou à sua luta cotidiana a um conjunto de outras ações que se constitui em

---

método D'Hondt com um cláusula de barreira no valor do quociente eleitoral (CINTRA, A; AVELAR, L. Sistema Político Brasileiro, 2007).

<sup>56</sup> Sistema eleitoral brasileiro é como se chama o conjunto de sistemas eleitorais utilizados no Brasil para eleger representantes e governantes. O atual sistema é definido pela constituição de 1988 e pelo Código Eleitoral (Lei 4737 de 1965), além de ser regulado pelo TSE, no que lhe for delegado pela lei. Na própria constituição já são definidos três sistemas eleitorais distintos, que são detalhados no código eleitoral: Eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados, espelhado nos legislativos das esferas estadual e municipal, eleições majoritárias com 1 ou 2 eleitos para o Senado Federal e eleições majoritárias em dois turnos para presidente e demais chefes dos executivos nas outras esferas. A constituição define ainda em seu artigo XIV o “sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos”, princípio que pauta os 3 sistemas eleitorais presentes no País.

aprendizados nas disputas por representação política.

São analisadas também neste capítulo as relações entre os membros candidatos e os assentados. Relação que também podem ser analisadas sob diferentes aspectos, mas que para esta tese foram destacadas duas variáveis: primeiro identificar a opinião dos assentados sobre a participação do MST nas eleições, e identificar se essa opinião expressa apoio ou recusa dessa estratégia; segundo identificar no fluxo das relações entre os assentados e os candidatos oriundos do MST-Ba, na infinidade de possibilidades, algumas motivações para votarem ou não nos candidatos oriundos do movimento no tempo das eleições: para identificação da opinião sobre o processo eleitoral, operei com a aplicação dos questionários, complementada com a análise do mapa de votação do candidato nas regionais, no sentido de identificar se expressam o apoio ou recusa da estratégia do MST participar das eleições; já algumas das motivações de votarem ou não nos candidatos foram aprendidas principalmente a partir das observações empíricas no assentamento Lulão e nas atividades realizadas durante a campanha.

## 1 A CONSTRUÇÃO DAS “IDEIAS FORÇAS” NO INTERIOR DO MST SOBRE AS ELEIÇÕES: ANTROPOLOGIA POLÍTICA E OS SENTIDOS DA “POLÍTICA”

Ainda nesse esforço de demarcação das reflexões sobre representação política, faz-se importante sublinhar alguns aspectos demarcados pela Antropologia Política, os quais, no Brasil, a partir de 1990 começam a dar uma maior ênfase aos assuntos da política numa perspectiva de melhor compreender as relações entre representantes e as bases eleitorais no País, tanto no desenvolvimento de etnografias no espaço urbano como no meio rural. Assim, principalmente com o método etnográfico – alicerçado na observação participante e pelas entrevistas em profundidade, passam a sublinhar para análises comícios eleitorais (PALMEIRA; HEREDIA, 1995); organização de campanhas eleitorais, trajetórias de parlamentares e redes sociais (KUSCHNIR, 2000); aspectos do dia a dia dos deputados no congresso e Assembleia Legislativa. A descrição minuciosa de práticas políticas sem pré-noções, como o clientelismo, por exemplo, consiste num dos principais paradigmas da antropologia política, ou seja, buscou-se eliminar o viés normativo aos fenômenos analisados, sendo o ponto de vista dos sujeitos envolvidos nos processos o principal elemento a conferir legitimidade às pesquisas.

Embora haja conectivos entre os debates sobre as eleições produzidos no âmbito das disciplinas como a Ciência Política, Sociologia, Antropologia Política, é importante mencionar que há igualmente especificidades epistemológicas e metodológicas que não podem ser desconsideradas entre elas. Palmeira e Goldman (1996) procuraram demarcar as distinções entre essas disciplinas, ressaltando, sobretudo que os trabalhos das ciências políticas portam uma visão “internalista” dos fenômenos, estes concentrados na valorização dos partidos políticos como centrais (PALMEIRA; GOLDMAN, 1996) os quais por diversas vezes têm apresentando visões negativas da dinâmica eleitoral e da falta de racionalidade do eleitor no Brasil, conclusões errôneas do ponto de vista de Goldman e Palmeira, causadas pelo isolamento das eleições como objeto de pesquisa. Assim, a análise antropológica apresenta um diferencial relevante e de grande contribuição desse fenômeno, por estar interessada justamente em perceber o voto ou ainda a política no sentido lato, ou seja, as relações de poder, não somente no espaço como também no tempo, buscando entendê-las a partir de temáticas como conflitos, rituais, mitos, identidades, *status*, representações e práticas inseridos nos fluxos dos processos microssociológicos ou micropolíticos contextualizados. Esse debate ganha também com a contribuição de Kuschnir (2007), para quem, embora seja correto estabelecer as especificida-

des das pesquisas da Antropologia Política, é fundamental incorporar análises de outras esferas do conhecimento para apreciação dos fenômenos, das relações, ou ainda como preferirem, dos objetos pesquisados. Para Kuschnir (2007, p.63):

Nesse esforço, a antropologia da política, assim como a antropologia de um modo geral, oscila entre sua fidelidade ao particular e a necessidade de produzir generalizações. Por isso mesmo é fundamental que ela estabeleça um diálogo com outras disciplinas, como a história, ciência política, sociologia, linguística e comunicação. É a partir de abordagens multi e interdisciplinares e da adoção de uma perspectiva comparativa que se pode chegar a compreender não só as representações e práticas da política em um grupo específico, mas também as relações desse material etnográfico com a sociedade mais ampla.

Como descrito ao longo dessa tese, meu diálogo com a Antropologia Política, conjugada com outras disciplinas, possibilitou compreender justamente como os membros do MST dotaram de sentido e experimentaram sua participação política e organização da luta por representação política, o lastro dessa representação construído via a socialização política, mas também nuançadas as variáveis de graus de amizade, dívida moral, reciprocidade, desafetos, intermembros do MST mesclam os elementos constitutivos dessa representação política. Os significados por eles conferidos as suas relações e práticas políticas, leitura que se vista a partir de um único prisma perderia em muito a riqueza e complexidade contextuais nas quais estão circunscritas.

A leitura da Antropologia Política em conceber a política como fruto da ação coletiva, isto é, de uma rede de pessoas que interagem e se influenciam reciprocamente por meio de relações complexas e dinâmicas, admitindo, portanto, que a poder (ou a política) estaria presente em todas as relações sociais em que existe algum tipo de assimetria, demandou-me estudá-lo dentro de um contexto sociocultural, identificando suas dimensões materiais, psicológicas e sociais, sem deixar de lado os processos de mudança dessas configurações. Assim, opor a política aos espaços sociais e remetê-la ao sentido apenas institucional do termo (eleições, representação parlamentar, organização, partidária, funcionamento legislativo) seria um reducionismo que empobrece, a meu ver, esse debate (KUSCHINIR, 2007). Sobre os conectivos, portanto, entre eleições, voto, representação, mediação política, é fundamental o modo como é operado o sentido atribuído à *política*, questão inclusive demonstrada na citação abaixo, dos estudos de Goldman e Palmeira (1996, p.30):

Concentra-se sobre as multiplicidades envolvidas na questão, seja a plurali-

dade das motivações para votar – e como votar- seja a dispersão e hierarquização dos critérios de seleção de aspectos dos candidatos. Trata-se de reconhecer que o voto está envolvido em uma esfera de forças que transcende em muito o domínio do que se convencionou a denominar ‘política’. Em outros termos, cumpre, em certo sentido, ‘politizar’ a política, reconhecendo a existência de um conjunto de processos moleculares subjacente a cada ação ou escolha individual e coletiva. É hora, pois, de deixar de trabalhar com uma concepção apriorística do que seja a política, concepção raramente compartilhada pelos agentes sociais efetivos, o que costuma conduzir a uma espécie de surpresa, que acaba por reduzir concepções positivas e específicas de carências e faltas. O reconhecimento de que existem diferentes modos de se pensar e viver o político e de que essas concepções informam de modo específico a prática e as demais representações dos agentes nos parece um passo preliminar para a renovação dos estudos a respeito deste campo, afastando-nos dos fantasmas da irracionalidade, sempre invocados ou exorcizados quando não compreendemos bem aquilo de que pretendemos falar.

Essa reflexão me ajudou, portanto, a observar a atuação do MST na política, esta entendida como forma de atividade ou de práxis humana, em dois espaços, notadamente sendo esses espaços um recorte metodológico, posto que, na realidade, os fluxos são mais intensos, não sendo sempre possível essa separação. O primeiro espaço em que verifiquei as relações do MST estou chamando de espaço da *ampla política*, no qual identifiquei as ações do MST que integram as diversificadas estratégias, que têm como pilar a busca por reforma agrária, como, por exemplo, as ocupações, marchas, encontros, assembleias, redes, e que possibilitam no fluxo dessas relações uma socialização política. Essa maneira de observar em grande medida possui uma analogia com os nexos das análises de Bringel, ao chamar de espaço instituinte aquele que efetivamente promovem um alargamento dos processos democratizantes da *ampla política*. Outro espaço da política com o qual trabalhei referiu-se à ação do espaço do instituído, que no contexto desse trabalho refere-se ao *campo político*, enquanto espaço com suas regras e mecanismos, no qual o MST, a partir da atuação dos seus membros na luta por representação política, constrói sua estratégia para se apropriar das lutas travadas nesse *campo*, visando incrementar sua ação na *ampla política*.

O campo político, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo das lutas que tem em vista transformarem a relação de forças que confere a esse campo a sua estrutura em dado momento, neste trabalho corresponde homologamente ao lugar do instituído, no qual o MST, na busca por representação política via os seus membros que atuam nesse campo, constrói internamente, no movimento, a “ideia força” que é possível lutar para mudar regras e arranjos, introduzindo novas pautas, agendas e realizando, nos *termos gramscianos*, a luta por posições. *Campo* é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários,

conceitos, acontecimentos, que, portanto, nessa luta por transformações específicas e amplas na sociedade o MST enquanto movimento social não poderia ao seu entender ficar de “fora”.

A decisão da participação é expressiva do desejo coletivo em continuar buscando formas de participação, apostando no largamente da luta social, na ação coletiva como forma de compartilhamento de vários sofrimentos individuais. Para Bourdieu, admitindo que nas democracias parlamentares, a luta para conquistar a adesão dos cidadãos (o seu voto as suas quotizações, etc.) é também uma luta para manter ou para subverter a *distribuição do poder sobre os poderes públicos* (ou, se se prefere, pelo monopólio do uso legítimo dos recursos políticos objetivados, direito, exército, polícia, finanças públicas, etc.) (Bourdieu, 2005, p.164). Nesse aspecto, os membros do MST colocam-se na luta pelas posições “legítimas” dos espaços instituídos enunciando em seu discurso o objetivo de lutar para ampliação das conquistas dos trabalhadores sem terra e por transformações na política que visem melhores condições de vida para este segmento e também para visibilizarem suas visões de mundo.

Não é uma constatação nova que o campo político no Brasil, por muito tempo, foi um espaço que em grande medida, senão exclusivamente, de representação das elites brasileiras, de modo que, aos termos representantes advindos de outros segmentos sociais nos espaços políticos ao longo do processo do regime democrático representativo, como membros dos movimentos sociais, por exemplo, é um indicativo de alterações nas posições e dinâmicas desse campo. Seria, sem dúvida, demasiado afirmar uma “completa” alteração das regras e mecanismos de funcionamento, todavia não reconhecer o contrário, isto é, que não há movimentações capazes de produzir mudanças, seria incorporar em minhas análises um determinismo que indubitavelmente não corresponde à realidade social. Identifiquei nessa conjugação que a luta por representação política cumpre dois objetivos principais, entre outros, para o movimento: 1) incrementar as ações do MST na *ampla política* sem subordiná-la à lógica do campo instituído e 2) dinamização da participação das lideranças no *campo político* à medida que autorizam esses membros internos para o aprendizado do funcionamento e das regras na atuação junto aos partidos, câmaras de vereadores, prefeituras, Assembleia Legislativa e Congresso Nacional, como forma de problematizar a concentração do poder nos grupos historicamente privilegiados para melhor travarem a luta através da inclusão no debate das suas crenças, ideias, interesses, opiniões nesse espaço instituído, permeado de tensões, conflitos aprendizados e vislumbrando ganhos políticos para os movimentos sociais.

Jogando luz ao debate sobre a política representacional, a qual demanda cada vez

mais um aprofundamento da representação política, buscando diferenciar-se das visões formalista e jurista. Recuperando a ideia anteriormente mencionada o alargamento da sociedade democrática é como uma “malha intrincada de significados e interpretações das crenças e opiniões dos cidadãos a respeito de quais são seus interesses, crenças que são específicas, diferenciadas e sujeitas à variação ao longo da vida real das pessoas”. Tal visão defendida por Urbinati (2006, p.210) ao considerar que a democracia é única porque extrai das diferenciadas a força para união (as pessoas são capazes de se unir nas diferenças, sem se abstraírem de suas diferenças).

O tema das eleições é em si amplo e pode ser analisado sobre diferentes recortes. Algumas abordagens tendem a conferir um caráter predominantemente negativo tanto à dinâmica eleitoral quanto ao comportamento do eleitor. Nessas perspectivas, as explicações para as questões levantadas são em geral encontradas na falta de algum elemento tido *a priori* como essencial: racionalidade, informação, tradição e organização partidárias, eficiência governamental etc. As explicações para os comportamentos oscilam entre uma pretensa irracionalidade do eleitor, o fato dele não dispor das informações necessárias para decidir de forma correta e a suposta desorganização do sistema partidário-eleitoral do país (GOLDMAR; PALMEIRA, 2006); já os estudos de Pitkin (1967) e Bernard Manin (1995) enfatizam os elementos elitistas, aristocráticos e oligárquicos, contidos nas eleições, a partir das quais se institui o mecanismo de distinção entre os representantes e representados<sup>57</sup>. Há ainda um conjunto de estudos que busca analisar as motivações de participar das eleições e do voto numa chave diferente daqueles orientados pelas teorias racionais, como as perspectivas antropológicas que enfatizam um conjunto de variáveis no campo amplo de análise no qual, cumpre “perceber” como as estruturas sociais e simbólicas não apenas circunscrevem aquelas ações, mas atravessam diferentes unidades sociais, individuais ou não, incutindo-lhes significados (PALMEIRA, GOLDMANN, 1996; KUSCHNIR, 2007). Enfatizam-se, nesse trabalho, as contribuições da perspectiva relacional proposta por Urbinati (2006).

As eleições são vistas no quadro de um jogo relacional entre o Estado (governo) e a sociedade civil. Para Urbinati (2006), a escolha da eleição como método de seleção prova duas coisas: primeiro, nem o povo nem o governo podem contar com a sorte para obter bons

---

<sup>57</sup> Manin (1995), em seu livro *Princípios do governo representativo*, publicado na França em 1995, mesmo reconhecendo que a eleição tem uma dupla face, ou duplo caráter – um aristocrático e outro democrático – privilegia o primeiro porque acredita que há hoje uma tendência a esquecê-lo. Manin não diferencia, como os clássicos da antiguidade o fizeram, as duas formas de governo: aristocrática (governo de poucos homens, mas superiores) e oligarquia (forma degenerada da primeira). O caráter aristocrático da eleição repousa na distinção entre eleito e eleitor e seu caráter democrático no fato de que todos os cidadãos (pobres e ricos) têm o mesmo peso e todos têm igual poder de destituir os governantes no final de seus mandatos.



legisladores; e, segundo, não existe algo como uma aristocracia naturalmente selecionada e autorreferencial. Neste sentido, mesmo que as eleições contenham elementos formalistas elas não são restritas ao momento exclusivo do voto; comprovam o fato de que em uma democracia os representantes não devem e jamais podem ser separados da sociedade. Urbinati (2006) propõe uma retificação à concepção minimalista de democracia. Para ela, a competição eleitoral tem duas virtudes de destaque, não uma: ao passo que as eleições ensinam os cidadãos a se livrarem dos governos pacificamente, elas também os faz participar do jogo de tornar a si mesmos livres dos governos. Nesse sentido, o voto engendra uma vida política rica, que promove agendas políticas concorrentes e condiciona a vontade dos legisladores de uma forma constante, não apenas no dia das eleições. As eleições encorajam o desenvolvimento amplo de formas extraeleitorais de ação política, embora sem a garantia de que a influência política será distribuída igualmente e se tonará autorizada de acordo com Urbinati (2006, p.206):

A especificidade e a singularidade da democracia moderna estão necessariamente baseadas, ainda que a isso não se limite, no lançamento das ‘pedras de papel’ por intermédio do voto. Elas residem na *circularidade* que as eleições criam entre o Estado e a sociedade e no *continuum* do processo de tomada de decisões que liga os cidadãos à assembleia legislativa. Esta é também a fundamentação da teoria discursiva da soberania popular, uma importante contribuição à interpretação democrática da representação. A teoria do discurso, contudo, fornece apenas um retrato parcial do processo político de representação, pois, ao passo que enfatiza a comunicação (circularidade) como ‘a força socialmente integradora’ que unifica os momentos parlamentar e extraparlamentar, ela não precisa suficiente atenção aos momentos de ruptura daquela comunicação momentos de *circuito* que trazem à baila, à revelia, a contribuição da *representatividade* à legitimação democrática da representação.

Nesse sentido, a partir da chave da circularidade das eleições entre as relações dos membros do MST-Ba com o partido político e outros segmentos sociais, numa perspectiva relacional e contextual, analiso a participação do MST-Ba nas eleições, sublinhando a dimensão da campanha eleitoral como *locus* de investigação. Destaca-se na experiência do MST-Ba, como elemento diferente aos das formas recorrentes de coordenação e condução das ações concernentes às campanhas políticas; o modo como o movimento assume a frente desse processo. Essa dinâmica trouxe a baila justamente um conjunto de laços anteriormente construídos fora do “tempo da política” como principal lastro para consolidação das ações que deram formato às campanhas.

As análises deste trabalho não se pautaram pelo elemento de irracionalidade nem ausência de informação. Pelo contrário, foi possível identificar como os sentidos e as estratégias

de consolidação da imagem do candidato dos Sem Terra, para além da trajetória política do candidato, assume os contornos, os discursos, as ideias e propostas que compõem o projeto político coletivo resultante de uma construção processual que inclui sucessivas lições, acumuladas desde 1988 ano a ano, a cada candidatura vivenciada pelos membros do MST-Ba no fluxo das suas relações.

Essas análises também estão na contramão do que diz a teoria de campo político de Bourdieu (2005b) sobre os *profissionais da política*<sup>58</sup>, a quem é atribuída a competência social para produção de discursos, produtos e atos políticos. Na experiência do MST-Ba, os profissionais da política não assumiram papel preponderante. Ao contrário, tiveram um papel secundarizado em relação à coordenação colegiada, que teve a participação de membros dos movimentos sociais apoiadores da candidatura, segmentos do movimento negro, do movimento LGBT, da juventude do PT; movimento de mulheres; dos membros da articulação de esquerda (AE) – tendência minoritária do PT e organizações populares, os quais tiveram papel central na definição dos elementos estruturantes da campanha, na formulação dos atos políticos, dos discursos e das *ideias forças*<sup>59</sup> que orientaram a campanha e o trabalho de mobilizar e convencer eleitores de votarem no seu candidato.

Busca-se, assim, apreender dessa experiência, sem desprezar as tensões e os conflitos, as lições e maneiras específicas, que indicam aprendizados coletivos que informam nesse processo que as eleições podem ser muito mais que um procedimento para consentimento e autorização dos representantes. Explicitar aspectos que se mostraram cruciais em referência à experiência vivenciada pelo MST na Bahia e que indicam essas diferenças. Aspectos demonstrados, por exemplo, no modo como foi a construção da imagem do candidato, na qual buscou-se mais do que notabilizar características pessoais, destacar na trajetória política do candidato, os elementos que ligava sua candidatura à luta coletiva do MST e dos movimentos sociais que apoiaram, elementos organizados em torno de um projeto político. Diferenças demonstradas também a partir das relações intracomunidade, assentamento e acampamento,

---

<sup>58</sup> Monopólio da produção entregue a um corpo de profissionais, quer dizer, a um pequeno número de unidades de produção, controladas elas mesmas pelos profissionais; constrangimentos que pesam nas opções dos consumidores, que estão tanto mais condenados à fidelidade indiscutida às marcas conhecidas e à delegação incondicional nos seus representantes quanto mais desprovidos estão da competência social para a política e de instrumentos próprios de produção de discurso ou actos políticos (BOURDIEU, 2005b, p.166).

<sup>59</sup> O porta-voz apropria-se não só das palavras do grupo de profanos, quer dizer, na maioria dos casos, do seu silêncio, mas também da força desse grupo, para cuja produção ele contribui ao prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político. A força das ideias que ele propõe mede-se não como terreno da ciência, pelo seu valor de verdade (mesmo que elas devam uma parte da sua força à capacidade para convencer que ele detém a verdade), mas sim pela força de mobilização que elas encerram, quer dizer, pela força do grupo que as reconhece, nem que seja pelo silêncio ou ausência do desmentido, e que ele pode manifestar recolhendo as suas vozes ou reunindo-as no espaço (BOURDIEU, 2005b, p.183).

nas relações intermovimentos e outros agentes políticos (associação de idosos) que aderiram à campanha.

UFCG/BIBLIOTECA/BC

## 2 AS ELEIÇÕES E A MOBILIZAÇÃO DOS MEMBROS DO MST

Observa-se que, ao longo da existência do MST, o debate sobre a política e seus níveis de problematização fez parte da agenda de debate do movimento, com variações de “intensidade” de períodos em períodos, como por exemplo, por ocasião da oficialização do MST na participação das disputas eleitorais, enfatizado também pela análise nacional que decidiu pela resolução orientando que militantes não participassem das campanhas eleitorais, por ocasião da saída dos 51 militantes, bem como, através dos debates sobre as forças políticas no Brasil que geralmente incorporam as análises de conjuntura nos encontros, reuniões do MST periodicamente, debate intensificado também nos períodos de eleições, como foi, por exemplo, as eleições presidenciais de 1989, situações que expressam um *continuum* do debate para além do período eleitoral, por isso julguei avaliar como “intensificações” específicas, e não entrada a partir de disputas relativas ao processo eleitoral exclusivamente. Nesse sentido, as análises enfatizam a intensificação das ações e dos debates políticos realizados num certo recorte temporal, ou seja, no período eleitoral, os quais produzem de maneira ampla na sociedade de diferentes modos e intensidade, tomadas de posições dos agentes que em grande medida expressam ceticismos, críticas, crenças, visões de mundo etc.; momento no qual “o debate político” insere um conjunto de símbolos e significados objetivados de diferentes maneiras, como por exemplo, através das disputas entre os partidos políticos, entre famílias, entre facções, entre comunidades, ou ainda através das disputas da apreciação e avaliação entre os candidatos individualmente, concorrência que geralmente são visibilizados por meio de um conjunto de atividades, ideias, *slogan* de campanha, programas políticos, programas televisivos, discursos proferidos, entrevistas de rádio, cartazes, comícios, passeatas etc.

Portanto, o movimento, ao entrar na luta com outros partidos políticos e com outros candidatos no intuito de eleger o seu candidato, aderiu à participação das disputas cujas regras não são definidas por ele. Todavia, lidar com essa exterioridade das regras é a condição para todos os candidatos, embora se saiba que as assimetrias entre os candidatos podem ser enormes, e que na maioria das vezes, as condições econômicas e de capital político podem minimizar os efeitos dessas regras e em outros casos dificultar ainda mais a participação nas disputas políticas. Nesse sentido, conhecer as regras foi um ponto de partida que não foi desprezado pelos membros do MST, os quais buscaram conhecer as regras como condição primeira para

entrar no jogo e até mesmo para se colocar em confrontação e proporem outras visões e transformações nesse processo. Segundo Bourdieu (2005b, p.174. Grifos meus):

A luta que opõe os profissionais é, sem dúvida, a forma por excelência da luta simbólica pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social e dos princípios de divisão deste mundo: ou, mais precisamente, pela conservação ou pela transformação das divisões estabelecidas entre as classes por meio da **transformação ou da conservação** dos sistemas de classificação que são a sua forma incorporada e das instituições que contribuem para perpetuar a classificação em vigor, legitimando-a. Ela assume, pois, a forma de uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os poderes públicos (as administrações do Estado).

Nesse sentido, o MST-Ba lança-se às disputas para mobilizar, comunicar, convencer o maior número possível de eleitores em torno das suas ideias, do programa e do seu candidato a deputado federal, e isso inclui além dos eleitores em geral, mobilizar principalmente seus membros para campanha, organizar as agendas e se integrar nas diferentes regionais as disputas em cada município, em cada região, observando as regras legais e aos acordos tácitos concernentes as disputas políticas. As eleições de 2010 tiveram, na concorrência das 39 vagas a deputado federal que caberia à Bahia no congresso nacional, 245 candidaturas aptas, distribuídas entre os 27 partidos políticos e coligações partidárias. O candidato do movimento se integrou na coligação (PRB/PP/PDT/PT/PHS/PSB/PC do B) com 58 candidaturas aptas, e sendo uma entre as 21 candidaturas ligadas ao Partido dos Trabalhadores individualmente. Essas candidaturas atuavam na busca do voto no universo de 9.595.904 eleitores baianos:

**Tabela M:** Quantidade de deputados federais por partido/coligação eleições 2010 na Bahia

Cargo	Partido/ coligação	Quant de homens	%	Quant. de mulheres	%	Quant. total
Deputado Federal	DEM	16	100,000	0	0,000	16
	PRB / PP / PDT / PT / PHS / PSB / PC do B	53	91,379	5	8,621	58
	PSDB	17	68,000	8	32,000	25
	PSL	2	66,667	1	33,333	3
	PSOL	12	100,000	0	0,000	12
	PTB / PMDB / PSC / PR / PRTB	46	88,462	6	11,538	52
	PTN / PPS / PSDC / PMN / PTC / PRP / PT do B	56	93,333	4	6,667	60
	PV	14	73,684	5	26,316	19
	<b>Subtotal</b>		<b>216</b>		<b>29</b>	

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral/2010

**Quadro 19: Quantidade de vagas por partido/coligação eleições 2010 na Bahia**

UF	Cargo	Partido	Qt. votos legenda	Qt. votos nominais	Qt. candidatos	Qt eleitos/2º turno 39 eleitos
BA	DEPUTADO FEDERAL	DEM	70.294	898.259	16	6
BA	DEPUTADO FEDERAL	PC DO B	14.744	341.345	3	3
BA	DEPUTADO FEDERAL	PCB	0	0	0	0
BA	DEPUTADO FEDERAL	PDT	41.378	388.185	11	4
BA	DEPUTADO FEDERAL	PHS	6.210	40.999	1	0
BA	DEPUTADO FEDERAL	PMDB	31.094	602.073	19	2
BA	DEPUTADO FEDERAL	PMN	5.462	44.516	6	0
BA	DEPUTADO FEDERAL	PP	26.874	582.690	7	4
BA	DEPUTADO FEDERAL	PPS	6.693	54.964	12	0
BA	DEPUTADO FEDERAL	PR	45.574	281.986	9	3
BA	DEPUTADO FEDERAL	PRB	8.991	243.353	8	1
BA	DEPUTADO FEDERAL	PRP	8.960	66.688	11	1
BA	DEPUTADO FEDERAL	PRTB	2.275	1.109	3	0
BA	DEPUTADO FEDERAL	PSB	47.353	115.782	5	0
BA	DEPUTADO FEDERAL	PSC	8.622	169.476	17	2
BA	DEPUTADO FEDERAL	PSDB	57.383	356.554	25	2
BA	DEPUTADO FEDERAL	PSDC	871	9.364	5	0
BA	DEPUTADO FEDERAL	PSL	4.298	3.755	3	0
BA	DEPUTADO FEDERAL	PSOL	6.476	11.146	12	0
BA	DEPUTADO FEDERAL	PSTU	3.646	0	0	0
BA	DEPUTADO FEDERAL	PT	228.311	1.449.596	21	10
BA	DEPUTADO FEDERAL	PT DO B	2.650	19.692	8	0
BA	DEPUTADO FEDERAL	PTB	20.049	170.315	4	1
BA	DEPUTADO	PTC	3.873	28.160	15	0

	FEDERAL					
BA	DEPUTADO FEDERAL	PTN	5.442	4.094	3	0
BA	DEPUTADO FEDERAL	PV	34.955	107.432	19	0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral/2010

Sem dúvida, a forma de organização do MST seja através da sua estrutura organizativa via núcleo de famílias seja via direções regionais e estadual, e, a consolidação do movimento em diferentes regiões da Bahia, foram elementos decisivos na mobilização dos assentados, acampados, militantes e lideranças para as eleições, o contínuo debate sobre as eleições foi outra variável que ajudou nessa mobilização. As secretaria/escritório<sup>60</sup> nas cidades referências de cada regional do MST foi um “polo” importante de distribuição de material, realização de reuniões e referência para aqueles municípios no qual não se abriam os comitês eleitorais. Nesse sentido, as redes, anteriormente, construídas pela atuação do MST nos municípios, funcionaram como espaços de divulgação da candidatura e espaços para se buscar apoio.

Os militantes e lideranças atuando na coordenação do processo de divulgação da trajetória e do número do candidato, combinado com as justificativas associadas à luta por reforma agrária foram sistematicamente realizadas junto aos acampados e assentados e os membros em geral através das assembleias, encontros, reuniões e nas relações diárias entre eles, os quais também nas suas redes de relações reproduziram a defesa dos candidatos do MST a deputado federal, debatiam com outras pessoas externas ao movimento e até mesmo entre aqueles membros internamente que ainda não estavam convencidos de votarem ou se integrarem na campanha. Rede de relações que foram parte no processo de divulgação da trajetória do candidato e seu número de registro da candidatura (1310); na mobilização das atividades da campanha (reuniões, inauguração de comitês, plenárias, comícios, passeatas); e na distribuição do material com as propostas e plataformas defendidas pela candidatura. Conjunto de relações que integram um conjunto de ações e atividades que estruturaram as estratégias na busca do voto em cada regional.

A afirmação de que a consolidação do MST em diferentes regionais teve efeitos na divulgação do candidato pode ser identificada, entre outras variáveis, no número das cidades, na qual o candidato do MST obteve votação: 411 dos 417 municípios baianos, conforme se demonstra a seguir, para efeitos comparativos sobre o número de eleitores nas cidades polos

<sup>60</sup> Em cada regional na qual o MST está organizado funciona um escritório de apoio, geralmente na cidade polo de cada uma dessas regionais. Esses escritórios são denominados de secretarias e são uma referência para sociedade se comunicar com o movimento, bem como o lugar da organização de matérias, elaboração de projetos, reuniões de trabalho entre outras atividades. A secretaria estadual da Bahia funciona em Salvador.

onde o MST tem secretária, número de eleitores e a votação do candidato.

**Tabela N: Município sede/MST – votação Valmir Assunção, 2010**

	Município Sede MST-Ba	Nº eleitores no município	Votos válidos no município	Votos válidos de Valmir Assunção	%	Nº de assent. regional
1.	Itamaraju	38.858	27.454	5.594	20,37	22
2.	Itabuna	139.426	95.481	718	0,75	12
3.	W. Guimarães	12.350	9.642	3.339	34,63	18
4.	V. Conquista	207.256	145.995	8.123	5,56	23
5.	Itaberaba	36.810	26.649	1454	5,45	26
6.	Feira de Santana	360.960	265.652	3.647	1,373	12
7.	Juazeiro	125.280	94.061	1.954	2,07	11
8.	Barreiras	81.726	56.652	944	1,66	11
9.	Paulo Afonso	72.388	49.869	148	0,29	04
10.	Salvador	1.842.215	1.259.242	22.214	1,76	-

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral/2010 e MST-BA

Assim se por um lado a estrutura organizativa e a mobilização dos assentados e acampados foi um lastro importante para a campanha do candidato oriundo do MST, não significava de antemão a certeza de vitória do candidato nas urnas. Mesmo diante da hipótese mais otimista, que todas 10 602 famílias assentadas e as 24.100 famílias acampadas articuladas pelo MST na Bahia, adeririam à campanha e que cada família teria no mínimo dois adultos aptos a votarem, ainda assim não seria o suficiente diante do coeficiente eleitoral para eleger o candidato oriundo do MST-Ba. Assim, a candidatura precisava ganhar visibilidade entre outros segmentos sociais, demandava atrair apoio e ampliar o raio de atuação para conquista dos votos necessários para eleger o deputado federal do MST. Para tanto, as lideranças do MST-Ba e um conjunto de militantes da Articulação de Esquerda (AE) iniciaram um processo de reuniões com os movimentos sociais no sentido de buscar esse apoio para ampliar as chances de eleger o candidato do movimento. Nesse sentido, passo a analisar os elementos que fizeram parte da estratégia que expressem tanto a busca pelo voto como identificar aquelas ações que podem conter novos elementos de participação política.



### **3 AS ESTRATÉGIAS NA BUSCA DOS VOTOS E A EXPERIÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DA CAMPANHA**

#### **3.1 A PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS APOIADORES DA CANDIDATURA A COORDENAÇÃO COLEGIADA DA CAMPANHA**

A composição da coordenação estadual da campanha com representantes dos movimentos sociais que aderiram a campanha do candidato Valmir Assunção, foram em si, uma ação importante das lideranças do MST e do próprio candidato, cujos laços construídos num processo anterior ao período eleitoral, possibilitou as reuniões e articulações no sentido de convencê-los a participar da campanha, e, mais do que declarar apoio colocarem-se diretamente na formulação das linhas e das ações que dariam forma a campanha eleitoral. Decorre dessas dinâmicas, portanto, a formação da coordenação colegiada da campanha eleitoral do candidato Valmir Assunção a deputado federal e contou com os seguintes movimentos na composição: Movimento dos Trabalhadores Assentados da Bahia (CETA), pelo Movimento Atingido por Barragens (MAB); Movimento de Luta pela Terra (MLT); pelo Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) ou pelos segmentos do movimento negro, dos quilombolas, do movimento indigenista do sul da Bahia (Tupinambás e Pataxós) e participação de representantes da tendência Articulação de Esquerda do PT, movimento LGBT e o movimento de mulheres de Salvador, e segmentos do movimento estudantil de alunos da (UFBA, UNEB).

Essa coordenação tinha a atribuição de construir as propostas sobre a condução da campanha e os encaminhamentos práticos a ela concernentes. Como, por exemplo, aprovação das linhas gerais e orientação sobre material de propaganda, definição da agenda do candidato e calendário de atividades da campanha de quais cidades visitar para realização de comícios, reuniões, plenárias; definição sobre a política de aliança para dobradinha com os candidatos a deputados estaduais; orientação sobre a organização dos comitês e a definição das políticas de financiamento de campanha. Os representantes de cada movimento ficavam responsáveis em acompanhar diferentes atividades. Essa coordenação com os movimentos sociais foi replicada nas regionais onde esses movimentos estivessem organizados com abertura para participação de lideranças e grupos locais.

Esse método caracterizou uma campanha cujas decisões contaram com a participação dos movimentos sociais e setores organizados que aderiram à campanha; a réplica nas regiões teve efeitos na descentralização e dinamização dos encaminhamentos e ampliação da participação dos membros desses segmentos sociais nas definições e execução dos encaminhamentos práticos relacionados à campanha. Esse método colegiado também deslocou a condução e decisões sobre a campanha dos profissionais de agências de propaganda e dos consultores especializados em marketing na orientação das decisões da campanha, como foi dito, essa relação foi regulada com base nas linhas tiradas na coordenação. Sem desconsiderar em tempos midiáticos o papel desses profissionais, mas no papel de assessoria e executores das definições da coordenação e não de fomentares desse processo, em lugar dos agentes mobilizados em torno da campanha.

### 3.2 COMBINAÇÃO DE PAUTAS SOCIAIS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS – NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO CANDIDATO ORIUNDO DO MST E DA PLATAFORMA DA CAMPANHA

Valmir Assunção nasceu em Nova Alegria, distrito rural de Itamaraju, município do Extremo-Sul da Bahia, em 1964, de família com origem rural, cujo pai trabalhou em fazendas desta região prestando serviços, até conseguir uma pequena área de terra para viver como pequeno agricultor familiar, com a cooperação da esposa e dos filhos. Os elementos do contexto pessoal de Valmir Assunção, associado a sua trajetória no MST-Ba e atuação, como deputado estadual e secretário de estado, compuseram os pontos de partida para construção da sua imagem para disputar as eleições como candidato a deputado federal diante da sociedade de um modo geral. O fato de a luta por representação política ter sido uma decisão coletiva da direção do MST-Ba não minimiza a atuação de certos membros para que essa decisão se efetive na vida prática. E sem dúvida pode-se afirmar Valmir Assunção foi um desses agentes o qual se motivou a participar desse processo. Não se pode negligenciar, portanto, que, à medida que Valmir Assunção atuava junto ao MST e PT, foi igualmente plasmando sua disposição pessoal para a luta política nos espaços instituídos, aspectos que corroboram para compreender sua condição de representante do MST na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) e, nas eleições de 2010, ser o candidato do movimento para torna-se o representante no congresso nacional.

Destaca-se também que durante o mandato de deputado estadual, a aproximação de

Valmir Assunção de outras bandeiras de luta social, o que explica a adesão de vários movimentos sociais a candidatura em 2010, ampliando a vinculação da sua imagem não exclusivamente ao MST, mas, a outros segmentos sociais. Sem dúvida o capital político de representante do MST ampliou-se ao longo da sua trajetória e a medida que criou conexões junto a outros movimentos sociais.

A candidatura de 2010 ganhou formato de projeto político cujas “ideias forças” estiveram vinculadas a defesa da reforma agrária, pela demarcação das terras do povo indígenas e quilombolas, pelo enfrentamento do racismo e preconceito étnico-racial defendido pelo movimento negro, pela descriminalização dos movimentos sociais; pela igualdade de gênero pautada pelos movimentos de mulheres e pelo enfrentamento ao preconceito aos homossexuais; pela inclusão de uma pauta da juventude; pelo enfrentamento da intolerância religiosa, a partir da defesa dos direitos das comunidades de religião afrodescendentes, ideias que foram articuladas a partir de um uma “plataforma” defendida pela candidatura e que orientou as falas, os discursos, o material de apresentação, enfim a associação da imagem do candidato diretamente a luta desses movimentos ao longo da apresentação, divulgação do candidato e mobilização de apoios nos 417 municípios baianos. No quadro abaixo, é possível acompanhar as sumariações da trajetória de Valmir Assunção que expressam suas conexões com os movimentos e segmentos com os quais construiu relações:

**Quadro 20:** Resumo das funções assumidas ao longo da trajetória de Valmir Assunção:

Posições públicas da trajetória de Valmir Assunção	Data
Coordenador do grupo de jovens da igreja católica	Janeiro de 1985
Coordenador da delegacia sindical dos trabalhadores rurais de Nova Alegria	Novembro 1985
Delegado ao 2 congresso da CUT	Julho 1986
Entrada no MST- grupo motor para mobilizar a primeira ocupação	Março 1987
Entrada na comissão de negociação do MST	Setembro 1987
Articulador da fundação do PT Jucuruçu	Dezembro 1987
Entrada na coordenação nacional do MST	Julho de 1988
Entrada na direção executiva estadual MST	Janeiro 1988 – 2005
Entrada na direção executiva do MST	Dezembro 1988 – 1998
Membro do Diretório Nacional do PT	1995 – 1996 e 1997 – 1999 (indicação da direção nacional)
Sai da direção nacional do MST para ser candidato a deputado estadual pela primeira vez (perdeu as eleições ficando na terceira suplência)	1998
Continua direção estadual do MST	1999 – 2005
Entra para o grupo de estudo nacional do MST	2000
Sai candidato deputado estadual pela 2ª vez, fica na 1ª suplência	2002- 2005
Assume O mandato de deputado estadual	2005 – 2006
Sai candidato pela terceira vez (mais votado do histórico do PT)	2006
Convidado por Jacques Wagner a ser Secretário de Estado	2007 – 2010
Sai candidato a deputado federal ( 5º mais votado do PT)	2010 – 2014

Membro titular da comissão de finanças e tributação; suplente da comissão de agricultura e comissão mista do orçamento da União.	2011- 2012
--	------------

Fonte: Entrevistas realizadas em 2011

### Box 2: Síntese da trajetória de Valmir Assunção

**Valmir Assunção** nasceu no dia 17 de Dezembro de 1964, no distrito de Nova Alegria, em Itamaraju, no extremo-sul da Bahia, onde iniciou sua vida de militante nas organizações de jovens da Igreja Católica. Participou da organização sindical na região ainda com 17 anos e logo depois foi contribuir com a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Bahia e esteve à frente da primeira ocupação do movimento no Estado, no hoje assentamento 40/45 no município de Alcobaça-Ba. Foi um dos primeiros nordestinos a integrar a direção nacional do MST.

Valmir se filiou em Partido dos Trabalhadores em 1990, logo ingressando na direção nacional do PT, compondo uma tendência interna chamada Articulação de Esquerda. Valmir foi candidato a deputado estadual nas eleições de 1998 e 2002, quando ficou na primeira suplência. Assumiu o mandato na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) em 4 de fevereiro de 2005, com o compromisso de lutar pela destinação das terras devolutas para a reforma agrária e pela regulamentação do plantio do eucalipto, que na Bahia vem devastando a mata atlântica. No poder legislativo, foi vice-líder da bancada estadual do PT e presidiu a Comissão Especial de Assuntos da Comunidade Afro-descendente. Também atuou como vice-presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural e foi membro titular da Comissão Especial da Fome e vice-presidente da CPI do cacau. Neste mandato Valmir apresentou o Projeto de Lei intitulado Estatuto Estadual de Promoção da Igualdade Racial e Combate à Intolerância Religiosa.

Nas eleições de 2006, Valmir Assunção renovou o mandato de deputado estadual, sendo o mais votado do PT no estado, com exatos 68.302 votos. Em 1º de janeiro de 2007, assumiu a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (Sedes) no governo da Bahia. No executivo, Valmir Assunção foi responsável em dirigir o desenvolvimento e execução de políticas públicas voltadas à inclusão social e produtiva de mais de 1,4 milhão de famílias pobres da Bahia. Durante sua gestão implementou a consolidação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) no Estado e a aprovação da Lei Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, que determina a implementação do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), ações que resultaram no recebimento de vários prêmios nacionais enquanto esteve a frente do executivo estadual.

Em 2010, Valmir retoma o mandato de Deputado Estadual, deixando o comando da SEDES, para assim ser candidato a deputado Federal, cargo para o qual é eleito com 132.999 votos, - tendo sido o 4º deputado federal mais votado do PT, o 9º colocado da coligação e o 11º da relação geral. Contando com a força do MST na Bahia e o apoio de movimentos sociais, como Movimento Atingindo por Barragens (MAB); Movimento dos Assentados da Bahia (CETA); Movimento de Luta pela Terra (MLT) Movimento dos Desempregados da Bahia (MTD), Movimento Negro, segmentos Quilombolas, movimento estudantil, de juventude e de mulheres, segmentos indígenas, ampliando o que já havia ocorrido em disputas anteriores. Mesmo tendo sua origem e militância com foco no interior do estado, Valmir foi o segundo deputado mais votado do PT na região metropolitana de Salvador, com 22.214 votos, demonstrando sua relação junto aos movimentos juvenis, LGBT e negros da capital. Atualmente como deputado federal assumiu as comissões de finanças e tributação como membro titular e suplente da comissão de agricultura e comissão mista do orçamento da União e em fevereiro 2012, assumiu a coordenação do núcleo agrário do PT no Congresso nacional.

### 3.3 MARKETING E INSTRUMENTOS DE COMUNICAÇÃO (SLOGAN DE CAMPANHA; REDES SOCIAIS; CARTAZES, MÚSICAS, TEMPO DE TV)

Seguramente também poderia discorrer longamente sobre o papel do “marketing político” nas campanhas eleitorais no Brasil na contemporaneidade, todavia minha proposta é apenas pontuar que diante dessa realidade, como esse elemento foi incorporado pela coordenação da campanha e o próprio candidato, os quais não deixaram de considerar importante o uso de um conjunto de ações, consultas a profissionais e um instrumental técnico para dar formato a plataforma defendida pela candidatura e comunicar suas propostas e compromissos de campanha aos eleitores de um modo geral. Segundo Scotto (2006 p.395):

O marketing político apresenta-se, simultaneamente, sob diversas formas atribuídas pelos textos sobre o assunto, a imprensa, o meio político e, mais recentemente, pelos cientistas políticos; além disso, de algum modo, faz parte das formas elementares de percepção ou dos dados imediatos da consciência política. Às vezes o termo é empregado pejorativamente para referi-se ao esvaziamento político e à falta de um programa de governo por parte de um candidato. Em outras ocasiões, ele designa o conjunto de ‘valiosas’ ferramentas e ‘moderno’ instrumental técnico que outorgam ‘racionalidade’ à disputa eleitoral, e aproximam da classe política a voz dos cidadãos.

Para Scotto (2006), a ambiguidade é uma das marcas do marketing político, mas é inegável que sua existência já faz parte do jogo político, e em assim sendo é uma realidade social que compreende, nos termos de Marcel Mauss, agentes, ações (actes) e representações. Salienta-se, todavia, que a ênfase do uso do termo marketing político no contexto desta reflexão refere-se ao conjunto de ações e instrumental técnico que auxiliaram na divulgação e mobilização da candidatura de Valmir Assunção. Nesse sentido, identifiquei os seguintes recursos que as equipes de trabalho compostas com militantes dos movimentos e da tendência de articulação de esquerda lançaram mão neste processo:

1) A equipe de rádio e TV – participou ativamente das negociações para intervenção de Valmir no programa eleitoral na televisão. As estratégias utilizadas foram fundamentais, não só para consolidar a imagem pública do representante da luta pela terra, dos movimentos sociais, como também garantiu uma visibilidade para um perfil de um eleitorado com relevância na opinião pública (professores, lideranças de bairros, artistas, intelectuais, sindicalistas).

2) A equipe de comunicação/ meios de comunicação impressos, nas quais as entrevistas de maior relevância foram respectivamente: Revista Muito e Revista Raça. Na entrevista especial a revista “*Muito*”<sup>61</sup> veiculada dia 7 de junho de 2009, do Jornal *A Tarde*, os temas centrais foram as ações desenvolvidas pela Sedes, mescladas com as ações do MST. Durante entrevista, Valmir reafirmou sua relação com o MST com destaque para o trecho onde enfatiza que o MST é sua vida e lugar no qual aprendeu a fazer política (V. ANEXOS).

Na Revista *Raça*<sup>62</sup> cujo título da matéria foi “Secretário em evidência”, cuja edição estava inserida na programação de lançamento da revista em Salvador, a coordenação da campanha se propôs a contribuir na organização do lançamento como forma de poder publicizar a candidatura de Valmir Assunção. No ato de lançamento reuniu segmentos organizados, intelectuais e artistas negros da Bahia e povos de terreiros de candomblé. Valmir Assunção, como um dos entrevistados, foi o homenageado – o que foi recontextualizado pela equipe de comunicação como forma de dialogar e consolidar a imagem de Valmir Assunção junto ao movimento negro.

Esta entrevista além da legitimação da imagem do candidato junto ao movimento negro, deu-lhe a oportunidade de dialogar com todos os segmentos beneficiados pelos programas desenvolvidos pela SEDES no período em que ele esteve a frente – explicitou sua estratégia de verticalização das políticas de combate a pobreza do governo federal. A equipe explicitou de diferentes maneiras as ações de Valmir Assunção durante o período em que foi secretário, como por exemplo sua opção de verticalização das políticas de combate a pobreza do governo federal (ao trabalhar com o público do bolsa família, que hoje na Bahia representa um público de 1.667.913, transferência do Benefício de Prestação Continuada BPC que envolve um público de 318.000 pessoas, entre outros programas que beneficiou idosos, crianças, adolescentes, povos e comunidades tradicionais) incidindo sua imagem positivamente junto a esses público para consolidação da sua imagem como um bom gestor.

3) Equipe das redes sociais – responsáveis pela criação e comunicação pela página da campanha, twitter, facebook.

4) Equipe de criação – responsáveis pela criação de panfletos, slogans, músicas. Destacaram os mecanismos de síntese da trajetória do candidato e das bandeiras de lutas dos movimentos sociais e o número de registro da candidatura, como pretendeu por exemplo na

<sup>61</sup> Entrevista veiculada dia 07 de junho 2009. pg 14 – 18. Ed nº 22. 2009. Revista Muito

<sup>62</sup> Edição 144 – junho de 2010. Páginas 14 a 17.

construção do slogan de campanha<sup>63</sup> que foi “A nossa história faz diferença”, buscando assegurar a tradução de uma articulação, entre a trajetória com o MST e com outros movimentos que aderiram a campanha.

5) Equipe de construção de alianças políticas com dobradinhas e apoio de outros agentes políticos como prefeitos e vereadores; a ampliação da alianças também constitui-se como uma variável que corroboraria para consolidação da imagem do candidato bem como aumentaria as chances de ser eleito – conforme tabela de alianças construídas com os candidatos a deputado estadual (V. APÊNDICES) que totalizaram 33 dobradinhas, das quais 15 foram eleitos a deputado estadual.

6) Equipe de articulação de atividades presenciais do candidato - como Plenárias, comícios, atos de inauguração, missas, aniversários, festas, elemento que ao mesmo tempo que reforça os laços e aproximação do candidato dos segmentos apoiadores eram referencia para construção do material impresso, notícias nas redes sociais etc.

7) Equipe de mobilização de financiamento da campanha - tinha o papel de buscar o apoio financeiro para custear as atividades e estruturas a disposição da campanha, como por exemplo, estrutura do comitê, material propaganda, viagens, pagamento de pessoal a disposição da campanha, prestação de contas. A orientação central na articulação dos recursos era a garantia da autonomia da campanha a qual tinha como princípio não pegar recursos de empresas do eucalipto, por exemplo, nem de grupos historicamente antagônicos as bandeiras de luta dos movimentos sociais ligados à campanha. E como enunciado no discurso, defendem que as candidaturas tenham financiamento público, como forma de minimizar os efeitos das assimetrias decorrentes do poder econômicos entre os candidatos.

Observou-se pela prestação de contas que o financiamento da campanha de Valmir Assunção teve 6 perfis de doadores: a) pessoa física, responsável por 50,15 %; b) Doação da coordenação da campanha majoritária do PT, com 8,56%; c) Diretório do PT Estadual, com 11,85%; d) Diretório Nacional do PT 16, 26% e) Pessoa jurídica, com 11,21%; f) recursos do candidato, 1,97%. Mobilizou um montante de R\$ 584.367,43 recursos, opondo-se ao perfil do principal adversário político (Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto – ACM Neto – do partido Democratas, que teve o aporte de quase três milhões (R\$ 2.918.881,86), mobilizados

---

<sup>63</sup> O primeiro *slogan* utilizado na campanha de Valmir Assunção foi: “A Cara e a Coragem dos Sem Terra na Bahia” – dialogando com o lastro do capital político adquirido no campo de luta pela reforma agrária e no qual a candidatura não obteve capilaridade relevante para além das fronteiras do MST-Ba; Já na segunda “Um bom motivo para votar no PT” – contexto de crise petista com os escândalos do mensalão colocava o candidato do MST/AE como uma boa alternativa para o público desanimado com os políticos que tradicionalmente representavam o partido no cenário baiano, e abriu possibilidades de atrair novos apoios;

na campanha a deputado federal, em 2010, aportados principalmente por empresas de engenharia da construção civil, Fibria celulose e Suzano papel e celulose, o qual obteve 328.450 mil votos. Em termos pragmáticos, o custo com mobilização do voto foi o dobro aportado, se comparado com a campanha de Valmir Assunção (TSE/eleições 2010). Embora nesse estudo esse elemento de custo na mobilização do voto, não seja um elemento central de referência para a análise aqui desenvolvida.

Para Valmir Assunção, o grande diferencial da sua campanha foi a disposição da militância envolvida em trabalhar voluntariamente. Segundo ele:

foram para ruas, convenceram as pessoas, amigos, familiares, vizinhos. Muitos achavam que tínhamos muito dinheiro, infelizmente, não tínhamos dinheiro, mas éramos sim uma campanha rica, rica de militantes aguerridos e comprometidos (Entrevista, novembro de 2010)

Ter a campanha mais estadualizada entre todas outras, com votação em 411 dos 417 municípios, exigia grande esforço da coordenação de campanha de mobilizar as pessoas para realizarem as atividades – resultado que ele atribui a ação da militância que levou o nome para ruas e a ação dos movimentos sociais. Diz ainda Valmir Assunção:

Nossa candidatura não tem um tutor pela via do capital, o nosso mandato pertence sim aos movimentos sociais e aos mais empobrecidos desse país. (Entrevista, novembro de 2010)

Sobre esse aspecto, seria possível estender por algum tempo o debate, destacar, por exemplo, as assimetrias decorrentes dos diferentes aportes financeiros nas campanhas, bem como, os mecanismos de prestação de contas dos candidatos, etc. Todavia tangenciaria minhas reflexões para outro foco de debate; por enquanto minha intenção foi explicitar apenas como em termos materiais essa candidatura que se apresenta como dos movimentos sociais puderam definir um perfil de financiadores para viabilização dos seus recursos financeiros, de modo a garantir certa autonomia dos grandes patrocinadores de campanha.



#### 4 OS APRENDIZADOS NA CONSTRUÇÃO DA CAMPANHA ELEITORAL: A MILITÂNCIA NA ORGANIZAÇÃO

Articulação da militância e organização das atividades por equipes de trabalho implicou numa mobilização dos membros destes movimentos os quais, ao mesmo tempo, que buscavam o voto expressava suas opiniões sobre a condução do processo e do debate sobre a política, demonstrando a capacidade deste conjunto de agentes de reconhecer o jogo político e lançar nas disputas em muitas situações com profissionais do marketing político a frente de outras candidaturas.

Através das entrevistas e observação empírica percebe-se o aperfeiçoamento das estratégias de campanha da candidatura, resultante dos aprendizados das regras do jogo político, para a partir delas formular as confrontações e novos posicionamentos e demarcar as diferenças em relação a outros candidatos. Slogans de campanha, equipe de comunicação, campanha eletrônica, equipe de produção de marca, programas de rádio e TV e as lutas políticas somam-se ao conjunto das estratégias para tornar pública a candidatura de um dos porta-vozes do MST-Ba e já nesse contexto com “compromissos” de representar outros movimentos, aspectos que joga sem dúvida o desafio ao candidato/ representante em equilibrar as diferentes pautas complexificando ainda mais essas relações. Para Miguel (2009, p.163), por exemplo, “o que torna difícil a representação é o fato de que os pertencimentos de grupo são, muitas vezes, cruzados; nenhum deles apreende por inteiro seus integrantes e, por conseguintes, os porta-vozes são sempre incompletos”.

Nesse sentido ter construído uma plataforma com os compromissos a partir dos movimentos envolvidos minimiza os efeitos da sobreposição em termos práticos da atuação do representante no campo político o qual tem como referência as opiniões, as expectativas destes segmentos que devem orientar sua ação e discurso nos momentos de tomadas de posição e a partir dos quais também será avaliado durante o exercício do mandato.

Alguns elementos podem ser sumarizados como aprendizados nesta experiência, bem como serem indicativos de maneiras específicas de construção da campanha política. Em termos visuais, pode-se afirmar que esta teve o que geralmente se encontra nas campanhas como as formas de visibilizar, divulgar a imagem do candidato; todavia a forma coletiva, via as equipes de trabalho, de articular as atividades e encaminhamentos práticos e a condução coletiva do agentes a partir dos laços com o candidato plasmados anteriormente ao processo elei-

toral, bem como os vínculos destes movimentos a partir de outras agendas e ações não relacionadas diretamente as eleições, destacam-se, portanto: o *aperfeiçoamento* das campanhas no “tempo da política”, entendida aqui como um aprendizado das estratégias para convencimento do voto foi um aspecto importante no sentido do êxito das eleições, sobretudo a de 2006 e 2010 por parte dos membros do movimento e do candidato; A orientação quando ao *financiamento da campanha diferenciado*, optando-se por doações de amigos, pessoas físicas, pequenas empresas de simpatizantes desses movimentos, que garantia a candidatura uma autonomia em relação aos financiadores tradicionais na Bahia de campanhas eleitorais; *A enunciação da promessa* dos membros destes movimentos em votarem, também dava um ânimo e grau de esperança que em termos simbólicos favoreceram na capilaridade de convencimento das pessoas dentro das suas redes de relações; igualmente o *lastro político do candidato* junto a esses movimentos na ocupação dos espaços ao longo de sua trajetória, associado a produção de um *discurso agregador das pautas de diversos movimentos*, criaram o ambiente, que pode explicar em certa medida a motivação desses segmentos em votarem e elegerem esse candidato.

## **5 O OLHAR DOS ASSENTADOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO ELEITORAL DO MST- E SUAS MOTIVAÇÕES PARA VOTAREM NOS CANDIDATOS ORIUNDOS DO MOVIMENTO**

Como foi mencionado anteriormente, o esforço da observação e pesquisa no contexto do assentamento, teve como questão central compreender como os assentados constroem para si o sentido da participação do MST na esfera política. Como se integram a esta estratégia? E quais motivações no momento de decidirem o voto no tempo da política? Após conversarmos com muitos assentados e acampados articulados pelo MST em várias regiões do Bahia, centrei minha observação no Assentamento Luís Inácio Lula da Silva, este que era uma das fazendas desapropriadas, fruto do acordo do acampamento Lulão, que tinha 850 famílias na ocasião da visita do presidente Lula, em 2005. Nessa área de 650 hectares, foram assentadas 65 famílias. As demais famílias foram igualmente assentadas em mais três áreas, Macadâmia, Serro Azul, ambas no município de Santa Cruz de Cabrália, e Cruz do Ouro no município de Itamaraju.

Em situação diferente do acampamento em termos de organização da estrutura e da produção, mas, não tão diferente do ponto de vista das relações, no assentamento os laços de amizade, confiança, lealdade e gratidão, os conflitos internos e a relação com os dirigentes e militantes do MST se prolongavam nesse novo contexto e possuem como fio condutor de todos esses elementos os espaços de socialização política como as marchas, as ocupações, os encontros, as assembleias nos assentamentos, os atos políticos, reuniões etc. Embora o questionário utilizado nesta pesquisa tivesse muitas perguntas, visando ter uma visão ampla do olhar dos assentados sobre alguns temas, estava claro para nós o foco sobre a experiência compartilhada entre assentados e lideranças decorrente da participação política do MST na esfera política.

Se a aplicação dos questionários possibilitou conversar com um número expressivo de assentados de diferentes regiões da Bahia sobre a participação do MST-Ba nas eleições, identificando múltiplas trajetórias e olhares sobre esse processo; as observações e conversas mais demarcadas no âmbito do assentamento Luís Inácio Lula da Silva complementou as análises. Possibilitou integrar os olhares particulares sobre a atuação das lideranças do MST e suas implicações políticas partidárias às redes, às figurações que caracterizam o assentamento, e de maneira mais específica uma apropriação dos nexos dessa participação eleitoral em seus desdobramentos na vida dos assentados.

Foram três etapas de idas ao assentamento durante a pesquisa. Em maio de 2010,

março e agosto de 2011. Contatos anteriores com o assentamento por períodos de mobilizações e atos políticos foram importantes para obtenção de informações preliminares, que aos poucos ajudaram na definição desse espaço para observação da pesquisa. Desde os primeiros encontros com algumas daquelas famílias quando ainda era acampamento até o momento da pesquisa já como assentamento, observava-se um fluxo considerável das relações político-partidárias influenciando os processos de criação e organização do assentamento. Sua localização no Extremo Sul, região onde aconteceram as primeiras articulações e estratégias de participação do MST na esfera política, o próprio nome do assentamento em homenagem ao então presidente Luís Inácio, que ainda na fase de acampamento e posteriormente assentamento, esteve em visita oficial, integram como mais um exemplo disso.

De partida, posso dizer que o ponto de convergência entre direção e assentados apontada em seus discursos quando avaliam que a participação política é algo importante para o MST, é a ampliação da possibilidade de acessarem demandas urgentes como, saúde, educação, moradia, máquinas, assistência técnica. Embora os caminhos percorridos institucionalmente para atendimento dessas demandas não sejam todos compreendidos pelos assentados e por uma fração dos dirigentes, a construção do sentido amplo entre os assentados sobre a participação política foi ao longo dos anos incorporado via discurso geral de “projeto de superação das desigualdades sociais, luta por reforma agrária”, e ao direito dos trabalhadores colocarem-se na “disputa pela representação política da sua própria categoria”. A ampliação das possibilidades de o MST integrar redes que consigam dinamizar o atendimento das demandas e a legitimação dos Sem Terra terem seus próprios representantes, aparecem como principais elementos que lastreiam a defesa de participação na esfera política junto aos assentados. Segundo relato do assentado Aroldo Gonçalves:

Nós entendemos o quanto é importante participar das eleições, ter gente nossa lá, porque se não, quem vai brigar por nós, nós faz nossa parte de ir nas mobilizações, nas marchas, fazer a ocupação como sempre aprendemos com nosso movimento, temos que participar, mas a gente sabe que depois se não tiver gente nossa nos lugares, nos órgãos, o que a gente fez fica só no papel. E tendo gente nossa lá, pode cobrar, ver como estão as coisas, até pra dizer, se nos tem que voltar lá de novo, botar pressão. No acampamento mesmo, fizemos a grande mobilização, mas se o movimento não tivesse força pra trazer o presidente aqui, deus sabe quando ia sair nossa área, tem companheiros nosso aí que já ficou debaixo da lona até dez anos esperando. Nos demos sorte, você mesmo pode ver já tem casa boa feita, luz, trator, escola, o ônibus, claro tem sempre coisa pra melhorar. Sabemos que se o presidente não tivesse falado que queria isso logo para ele inaugurar, tinha demorado mais. (Aroldo Gonçalves, Entrevista, 8 de agosto de 2011)

Além da enunciação da importância de ter representantes nos espaços que julgam serem facilitadores do atendimento das demandas, pode-se notar um prolongamento do discurso das lideranças, nas falas dos assentados. No assentamento Lulão, observei que há o apoio à estratégia de participação política com candidatos oriundos do MST, seguindo uma tendência geral dos questionários aplicados em outras regiões, as respostas demonstram um apoio de 95% dos assentados à participação política.

**Tabela O:** percentual entre os entrevistados que acham importante participar das eleições

Entrevistados	280					
	Total	Percentual geral	Membros	Membros %	Diretoria	Diretoria %
Sim	268	96%	228	95%	40	100%
Não	5	2%	5	2%	0	
Não responderam	7	3%	7	3%		

O apoio dos assentados é um fato verificável pelo resultado da pesquisa via os questionários, bem como, quando observei o resultado da votação nas regiões dos assentamentos em lideranças oriundas do movimento, identifiquei no processo que essa disposição de apoio guarda relação também com o investimento do MST nos debates sobre as eleições, intensificados desde a década de 1990, nas assembleias, nos encontros, nos cursos; ainda na elaboração da estratégia de combinação das ações diretas e articulações na esfera política. Assim como ocorre na construção de outras agendas no interior do movimento, o discurso sobre as eleições integra-se às ações de mediação entre direção e assentados – permeadas de conflitos, de negociação e aprendizados coletivos.

Se no contexto do MST-Ba, o princípio do centralismo democrático orienta em grande medida ações dos militantes das “instâncias intermediárias”, não surtem o mesmo efeito sobre os assentados. Para estes, o espaço de socialização política, os laços de amizade e lealdade, alimentada pelo convívio, pela reciprocidade entre os membros, destacam-se na construção dos processos de negação ou adesão as propostas e aos projetos mediados pelas lideranças – sentido expresso pelos assentados, como descreve seu Antônio Pestana:

Fomos aprendendo ao longo do tempo a entender que é melhor votar nos nossos companheiros, que nossa luta é junta, os cursos que participei, quando a gente começa a entender que é uma coisa maior do que nós, e que por isso, nos tem que se juntar, fica mais fácil, claro que a gente vai saber quem está com nós, não adianta o movimento pedir pra gente votar numa pessoa, que não está com a gente, que nunca vem nos assentamentos, não participa das nossas atividades, ou que a gente vê que se preocupa só com coisas pessoais. Pois se a gente aprende justamente é separar o joio do trigo. Por isso sempre digo aqui, não voto em quem aparece na hora das eleições, mas tem gente aí que não pensa assim não, se o candidato der qualquer coisa diz que

vai dá o voto. (Antônio Pestana, Entrevista, 8 de agosto de 2011)

Outro aspecto observado é que o debate das eleições segue uma dinâmica análoga aos processos de negociação de outras ações. No tempo da política, intensificam-se as assembleias, as idas aos assentamentos para construção do convencimento e fixação da proposta como importante para o MST entre os assentados e acampados. A agenda dos debates incorporam ações pragmáticas como as transferências de título, o aprendizado para quem não sabe usar a urna eletrônica, os preparativos com o deslocamento dos assentados para as cidades sedes, no caso do assentamento não ser ponto de votação. Constata-se, nos anos eleitorais, como afirmei acima, uma intensificação de um conjunto de encaminhamento associados a dinâmica dos Partidos Políticos. Os debates, as construções de alianças em torno dos seus representantes candidatos, a busca de apoio de outros segmentos sociais, a organização dos comícios, dos atos, enfim intensificam-se as movimentações peculiares ao tempo da política. O assentado Valtamar Caires relata uma dessas reuniões realizadas no assentamento:

Oxe, quando os meninos da direção, vem discutir as coisas que são importantes pra o MST, nós também aproveitamos pra falar nossas insatisfações. Eu mesmo, sou um dos primeiros que fala os descontentamentos, quando Weldes veio dizer que era importante participarmos das eleições, conseguir eleger os nossos e tal, eu disse a ele mesmo, só não quero depois a mesma desculpa dos outros, que não fez e tal e que vai fazer e só ficar no vai. Disse a ele que nós vamos ver quem é que a direção vai escolher pra só depois eu ver se vale mesmo a pena eu votar. Claro, tenho minha gratidão ao MST por estar aqui hoje, com meu pedacinho de terra e tal, mas não é o movimento mesmo que diz pra gente analisar bem. Pois eu vou analisar mesmo. Tem uns dois aí querendo ser candidato a vereador que já avisei se for candidato eu não voto. (Valtamar Caires, Entrevista, julho de 2011)

Assim numa relação assimétrica entre as posições no interior do MST, os assentados se apropriam do discurso muitas vezes a partir de proposições realizadas pela direção para também construir suas oposições internamente. Entre eles, as situações de retaliações ou censuras de posturas seja pra votar ou não, são operadas a partir de “ideias forças”, muitas delas trazidas pelas lideranças. Uma das “ideias força” mais operadas na construção do discurso político é a superação dos elementos da política tradicional, caracterizado pelas oligarquias familiares e patrimonialistas presentes na política baiana, argumentos que ajudam no convencimento dos assentados que passaram por situações de desemprego e condições de vida precárias, razões que estão na justificativa inclusive de se incorporarem ao MST como forma de enfretamento das relações de dominação e exploração. Desse modo, cria-se o artifício de integração entre a luta direta e luta através da representação política, no projeto mais

amplo para superação das desigualdades sociais e políticas.

A socialização e vínculos entre dirigentes, lideranças, militantes e assentados são processadas, além das mobilizações como marchas, encontros, cursos etc., no cotidiano do assentamento, à medida que são desafiados a solucionarem problemas no âmbito do assentamento. As eleições também podem incorporar debates ligados a uma dinâmica mais geral dos assentamentos como as negociações e debate sobre os arranjos organizativos e da agrovila, como por exemplo, situações exemplificadas por Sandra Serqueira – assentada no Lulão, que fala sobre os problemas dos assentamentos:

Temos muita dificuldade de reunir os grupos de família, tem muita gente por aí sabe como é, uns trabalham outros não, aí uns tem produção e outros só reclamam, mas graças a deus, são poucos os preguiçosos. Estamos aqui esperando um trator, mas nem sei como vai ser, só vai poder usar nessa parte plana, porque do outro lado tem muito murundú, vai usar pouco. Graças a Deus a luz já está em quase todo assentamento como você viu, só tem as últimas casas que o povo fez no lote, porque você sabe né, antes só podia construir casas na agrovila, mas ainda bem que a direção entendeu que é importante para aqueles que tem o lote longe da agrovila, é melhor ter a casa no lote, facilita para o trabalho, tivemos muito debate e negociação, mas no fim eles entenderam, achei um avanço. (Sandra Serqueira, Entrevista, agosto de 2011)

Sobre esse processo da agrovila, foi por muito tempo um debate sobre a maneira como devem ser as moradias no movimento; percebi mais flexibilidade das lideranças, os quais continuam achando importante ter a agrovila pautado na racionalidade de favorecer, as reuniões, os processos de mobilizações para as ações, para chegada de infraestrutura, como água potável, luz elétrica, escola, posto de saúde etc. Todavia compreenderam recentemente, fruto de um aprendizado junto às famílias, sobre suas escolhas de estilo de vida, morar no seu lote para facilitar deslocar-se para o trabalho e ao garantir seu estilo de moradia diferente do estilo urbano. Não se pode desconsiderar que em alguma medida as agrovilas traduzem situações análogas às moradias urbanas, como exemplo, a proximidade das residências e a impossibilidade de ter área para plantação de pequenos animais e plantios da horta e pomar.

No geral observei que das 65 famílias que moravam no assentamento, quase todas tinham boas condições de moradia. As casas, por exemplo, já tinham sido construídas no novo padrão. São maiores, têm dois quartos grandes, sala e cozinha grandes e arejadas; o banheiro fica dentro da casa com sistema de fossa séptica. Verifica-se uma distância entre uma casa da outra, bem maior, se comparada, por exemplo, aos assentamentos mais antigos, a exemplo de Terra Vista, que as casas são praticamente parede com parede. Há também um quintal maior, que comporta pequenas hortas e pequenas criações, com exceção de suínos.

Possui energia elétrica, o que favorece a utilização dos aparelhos domésticos, televisores, equipamento de som, geladeira, liquidificador entre outros presentes nas casas das famílias. Guardadas as devidas proporções, a minha ida a vários assentamentos em diferentes regiões me indica que os assentamentos acompanhados pelo MST vivem um novo momento no que se refere às estruturas e aos canais de negociações quanto ao estilo de vida entre assentados e direção. Relata sobre esse novo momento o assentado José Alves:

Eu acho que a direção acaba aprendendo muito com nós, foi muito anos a direção querendo só agrovila e toda área coletiva, mas graças a deus, acho que hoje os meninos viram que não adianta querer que nos mora na agrovila se a gente não quer. Eu mesmo nunca briguei, mas claro que eu sempre quis ficar responsável pelo próprio lote. Afinal de contas nos vem pra luta é pra isso mesmo, claro depois o movimento nos ensina o monte de coisas, que tem outros pra vim, por isso, temos que ajudar. Nos aprende que tem outras coisas além da terrinha pra trabalhar, tem a educação, a produção, as casas mesmo, né!! (José Alves, Entrevista, agosto de 2011)

Assim o fato de estarmos analisando um movimento que orienta-se pelo centralismo democrático, isso não significa a ausência de confrontações e divergências, e que nem sempre os assentados aderem as propostas mediadas pela direção. Desse modo os assentados no jogo relacional com lideranças, outros assentados e militantes, a partir de certas estratégias de resistências, recusas ou de enfrentamento direto em assembleias e reuniões, realizam e imprimem seus pontos de vista e constroem seus modos de vida no assentamento. Nesse sentido, o que para direção pode ser visto como experiência que fracassou pode ser vista pelos assentados como algo que não queriam, e como mudança para melhor, imprimindo assim ensinamentos aos dirigentes do MST. Como, por exemplo, a experiências com as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) na qual o trabalho era totalmente coletivo, deixaram de ser o arranjo produtivo de organização preferencial da direção do MST-Ba e como por exemplo também atualmente mesmo havendo a construção da agrovila se pode construir casas no lote.

À medida que me inseria no assentamento, observava as relações, os conflitos existentes, ao mesmo tempo em que também aplicava o questionário para conversarmos sobre a participação do MST na esfera política. Visitei aos assentados que também tinha avaliações críticas aos dirigentes do MST da sua brigada. Destaco a conversa com seu Jovecino Alves. Feitas as explicações costumeiras para aplicar o questionário, constatei que não eram contra o MST ter candidatos, mas apresentavam várias condicionantes para conferirem o apoio a certos candidatos. Para seu Jovecino Alves, por exemplo, quem será o candidato é fundamental:



Nós não é contra não, mas depende de quem seja o candidato, porque tem uns aqui, que pelo amor de Deus. O antigo dirigente daqui mesmo disse que vai sair a vereador, eu não voto não, hum hum. Ah! Eu discutir muito com ele aqui, queria ter ficado com o lote da frente, ai fizeram um tal sorteio aí acabei ficando lá na rabeira. Tô só esperando juntá uma graninha aí pra terminar minha casinha lá, porque não tem condição de nós vim todo dia lá do fim da área para agrovila. Pense aí...Assim que acabar vou me mudar pra lá. Eu sei que eles ficam falando que sou preguiçoso e tal, mas enquanto não puder ficar lá perto de vez, não vou me desgraçar só porque eles querem, não vou nem que a vaca tussa'. – Então o senhor não pensa em sair do assentamento? - 'De jeito nenhum, eu também lutei, tenho direito, e não vou entregar de mão beijada pra siô ninguém'. – Mas eles querem que o senhor saia? – 'Pelo menos nunca me disseram nada' (Jovecino Alves do assentamento Lulão, Entrevista agosto de 2011)

No caso de seu José Ailton Souza, que balançava a cabeça em sinal de concordância a medida que o seu Jovecino falava, do seu ponto de vista é melhor votar nos candidatos oriundos do movimento do que em outros de fora. Para ele também depende quem será o candidato: “Porque é pió se não votá, mas assim, se não for quem eu gosto pelo menos um bocadinho eu não voto não, só se me ajudar”. (José Ailton, Entrevista, agosto de 2011)

Destaquei nas entrevistas que decisões anteriores relacionadas à vida no assentamento compõem o cenário da escolha dos assentados, embora compartilhem da decisão de ter candidatos oriundos do MST, querem saber quem é o candidato; em alguns casos, relações de inimizade e desconfiança estão na justificativa para não votar em alguns candidatos. Do mesmo modo, o sentido de gratidão, lealdade e retribuição ao MST compõem o sentido do voto entre os assentados:

Para mim não tem jeito, mesmo que tive contrariedades na vida aqui no assentamento né, não posso dizer que o MST é ruim só porque um militante ou um dirigente não foi bom pra mim, uns são legais outros não, inté na família é assim né. Devo isso aqui ao MST e no que o MST decidir eu tô apoiando, se é pra eleger os nossos, vamos lá (Zélia Alves, Entrevista, 3 de agosto de 2011)

As eleições é um trem danado, nos aqui temos feito muito pra eleger os nossos, Afinal nos tem que tá com quem tá com nós. Nos deve esse apoio a quem nos apoia né. Desde a primeira eu voto nos companheiros nossos, primeiro Valmir, Raniere, Weldes são meus amigão de longas datas, antes mesmo de eu ser do Lulão, depois nós lutou junto esse tempo todo com nossos companheiros, né, então eu acharia que não é certo não votar em nossos companheiros, eu tenho um dívida com o movimento que nunca vou pagar, estou na minha casinha, com minha terrinha pra zelar, né, e na luta esse tempo todo, não é fácil você mesmo sabe disso. Claro, tem umas contrariedades de vez em quando, tem uns companheiros que falha com nós, mas não pode dizer que foi o movimento todo né”. (Antônio Marques, Entrevista, agosto 2011)

Essas conversas foram fundamentais para compreender melhor as figurações do as-

sentamento, as situações de conflito. A satisfação de alguns com as decisões sobre o assentamento e as insatisfações de outros, todas juntas no mesmo espaço. A complexidade das situações visibilizam os mecanismos envolvidos na organização do assentamento. As decisões sobre o espaço “comum”, que exige periodicamente a formulação de canais de negociação para ordenamento do espaço e das relações. A abertura para negociação entre os divergentes das propostas da direção e ou do próprio grupo do assentamento.

Identifica-se que a socialização política decorrente da participação das famílias nas ações de construção do movimento sedimenta os laços entre assentados e lideranças e candidatos oriundos do movimento construídos anteriormente ao tempo da política, e, pautam-se por relações de reciprocidade, dívida moral, gratidão e lealdade ao movimento. Nesse sentido, essas relações compõem o quadro geral das motivações do voto destinado as lideranças. O tempo da política é um período também no qual a motivação do voto pode representar o momento de explicitar uma retribuição ao movimento, um modo de igualar o jogo, entre as lideranças e assentados, numa espécie de acordo tácito. É como estivessem quitando uma dívida moral com o movimento, pelo acesso a terra que tiveram, através da mediação das lideranças e militantes do movimento.

Embora esses elementos componham o quadro geral das motivações do voto entre os assentados, não estão ausentes as negociações diretas entre os estes e as lideranças candidatas quanto às trocas imediatas como, por exemplo, a possibilidade de aquisição de um bem material, um emprego, favores que são tradicionalmente classificadas como relações clientelistas. Solicitações e demandas que passam a integrar uma rede de atendimento articulada pelos representantes eleitos. Observa-se igualmente que muitos pedidos desta natureza sofrem constrangimentos a partir de elementos simbólicos construídos pelo grupo. Para cada prática adotada, aqueles que se integram nas redes pelos “pedidos pessoais” são menos valorizados no trato social. Os que não votam nos candidatos do movimento ou apoiam outros candidatos numa negociação mais imediata, como em troca de emprego, ou um bem material, são geralmente chamadas de “vira folhas”, “vendidos”, “interesseiro”, “sem consciência”, “despolitizado” – ou seja, trocar o voto ou vendê-lo traz consigo o estigma, no interior do grupo. Produzindo conflitos e tensões que produzem afastamentos entre os membros no assentamento. Segundo relata o assentado Antônio Pestana e Eliene Vinhas:

Aqui é assim, a maioria acha que apoia os meninos do movimento, o que é certo né, mas tem uma mesma aí que disse que vai votar num candidato do prefeito de Porto Seguro, porque ele prometeu um emprego pra filha dela. A gente sabe que ele não vai arranjar nada, mas ela quer acreditar então pronto.

Mas é uma vergonha alguém que luta junto com nós, sabe como é as coisas, e fica trocando o voto por favorzinho, acho uma traição com o movimento (Antonio Pestana, Entrevista, em agosto de 2011)

Menina aqui nós tenta todo dia explicar a situação geral dos políticos, dizer pra não trocar voto por coisas, porque depois, que moral vai ter de cobrar que ele faça as coisas que realmente tem que fazer...Mas tem sempre os vira folha, o povo sem consciência né.. Mas ainda bem que são poucos esses. Eu prefiro votar nos nossos mesmo, pelo menos se fizer errado, nos tá perto pra passar na cara dele que traiu a gente. (Eliene Nobre Vinhas, Entrevista, agosto de 2011)

A atuação dos representantes do MST também se orienta para qualificarem suas participações nas redes de acessos para atendimento das demandas estruturais dos assentamentos, imprimindo uma dinâmica de ganhos para coletividade como acesso aos programas federais, como a participação dos assentados do Programa Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>64</sup>, infraestrutura para o assentamento, como agilizar os processos do programa Luz para Todos. Relações de mediação interesses interpessoais entre assentados e as lideranças candidatas também são identificadas nessa dinâmica. Destacam-se pedidos de emprego e demandas de saúde, como nos conta Valmir Assunção, deputado federal, quando perguntado sobre os pedidos mais frequentes que recebe dos assentados que não decorrem de uma pauta coletiva do assentamento:

Veja bem, nos sempre tentamos atuar na agilização de muitos processos das pautas dos movimentos, que a maioria das vezes ficam paradas nas gavetas nos órgãos públicos, assim, buscamos fazer um acompanhamento para que não fique sem parecer, sem ser analisado, e tentamos fazer ao máximo para que as coisas cheguem aos assentados, afinal esse é nosso papel. brigar na estrutura do Estado para fazerem as coisas acontecerem, porque se ficarmos esperando, já sabemos como é. Do ponto de vista da questão dos pedidos pessoais, né, veja, é emprego, questões de saúde e bolsa de estudo, esses são os pedidos mais frequente, que pra mim nem chega a ser pessoal, até porque as pessoas que pedem um emprego pra filha, pro filho, eles sempre pedem pra gente entregar o currículo, pedir pra falar com A com B. Ou seja coisa que todas as pessoas fazem em qualquer área, eu acho que se conheço alguém que pode ajudar nisso, porque não atender. E a questão de emprego e igualzinha a segunda demanda maior que recebo todos os dias, que são os pedidos relacionados a saúde, são remédios, pedidos de cirurgia, de atendimento médico, transferência de pessoas doentes e tal. Infelizmente nossos mandatos não tem essa estrutura para dá esse apoio, trabalhamos cobrando a melhoria do sistema único de saúde, mas sempre que posso, pedir a um diretor de hospital, a um médico amigo da reforma agrária para atender uma pessoa doente, não acho que isso é favor, ou troca clientelista, acho que isso é minha obrigação que tenho mais acesso a certas pessoas e estrutura dentro do Estado. Estado aliás que temos que brigar cada dia pra melhorar as coisas pra população mais empobrecida que é quem sofre quando a saúde não funciona, quando a educação não funciona, enfim, tanto problema. (Entrevista, agosto de 2011)

<sup>64</sup> Programa do governo federal, que garante a compra direta dos alimentos produzidos pelos assentados, para abastecimentos das escolas, creches e hospitais públicos.

A experiência de atuação junto ao Estado, através das lideranças nas posições institucionais, potencializa não apenas o acesso aos programas vinculados a políticas públicas, mas incrementa a rede de influência do MST junto a outros movimentos sociais, a grupos políticos, e principalmente dando sentido interno a representação política junto aos assentados.

Esses elementos de mediação corroboram para a atuação do MST junto a outros atores, quando seus representantes também reivindicam e acompanham as pautas de outros movimentos de luta pela terra, como, por exemplo, a CETA – Movimento dos Trabalhadores Assentados da Bahia. Incorporam dessa maneira agendas de outros setores como a agenda dos povos tradicionais a exemplo das comunidades quilombolas e comunidades de Terreiros de Santo. Que apoiadas por também por esses setores estruturaram ainda mais a mediação institucional, dinâmica. Os arranjos decorrentes neste processo sinalizam para a capacidade desses atores, mediarem seus conflitos internos e construir “consensos” ou o mínimo necessário de acordos que garantam a unidade entre seus membros para atuarem coletivamente na disputa pela representação política nas posições de poder no campo político.

Nesse sentido, observei que a participação política também possui grande contribuição dos assentados, os quais se mostram dispostos a apoiarem as lideranças do MST em seu propósito, todavia, não sem debate, sem dizerem o que pensam e sem por vias variadas contemplarem seus interesses. Observou-se nesse processo que os assentados não somente estão dispostos a apoiarem e a votarem, mas querem também ser votados, como demonstrado no quadro 11, no capítulo II desta tese.

Alencar (2005), em seu estudo sobre a participação dos assentados nas eleições, a partir das categorias propostas por ele, ressalta o assentado/eleitor e assentado/candidato enfatizando em suas análises o quanto essa dinâmica informa alterações no processo representativo no Brasil, principalmente quando se trata das eleições nos municípios dada as diferenças destas com as eleições para deputados e governos estaduais e presidentes da república. Para Alencar é preciso adentrar nos segredos íntimos dos assentados e dos assentamentos, para compreender que o problema é a identificação do voto com a pessoa, isto é, há uma relação a ser identificada entre a ação e o voto, e se não consigo decodificar ação e voto, demonstrando sua relação, não transformo ação em voto. Alencar (2005, p.73) propõe ainda que:

Os partidos de esquerda, os movimentos sociais, os movimentos sindicais, professores/pesquisadores que fazemos militância política, precisamos re-

## 6 A PROMESSA COMO UM ACORDO TÁCITO

Faria (2005), em suas análises sobre os assentados e a relação com os políticos, identificou, por exemplo, a “promessa” como uma espécie de acordo tácito, que nutre a relação entre os candidatos e os eleitores, no caso particular do seu estudo, entre os candidatos vindos das bases do MST e entre os assentados. Para a autora (2005, p.23) a “promessa política é o que se pode chamar de um invólucro que recobre diversas relações pessoais vividas no âmbito da política, como o favor, a troca, e o que não é abertamente falado e aludido”. Observou-se, nas análises acima, o quanto as motivações de votar ou não votar nos candidatos do movimento são referenciadas em relação a vivências anteriores ao período eleitoral. Muito embora essas relações se visibilizem mais intensamente no tempo da política e tornem-se alvo da disputa política por legitimação na representação desse campo, esteve atenta ao seu prolongamento e ao lastro que a sustentam, que é o compromisso presumido e as promessas anteriores realizadas ao longo da relação entre os assentados e os candidatos do MST-Ba. É em nome dessas promessas que outras também são feitas, criando um círculo recíproco de enunciações de intenções, ambas com a expectativa obviamente de tornar-se fato consumado.

Nesse sentido, na política a verdade da promessa, ou o prognóstico, depende da veracidade e também da autoridade daquele que os pronuncia, ou seja, na capacidade de fazer crer na sua veracidade e na sua autoridade (FARIA, 2005, p.25). Para Bourdieu (2005b, p.186):

O que seria um discurso irresponsável na boca de qualquer um é uma previsão razoável na boca de qualquer outro. As expressões políticas, programas, promessas, previsões ou prognósticos ‘Ganharemos as eleições’ nunca são verificáveis ou falsificáveis logicamente; elas não são verdadeiras senão na medida em que aquele que as anuncia (por sua conta ou em nome de um grupo) é capaz de as tornar historicamente verdadeiras, fazendo-as advir na história. – e isto depende ao mesmo tempo da sua aptidão para apreciar de maneira realista as probabilidades de êxito da acção destinadas a pô-las em acto e das suas capacidades para mobilizar as forças necessárias para o fazer, ao conseguir inspirar a confiança na sua própria veracidade e, portanto, nas suas probabilidade de êxito.

No marco deste debate, é possível compreender, por exemplo, que o processo de escolha das pessoas candidatas indicadas pelo movimento a participarem do jogo político, devem, antes de qualquer coisa, dispor de um “lastro interno construído”, que as credencie que as invista enquanto pessoas que se colocam como representantes do movimento no campo político, caso contrário, não conseguem sequer lançar-se como candidaturas legítimas para o movimento. É justamente esse lastro que compõe inicialmente o capital político dessas lideranças e assentados na sua atuação política, o investe de uma autoridade reconhecida entre os “seus pares”.

## 7 O RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA ALÉM DOS VOTOS NAS URNAS

Acompanhou-se, portanto, ao longo do processo que a campanha reuniu um conjunto de variáveis que permite-se afirmar que as eleições tiveram mais desafios do que o sentido de autorização e do consentimento do candidato a tornar-se representante do MST ou dos movimentos que aderiram à campanha. Foi possível incluir um conjunto de agentes coletivos e individuais para o debate político e na construção de uma plataforma a qual se tornou um instrumento de referência para os processos de avaliação e prestação de contas do representante junto aos representados. Bem como as ideias, reivindicações, compromissos entre os representados e o representante, ganharam visibilidade social, a partir dos movimentos mobilizados, e foram importantes para o convencimento de outros segmentos e pessoas que aderiram a campanha.

Nesse sentido, os 132.999 votos que o candidato a deputado federal Valmir Assunção obteve nas eleições de 2010 informam mais do que o resultado em si. Demonstram a capacidade de um conjunto de agentes (movimentos social, tendência do partido, assentados) convencerem e mobilizar um conjunto de outras pessoas em torno das ideias forças desses movimentos e que foram associadas à imagem do candidato. Fizeram-se crer por uma parcela do eleitorado baiano. Assim, quando anunciavam que venceriam as eleições, antevia o que poderiam fazer: conseguir eleger, entre outros candidatos, aquele que na avaliação destes agentes seria o seu representante no congresso nacional. Assim cabe perfeitamente uma citação de Bourdieu (2005b, p.185):

Em política, dizer é fazer, quer dizer, fazer crer que se pode fazer o que se diz e, em particular, dar a conhecer e fazer reconhecer os princípios de divisão do mundo social, as palavras de ordem que produzem a sua própria verificação ao produzirem grupos e, deste modo, uma ordem social.

A forma colegiada de coordenação da campanha; estruturação de financiamento que garantam princípios de autonomia de tradicionais controles dos mandatos; a plenária de planejamento com a participação de lideranças e militantes de vários movimentos sociais (MST, MTD, Movimento Negro, MLT, CETA, MAB, movimento indígena) e da AE após eleições, e, a criação de um conselho permanente para orientar as ações do seu representante, podem ser expressões que sinalizam para nós o quanto a participação dos movimentos sociais pode alterar a qualidade de sua própria organização, construir novos espaços de negociação entre representantes e representados, bem como, alterar o modo de fazer a política atualmente.

Inovações também demonstradas pela capacidade dos acampados e assentados vivenciarem o *tempo das eleições*, apontando para um novo cenário, no qual eles questionam e alteram as posições de poder na política baiana, introduzem outros valores, quando confirmam, por exemplo, sua capacidade de articulação da candidatura de um dos seus porta-vozes e o tornam o 4º deputado federal mais votado do PT, mas colocando-se como representantes dos grupos que fazem parte. Nesse sentido, estou de acordo com Miguel (2009, p.175):

Se não há, aí, nenhuma resposta para os problemas atuais da organização política, existe, ao menos, uma indicação bastante precisa dos valores que devem presidir nossa busca: aprofundamento da democracia, aproximando-a do sentido original de 'autonomia coletiva'; aprofundamento da justiça, contemplando a diversidade de modos de vida justapostos nas sociedades atuais.

Estruturação de novas dinâmicas de participação social, mecanismos que alterem o conteúdo na orientação das representações públicas, combinando com outras ações de luta para além dos marcos institucionais abrem a possibilidade de um reposicionamento na política atual, em que a participação ativa dos movimentos sociais no jogo político abre substancialmente sua condição de alterar algumas lógicas, tendo como ideário central o aprofundamento do processo democrático ainda em estágio embrionário para nós. Nesse sentido, concordo também com Bringel (2008) ao afirmar que em muitas dimensões o MST contribui para a democratização, seja pensando a democracia como demanda a partir da exteriorização de suas ações, ao participar, por exemplo, dessas disputas de posição no campo político instituído, no diálogo com uma rede de outros movimentos sociais para construir candidaturas de representantes que são orgânicos das suas organizações, seja também como criador de novos espaços de democracia radical em seus acampamentos e assentamentos na formação dos seus membros que resultam em socialização política que se refere à esfera individual da qualificação do indivíduo como ser político; e que se relaciona com a dimensão coletiva, voltada para a atuação dos movimentos sociais na esfera pública.

**CAPÍTULO VI**  
**APRENDIZADOS E DESAFIOS NO ATO DE REPRESENTAR DOS MEMBROS DO**  
**MST-BA**



**Figura 7:** Conjunto de imagens E

I (acima) - Valmir com bandeiras

Fonte: Adilson Fonseca, 2011

II (abaixo) - Bandeira do pessoal com faixa que vota em Dilma, no MST em São Paulo

Fonte: Agência Brasil, arquivo, 2010



No percurso das análises de algumas variáveis presentes na experiência vivenciada pelo conjunto dos membros do MST durante as eleições, identificaram-se aprendizados e a apropriação de um conjunto de regras para viver-se o jogo político implicados na luta por representação política. Neste capítulo, busca-se – a partir das relações entre os representantes oriundos do MST – identificar como no exercício do mandato esse vínculo é mantido, uma vez que anteriormente identifiquei a existência do laço, do vínculo entre aqueles que foram autorizados para, no jogo da disputa eleitoral, cumprirem o papel da mediação das ideias, opiniões e pautas imediatas do movimento nos espaços instituídos.

Portanto se já está suficientemente claro que o vínculo entre o movimento e os membros que foram autorizados a participarem das disputas eleitorais foi plasmado à medida que estes estiveram presentes, atuantes na construção do *fazer-se* do MST enquanto agente coletivo, interessa-me compreender como os representantes têm atuado em seus mandatos de modo a indicar a “manutenção” do vínculo e consolidação dos laços, ou, em sentido contrário, identificar aspectos que fragilizam esses laços. Outro objetivo neste capítulo é identificar quais aprendizados esses representantes assimilam no ato da representação e como se expressam nas relações com organizações que enunciam representar. Espero ainda, no marco do debate sobre representação política, identificar os desafios colocados nessa relação a partir da experiência analisada.

Na impossibilidade de apreciação no âmbito desta tese de todos os mandatos do conjunto dos representantes oriundos da militância no MST, sublinharei para análise a atuação do deputado federal de Valmir Assunção em 2011 e sua atuação como secretário de Estado à frente da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza (SEDES) (2007-2010) e da trajetória de Vera Lúcia à frente da Secretária de Políticas para as Mulheres (SPM) (maio 2011-2012). Selecionados, novamente, pelo critério da abrangência do mandato federal e dos cargos de secretários de estado. As informações foram levantadas a partir da entrevista em profundidade com Valmir Assunção e Vera Lúcia, utilização de reportagens e depoimentos de membros do MST sobre a atuação desses representantes<sup>66</sup>.

Foram apreciadas no fluxo das relações entre representante e o movimento algumas variáveis como discursos proferidos, destinação de emendas, votação em plenárias, entrevistas públicas em jornais. Não se pretende com isso uma análise formalista da atuação dos repre-

---

<sup>66</sup> Não se desconsidera com isso que os mandatos no âmbito dos municípios dos cargos de secretários e vereadores, bem como os cargos executivos (como coordenares estaduais e de federais), não assumem papel importante para essas dinâmicas, pelo contrário, são variáveis que demandam ser analisadas de acordo suas especificidades no sentido de termos mais elementos sobre esse processo.

sentantes sobre sua atuação no congresso nacional, visando uma avaliação classificatória em ruim ou boa atuação do parlamentar e da secretária. O intuito foi justamente identificar no fluxo das relações as dinâmicas e aprendizados que surgem dessa experiência. Desse modo, as variáveis seguintes apenas corroboram na identificação de alguns elementos em referência à essas relações.

## 1 A CONSTRUÇÃO DO MANDATO ESTADUAL E AS PRIMEIRAS MEDIAÇÕES DO REPRESENTANTE DOS SEM TERRA

No dia 4 de janeiro de 2005, lotavam o auditório da Assembleia Legislativa da Bahia aproximadamente 1000 membros do MST com seus bonés vermelhos dos quais 350 no plenário e 650 na antessala do plenário. Acompanhavam o ato de posse de uma de suas lideranças, a deputado estadual. Muitas bandeiras do MST, PT, MPA, CETA, MAB, Movimento Estudantil, Via Campesina, davam cores ao auditório e palavras de ordens quebravam o silêncio oficial da solenidade. Canções e música emocionavam os convidados. Familiares, amigos e parceiros do movimento representados na solenidade testemunharam com alegria a posse de um dos sem terras. Na ocasião, outros três deputados tomaram posse<sup>67</sup>, em substituição a deputados que foram eleitos nas eleições municipais de 2004. Valmir Assunção assumiu a vaga da deputada Moema Gramacho (PT) que foi eleita prefeita do município de Lauro de Freitas. No momento que o deputado Valmir Assunção foi chamado para o pronunciamento na tribuna, a plenária, em meio aos aplausos, gritava entusiasta “é socialista, é radical, é Valmir deputado estadual”. A cara e a coragem dos sem terra na Bahia, slogan da campanha que o conduziu a 1ª suplência do PT, fora lembrado nas palavras de ordens dos presentes.

Ao proferir o discurso, o deputado recém-empossado lembrou o processo e a luta que o lastreava a tomar posse naquele momento, quebrado o protocolo da casa, ao colocar o boné na cabeça, levando o plenário a euforia entre aplausos e gritos sucessivos de palavras de ordens. De acordo com relato de Valmir Assunção:

Foi um momento de muita emoção e que tinha muito claro a responsabilidade para não decepcionar meus companheiros e companheiras e acho que fiz isso, eu trabalhei muito junto com todos os movimentos sociais para formular as linhas que orientaram o mandato. Acho que foi isso que mais acertei e espero sempre fazer. Porque quando estamos juntos temos a oportunidade de dialogar e juntos podemos encontrar as soluções para superar os problemas que aparecem. (Entrevista, 2011)

---

1 Luis Augusto (PP) Assumiu mandato em 4 de janeiro de 2005 em substituição ao Dep. Rui Macedo, eleito prefeito de Jacobina.

2 Padre Joel Assumiu mandato em 4 de janeiro de 2005, em substituição ao Dep. João Henrique, eleito prefeito de Salvador.

3 Paulo Rangel Assumiu mandato em 4 de janeiro de 2005 em substituição ao Dep. Luiz Caetano, eleito prefeito de Camaçari.

4 José Nunes Soares (PFL) assumiu mandato em 5 de janeiro de 2005, em substituição ao Dep. Michel Hagge, eleito prefeito de Itapetinga.

Observei, ao analisarmos as entrevistas que nos dois primeiros anos 2005 e 2006, a estratégia da coordenação do mandato foi fortalecer a aproximação e laços com os movimentos sociais de luta pela terra, movimento negro, estudantes secundaristas e universitários, organizações e órgãos vinculados com a reforma agrária. O envio de correspondência, a organização de seminários, a participação do deputado em eventos, reuniões desses movimentos; inaugurações; aniversários, jantares, cafés da manhã, almoços com lideranças marcavam os “rituais de comensalidade” entre o deputado e seus eleitores (KUSCHNIR, 2002). Criação de lista de e-mail, respostas das solicitações, ligações de felicitações de aniversário, dentre vários expedientes que colocavam o mandato em permanente contato com os movimentos sociais do qual representava (HEREDIA, 2002).

Conversando com Valmir Assunção, ele relatou como teve que aprender a lidar com o funcionamento da assembleia legislativa, a forma das comissões, a administração da verba de gabinete, a composição da assessoria, o método de votação dos projetos, o método de apresentação dos projetos de lei, etc. Enfatizou o quanto alguns deputados – da base aliada – foram importantes para ajudá-lo a apreender a se movimentar na “burocracia” implicada ao exercício em “ser deputado estadual”. Considerou que estes dois anos foram bastante expressivos e, neste período, conseguiu articular-se e assumiu algumas posições resultantes dos arranjos políticos implicados ao exercício do mandato. Foi, por exemplo, vice-líder da bancada do PT e presidiu a Comissão Especial de Assuntos da Comunidade Afrodescendente. Também atuou como vice-presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural e foi membro titular da Comissão Especial da Fome e vice-presidente da CPI do cacau.

O próprio funcionamento do gabinete, sua finalidade, enfim. Fui aprendendo aos poucos, embora considere que estar diretamente vinculados às lutas populares, participando é a melhor maneira que sempre encontrei para me movimentar na política. Os dois primeiros anos foram para compreender essa dinâmica e consolidar minha imagem com a luta que represento, não posso me dissociar dela, por isso, tenho o compromisso de fazer o meu melhor e não assimilar as regras políticas daqui, mas me esforçar para mudá-las. Para mim foi fundamental ter proposto o Estatuto da Promoção da Igualdade Racional e Combate a Intolerância Religiosa, Apresentei o zoneamento ambiental que é justamente para dialogar e debater com essa situação do eucalipto no Estado ou de qualquer monocultura que chega em uma região e começa a desenvolver as atividades sem levar em consideração a população daquela região, a vocação daquela região, meio ambiente e as organizações que têm. Ter mantido o vínculo com a bandeira que represento e ter atuado com os segmentos do movimento de mulheres, movimento da juventude, movimento LGBT, movimento negro, povo de terreiro, enfim, ter colocado nosso mandato à disposição dessas lutas isso foi fundamental, para me consolidar como o candidato do PT mais votado nas eleições de 2006. (Valmir Assunção, Entrevista, 2007).

O Projeto de Lei intitulado Estatuto Estadual de Promoção da Igualdade Racial e Combate à Intolerância Religiosa, apresentado pelo deputado em 2005, foi um instrumento reforçador do compromisso do deputado com segmentos do movimento negro, ampliando sua imagem política com esses agentes. Relembra Valmir Assunção:

Minha vinda para Salvador me fez criar consciência para cumprir esta agenda social do Brasil. Hoje não consigo compreender como ter outra atitude, sem também colocar nos braços a questão racial. Cerca de 95% da população sem terra na Bahia é negra e isso mostra o nosso meio, e a nossa origem que foi a escravidão. Se antes estávamos nas senzalas, após o 13 de maio 1888, passamos a ser sem senzalas e sem terra. Hoje boa parte desta população também vive na periferia das cidades e geralmente se incorporam a luta pela terra e esperam conquistar um pedaço de terra. Então, essa agenda da reforma agrária está intimamente ligada à questão racial no Brasil. Eu me defino como um homem dessas agendas e que quer mudar esse estado de coisas. (Entrevista, 2010)

Para Elizabeth Rocha, da direção Nacional do MST o mandato foi importante por consolidar também relações com outros movimentos sociais, principalmente com o movimento negro. Relembra Elizabeth:

Durante a reunião da direção do movimento Valmir em 2005 logo após Valmir assumir, me lembro, ele continuava participando das nossas reuniões, ele trazia várias informações como por exemplo como funciona a assembleia legislativa e tivemos a oportunidade de discutir os perfis dos companheiros do movimento que iriam compor a assessoria do mandato para dinamizar a relações que nos ajudassem a avançar na luta por reforma agrária. Debatesmos o perfil do mandato. Indicamos três assessores na ocasião para atuar junto as regionais. Outras indicações também foram feitas pelo movimento negro, que indicaram os militantes Mércia para secretária, Samuel Vida e Bujão e a tendência do PT indicou Ivan Alex, Camila e Jânio Coutinho. A chefe de gabinete, também, fomos nós do movimento que indicamos, como você sabe, foi Norma Couto que tinha sido coordenadora da secretaria do movimento na regional Sul em Itabuna e o advogado também foi o do movimento Dr Cloves que assumiu a assessoria jurídica. Achemos na época um formato importante porque articulava minimamente os movimentos que apoiavam o MST e a luta por reforma agrária. (Entrevista, 2010)

Na entrevista com Evanildo – direção estadual do movimento – ele avaliou como muito importante ter um representante na Assembleia Legislativa, porque favorecia certas articulações que ajudavam o movimento no processo de luta. Para ele:

Para nós, por exemplo, durante a jornada de luta que fizemos em 2005 para

defender a reforma agrária que estava muito ruim no governo Lula., foi fundamental a articulação do companheiro Valmir para consolidar a articulação da vida do presidente tanto em janeiro quando ele veio inaugurar a fábrica da Veracel, que na articulação conseguimos fazer com que ele viesse também ao acampamento Lulão, ocasião que tivemos a oportunidade de cobrar compromissos com a reforma agrária, que resultou na aceleração do processo para assentamento das famílias acampadas no Lulão, em setembro de 2005 com a presença do presidente. (Entrevista, 2010)

**Box 3: Sem terra comemoram título de posse**

**Matéria veiculada:** [www.noticia.terra.com.br](http://www.noticia.terra.com.br)

SEM-TERRA DÃO TRÉGUA NA BAHIA E COMEMORAM POSSE

**29 DE SETEMBRO DE 2005 • 09H41**

Em três dias de mobilização, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupou 21 latifúndios em nove Estados e 29 prédios do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) em 19 Estados. Os sem-terra também bloquearam estradas no Mato Grosso, Minas Gerais e Pernambuco e sete pedágios no Paraná em jornada de luta pela Reforma Agrária. A mobilização, no entanto, teve trégua no extremo sul da Bahia. Ontem, 68 famílias de sem-terra comemoraram o título de posse de 672 hectares da Fazenda Coroa, entre as cidades de Porto Seguro e Eunápolis.

O assentamento, às margens da BR-367, já dispõe de sistema de irrigação, cerca e estrada para escoamento da futura produção agrícola. Mais 264 famílias também foram transferidas, nesta semana, do acampamento Luiz Inácio Lula da Silva, próximo a Porto Seguro, para as Fazendas Bela Vista Moveelar, em Santa Cruz de Cabralia, e Cerro Azul, em Porto Seguro - esta, em negociação final de compra pelo Incra. Em agosto, 173 famílias do mesmo acampamento haviam sido contempladas com duas fazendas nas cidades de Itabela e Itamaraju, num total de 2.424 hectares.

De acordo com o Incra, desde 2003, nove áreas foram decretadas de interesse social no extremo sul da Bahia, somando 15.286 hectares com capacidade para 783 famílias. O Incra não desapropriava terras nesta região desde 1997. Os números motivaram a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, e do presidente do Incra, Rolf Hackbart, na cerimônia de entrega do título de posse da mais recente desapropriação - a Fazenda Coroa. O ato simbólico também contou com a participação de José Rainha, líder do MST, que levou o movimento ao extremo sul baiano no final dos anos 80.

O dirigente do MST e deputado estadual petista, Walmir Assunção, justificou a comemoração em plena Jornada de Luta pela Reforma Agrária. "Tem muita gente que fica dizendo como é que o movimento sem terra está mobilizado no Brasil todo, ocupa Incra, pressiona o governo de um lado e de outro e aqui em Porto Seguro vocês fazem festa com o presidente da República?", disse. "Porque essa comemoração é a referência da valorização da luta de todos esses trabalhadores e trabalhadoras que acabam de receber seu pedaço de terra, é fruto de muita luta e trabalho e é do povo comemorar suas conquistas. Depois de afirmar que a felicidade "é ter um pedaço de terra para poder trabalhar e viver", felicidade também é a possibilidade "de dividir a terra neste Brasil", o deputado agradeceu a presença do presidente na região. "E nós queremos agradecer, nada mais do que isso. Vamos continuar na luta pela reforma agrária, presidente, porque achamos que não é porque tem um assentamento, dois, cinco ou dez que acabou a luta. De forma nenhuma. Essas conquistas são justamente a energia suficiente para a gente continuar lutando", disse.

Ao final do mandato de dois anos, a reeleição de Walmir Assunção a deputado estadual como o mais votado do (PT na Bahia) pode ser um indicativo dos vínculos com o movimento, bem como expressivo da ampliação de sua rede de relações com outros movimentos sociais. Segundo ele:

Os projetos que apresentei foram importantes, bem como não mudei minha participação nas atividades do movimento, conciliando minhas atribuições formais de deputado, estar nas sessões, propor os projetos, com as ações de mobilização e organização dos movimentos sociais. Os discursos, os projetos que apresentei foram resultados dos debates construídos junto com os movimentos. Ou seja, do ponto legislativo eu apresentei uma série de proposição e ao mesmo tempo viajei em torno de doze mil quilômetros mês pelo Estado da Bahia para poder dialogar e me apresentar nos lugares que as pessoas tinham votado em mim e não me conheciam e prestar conta do trabalho que eu estava fazendo enquanto deputado estadual. Foi uma média de doze mil quilômetros mês rodado pra poder prestar conta do mandato que nós estávamos fazendo. Esse apoio e participação junto lado a lado com o movimento foi o que possibilitou eu sair de vinte e quatro mil votos pra sessenta e oito mil votos que me tornei o deputado mais votado do PT, da história do PT em 2006, justamente pelo que eu fiz enquanto parlamentar, mas ao mesmo tempo por causa da prestação de conta e da relação que criei com todos os movimentos do meio rural e pela minha história no MST. Então isso criou um lastro importante. Por quê eu tô dizendo isso? Porque foi justamente quando eu me elejo o mais votado do PT Wagner se torna governador da Bahia. E Wagner enquanto governador da Bahia, eu o mais votado do PT, oriundo do movimento dos sem terra. Nós que sempre o apoiamos até pra deputado federal, nós fizemos duas campanha para ele. Ele sempre teve uma relação estreita conosco. Então por eu também fazer parte de uma corrente do PT que é a articulação de esquerda. Então juntando esses ingredientes eu acho que foi isso que levou a ele me convidar pra ser Secretário de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza em 2007. (Entrevista, 2010)

## 1.1 A ATUAÇÃO COMO SECRETÁRIO DE ESTADO E O ÊXITO ELEITORAL

Uma secretaria nova, eu tive muita dúvida se eu deveria assumir ou não. E eu consultei as duas instâncias importantes desse processo. Primeiro o movimento dos sem terra. Ver o que a direção do movimento achava de eu me tornar secretário ou não. O movimento foi a favor que eu deveria assumir. Segundo foi justamente a minha tendência interna dentro do PT que concordou que eu deveria assumir. E em terceiro, eu estabeleci um contato com diversas lideranças que me apoiaram na campanha de deputado e de todo Estado, liguei para todas elas e não teve uma liderança que dizia que eu não deveria assumir a secretaria. Ou seja, eu tinha todo o apoio pra poder assumir essa nova atividade, essa responsabilidade. (Entrevista 2010)

Construir o discurso de aproximação, desenvolver ações e atos que consolidam sua relação com os movimentos sociais são temas enfatizados nas entrevistas de Valmir Assunção. Em entrevista em 2011, o deputado federal reforçou esses argumentos e falou sobre especificidades políticas do cargo de Secretário e o quanto essa posição possibilitou o aprendizado prático sobre o funcionamento dos processos e dos limites burocráticos do Estado, e as

normas que teve que aprender para atender as pautas dos movimentos.

Rita do Rosário, do movimento negro, que integrou a equipe da Sedes, relembra as dificuldades para criar o programa de povos e comunidades tradicionais e para que estes projetos fossem aprovados junto a Procuradoria Geral do Estado – PGE<sup>68</sup>, mesmo quando todo o processo estava regulamentado. Segundo relato de Rita Rosário<sup>69</sup>:

Primeiro foi um embate que o Secretário teve que fazer para convencer a equipe do governo que era necessário a criação de um programa para povos e comunidades tradicionais aqui no Estado, inclusive para dialogar com a política nacional que estava sendo desenvolvida pelo Ministério de desenvolvimento social e combate a fome (MDS). Outro aspecto foi ao criar o programa a falta de familiaridade com a política para este segmento pelos técnicos no governo, resultou em vários embates do secretário com procuradores do Estado. Era comum que durante a avaliação técnica tudo estava certo, a documentação CNPJ, estatuto, enfim todas as exigências corretas, o procurador não autorizou sob o argumento que nunca tinha sido realizado projeto com a entidade deste perfil, motivo pelo qual eles não autorizavam. Foi uma disputa de posições constante entre o Secretário Valmir e aqueles procuradores que por várias vezes não autorizavam a realização de convênios com ‘povo de santo’ quilombolas, assentados e ciganos, até conseguirmos que outros procuradores se sensibilizasse entendeu-se que era outro momento que a Bahia estava vivendo, e que é justamente o povo que historicamente nunca tinha acessado políticas públicas e recursos que estavam começando a ter uma oportunidade<sup>70</sup>. (Entrevista, 2010)

Valmir Assunção recomenda que os movimentos se reorganizem no sentido de negociar com o estado. Ao falar de uma das dificuldades ao ser secretário, enfatizou justamente a dificuldade de realizar convênios e conseguir liberar recursos para entidades ligadas efetivamente ao povo. Para ele, a estrutura do Estado foi criada historicamente para beneficiar as classes altas da sociedade, o que representou para ele um grande desafio no momento de destinar os recursos e as políticas públicas para os segmentos como pescadores, quilombolas, assentados, ciganos, povo de santo, justamente o público sobre o qual deveria focar na Secretaria de Desenvolvimento e Combate a Pobreza. Conta sobre as dificuldades de lidar com os procuradores do Estado, os quais não têm um histórico de autorizar a realização de convênios com esses segmentos; por isso para ele é um desafio aos movimentos populares e aos segmentos se organizarem para também disputar com segmentos historicamente beneficiados os investimentos públicos, organizando-se e preparando para do ponto de vista formal também poderem se colocar nas disputas.

<sup>68</sup> Órgãos responsáveis pela supervisão dos processos /convênios, licitações, consórcio, pregões no governo do Estado.

<sup>69</sup> Membro do movimento negro e técnica integrada a coordenação de povos e comunidades tradicionais da Sedes.

<sup>70</sup> Em referência à criação do programa que previa ações junto aos povos e comunidades tradicionais.



O formato de entregar pauta e depois mobilizar para cobrar pauta, já não funciona mais, o tempo passa e os recursos não são acessados. Assim é fundamental para ação dos movimentos a organização interna, para acessar os editais, projetos do governo que visam beneficiar a base que constitui esses movimentos sociais de maneira permanente, é preciso disputar com outros segmentos sociais os recursos do estado, não somente nos períodos de mobilização política. (Entrevista, novembro 2010).

Sobre esse processo, Vera Lúcia Barbosa relembra do encontro da coordenação estadual do MST em junho de 2007. Realizada no município de Prado – no assentamento 1º de abril – um dos pontos da pauta era o debate no qual Valmir Assunção explicou como o movimento poderia participar dos programas e políticas públicas da Sedes. Conforme Vera Lúcia:

Na ocasião me lembro que terminou a reunião, o povo não parava de perguntar, até porque Valmir explicava que em relação a reforma agrária, diretamente não seria possível fazer muitas coisas, explicou os programas que tinha na secretaria e a forma de funcionamento, as exigências para aprovar os projetos e a necessidade do acompanhamento da execução e prestação de contas. Sabíamos que como ele era do sem terra seria pressionado a não atender nossas demandas sob a legação que era beneficiar um público específico. Mas continuamos na luta, conseguimos no processo através do programa de aquisição de alimentos beneficiar os assentados com a compra direta, bem como os assentamentos na região de convivio com a seca ser beneficiada com as cisternas de produção e para consumo das famílias e o convênio para construção de 17 das casas de farinha. 64 sistema de abastecimento de água no assentamentos. O debate mesmo sobre as cisterna me lembro que foi grande no governo, porque tinha uma proposta de contratar empresas terceirizadas para construir as cisternas e Valmir justamente com o apoio da ASA, defendeu o contrário, mas no final conseguiram fazer compreender que não se trata apenas de construir as cisternas mas envolver as famílias em todo processo de convivência com a seca e aí convênio foi celebrado com a Asa. (Entrevista, 2010)

Para o assentado Aroldo Gonçalves, do assentamento Lulão, é fundamental ter pessoas em posições que ajudem a articular as demandas do movimento:

Agente sabe como é, o movimento organiza a mobilização, faz a pauta, agente mobiliza, marcha, ocupa o INCRA a secretaria de agricultura, mas agente sabe que se não tiver uma cobrança todo dia dos acordos as coisas não caminha, os projetos ficam parados na gaveta, por isso acho importante os meninos do movimento cobrarem, Marcinho, Beth, Lucinha, Valmir né, nosso deputado, acho que essas coisas ajuda um pouco mais as coisas chegarem pra gente aqui no assentamento, as casas e a luz mesmo, foi assim. (Entrevista, agosto, 2011)

Já para Márcio Mattos da direção nacional do MST, uma das ações importantes de Valmir Assunção enquanto secretário foi ter articulado no governo Wagner o envio de várias

cisternas para o Haiti, no momento em que a situação estava ainda mais agravada por causa do terremoto. Fala de Márcio Mattos:

Valmir demonstrou o quanto certas posições podem ajudar na articulação ao atendimento do povo que nunca teve acesso a nada, quando João Pedro solicitou para ver se era possível, começou uma movimentação no governo para ver a forma legal de fazer essa doação para o Haiti. Valmir que já tinha estado no Haiti em 2005 quando era deputado estadual conhecia o sofrimento de perto daquelas pessoas, e sabia o quanto era importante articular as cisternas e o que fosse possível, considerei super importante quando ele tentou articular, embora sem sucesso, a campanha do carnaval de Salvador ter como campanha principal a solidariedade ao povo haitiano. Foram doadas se não me engano 1000 cisternas (Entrevista, 2010)

Durante a experiência de Secretário, ficou explícito as diferenças entre a atuação do legislativo e executivo nas construções das redes de acesso. É possível perceber a força das posições do executivo nos arranjos políticos. Relata ainda Valmir Assunção sobre as ações na condição de secretário de estado:

Mas eu tinha uma convicção que me ajudou a seguir a orientação do movimento e das lideranças. Eu tinha que entrar e me tornar secretário e ser e sair igual eu entrei. Minha meta eu cumpri. A meta pessoal. Fui secretário, continuei, fiquei na secretaria três anos e três meses. Só sai para ser candidato a deputado federal. Continuei me relacionando, vivendo do mesmo jeito de antes. Isso eu me orgulho, porque é um desafio muito grande para qualquer um que assuma uma função como essa. Mas ao mesmo tempo me orgulho de ter feito muitas coisas à frente da secretaria. Habilitar 100% dos municípios da Bahia na assistência social. Isso foi fundamental porque é muito difícil habilitar um município e ter todos os quatrocentos e dezessete município habilitado no SUAS (sistema universal da assistência social) foi algo pra nós fantástico. Conseguimos aprovar na Assembleia Legislativa a lei de segurança alimentar. Foi muito importante para nós. (Entrevista, 2011)

Relatou ainda um conjunto de ações ligadas às comunidades rurais:

Nós termos no Estado da Bahia um milhão e trezentas mil pessoas que saiu da extrema pobreza, segundo o IPEIA, foi algo pra nós fantástico. Lógico que isso é uma política do Governo do Estado, mas eu enquanto secretário de combate à pobreza tenho minha responsabilidade. A secretaria foi uma das secretarias de governo que mais capitou recurso para investimento na política de segurança alimentar. Nós criamos um PAA (programa de aquisição de alimentos) que consistia na compra dos produtos pelo Estado direto do produtor assentado e da agricultura familiar e distribuindo para a rede sócio-assistencial do município, fortalecendo, assim, a assistência social no município. Os cursos de capacitação que nós fizemos em todo o Estado pra assistência social, pra segurança alimentar. O programa de cisterna e captação de água de chuva, cisterna de produção que nós fizemos. A cisterna de emergência nós distribu-

imos em todo o Estado da Bahia. Ou seja, o fortalecimento da defesa civil, a capacitação de recurso da defesa civil pra atender os município em situação de emergência em todo o Estado da Bahia. Nós, enquanto secretário, nós fizemos muita coisa. Os quintais produtos. Lógico que tudo isso eu me orgulho pelo trabalho que eu fiz e pela oportunidade o governador Wagner me concedeu, pela equipe que nós construímos e pela compreensão do movimento dos sem terra. Construir dezesseis casas de farinha dentro dos assentamentos, fizemos as aguadas. O trabalho que nós fizemos no Extremo Sul do Estado com a Associação de Desenvolvimento Rural Adventista (ADRA) pra fortalecer a produção não foi pouca coisa. Então nós fizemos diversas ações, diversos projetos. Então eu enquanto militante dos sem terra que nunca esperei e não tinha expectativa de ser secretário do Estado, de me tornar o deputado mais votado do PT, e ter contribuído para diminuir a desigualdade social no Estado com a política de juventude que nós estabelecemos na região metropolitana como o programa dos Jovens Baiano que capacita a juventude na questão do trabalho, da construção civil, homens e mulheres, ao mesmo tempo em TV e vídeo como a TV Pelourinho, TV Itamarajú, TV Irecê, para o público da juventude e a juventude do MST os herdeiros da terra, capacitação da juventude para agricultura. Ou seja, nós criamos oportunidade pra centena e milhares de pessoas. E isso me faz cada dia refletir sobre o que nós fizemos e fazemos como cidadão. Buscando cada vez mais fazer valer o apoio dos companheiros e honrar nossa luta. (Entrevista, 2011)

Finalizou falando sobre o processo das eleições de 2010, enfatizando como foi importante sua atuação na SEDES, que, associada ao lastro junto aos movimentos sociais, foi fundamental para sua eleição a deputado federal, o quarto mais votado do PT na Bahia, com 132.999 votos.

## 1.2 O PRIMEIRO ANO DE DEPUTADO FEDERAL: O DESAFIO DA CONSOLIDAÇÃO DOS LAÇOS

Ao chegar ao centro de convenções da Bahia, localizado na avenida Simon Bolivar s/n - no bairro Stiep em Salvador, no dia 16 de dezembro de 2010, por volta das 17horas, me deparei com aproximadamente 300 militantes do MST, da CETA, do MAB, do movimento negro, do AE, da juventude do segmento LGBT, que se somavam a uma multidão de outras pessoas, 2000, com faixas, banners, em referencia a diplomação de Valmir Assunção. Na fala de Evanildo Loures, a alegria de participar tanto do ato de diplomação de Valmir Assunção e da festa de confraternização preparada para comemorar além da vitória o aniversário do companheiro que iria confraternizar com um conjunto de militantes. Em cerimônia que lotou o salão do Auditório Yemanjá, os candidatos eleitos nas eleições de 2010 foram diploma-

dos<sup>71</sup>.

Os primeiros a serem diplomados foram o governador reeleito Jaques Wagner e o vice-governador eleito, Otto Alencar, que receberam o diploma das mãos do presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Na sequência, foram diplomados os eleitos ao senado, Walter Pinheiro e Lídice da Mata, cada um precedendo a diplomação de seus dois suplentes. Depois os deputados federais e por fim os estaduais. Entre os deputados federais eleitos, Valmir Assunção ao receber sua diplomação, momento acompanhado pelo conjunto de militantes relembrando a palavra de ordem: “É socialista é radical, é Valmir deputado federal”. Palavra de ordem também repetida ao ser diplomado o deputado estadual Marcelino Galo, um dos principais aliados de Valmir Assunção nas eleições de 2010.

Diferente do que foi a posse na Assembleia Legislativa em 2005 e 2007, repleta de militantes dos MST e outros movimentos sociais, a cerimônia de posse a deputado federal no congresso nacional realizada dia primeiro de fevereiro de 2011 não teve a presença de militantes dos movimentos sociais. O ritual se cumpriu no rigor do cerimonial, apenas alguns poucos familiares e lideranças convidadas dos eleitos. Episódio que acentuava a reflexão sobre os desafios da conexão entre esses representantes e o conjunto de eleitores que enunciam representar. Para Valmir Assunção, por exemplo:

Senti muita falta do povo, foi um erro, não ter articulado pelo menos o nosso pessoal para estar aqui nos corredores, mesmo que não tivesse acesso ao plenário. Mas acho que seria importante, sem eles aqui foi como se estivesse sozinho. Foi estranho. Tão diferente da diplomação e das posses anteriores que participei. (Entrevista, 2011)

O início de construção do mandato foi marcado por sucessivas reuniões entre o deputado eleito e as lideranças do MST e de outros movimentos sociais, para construção da assessoria. Foram indicados pelas lideranças nacionais do MST a jornalista, o assessor responsável pela questão agrária e o assessor de articulação com o MST. Na Bahia, o escritório em Salvador contou com a indicação das lideranças estaduais do MST, da articulação de esquerda e do movimento negro. Os expedientes apreendidos no mandato de deputado estadual foram mantidos, os e-mails, as audiências para receber as lideranças e a participação do deputado nas atividades do MST e das lideranças dos movimentos sociais com relação com o deputado, garantiam a rede de manutenção dos laços entre o representante e os movimentos apoiadores

<sup>71</sup> A diplomação é o ato pelo qual a Justiça Eleitoral habilita os eleitos a tomar posse para o exercício do mandato eletivo conquistado nas urnas, sendo a última etapa do processo eleitoral. A cerimônia encerrou os trabalhos do TRE baiano na realização do pleito daquele ano, iniciado na fase do registro das candidaturas.

do mandato. Para Weldes Valeriano Queiroz, por exemplo:

O apartamento funcional do deputado em Brasília virou alojamento de lideranças e militantes dos movimentos sociais do Brasil inteiro que precisa ir a Brasília e não têm onde ficar. O militante do MST Ney organiza esse espaço, agendando a ida das pessoas e disponibilidade. Durante a mobilização de agosto do ano passado, por exemplo, estiveram morando permanentes 15 pessoas por dois meses, durante a semana mesmo da mobilização em agosto foram 46 militantes dormindo e tendo aquele espaço como apoio e é assim o ano todo. O deputado tem seu quarto. O resto é o do povo mesmo. (Entrevista, 2011)

A participação de Valmir Assunção no encontro estadual do MST-Ba realizado em dezembro de 2011, em Vitória da Conquista, com a participação de 600 delegados; ter acompanhado a ocupação na secretaria de agricultura da Bahia (SEAGRI) em abril de 2011 com a participação de 2.500 membros do MST, e, a realização da plenária para construção do planejamento do mandato de Valmir Assunção realizada no dia 20 de março de 2011, no Hotel Sol Bahia, em Salvador/BA com a presença de 350 lideranças oriundas dos movimentos sociais apoiadores do mandato e um conjunto de lideranças, cuja pauta constou a análise de conjuntura; estruturação das diretrizes norteadoras do mandato; definição dos eixos temáticos e comissões prioritárias para o mandato; estratégias de interlocução permanente com os movimentos sociais que estruturam o mandato; informes sobre emendas parlamentares; tática de articulação entre os escritórios políticos no Estado e Brasília (Pauta anexa), são ações que expressam a interlocução do deputado com os agentes apoiadores do mandato.

O material de 100 dias de mandato expressa algumas das bandeiras sobre as quais o deputado tem se pronunciado e que busca a ligação das ideias entre os movimentos sociais, destacando sua posição sobre o código florestal, sobre projetos relacionados ao público gay, ao povo de quilombos, ao povo indígena e sobre o povo de santo. No pronunciamento sobre o código florestal, no *Jornal Brasil de Fato*, Valmir explicitou sua posição sobre o novo código.

**Box 4: Pronunciamento Valmir sobre Código Florestal**

Publicado em 26 de abril de 2012 às 17:35

por Valmir Assunção, em Brasil de Fato

O que vimos na Câmara dos Deputados com a votação do Código Florestal foi uma cena vergonhosa. O desserviço que a Casa envia à presidenta Dilma não é comemorado pela maioria da sociedade brasileira. Ao contrário, em ano de Rio +20, o que foi aprovado é a motosserra em nossas florestas, o desrespeito à nossa Amazônia, às nossas águas, aos nossos mangues, ao nosso meio ambiente. É uma afronta aos nossos camponeses. Estes, os verdadeiros preservadores do meio ambiente, por vezes tiveram sua identidade manchada por aqueles que teimam tomar a nossa voz, de camponês, para justificar o absurdo que aqui foi votado.

Nós, nordestinos, por vezes, fomos evocados para justificar o injustificável. Deu dor de estômago!

Desde o começo, os comprometidos com a agricultura camponesa, familiar e o meio ambiente sabíamos que a situação era difícil e complicada: não podíamos criar novos textos, mas escolher o texto do Senado, que apesar de ter pontos problemáticos, ainda era melhor que o da Câmara, que pode ser apelidado de Código Ruralista.

Tivemos uma aula de como a luta de classes é presente, ainda que muitos teimem em dizer que ela não existe: a bancada ruralista, uníssona em seus interesses, em detrimento daqueles que lutam pela produção de alimentos saudáveis, que precisam da natureza preservada para a sua sobrevivência.

Neste caso, não existe base aliada! Pergunto-me: vale a pena ter uma aliança tão ampla? Esta base está comprometida com os seus interesses, não com os projetos do povo. É a mesma base que não quer a reforma agrária, a mesma base que quer tirar o poder de nossa Presidenta de titular terras aos indígenas com a PEC 215; é a mesma base que emperra a votação da PEC do Trabalho Escravo há anos no Congresso Nacional.

No caso do Código Florestal, repito: da mesma forma que o relatório de Aldo Rebelo foi uma vergonha, o mesmo pode ser dito do relatório de Paulo Piau.

Precisamos impedir a possibilidade de recuperar só metade das áreas que foram desmatadas em beiras de rios e nascentes até junho de 2008; a desobrigação de recuperar as reservas legais desmatadas até 2008 para todos os imóveis com até quatro módulos fiscais; a possibilidade de recuperar ou preservar a reserva legal e/ou a Área de Proteção Permanente em outra propriedade de um mesmo bioma. Temos ainda que impedir que haja a autorização da recomposição das reservas legais e áreas de proteção permanentes com até 50% de espécies exóticas, o que aumentaria os desertos verdes de eucalipto e pinus, além da permissão do plantio de lenhosas em áreas com inclinação maior de 45° e topos de morros.

O Núcleo Agrário do PT trabalhará pelo Veta Dilma! É preciso mais que nunca uma grande mobilização social para não retroceder!

**Deputado Valmir Assunção (PT-BA) é coordenador do Núcleo Agrário do PT, vice-líder do PT na Câmara.**

O debate sobre a pauta para a militância do movimento LGBT ganha destaque nas disputas dos projetos que tramitam no congresso nacional defendidas pelo deputado destacada no discurso abaixo:

**Box 5:** Pronunciamento do deputado Valmir Assunção sobre o PDC 234/11, "CURA GAY", 14 de março de 2012



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

No último período, a sociedade brasileira avançou no reconhecimento de alguns direitos da população LGBT. É o caso da decisão do STF em que reconhece o direito à união civil de casais do mesmo sexo, a

tarefa do Congresso Nacional é legislar em favor de tal decisão, estendendo-se a projetos que criminalizem a homofobia no Brasil.

Por outro lado, os casos de violência contra esta população, ocasionado pelo preconceito, são crescentes e preocupantes. Se o dever desta Casa é estabelecer leis que possam proteger a população LGBT, parece-me mais que estamos andando na contramão do avanço da democracia, do respeito às diferenças e do combate ao preconceito.

Muito me surpreendeu o projeto de decreto legislativo, PDC 234/2011, que tramita nesta Casa. Este projeto está tentando sustar a aplicação do parágrafo único do Artigo 3º, assim como o Artigo 4º da Resolução 001/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Estes parágrafos da resolução 001/99 do CFP, proíbem estes profissionais de tratar como um transtorno ou como um problema psicológico o fato de uma pessoa ser homossexual. Eles também proíbem a oferta de qualquer forma de tratamento ou cura a homossexualidade.

Segundo o projeto, o CFP "extrapolou seu poder regulamentar" ao "restringir o trabalho dos profissionais e o direito da pessoa de receber orientação profissional" para que possam mudar de orientação sexual, como se isto fosse um problema a ser resolvido.

Ora, este tipo de manifestação de tão atrasada, chega a ser absurda. Impõem à sociedade um único tipo de sexualidade, baseado em questões religiosas e fundamentalistas. Este tipo de prática, em que prevê o redirecionamento sexual pelo simples fato de considerar uma anomalia ser homossexual não condiz com o nosso Estado democrático e muito menos com o conjunto dos direitos humanos.

O CFP ter reconhecido, ainda em 1999, que ser homossexual não é um transtorno é uma vitória de boa parte da população que não se sentia anormal, mas apenas com orientação sexual diferente. Como bem disse o presidente do órgão, Humberto Verona, em matéria para a Folha de São Paulo, estão lá normas éticas para combater uma intolerância histórica.

O projeto, senhoras e senhores, está na Comissão de Seguridade Social e Família e audiências públicas devem ser realizadas para o seu debate. Eu, enquanto parlamentar e cidadão brasileiro, espero que esta Casa não retroceda para a idade média com a aprovação deste tipo de projeto, que intervém de maneira danosa no princípio de autonomia de um conselho de classe, em sua função de regulamentar, orientar, fiscalizar e disciplinar a profissão.

Senhor/a presidenta/e, solicito que este pronunciamento seja divulgado na Voz do Brasil e nos demais meios da Casa.

Muito obrigado!

O debate sobre a reforma agrária é tema recorrente do deputado. Em entrevista ao *Bahia Notícia*, o deputado Valmir Assunção publiciza a crítica ao governo em relação à reforma agrária:

**Box 6: Crítica de Valmir ao governo**

30 de janeiro de 2012 às 23:51

**Valmir Assunção critica governo e PT ao falar de reforma agrária**

Primeiro assentado do Movimento dos Sem Terra a chegar à Câmara Federal, o deputado Valmir Assunção foi o entrevistado desta semana no **Bahia Notícias** e não se esquivou de criticar o próprio governo e partido quando tratou de defender sua principal bandeira: a reforma agrária. Ao bater de frente com o lobby ruralista no Congresso, o petista disse que falta interesse do governo em realizar uma distribuição de terras mais ampla. "Tem muita gente no Brasil que não acredita que reforma agrária seja importante para desenvolver o país. [...] E tem muita gente no PT que acha isso mesmo", afirmou. Ex-secretário estadual de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (Sedes), ele juntou-se ao governador Jaques Wagner na crítica ao atual ocupante, Carlos Brasileiro, e o episódio da festa da pasta na casa de eventos mais cara de Salvador. Valmir também deu sua opinião sobre a não realização de prévias para a escolha de Nelson Pelegriño como pré-candidato à prefeitura de Salvador. Confira a entrevista na íntegra.

**Bahia Notícias** – Um ano à frente de uma cadeira na Câmara dos Deputados. O que você já conseguiu fazer em termo de política nacional?

**Valmir Assunção** - Nesse primeiro mandato, cheguei à Câmara Federal e tive que construir espaço para as bandeiras que eu defendo, que são a questão da reforma agrária, a questão racial e as políticas para a juventude. É uma construção muito difícil. Mesmo assim, eu acredito que nesse ano nós conseguimos espaços importantes. Fiz parte nesse primeiro ano da vice-liderança do PT e, enquanto vice-líder, tive a oportunidade de participar de todos os debates de pauta que o PT apresentou no plenário. Agora, estou fazendo parte da comissão que está discutindo justamente a liderança do PT na Câmara, e já conseguimos um avanço importante que foi construir uma unidade da bancada. Em 2012 e em 2013 já temos dois líderes já definidos e só falta definir quem começa em 2012: se é José Guimarães (PT-CE), ou se é Jilmar Tatto (PT-RS).

**BN** – A gente sabe que lá dentro existe uma bancada ruralista muito forte que defende o lobby do agronegócio. Como você, assentado do Movimento dos Sem Terra (MST) e militante da causa da reforma agrária, lida com essa tensão?

**VA** – Na Câmara Federal, o líder do agronegócio é Ronaldo Caiado (DEM-GO), um deputado que, do ponto de vista do agronegócio, é muito atuante. Em contraste à bancada ruralista, a bancada da reforma agrária, da agricultura familiar, é muito pequena. Mesmo assim, eu, enquanto defensor dessa bandeira, apresentei diversos projetos de lei na Câmara. O que eu acho importante registrar é que tem alguns projetos que já vêm a algum tempo na Câmara dos Deputados e nós estamos tentando construir um entendimento na Mesa Diretora da Casa para poder trabalhar, como a PEC [Proposta de Emenda Constitucional] do Trabalho Escravo, que é uma medida importante e estamos trabalhando para tentar uma votação este ano. Na Câmara dos Deputados você encontra todas as matrizes ideológicas e faltava ter um assentado de reforma agrária dentro do plenário. E eu levo todo esse processo, toda essa luta. E aí tem os embates naturais dentro da Câmara. Cada um defende sua bandeira, os seus interesses. E eu defendo os daqueles que são meus iguais.

**BN** – Você, enquanto militante da causa agrária, acha legítima a presença de uma bancada ruralista tão forte?

**VA** – Acho que é legítimo. Cada segmento tem que ter o direito de ter representação na Câmara dos Deputados. O que é surpresa para mim e para muita gente é como a agricultura familiar, produzindo 70% da alimentação do país, tenha uma representação na Câmara, ou nas assembleias legislativas e câmaras dos vereadores, que é muito pequena. É preciso cada vez mais que a gente tenha consciência da importância do parlamento para defender nossas causas.

**BN** – Em dezembro do ano passado, você e outros militantes da corrente petista Articulação de Esquerda (AE) debandaram do grupo e criaram a Esquerda Popular Socialista, que já nasce aqui na Bahia com você, como deputado federal, e Marcelino Galo como parlamentar estadual. Como se deu a cisão com a AE e o que te decepcionou para fazer você sair de uma corrente que fundou?

**VA** - Primeiro: eu fui militante da Articulação de Esquerda por 18 anos. Fui um dos fundadores da AE. Mas o que fez com que eu saísse não foi nem decepção. Acho que a gente precisa compreender que o PT mudou e nós, enquanto militantes, temos que compreender as mudanças do PT. Mas, mesmo o PT tendo mudado, não podemos abrir mão de algumas bandeiras. É caro para a sociedade, é caro para o PT e é caro para mim, enquanto militante. Os movimentos sociais no Brasil cumprem um papel fundamental na



política, na construção de políticas e é um impulsionador das lutas sociais. Então, uma corrente do PT não pode de forma nenhuma se afastar dos movimentos sociais e a AF estava fazendo isso ao longo dos anos. E eu, enquanto militante do Movimento dos Sem Terra, não poderia de forma nenhuma fazer parte de uma corrente que não tem os movimentos sociais como prioridade.

**BN** - Recentemente, o deputado estadual Marcelino Galo, seu parceiro na antiga e na atual corrente, criticou a pouca atenção, segundo ele, que foi dada à questão agrária durante os oito anos de governo Lula e que continua no governo Dilma. Você concorda?

**VA** - Na Câmara dos Deputados, fiz diversos discursos e estabeleci como meta toda semana fazer um discurso falando sobre a reforma agrária. Disse que é um absurdo, e acho mesmo, a presidente Dilma passar o ano todo sem assinar um decreto de desapropriação. E ela ficou até o mês de dezembro sem assinar um decreto. No final do mês, ela desapropriou 60 fazendas em todo o país, ou seja, 60 decretos, o que é muito pouco diante da demanda e da necessidade que tem. Tem mais de 60 mil famílias acampadas no Brasil. As 60 fazendas desapropriadas dão para assentar em torno de três ou quatro mil famílias, um número muito reduzido. Esse é um grande debate que nós temos na sociedade. Nós não podemos perder a oportunidade de fazer reforma agrária. E nós estamos perdendo essa oportunidade. Mesmo no governo do PT. Qualquer cidadão que passe por qualquer terra desse país vai ver a quantidade de terra que é improdutivo. Por que não cumprir a Constituição Federal? Por que não aplicar a lei? Eu acho que o governo do PT, tanto o do presidente Lula quanto o da presidente Dilma, conseguiu avançar muito quando se trata da geração de emprego, das políticas sociais e da credibilidade de nosso país. Agora, quando se trata da questão da reforma agrária, os avanços que nós tivemos com o presidente Lula foram pequenos. A nossa expectativa, porque ainda faltam três anos do mandato da presidente Dilma, é poder superar. Esse é o espírito e a nossa crença. Nesse primeiro ano, a atitude com relação à reforma agrária foi muito tímida.

**BN** - E por que você acha que tão pouco foi feito?

**VA** - Tem duas teorias: a primeira é que tem muita gente no Brasil que não acredita que reforma agrária seja importante para desenvolver o país. Então, por não acreditar que é importante para desenvolver o país, acaba não desapropriando. E tem muita gente no PT que acha isso mesmo, que a reforma agrária não cumpre mais um papel para o desenvolvimento do país. Esta é uma teoria. O outro aspecto é que o agronegócio na Câmara dos Deputados é muito forte. Isso na maioria dos partidos da base do governo. Eles têm muita força, então essa força que se tem na Câmara acaba colocando o governo, de certa forma, sem disposição de enfrentar esse debate. Agora, eu acho que a reforma agrária é importante devido à quantidade de pessoas que vivem acampadas e a demanda por terra que existe nesse país. E por outro lado, por mais que a agricultura familiar produza 70% do alimento no país, é preciso aumentar ainda mais. Para poder baratear os preços e todo cidadão ter direito a alimento de qualidade. Já está comprovado: quem produz o alimento não é o agronegócio, são pequenos proprietários.

Outro recorte que busca dialogar nesse primeiro ano de mandato é com o movimento negro na defesa das religiões afrodescendentes e do debate sobre as cotas raciais, seja na universidade seja nas instâncias partidárias:

**Box 7: Defesa de religiões de matriz africana**

Publicado em 21/03/2011

**Frente parlamentar para defender religiões de matriz africana**

Site conversa fiada.



A fiscalização do poder executivo para a aplicação de políticas públicas propostas por comunidades de terreiro foi o principal tema discutido hoje pela manhã, em Brasília, durante café da manhã entre deputados e representantes de comunidades negras. O evento marcou a criação da Frente Parlamentar em defesa das comunidades tradicionais de terreiros, que tem como objetivo não apenas fiscalizar, mas impedir manifestações e ações discriminatórias contra as comunidades negras no Brasil.

Um dos idealizadores da frente, o deputado federal Valmir Assunção (PT-BA) disse que “é inadmissível nós termos esse tipo de discriminação com as religiões de matriz africana em um país laico, onde conseguimos tantos avanços. Essa mobilização é a expressão maior que estamos reafirmando a nossa resistência”, avaliou o deputado. A representante do Ilê Axé Oyá Bagan, Mãe Baiana, afirmou que as entidades deverão estar mobilizadas e alertas contra as práticas discriminatórias. “Devemos ter o cuidado para que não volte como no tempo da escravidão, onde não podíamos cultuar os nossos santos”, alertou.

A criação da Frente Parlamentar foi uma demanda de organizações do movimento negro, entre os quais o Coletivo de Entidades Negras (CEN), e contou com o apoio dos deputados Valmir Assunção (PT-BA) e Érika Kokai (PT-DF). A frente terá o papel de promover ações em defesa das religiões de matriz africana para a promoção da liberdade de culto e contra a intolerância religiosa, de modo que os terreiros tenham o mesmo tratamento que outros templos religiosos.

Em entrevista realizada no dia 4 de maio de 2011, concedida ao jornalista Dojival Vieira, editor do *Afropress*, Valmir Assunção defendeu a cota para negros e indígenas na lista partidária:

**Box 8: Valmir defende cota para negros****Quarta-feira, 4 de maio de 2011**Deputado do PT baiano quer cotas para negros nos Partidos

O deputado federal Valmir Assunção, 46 anos, o quarto mais votado da bancada do PT baiano na Câmara Federal nas eleições do ano passado, defendeu, em entrevista à *Afropress*, a obrigatoriedade dos partidos políticos adotarem cotas para os segmentos discriminados, como negros, indígenas, por exemplo, bem como sanções para os que não cumprirem esse requisito.

Mesmo no PT, a proposta é polêmica. Nos demais partidos não está na agenda.

Segundo o parlamentar petista, que já ocupou uma cadeira na Assembleia Legislativa baiana, a incorporação do tema da igualdade racial na agenda do movimento sindical, assim como o de gênero, "é um reconhecimento de que, sem romper estas formas de opressão, é impossível a construção de uma sociedade verdadeiramente igualitária".

Afropress - Deputado Valmir, o senhor que foi dos parlamentares mais votados da bancada do PT da Bahia, como está encarando o desafio do exercício do primeiro mandato na Câmara Federal?

Valmir Assunção - Antes de mais nada, fui o deputado mais votado do PT na eleição anterior, quando disputei uma vaga na Assembleia Legislativa da Bahia. Nesta eleição fiquei entre os mais votados, sendo o quarto mais votado, com 132.999 votos. O desafio é constante, pois temos que atender as demandas, mas, principalmente, fazer do nosso mandato um meio de interlocução entre os movimentos sociais e o Governo, quer seja federal, estadual ou municipal.

Afropress - O senhor é ligado historicamente ao Movimento dos Sem-Terra, como vê a questão quilombola e que ações o movimento quilombola deve adotar para garantir os seus direitos históricos sobre suas terras?

Valmir - Como todo movimento social, a primeira tarefa é se organizar. Reivindicar seus direitos, garantidos na própria Constituição, através da pressão junto aos parlamentares e ao Poder Público. Os quilombolas, como todos os segmentos que resultaram da escravidão, devem ter políticas públicas específicas, que lhes permitam ter acesso às oportunidades que a sociedade oferece. O meu trabalho como parlamentar, e eleito por parte desse segmento social, é o de tornar essas políticas públicas mais acessíveis.

Afropress - Qual a avaliação que o senhor faz do Movimento Negro brasileiro e quais os desafios a enfrentar nessa conjuntura do Governo Dilma?

Valmir - O negro, como o índio, o segmento LGBT, os povos de religiões de matrizes africanas, continuam sofrendo com a discriminação social. E por isso, repito, têm que manter-se organizado como movimento social, para reivindicar seus direitos. E isso se consegue com representatividade, com acesso às políticas públicas, mas principalmente, com determinação de luta, fazendo valer as leis vigentes e denunciando toda forma de opressão, discriminação e políticas de exclusão social.

Entendo que o desafio, não se trata basicamente ao movimento negro com relação a Dilma, mas a necessidade de entendimento que o desenvolvimento pleno do Brasil, conforme o slogan do governo "país rico é país sem pobreza", só de dar caso seja entendido que a pobreza aqui tem cor, raça e etnia. Então é entender que desenvolver, de fato, significa empoderamento para a comunidade negra, é dar continuidade às políticas do presidente Lula e ampliando ainda mais o conceito de desenvolvimento tendo como eixo estruturante a perspectiva racial através de uma melhor distribuição de renda.

Apesar de um contexto onde os indicadores sociais como, emprego, moradia, saúde, educação, que incidem de modo estrutural sobre a vida dos brasileiros apontavam para a ausência de igualdade em condições plenas para a realização dos direitos civis, entre brancos e negros, durante muito tempo no Brasil, existiu uma insistência em explicar estas desigualdades como apenas econômicas e uma resistência em aceitar uma discriminação de ordem racial. O Movimento Negro teve um papel fundamental na afirmação da existência de uma diferença não apenas econômica, mas uma diferença de cunho racial mantida pelo racismo presente em nossa estrutura social.

Além disso, por mais que o enfrentamento à discriminação racial e a formulação de políticas de ação afirmativa como instrumento de promoção da igualdade racial no Brasil, só tenha sido possível em virtude de um processo que envolveu a atuação de diversos atores, sem dúvida, o Movimento Negro foi o principal protagonista nesse processo. Basta observar a atuação do Movimento Negro brasileiro ao longo do século XX para perceber como ele foi decisivo para traçar a trajetória de como o Brasil vai lidar com a questão racial ao longo da sua história mais recente.

Logo, considero que a Intolerância Religiosa seja hoje o grande calcanhar de Aquiles de nós que somos lutadores da garantia de direitos civis para a população negra. Digo isso porque se muito avançamos na punição dos insultos raciais e a constituição de 1988 foi importante para isso, pois reconheceu o racismo como crime inafiançável, temos ainda muito a avançar na garantia do direito de que nossas religiões de matrizes africanas possam exercer sua liberdade de culto. Por exemplo, as ofensas raciais no Brasil, por mais que continuem a existir, vira e mexe nos deparamos com algum caso, elas são cada vez mais implícitas. Não porque hoje sejamos mais ou menos racistas, mas porque racismo é crime e o agressor sabe que pode ser punido.

No caso da intolerância religiosa não. A nossa sociedade cristã vê com naturalidade quando um ato de intolerância é praticado contra qualquer indivíduo que use vestimentas que reportem religiões de matrizes africanas na rua. Os relatos de invasões de terreiros, agressões a Mães e Pais de Santo infelizmente são cada vez mais frequentes e muitas vezes as agressões são praticadas pelos próprios organismos do Estado que deveriam ser acionados em defesa dos que sofrem a agressão.

Afropress - Questiona-se hoje de uma forma mais assertiva o espaço dos partidos ao Movimento Negro. Qual a importância que o senhor de uma presença mais ativa do Movimento Negro na reforma política em discussão pelo Parlamento?

Valmir - Não apenas do negro, mas do índio, do segmento LGBT, das religiões de matrizes africanas, enfim, de todos os segmentos que ainda são discriminados. Hoje já há representações. Tímidas, mas o fato de eleger um negro, um representante oriundo dos sem terras, um índio, um integrante do LGBT, já mostra que a sociedade começa a mudar seus conceitos. Mas é preciso avançar mais.

Acho que a reforma deveria tocar no ponto da obrigatoriedade dos partidos políticos de representação destes segmentos entre seus candidatos nas eleições proporcionais com sanções para os partidos que não cumprissem essa determinação.

Verificou-se nesse processo um conjunto de ideias e ações que expressam o exercício do parlamentar em tentar garantir seus laços e vínculos com os movimentos apoiadores da campanha, identifica-se, contudo, reivindicações da presença do deputado nos atos comemorativos como festas de aniversário dos assentamentos, ato de emissão de posse, comemorações tradicionais como festa de padroeiro das cidades. Como reivindica o militante do MST, Wagner Queiroz de Oliveira:

Para mim Valmir era mais presente aqui, vinha nas festas de padroeira de Juazeiro, nas ações das grandes ocupações e nos atos, hoje eu entendo que tem as atividades no congresso, mas acho que precisa cada vez mais observar isso para não sumir da base, o povo cobra mesmo. (Entrevista durante reunião da direção)

Presença cobrada também pelos militantes do assentamento Lulão, como observa dona Sandra Serqueira de Assis:

Eu conheço Valmir demais, desde novinho, porque antes de vim para esse assentamento eu fui acampadas em outros e morrei no assentamento Riacho das Ostras onde Valmir é assentado. Ele tem lutado muito, tá no congresso agora, tenho visto ele pouco, só quando vou nas mobilizações, queria que ele viesse mais aqui no Lulão, depois dos atos de posse e da vida do presidente ele só veio umas três vezes, precisa vim mais. (Entrevista, 2011)

Acompanha-se, nesse sentido, um conjunto de olhares sobre a participação do deputado junto ao público dos movimentos sociais. Valmir, nesse primeiro ano do mandato, desenhou um conjunto de ações, discursos e propostas que sedimenta seu vínculo com os representados por seu mandato. Desafio também colocado para a representante do MST, que foi nomeada secretária de estado, Vera Lúcia. A condução de Vera Lúcia é ao mesmo tempo uma expressão do fluxo das relações do MST internamente e entre o campo político (partido, tendência, outros movimentos sociais) na luta por representação política.

## 2 AS AÇÕES DE VERA LÚCIA E OS DESAFIOS DA CONSOLIDAÇÃO DOS LAÇOS COM O MST E OUTRAS FORÇAS POLÍTICAS



**Figura 8:** Lucinha com boné do MST, no plenário da Assembleia Legislativa, na sessão especial por ocasião do dia do trabalhador rural, julho de 2009.

Fonte: Kledir Costa

A trajetória de Vera Lúcia no MST justificou em grande medida sua indicação para ocupar o cargo de secretária de Estado, tanto pelos membros do MST quanto com o apoio de diferentes segmentos que participaram das negociações entre as forças políticas em disputa pela indicação. Foram realizadas várias entrevistas com ela, em diferentes momentos, que possibilitaram a reconstrução das posições ocupadas por ela no MST e principais atividades que desenvolveu. Fiz uso de entrevistas com Vera Lúcia em arquivo realizada na Secretaria Estadual do MST, em Salvador, no dia 18 de junho de 2007, na qual se identificaram elementos sobre sua infância, contexto familiar e os processos que desencadearam no seu encontro com o MST-BA; o segundo e terceiro momentos foram realizados, nos dias 2 e 3 de julho de 2007, em que tratei sobre suas experiências no MST, sua tarefa na frente de massa, sua participação na direção estadual e coordenação nacional e sua ida para a direção nacional; o quarto, na Secretária de Política para Mulheres (SPM) em 24 de agosto de 2011, para análise sobre as eleições e sua ida para o campo institucional.

## Box 9: Trajetória de Vera Lúcia

**Trajetória de Vera Lúcia da Cruz Barbosa: Do fogão à secretária de Estado  
“o receio de falhar.”**

Vera Lucia ou como é conhecida “Lucinha do MST”- nasceu em Eunópolis-Ba, no dia 28 de julho de 1972. Morou em Itaberaba-Ba, depois do seu casamento, atualmente, após sua nomeação a secretária de Estado mudou-se para Salvador em abril de 2011. Tem dois filhos, Vinicius de 10 anos e Marisa de 1anos. Destaca-se em sua narrativa as dificuldades da sua família na luta para sobreviverem, a moradia simples num bairro de periferia chamado Piqui e a enorme precariedade material marcam sua vida. Filha de pai bastante rigoroso quanto ao acompanhamento dos filhos, principalmente das filhas que não saiam desacompanhadas de um irmão ou dos pais. Açougueiro, seu João Almeida Barbosa, conhecido como João Carroceiro por causa da sua outra atividade, era o chefe da família. Sua mãe, dona Prezilina, que prefere ser chamada de dona Ziu, cuidava dos filhos. Dona Ziu teve 15 filhos, dos quais 12 vivos sendo 7 mulheres e 5 homens, e uma filha adotiva. Circunstância econômica precária, família grande e casa pequena, a história de infância e início da juventude de Lucinha nos remete a conexões com várias outras trajetórias de pessoas pobres neste país. Entrou no MST aos 15 anos de idade em 1988. Relata-nos esse processo:

Foi durante a segunda ocupação na Bahia, no Acampamento Bela Vista, no município de Itamaraju, realizada em março de 1988. Eu fui com meu pai e meus irmãos, primeiro, lógico, como ia meu pai e meus irmãos para o acampamento tinha que ir uma filha para cozinhar. E a filha escolhida fui eu. Assim esse foi o motivo da minha ida para o acampamento. Um dia depois que ocupamos a fazenda Bela Vista, teve que sair uma comissão pra Salvador, eu fui uma das pessoas indicadas para compor essa comissão que ocuparia o INCRA para pressionar e solicitar a vistoria da área. Cinco dias depois enquanto voltávamos de Salvador, acontecia o despejo. Foi muito triste nossa volta. Foi a partir daí que eu fui me engajando na comissão de animação do MST e de lá pra cá não parei de militar.

Lúcia, desde os primeiros anos de sua participação no MST, começou a fazer parte do coletivo de dirigentes: setor de frente de massa, coordenação estadual, direção estadual, coordenação nacional e desde 1998, direção nacional, com intervalo de dois anos (2004 e 2006) em que o Joelson esteve na direção nacional. Voltou a assumir a direção nacional em 2006 compartilhando a direção com Joelson, após a definição da paridade de gênero no MST no final de 2005. Em 2007 assume o mandato de (dez 2007 a dez 2009) com Márcio Mattos. São novamente eleitos no encontro estadual para o mandato de (dez 2010 a dez 2011). Ao ser indicada à Secretária, deixa a direção nacional em Abril de 2011.

Fez trabalho de base, coordenou ocupações, vivenciou despejos. Assumiu a coordena-

ção de trabalhos de base em outras regionais como as regionais do Sul e Baixo Sul da Bahia. No despejo de Terra Vista, vivenciou momentos dramáticos, prisões de companheiros, espancamentos. Também participou das ocupações que deram origem as regionais, Sudoeste, Chapada, Recôncavo, Oeste, enfim quase todas as regionais atualmente existentes.

Entram ainda na sua trajetória algumas viagens internacionais para a Suécia em que foi representar o MST, dando palestras, intercâmbios, buscando ampliar as redes de apoio ao movimento. Lúcia esteve também na Alemanha para articular projetos que apoiassem as atividades do movimento e na Venezuela para participar de uma conferência entre movimentos sociais e partidos de esquerda da América Latina.

Participa também da Via Campesina e da Coordenação Nacional dos Movimentos Sociais (CMS). Há dez anos coordena o encontro de trabalhadoras rurais para discutir gênero, feminismo, violência contra a mulher, feminização da pobreza, poder e sexualidade.

Em Abril de 2011, resultado de um conjunto de articulações políticas, foi indicada a assumir o cargo de secretária, com a criação da Secretária de políticas públicas para mulheres no governo Wagner.

**Quadro 21:** Trajetória de Vera Lúcia

Posição social	Data
Comissão de animação do MST	Abril 1988
Participação no curso de formação nacional do MST	Agosto, 1988
Entra no setor Frente de Massa do MST	Dezembro, 1988
Entra na coordenação estadual do MST	Março, 1989
Entra na executiva estadual do MST	Dezembro, 1989 – 2011
Entra na coordenação Nacional MST	Julho, 1995 – 2011
Entra na Direção Nacional MST	Dezembro, 1998 – 2011
Assume o cargo de Secretária de Estado	Maior, 2011

Sumarizei a trajetória de Vera Lúcia de modo que se possa compreender um conjunto de posições que ocupou na convivência com seus companheiros e companheiras na construção do MST-Ba. Processo que segundo ela, foi o grande diferencial na sua vida, e foi onde se construiu enquanto militante da luta social. Para Vera Lúcia:

Durante minha vida toda agradeço ao conjunto dos companheiros e companheiras que estiveram comigo na construção do nosso movimento. Sei que sem o movimento seria muito difícil desenvolver o que eu desenvolvo hoje. A formação política, a confiança em mim depositada esses anos todos atra-

vés da tarefa de direção nacional, foi sem dúvida, motivo de orgulho e gratidão ao movimento. Nossa consciência política da luta de classe, e aí as lutas específicas da luta das mulheres, da questão racial, são abordagens que aprendemos na troca com outros movimentos e com o movimento de um modo geral. Hoje se assumir essa posição no Estado, é muito mais por ser uma tarefa delegada pelo MST do que por vontade própria. Principalmente porque estava num momento pessoal muito difícil, minha filha Marisa só tinha 1 mês e pouquinho quando assumir. Foi muito difícil pra mim. Mas espero não falhar com as expectativas das minhas companheiras e dos meus companheiros e de todos os movimentos que estiveram conosco nesse processo e nem as mulheres da Bahia de um modo geral.



**Figura 9:** Lucinha amamentando Marisa, no ato de posse  
Foto Marcos de Souza

A posse de Vera Lúcia, ou Lucinha do MST, como é conhecida, ao cargo de secretária estadual de Políticas para as Mulheres, realizada na manhã do dia 20 de maio de 2011, na Fundação Luís Eduardo Magalhães (FLEM), no Centro Administrativo de Salvador-Ba, foi carregada de simbologia. Um gesto da nova secretária do governo baiano emocionou o público, quando, quebrando protocolos: Lúcia amamentou a pequenina Marisa, de um mês e meio, na mesa do evento.

Vera Lúcia foi a primeira mulher do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra a assumir um cargo de primeiro escalão no governo baiano. A solenidade de posse contou com militantes do MST e com as presenças de parlamentares, políticos, artistas, movimentos sociais de mulheres e feministas, trabalhadoras domésticas, representantes do governo federal, secretarias municipais ou representantes de entidade, camponesas das mais diversas organiza-



ções sociais (MOC, CPT, CESE; Geografar – UFBA, PRONERA – UNEB), povo de santo e movimento negro e as mulheres da militância partidária. A senadora Lídice da Mata enfatizou a importância deste dia histórico e brincou com a nova titular. “Agora você não é mais a Lucinha do MST, agora é Lucinha das mulheres da Bahia”. Já a primeira dama, Fátima Mendonça, chamou a secretária de afilhada e reforçou o perfil de Lúcia com a frase de Che Guevara: “endurecer sem perder a ternura jamais”.

Ainda entre os presentes, a prefeita de Lauro de Freiras Moema Gramacho, a deputada federal Alice Portugal, as vereadoras Marta Rodrigues e Olívia Santana, a professora Ana Alice Alcântara, do Núcleo de estudos interdisciplinar sobre a mulher (NEIM-UFBA), Márcio Matos e Elizabeth Rocha – da direção nacional do MST; Cleusa de Jesus, presidenta do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas (Sindomésticas), as deputadas estaduais Fátima Nunes, Maria Del Carmem, Luiza Maia, secretária Eva Chiavon (casa civil). Além dos políticos como os deputados federais Valmir Assunção, Nelson Pelegrino, Luiz Alberto, secretários de Estado, como Carlos Brasileiro (SEDES), Cesar Lisboa (Relações Institucionais), Edmon Lucas (chefe de gabinete do governador) e Edvaldo Brito (vice-prefeito de Salvador). Em seu discurso, Vera Lúcia relembrou muitas mulheres que atuaram nas lutas populares.

Reconhecendo-me em Dandara, Luiza Mahin, Margarida Maria Alves, Dorcelina Folador e tantas outras mulheres brasileiras que deram suas vidas pela libertação do meu povo, gostaria de agradecer imensamente à todas, todas as mulheres que batalharam nos últimos 20 anos para que um organismo como esse fosse criado. (Trecho do discurso de Vera Lúcia)

Vera Lúcia, ao assumir a SPM, assumiu o compromisso em criar políticas públicas para combater a violência contra a mulher, a feminização da pobreza, garantir ações que fortaleçam a autonomia econômica das mesmas e qualificação para encararem um mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Ainda em seu discurso, Vera Lúcia reafirmou que:

Enfrentamos, em nosso país, a opinião de que a violência contra as mulheres é um fator cultural. Frente a isso, afirmo meu compromisso de batalhar para que a Bahia desça de terceiro para um dos últimos lugares entre os estados no triste ranking da violência contra as mulheres. (Trecho do discurso de Vera Lúcia)<sup>72</sup>

Já para Elizabeth Rocha da direção nacional do MST, a posse representou um reconhecimento do trabalho de Vera Lúcia enquanto porta-voz do movimento, bem como, um

<sup>72</sup> Após um ano de gestão a Bahia diminuiu o Índice de violência, ocupando atualmente a oitava posição, mas que é extremamente preocupante afirma a secretária.

momento importante para o MST, que conseguiu, através de um conjunto de articulações, garantir a indicação de Vera Lúcia. Para ela:

Achei fundamental ter um posse tão representativa com a presença de um conjunto de organizações, movimentos e lideranças de diferentes segmentos da sociedade civil e do governo. Acho que Lúcia quando era nossa porta voz enquanto direção nacional, conseguiu fazer um bom trabalho de articulação com outras organizações e sem dúvida isso faz a diferença, ela desfruta do respeito e da confiança desses segmentos, pela postura e pelo trabalho, claro que também é bom para o MST, quando temos reconhecida uma das nossas lideranças é também um reconhecimento do nosso trabalho e do nosso povo. Porque sabemos que se Lúcia não fosse do MST hoje, e claro não tivesse trabalhado como trabalhou dificilmente teria sido indicada, então tem o peso do movimento e lógico da tendência também do PT da articulação de esquerda. (Entrevista, 2011)

Para Maiara Alves<sup>73</sup>, da tendência EPS, que na ocasião da posse era militante da Articulação de Esquerda (AE), foi fundamental a parceria entre o movimento e a tendência para garantir uma indicação como a de Vera Lúcia:

Para mim foi fundamental a tendência que estava no centro das articulações com o governo para definir as composições e equipe de governo, poder contar com a indicação de Lúcia. Acho que o trabalho da tendência e a imagem de Lúcia pelo seu trabalho enquanto dirigente do MST, foram bons ingredientes para termos a frente da secretaria de políticas para mulheres, alguém ligados aos movimentos sociais e que têm sensibilidade e compromisso para as especificidades da luta das mulheres e superação do machismo na sociedade. (Entrevista, 2011)

Os arranjos da composição da equipe da Secretaria foram marcados por negociações entre as forças políticas, mulheres do PT, mulheres da tendência, mulheres do movimento feminista, mulheres dos sindicatos das domésticas, mulheres do povo de santo que resultou numa equipe heterogênea<sup>74</sup>, como observa pelas nomeações realizadas.

Vera Lúcia fala do desafio em conciliar a agenda entre as ações da Secretaria, atividades do movimento e a maternidade. Para ela:

Para mim foi muito difícil conciliar minhas atividades políticas, principal-

<sup>73</sup> Militante da tendência da articulação de esquerda que assim como a maioria dos membros da Bahia da tendência a partir do racha ingressaram na nova tendência EPS – Foi indicada para assessora especial no processo de composição da equipe da SPM.

<sup>74</sup> A secretária de governo criada em 5 maio de 2011, tem uma estrutura de 26 cargos e um orçamento de 5 milhões. Compuseram a equipe de militantes dos segmentos: MST, EPS, Povo de Santo, Movimento Estudantil, movimento de mulheres, movimento feminista, núcleo de mulheres do PT, mulheres do movimento negro, militante do PC do B, do PT, Sindicato das Trabalhadoras domésticas. Após um ano de gestão a equipe dobrou o orçamento da secretaria para 22 milhões através de captação de recursos federais para execução de políticas para mulheres.

mente por causa dos meus filhos tanto Vinicius que saiu de Itaberaba para Salvador, quanto a pequena Marisa que ganhei prematuramente. Mas acho que fomos dando conta, minha maior preocupação foi não me desvincular do movimento, de todo modo, acho que os companheiros e companheiras entendem que minha maior forma de participação é justamente fazer uma boa gestão, porque se não desempenhar um bom papel, desmoraliza e descredencia o movimento. (Entrevista, 2011)

Para Evanildo Loures, a forma como Lúcia tem tocado a secretaria tem sido muito importante para conciliar a luta do MST com outros movimentos:

Acho que Lúcia tem cumprido um papel importante, para nós do movimento não é nenhuma novidade a forma como ela tem tocado os trabalhos, ela é uma pessoa do coletivo e tem lideranças no processo. Sabe conciliar porque muitos eventos que participa leva outras companheiras dos outros movimentos, ajuda a aproximar as agendas, fazer mobilizações juntos.

Para o assentado Benedito, a presença de Vera Lúcia nos encontros é algo que não é novidade para ele:

Para mim que tenho encontrado Lúcia nas mobilizações nas atividades do movimento não é novidade nenhuma. Lúcia sempre foi alguém presente nas atividades, uma mulher forte, esses anos todos na direção nacional não foi por acaso. (Entrevista, agosto de 2011)

Um dos momentos relatados pela secretária revela a ambiguidade nas leituras dos agentes sobre as posições ocupadas, tendo ocorrido quando da ocupação da Secretaria de Educação do Estado na jornada de luta de outubro de 2011. Lúcia relatou que um colega institucional da Secretaria de Educação estadual ligou para ela com estranheza, se perguntando como é que o MST poderia ocupar a Secretaria, fazendo parte do governo<sup>75</sup>. Para Vera Lúcia:

Alguns companheiros do governo, da secretaria de educação, questionando o porque da ocupação dando a entender que o MST não deveria ocupar a secretaria de educação, chegou a insinuar que eu deveria pedir para o MST não ocupar,

<sup>75</sup> Cerca de mil pessoas, dentre assentados, estudantes e educadores de escolas de acampamentos de toda a Bahia ocuparam a área externa da Secretaria de Educação do Estado (Sec), no Centro Administrativo da Bahia (CAB), na manhã desta segunda-feira (10.10.2011). O grupo, que integra o Movimento Sem Terra (MST), participa durante esta semana do Acampamento Pedagógico de Escolas da Reforma Agrária, promovido pelo MST, e estava acampado no pátio da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra/BA) desde a noite de ontem, quando começaram a chegar grupos de diversas cidades de todo o Estado. De acordo com Elizabeth Rocha Souza, liderança nacional do Movimento, os manifestantes seguem acampados pelo menos até o final da semana no estacionamento no prédio. Segundo ela, o acampamento é realizado todos os anos nos próprios assentamentos, mas em 2011, a intenção é fazer com que o governo trate a educação no campo levando em conta suas especificidades. "Este ano, decidimos vir para Salvador para tentar sensibilizar o governo para a pauta de educação no campo. São quatro anos de negociação, mas na área de educação não houve avanço", disse. (Cf. site da associação dos docentes da Universidade estadual da Bahia – Aduneb)

realmente tive que dizer que tratasse com Beth e com Marcinho que estão na direção nacional do MST. E disse que se o governo não cumpriu a pauta, o MST enquanto movimento social continuava tendo sua legitimidade para reivindicar. Lógico, fui na mobilização, conversei com os assentados, dei minha opinião sobre as negociações, achei que conduziram muito bem o processo, mantiveram a mobilização até o governo sentar para negociar. (Entrevista, 2011)

Durante seu primeiro ano como secretária, Vera Lúcia participou de um conjunto de ações do movimento. Ela identificou nas entrevistas sua participação no Encontro Estadual em dezembro de 2011 em Vitória da Conquista; e na reunião em Alcobaça da direção (estadual do MST-Ba) – maio de 2012 – quando um dos pontos de pauta foi o debate sobre as candidaturas dos movimentos para disputas eleitorais em 2012. Esteve na reunião entre os candidatos do MST com os articuladores políticos em junho de 2012. Esteve na ocupação das mulheres do MST em 2011 nas áreas da Veracel no extremo Sul e no acampamento das trabalhadoras rurais sem terra da qual participa desde 2001. Em março de 2012, pôde atender e articular no interior do governo o apoio ao acampamento das mulheres com o aporte de recursos para capacitação e formação prevista na programação<sup>76</sup>.

Para João Pedro Stédile, sobre Vera Lúcia e Valmir Assunção estarem no governo do PT:

Resultado dessa estratégia do movimento local de sempre apostar também na via institucional. O convite que receberam do governo representa um reconhecimento do governo estadual à força política que o movimento representa. E a escolha deles, também representa o fator das qualificações pessoais, e da trajetória pessoal que tiveram ao longo dos anos. E mais além, da participação pessoal, o resultado político dessa atuação, se valeu a pena ou não, vai depender da clareza política do exercício do cargo, e da prática política, se essa contribuição vai ajudar a acumular forças para a classe ou não. E isso a história é que dirá. Porque há casos, em outros estados, e de experiências de outros países, em que dirigentes de movimentos de massa, vão para a luta institucional, mas acabam enredados em interesses pessoais, as vezes encobertos até por vaidades pessoais, e ao final e cabo do mandato, não houve nenhum acúmulo para o movimento e para a classe. E assim, o balanço se transforma negativo. O movimento perdeu um dirigente, que se perdeu no novo espaço institucional, e o exercício do espaço não serviu para o movimento e para a luta de classes. Mas isso não é regra, como disse, depende do comportamento, e da correlação de forças de cada espaço. E para isso é que é necessário que os dirigentes que vão para esses espaços tenham clareza, para entenderem, que se caso, as brechas estabelecem limites intransponíveis, devem cair fora. (Entrevista, dezembro de 2011)

Enquanto secretária, que tem a atribuição de construir políticas públicas para os diferentes interesses das mulheres, Vera Lúcia defende o desafio que em meio à diversidade das

<sup>76</sup> Foi celebrado convênio com as entidades organizadoras do evento para apoio na sua realização.

mulheres incluir as trabalhadoras rurais, as mulheres negras e economicamente vulneráveis como uma prioridade na sua gestão. Afirmou que tem buscado contemplar no processo de construção das políticas esses segmentos como prioritários e explicita:

Com relação à secretaria, nós temos dois grandes eixos que é a questão do combate a violência e a inclusão produtiva das mulheres; lógico que as trabalhadoras rurais que é um público que é sempre esquecido pelas políticas públicas e que na minha gestão a terei como prioridade; lógico que as urbanas estão mais organizadas no movimento de mulheres do que as mulheres trabalhadoras rurais, pela própria condição que as mulheres trabalhadoras rurais enfrentam. É um dos públicos alvo da nossa secretaria, já fizemos diversas conversas com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e que resultou no convênio que contempla um público de 21 mil mulheres rurais (assentadas, quilombolas e pescadoras)<sup>77</sup>. Lógico que vamos concomitantemente contemplar projetos para mulheres urbanas.

Sobre o futuro, perguntei a Vera Lúcia suas expectativas sobre a atuação como representante do MST nos espaços institucionais. Ela afirmou não ter a priori planos de continuar nesses espaços:

Tenho assumido como uma tarefa dada pela organização que irei cumprir. Se eu pudesse escolher pessoalmente, lógico que eu não iria escolher está aqui; mas vou cumprir a tarefa dada, vou fazer da melhor maneira possível que eu puder, pra completar o mandato aqui na secretaria. Quanto a outras propostas o que há, é que eu vou tentar cumprir esse papel aqui de ser Secretária, ajudar o governado Jaques Wagner no campo das mulheres, executar e construir, políticas públicas de fato pras mulheres no estado da Bahia. Até então é o que há. Eu pessoalmente não tenho intenção de ocupar nenhum espaço público para além daqui. Até então ainda não tem nenhuma conversa. Pessoalmente minha disposição cumprir aqui meu papel de ser Secretária de Estado, na Secretaria de Políticas para as Mulheres, se eu terminar o mandato bem, já estaremos fazendo um gol.

<sup>77</sup> O Projeto Margaridas é fruto de contrato firmado entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), cujo objetivo é promover a cidadania, autonomia econômica e social e a prevenção e enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres do campo, com atuação nos 27 territórios de identidade. O público-alvo do projeto são as mulheres trabalhadoras rurais, visando atender 5.560 agricultoras familiares; 5.000 assentadas da reforma agrária; 1.500 mulheres jovens rurais; 2.000 marisqueiras e pescadoras artesanais; 3.500 mulheres quilombolas; e 3.500 mulheres indígenas. O Convênio tem vigência de 24 meses, com recurso alocado de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), sendo R\$ 683.864,74 (seiscentos e oitenta e três mil oitocentos e sessenta e quatro reais e setenta e quatro centavos) de contrapartida do Estado. O mesmo será executado em articulação com diversos Órgãos Estaduais, Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia e Movimentos e Organizações de Mulheres, por meio da composição do Grupo Gestor, para efetuar as seguintes metas: 1) Apoiar a emissão de Documentação da Trabalhadora Rural nos 27 territórios de identidade; 2) Constituir Câmaras temáticas de Mulheres nos 27 Colegiados territoriais; 3) Promover a inclusão produtiva dos grupos e organizações de mulheres; 4) Promover o planejamento, acompanhamento, monitoramento, divulgação e publicação dos resultados (SPM-BA).

### 3 O EXERCÍCIO DO VÍNCULO ATRAVÉS DA COMBINAÇÃO DAS AÇÕES REPRESENTATIVAS E MILITANTES E O PAPEL ENQUANTO POLÍTICO MEDIADOR

A análise das trajetórias de Valmir Assunção e Vera Lúcia, num plano geral, o fluxo das relações do movimento nas disputas por representação política, ao “ocupar” as posições no campo instituído, em que busca ao mesmo tempo uma interlocução com outros segmentos sociais e garantir suas conexões com o MST. As situações demonstradas pela participação desses representantes nas atividades do MST e o modo que tentam conciliar as atribuições do cargo são pontos importantes dessas trajetórias. Tais atribuições dizem respeito também a aproximações com outros agentes políticos e diversos atores sociais.

As negociações para composição das equipes e assessores produziram um conjunto de debates e negociações entre os segmentos que pleitearam também fazer parte da nova secretaria e do mandato de deputado federal. As articulações com agentes dos ministérios, outros atores políticos, como descritos nos atos de posse e nas articulações dos convênios para atendimento das demandas solicitadas pelos diversos agentes. A expectativas desses segmentos que esses agentes possam agilizar e promover acessos a políticas públicas, acesso aos canais para solução e atendimentos das demanda desse público. Processo que não é realizado sem disputas, sem tensões e implica recorrentemente num conjunto de negociações.

Na prática cotidiana do exercício do mandato e do cargo de secretária, Valmir Assunção e Vera Lúcia buscam ampliar suas imagens políticas e também são lembrados por outros agentes de que suas atribuições não são apenas de representação do MST, como mencionado pela Senadora Lídice da Mata (“Agora você não é mais a Lucinha do MST, agora é Lucinha das mulheres da Bahia”). No contraponto, Lúcia afirma: “farei sim políticas para as mulheres da Bahia, mas ao término dessa tarefa quero voltar para atividades internas no MST”. Essas dinâmicas expressam como os representantes vão associando suas imagens a outras agendas política para além da reforma agrária, ao mesmo tempo em que buscam resguardar e consolidar suas relações com o MST.

As relações com os diversos segmentos, como por exemplo, movimento de mulheres, movimento negro, LGBT, movimento feminista, CETA e a participação nas atividades do MST – reuniões, assembleias, encontros, mobilizações, ocupações são marcas da atuação de Valmir Assunção e Vera Lúcia. Dinâmica que confere uma característica particular dessa representação que é a atuação dos representantes como políticos mediadores. Os quais têm co-

mo papel promover entendimentos e comunicação entre os diferentes grupos e reduzir distâncias culturais. Em todos os casos investigados, fica claro que o mediador usufrui uma inserção social privilegiada, a participação nas instâncias da direção, sempre sendo concedida a fala desses agentes nos espaços que participam.

Observa-se, pelo atendimento das pautas, negociações entre os movimentos sobre os cargos, sobre a destinação das políticas públicas, as informações sobre as dinâmicas do Estado, nos relatos e em situações das reuniões e encontros, os representantes atuam como “político mediador” os quais possuem papel estratégico, uma vez que suas decisões podem interferir e influenciar a vida e o prestígio daqueles que estão em seu campo de ação, seus contemporâneos, seus companheiros (KUSCHNIR, 2007). Assim, à medida que os representantes do MST assumem posições nos cargos executivos, nas câmaras de vereadores, assembleia legislativa e congresso, é fundamental que consigam na sua ação política transitar nos órgãos, ministérios, física e simbolicamente. É preciso ainda, e seus pares esperam, que encontrem pontos de contato e comunicação entre diferentes mundos, produzindo novos resultados a partir desse processo. Para Kuschnir (2007, p.51), essa é a tarefa básica do mediador:

Sua atuação é mais ampla que a de um intermediário, que apenas transporta informações de um lado para o outro. A interferência do mediador é criativa, gerando novos valores e condutas. Circular entre mundos e níveis de cultura é uma possibilidade mais ou menos aberta a todos os habitantes da metrópole. O mediador, porém, não apenas se move, mas pontes de comunicação entre os universos pelos quais transita. Em sociedades com predominância de ideologias individualistas, nas quais os atores têm maiores possibilidades de exercer escolhas, a ação do mediador deve ser entendida como um projeto, mais ou menos consciente. Embora restrito às possibilidades do quadro social e histórico em que está situado – um ‘campo de possibilidades’, na expressão de Gilberto Velho -, o projeto põe em evidência a capacidade dos indivíduos planejarem seu futuro e, com isso, contribuírem para dar sentido a suas experiências fragmentadas. É a partir desse projeto, ou “plano de vida”, que o mediador organiza seus interesses e estrutura seu estoque de conhecimento social para interagir os outros.

Certamente, nem todos os políticos são mediadores, ou todos os membros são porta vozes ou ainda todos os porta vozes serão autorizados a serem representantes no campo instituído no caso analisado. A trajetória como representante mediador está relacionada a um projeto específico. Nesse sentido, fica claro que não é aleatória a indicação do MST para certos membros cumprirem certas funções ou ocuparem certas posições, não sendo, portanto, casuísticas suas indicações para disputas políticas. Como enuncia Bourdieu, é a instituição que controla o acesso à notoriedade pessoal, controlando, por exemplo, o acesso às posições mais em

vista (a de secretário geral, ou de porta voz), ou de publicidade (como atualmente a televisão e as conferências de imprensa) (BOURDIEU, 2005b, p.183). O movimento está tanto mais inclinado a indicar ou autorizar certos membros a medida que possuem uma trajetória que coincidam com sua contribuição individual para organização, demonstrada por exemplo através das trajetórias de dois membros do MST que atuam no campo institucional legitimados, autorizados pelo MST, visando demonstrar quanto mais convergências entre a trajetória da coletividade e a trajetória pessoal (os sofrimentos compartilhados, os serviços prestados, a obediência as decisões internas, a conformidade com as exigências da organização), tanto mais provável conseguir uma autorização da coletividade para certas posições. Nesse caso, cabe lembrar Bourdieu (2005b, p.193) mais uma vez:

A lei que rege as permutas entre os agentes e as instituições pode enunciar-se assim: a instituição dá tudo, a começar pelo poder sobre a instituição, àqueles que tudo deram a instituição, mas porque fora da instituição e sem a instituição eles nada seriam, e porque não podem negar a instituição sem se negarem a si mesmo, pura e simplesmente privando-se de tudo o que eles são pela instituição para a instituição à qual tudo devem. Em resumo, a instituição investe aqueles que investiram na instituição.

Nas situações descritas e analisadas acima, identifiquei nos discursos, nas ações, na participação e narrativas dos membros, a valorização das suas contribuições para a organização e vice-versa. Para aqueles que pretendiam ou já se encontravam posicionados para travarem as disputas por representação política, destacavam em certas circunstâncias não somente sua contribuição ao MST, mas suas contribuições também na construção do partido e para outros segmentos sociais, e na capacidade de construir pontes e redes de acesso para atendimento das pautas do movimento, situações orientadas pelas “ideias força” de potencializar a pauta e o debate em favor da reforma agrária. Isso demonstra igualmente a habilidade desses representantes que ao ganharem certa experiência no mundo da política, como afirma Kuschnir (2007), muitos percebem que uma das estratégias para se tornar um político bem-sucedido consiste em ampliar ao máximo sua esfera de relações. Assim, procuram sempre acrescentar novas redes sociais ao seu círculo de contatos, sem anular aquelas já consolidadas por experiência anteriores, como se viu nas duas trajetórias descritas, incorporam outras agendas e constroem outras relações para além da bandeira da reforma agrária. Investindo em seu papel como mediador, o político torna seu mandato um espaço de convergências, estabelecendo pontes e conexões entre pessoas, instituições e saberes oriundos de diversos universos culturais. Com esse projeto, muitos conquistam e consolidam alianças em setores do poder público, essenciais para o atendimento das demandas de seus eleitores. (KUSCHNIR, 2007, p.52).



As redes de acesso nos espaços para atendimento das pautas de reivindicação e demandas funcionam como metas que os movimentos e segmentos têm a expectativa em relação a atuação desses representantes, os quais devem se empenhar, trabalhar para ajudar e agilizar os processos para o atendimento. Assim, os convênios, as liberações das solicitações das demandas – como o caso das casas de farinha, das cisternas, dos convênios para as trabalhadoras rurais, das agudas, o apoio ao acampamento das mulheres, do atendimento de demandas de saúde, de bolsa de estudo – compõem um quadro na qual a atuação dos representantes são avaliadas também. A capacidade de mediar, de construir pontes, ou seja, de transitar nas redes de acesso das demandas são fundamentais na consolidação dos laços, da demonstração da preocupação dos representantes com os seus companheiros e companheiras. Como ressalta Roberto Aviles Medina, do assentamento Pitinga, do município de Santo Amaro:

Como é que estamos com uma filha precisando ser internada e a gente sabe como é a saúde e um companheiro que ajudamos a eleger não nos ajuda, para mim mesmo foi fundamental conseguir o atendimento para minha filha que tem diabetes emocional e entrou em coma e não tinha uma unidade para atendê-la, foi uma batalha grande, e se não fosse a ajuda de Valmir e Lucinha ligar pra um, ligar pra outro, pro secretário de saúde para mapear onde Andreia podia ser atendida, minha filha tinha morrido. (Entrevista, 2011)

O conjunto de ações e articulações e expectativas compõem a atuação desses representantes nos diferentes espaços como políticos mediadores aproximando outros segmentos sem, contudo, preterir seu vínculo com as agendas e os membros que integram o MST, é recorrente encontrar afirmações do tipo:

Quando eu terminar o mandato é pra o espaço do assentamento, para as tarefas internas do MST que voltarei. (Entrevista – Osvaldo Silveira Rocha – Vereador Itamaraju)

O MST é minha vida e não tenho dúvida que continuarei lutando com o movimento com mandato ou sem mandato (*Revista Muito* 2010- Valmir Assunção – dep. federal)

Quando eu ganhei atuei ao lado do movimento e quando perdi voltei a cumprir outras tarefas delegadas pela direção do movimento, por isso pra mim não muda (José Luís de Jesus Serra – Ex-Vereador Itaeté)

Eu vim pra secretaria porque foi um entendimento da organização, eu pessoalmente, não tinha muita disposição, mas cumprirei essa tarefa e ao final espero que o MST, me dê uma tarefa interna. (Entrevista, Vera Lúcia – Secretária de Políticas para Mulheres)

Nesse sentido, embora os candidatos oriundos do MST busquem apoio de outros movimentos e alianças com outros segmentos sociais, o que faz essa representação conter a caracterís-

tica de mediação nos termos descritos em detalhe acima é o compromisso que envolve um projeto que liga os mandatos dos representantes aos objetivos do movimento, nesse caso, o compromisso em buscar aproximações, alianças para fortalecer a luta por reforma agrária e transformações sociais amplas. A atuação dos representantes mediadores proporciona também socializações de aprendizados entre os diferentes segmentos, que passam a se relacionar, as disputas com procuradores, conhecimento de agendas diversas, aprendizados das linguagens do movimento de mulheres, LGBT, movimento negro, povo de santo. A continuada participação dos representantes possibilitam os processos de prestação de contas daqueles que estão em nome do MST assumindo posições no campo instituído. Seus companheiros e pares nutrem as expectativas e cobram destes representantes que disponibilize tempo para estarem nos debates, reuniões, encontros, assembleias, ou seja, que participem periodicamente das atividades do MST, sob a pena de deslegitimasse, e perder apoios internos para futuros processos representativos.

Nesse processo, estão implícitos os conflitos para defender ou levantar barreiras/dificuldades aqueles que não demonstrarem em suas condutas a disposição de manter o vínculo/nutrir o *relacionamento* com o projeto e os interesses do movimento, como foi o caso de Irailton Gonçalves e Frei Dílson, que não conseguiram renovar os laços e manter-se como representantes do MST-Ba, como mostrado no capítulo IV. Nesse sentido, identifica-se uma relação condicionada para conferir apoio aos representantes do MST no campo político, que fazem referência a um conjunto de motivações baseadas nas relações de reciprocidade, de amizade, de interesses, dos valores morais dos membros do MST, e compõem uma plataforma de reivindicações dos segmentos que respaldam a atuação desses representantes que vai desde a defesa da reforma agrária à luta contra o do preconceito étnico-racial e desigualdades de gênero no Brasil.

#### 4 DESAFIO PARA OS MEMBROS DO MST NAS DISPUTAS POLÍTICAS

Pode-se afirmar, a partir do conjunto de variáveis expressas nas relações da experiência analisada, que os representantes continuam integrados nas atividades dos movimentos e que ao cumprirem o papel de mediação nutrem suas relações e aproximações de agendas entre segmentos e espaços diferentes, colocam-se em confrontação no campo político com segmentos antagônicos aos movimentos e as bandeiras defendidas por esses agentes. Por outro lado, não se pode desconsiderar que essas relações entre os membros que assumem posições no campo político e os demais passam por transformações quanto ao modo de tratamento destinado aqueles que são representantes, denominações que vão desde o tradicional companheiro até o de “deputado(a)”, “secretária(o)”, “vereador(a)”, “coordenador(a)”, “diretor(a)” etc., em referência ao cargo que assumem e que compõem também o quadro de assimetrias internas no MST. Transformações as quais requerem constantes reflexões e processos avaliativos entre os agentes envolvidos tendo em vista que, embora haja nos espaços coletivos as avaliações e debates, não se podem desprezar os efeitos dessas mudanças no ideário do conjunto dos membros.

Não se podem desconsiderar as assimetrias produzidas por essas participações nas diferentes esferas municipal, estadual e federal nas instâncias legislativas ou executivas e seus efeitos nas relações intermembros do movimento. A prática de reuniões coletivas para avaliação pode ser um caminho para minimizar os efeitos, mas não significa que neutralizem essas diferenças. Por isso constitui-se em desafio permanente na construção das relações por representação política a observância para as dinâmicas produzidas por essas diferenças e assimetrias.

Outro desafio na construção do quadro referencial de socialização dos membros diante da expectativa de representar o movimento é atentar-se para o fato que assim como as marchas, as ocupações, os cursos de formação, compõem um quadro complexo que guardam relação na formação e socialização dos membros do MST, também se pode de forma homologa pensar sobre as eleições. Ao definir como estratégia legitimada pelos agentes das instâncias do MST a participação nas disputas das eleições, abre para os indivíduos na construção das suas estratégias e projetos de vida mais uma alternativa no quadro das posições que compõem o quadro das estruturas organizativas do MST, assim ser militante, ser dirigentes, ou ser membro representante no campo político como vereador, prefeito, deputado, etc, entram como possibilidades de posições a serem perseguidas pelos membros etc. Cada uma dessas posições requerendo estratégias de ação e conduta específicas dos agentes presentes nessa figuração logo implicados as

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo mencionado rapidamente a tensão entre, de um lado, minha condição de militante do MST na Bahia, as relações de amizade construídas ao longo desta militância, e até mesmo os laços de parentesco instituídos, e de outro, as exigências inerentes à pesquisa sociológica e à escrita acadêmica, é preciso, ao final do trabalho, refletir sobre esta problemática de modo mais explícito. É preciso afirmar que foi um enorme esforço perceber quando minhas pré-noções, construídas pela convivência no movimento, não estavam conduzindo minhas análises. Sobre esse aspecto, remeto-me ao pensamento de Da Matta (apud VELHO, 1978, p.39), enfatizando que familiaridade não é conhecimento, mas também não é desconhecimento *a priori*, de modo que:

[...] O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas, até certo ponto, conhecido. No entanto estamos sempre pressupondo familiaridade e exotismos como fontes de conhecimento e desconhecimento, respectivamente.

Nesse sentido, busquei apreender através do exercício da *confrontação intelectual*, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos e situações que se apresentavam como conhecidas (VELHO, 1978, p.45). Foi extremamente interessante o exercício de olhar de novo para certos espaços e situações, como as reuniões da direção estadual do MST-BA (das quais participei por muitos anos)<sup>78</sup> e o assentamento Lulão, e perceber processos e dinâmicas, anteriormente, não percebidos. Do mesmo modo, embora estivesse familiarizada com as atividades do PT, percebi que pouco sabia das suas figurações internas.

A aplicação do questionário foi um momento importante para a demarcação provisória do papel de militante em relação às funções de pesquisadora. Se, com o questionário, eu buscava identificar as opiniões majoritárias, captadas quantitativamente, as conversas encetadas quando da aplicação do instrumento, para além da objetividade das questões formuladas, foram fontes importantes para outras reflexões em que as opiniões minoritárias eram tão reveladoras quanto as opiniões majoritárias e integram a complexidade das relações analisadas. A observação participante me deu a possibilidade de compreender, no fluxo das relações, os

---

<sup>78</sup> Nunca fui integrante da direção do MST na Bahia, porém tinha assento nas reuniões em virtude de ocupar a coordenação estadual da secretaria do movimento no estado.

dissensos, as divergências, as tensões, as assimetrias, conflitos que estiveram relacionados ao debate sobre a participação política dos membros do MST no campo político e que matizaram minhas reflexões. Embora a combinação da luta pela terra com a participação no campo instituído da política seja uma estratégia consolidada na experiência do MST-Ba, isso não significa que não haja custos e riscos que precisam constantemente ser avaliados e debatidos como observado no debate sobre os desafios que estão postos para a coletividade do MST.

O segundo desafio na escrita desta tese relacionou-se às diferenças existentes nas relações entre pesquisadora e entrevistados. Ademais, tentei, a partir dessa familiarização, minimizar os efeitos de possíveis assimetrias, sobre as quais Bourdieu chamou a atenção. Sobre esse aspecto foi alvo das minhas reflexões a “objetivação participante” defendida por Bourdieu (2005b, p.52), a qual continua sendo para mim uma questão central:

[...] Objectivar a pretensão à posição realenga que, como há pouco disse, leva a fazer da sociologia uma arma nas lutas no interior do campo em vez de fazer dela instrumento de conhecimento dessas lutas, portanto do próprio sujeito cognoscente o qual, faça o que fizer, não deixa de estar nelas envolvido, é conferir a si mesmo os meios de reintroduzir na análise a consciência dos pressupostos e dos preconceitos, associados ao ponto de vista local e localizado daquele que constrói o espaço dos pontos de vista.

Não obstante, é preciso saber quais os procedimentos, quais as práticas do campo da pesquisa, de modo que seja possível discernir entre um equívoco ou erro metodológico e uma falta ética com seus entrevistados e com os sujeitos de forma mais ampla, relacionados à prática da pesquisa social, marco presente durante todo esse processo.

No que se refere às questões de pesquisa, ao iniciar este trabalho me propus analisar a participação dos membros do movimento dos trabalhadores rurais sem terra nas disputas eleitorais para eleger representantes no executivo e legislativo. Para tanto, busquei referências da Antropologia Política, Ciência Política e Sociologia, que ajudaram na demarcação dos conceitos fundamentais que orientaram meu olhar, como por exemplo, a democracia entendida como *processo*, afastando-me de interpretá-la como algo acabado, ou um conjunto de procedimentos ou ainda como arranjos formalistas. por isso o termo *democratização* ganhou relevo nas reflexões desta tese sobre processos que estão em curso, inacabados, indeterminados.

A visão da representação política foi também objeto de reflexão. No lugar de tomá-la como identidade ou delegação, adotei – num diálogo com Urbinati (2006) e Young (2006) – apreendê-la como *relacionamento* que é mais que simplesmente a soma das três etapas que a acompanham (autorização, tomada de decisões e prestação de contas). A representação políti-

ca emerge, desta forma, como um processo de circularidade entre sociedade e instituições políticas. A atenção nesta tese recaiu sobre duas esferas de ações nas quais o MST opera: a primeira denominei de *ampla política* e a segunda de *campo político*.

Na demarcação sobre o sentido da política (relações de poder) como resultado da práxis humana, ressaltai a figura do político mediador, como algo que se particulariza no exercício representação política pelos candidatos oriundos do MST, que participam com regularidade das atividades, reuniões e fóruns de debates do movimento e atuam na construção de redes de acesso (ou acessando as redes que já existem) para os movimentos que lastreiam seus mandatos.

A construção da representação política no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra na Bahia não foi proposta como substituição das ações diretas. As conquistas operadas pelas ações diretas e as conquistas alcançadas pelas ações de representação são, em certa medida complementares, ainda que sujeitas a questionamentos internos e externos, mas não são suficientes, sendo necessário instituir uma articulação em “redes” com outros movimentos, atores e organizações para construir os objetivos da luta pela terra.

Algumas interpretações defendidas nesta tese devem ser recuperadas aqui:

- a) As ações diretas e a estratégia de construção de representação política possibilitaram a consolidação da imagem do MST como agente político no cenário baiano.
- b) O trabalho de base para fundação do MST-BA integrou um conjunto de pessoas que ao longo do tempo foram se consolidando como lideranças. Algumas dessas lideranças foram, posteriormente, autorizadas pelos membros do MST a colocarem-se no campo político como representantes do movimento. As trajetórias de Vera Lúcia Barbosa e Valmir Assunção, bem como do conjunto dos chamados “articuladores políticos”, entre os quais muitas candidaturas foram construídas, revelam um vínculo de longo prazo entre aqueles que são autorizados<sup>79</sup> a pleitear cargos políti-

---

<sup>79</sup> O processo de autorização das candidaturas no âmbito do MST na Bahia é um tema que merece ainda uma reflexão mais aprofundada. Assim como em outras organizações, aqueles que falam em nome do MST precisam conquistar, primeiro, um “mandato” interno, de modo que aqueles que podem ser autorizados a entrar na esfera da representação no campo político instituído já são, na verdade, previamente autorizados, e seria necessário instaurar uma pesquisa mais detalhada entre as conexões entre esses dois processos de autorização. Na experiência do MST na Bahia já houve casos em que algumas das lideranças se colocaram como alternativas de representação política e não receberam a autorização coletiva, mas essa desautorização não ocorreu nos espaços institucionalizados de decisão interna, e sim através de contatos pessoais que recorrentemente desencorajaram algumas candidaturas. O contrário também ocorreu: algumas candidaturas foram construídas nesses contatos pessoais que motivam certas lideranças a colocarem-se para autorização formal. Em resumo, é preciso reconhecer que nesta tese não se esgota a questão de quem autoriza e como autoriza, mas posso avançar na avaliação que para o conjunto dos membros do MST na Bahia os critérios dessa autorização não estão suficientemente claros, nem foram consolidados pelas instâncias de autorização. É necessário chamar a atenção, ainda, para as visões de mundo expressas nos usos dos termos que nomeiam dinâmicas. Quando no âmbito do MST se fala que tal ou qual can-

cos e o MST na Bahia. Sua entrada no campo político integra um processo que vai desde a avaliação para autorização interna pelos membros do MST até a participação das decisões no mandato e prestações de contas. Processo que é fundamental para renovar ou revogar a autorização de falar pelo movimento ou colocar-se como representantes. Observou-se que majoritariamente os membros que estão atuando no campo político, seja em cargos no executivo seja no legislativo, são membros que têm mais de 15 anos de atuação no movimento.

- c) Há, no movimento, processo de seleção das lideranças que publicamente falam pelo grupo em nome do grupo. Assim, o MST transfere para estas seu capital político, investindo-as de poder nos espaços que transitam em nome do movimento. Do ponto de vistas das trajetórias individuais, estas lideranças, ao ingressarem no MST, não detinham capitais econômico ou cultural, muitas não tendo nem o ensino fundamental. São, normalmente, oriundas de núcleos familiares muito pobres, o que não significa que esse processo de “seleção” não esteja se modificando. Parodiando Bourdieu, “deram suas vidas ao MST à medida que o MST tudo deu a estas pessoas”, e é incontestável a consolidação dessas lideranças deve ser creditada a essa dinâmica coletiva. Em termos de trajetória, pode-se arriscar dizer que Valmir Assunção e Vera Lúcia Barbosa não teriam acumulado o capital político que possuem hoje sem a presença do MST enquanto agente coletivo lastreando suas atuações no campo político.
- d) Identifica-se que a decisão da participação no campo político entra como um marco simbólico e resultante do acúmulo das primeiras vivências no campo político desde a gênese do MST na Bahia, demonstrada pela participação dos militantes do MST na organização do Partido dos Trabalhadores nos municípios do Extremo Sul e nas difusas candidaturas a prefeitura e vereador no município de Itamaraju em 1988. A decisão expressa uma “nova” fase da participação política, anteriormente não tão demarcada para seus interlocutores políticos.
- e) A decisão “oficial” resultou internamente numa demarcação mais explícita sobre os favoráveis e contrários à atuação do MST no campo político. Criando uma dinâmica de debates e interpretações sobre o sentido da participação política do movimento na *ampla política* e no campo político. Conferindo, portanto, à estratégia de

“combinação das ações diretas e ações no campo político” uma maior plausibilidade e eficácia simbólica nas figurações atuais. Inaugurando uma fase que alterou o consenso sobre a exclusividade da atuação no MST via ações diretas, sem diminuir, todavia, as convicções do movimento sobre a relevância das ações diretas como ocupações, marchas, mobilizações públicas, demonstrada durante a tese pelo número de ocupações de grandes propriedades de terra, número de famílias acampadas e ocupações de órgãos públicos ao longo dos anos.

- f) A defesa da revolução, feita inicialmente pelo MST, como a forma de operar as transformações sociais, econômicas e políticas no Brasil, vê-se confrontada por seus limites estruturais, situação agravada pelo descenso das esquerdas brasileiras pós-Abertura Política, sendo necessário assim encontrar caminhos de continuar pautando a luta sem deixar o movimento desarticular-se e perder força. Nesse sentido era preciso perseverar e construir a conjuntura revolucionária. Assim, a combinação de lutas diretas, ações radicalizadas e a defesa da estratégia da representação política adquire no argumento daqueles que a defendem como forma de luta, que é importante atuar em diferentes frentes para construir o poder político necessário para fazer o MST e seus aliados ganharem força e construir redes para operar as transformações. Assim, a representação política adquiriu naquele contexto um sentido geral enunciado nas narrativas de fortalecimento da luta por reforma agrária e uma correlação de forças no campo político. Uma reforma agrária que engloba o atendimento das demandas imediatas, como acesso a terra, trabalho, moradia, educação, saúde e lazer. Portanto, a luta travada no campo político é vista como complementaridade das ações que levariam às mudanças estruturais, ou seja, associada com outras bandeiras, redes nacionais e internacionalistas de enfrentamento ao capitalismo e construção de outro referencial civilizatório.
- g) A candidatura via representantes dos movimentos sociais inaugurou um novo perfil de candidaturas na região Extremo Sul, historicamente conduzidas pelas famílias detentoras de poder econômico, de tradição familiar (famílias Carleto, Lopes, Britos). As quais se alternavam via poder econômico à frente dos espaços públicos etc.
- h) As transformações dos métodos organizativos é expressiva da busca do movimento pela democratização e ampliação dos espaços de participação interna com o intuito de incluir cada vez mais membros nos debates, nas decisões, bem como o exercício entre os



membros de expressarem seus pontos de vistas e confrontarem-se, debaterem, concordarem entre si sobre as estratégias e os caminhos a seguir pela organização.

- i) Assim, a conjugação das ações diretas com as ações orientadas para o campo político como, por exemplo, organização da campanha dos candidatos oriundos do movimento, participação das rodadas de negociação para nomeação de membros do MST a cargos executivos, como foi o caso da indicação da liderança nacional ao cargo da Secretária de Políticas para Mulheres integram a luta pelo poder político como um instrumento a serviço da causa da reforma agrária e transformação social contida nos objetivos do movimento desde sua fundação.
- j) A pesquisa revelou que a maioria dos assentados, 96% dos entrevistados, é favorável à participação do MST na luta por representação política. Na busca pela compreensão desse apoio majoritário, as análises qualitativas identificaram que essa opinião decorre em grande medida de: 1) que os assentados colocam-se numa posição de dívida moral com o movimento, pelos sentimentos de reciprocidade das lutas compartilhadas e também pela socialização política que permitem reconhecer a legitimidade do MST em lançar candidatos; e 2) que o apoio específico aos membros que participam das eleições autorizadas pelo MST (geralmente assentados, militantes, lideranças com algum grau de contribuição para o movimento) possui uma pluralidade de motivações, destacando-se nesta pesquisa o “convívio” ao longo do tempo que estrutura o relacionamento entre os membros não candidatos e aqueles membros candidatos ou indicados aos cargos, caracterizado por situações de (des)afeto, reciprocidade, (des)confiança, gratidão, que se desenrolam nos fluxos das relações e no compartilhamento de atividades como marchas, ocupações, mobilizações, ou mesmo nos fluxos das trocas internas como favores pessoais prestados em situações diversas, como ajuda durante a situações de doença ou morte de alguém da família, ajuda na lavoura, etc. Assim, a socialização política decorrente da lutas diretas e da convivência nos espaços políticos promovidas pelo movimento somada ao relacionamento estruturando ao longo do tempo no MST fundamentam o apoio e a disposição de votar nos seus pares para representar o movimento nos espaços políticos.
- k) Emergem no “tempo da política” as categorias do “assentado candidato” e “assentado eleitor”, “militantes e lideranças candidatos” e eleitores (ALENCAR, 2005) que produzem um tipo de conduta específica na ocasião particular das eleições.

- l) A pesquisa revela também que embora as mulheres façam parte dos debates, da organização das candidaturas, principalmente nas instâncias de direção, esse não tem sido um caminho que orienta as perspectivas futuras das mulheres que participam do movimento, como observado em relação aos homens. Decorre dessa dinâmica a sub-representação interna das mulheres na disputa aos cargos eletivos, sendo um pouco menos essa sub-representação em se tratando dos cargos executivos, mas constata-se que a política no MST tem sido mais recorrentemente assunto dos homens, aspecto que se acentua quando comparada ao método de paridade nas instâncias do MST. Ou seja, não se identificou na agenda de debate a proporcionalidade entre homens e mulheres na totalidade nas candidaturas oriundas do MST.
- m) Durante o processo de construção da representação política do MST-Ba, o PT cumpre um lugar estratégico nas alianças para lançamento das candidaturas, embora não disponha de exclusividade – situações identificadas nas alianças eleitorais entre as candidaturas oriundas do movimento e partidos como PSB, PP, PSOL. Mas mesmo havendo alianças pragmáticas com outros partidos, a relação de maior intensidade é indubitavelmente com o PT.
- n) O risco das desconexões é vista nesta tese como uma dinâmica intrínseca ao processo de representação e também na relação entre membros que atuam em movimentos sociais, organizações políticas, enfim em espaços coletivos etc., considerando que um militante comum também pode afastar-se da organização que atua, como por exemplos os 51 militantes que deixaram seus movimentos por estarem em desacordos com os meios de luta. Os debates sempre trazem como desafio pessoal o julgamento particular de preservar o vínculo ou não. Assim sendo antes do processo de reautorização, a verificação de como foi a atuação do representante durante todo o processo é uma parte extremamente importante. A participação nas reuniões para discutir as decisões a serem tomadas, assembleias para devolver as respostas e compromissos assumidos, encontros, enfim da vida da organização, apresentou-se nessa tese como uma forma que nutre o laço que liga representantes e representados; militantes e organização que estão atuando como representantes no espaço político. A adoção de postura contrária também pode ser verificada, à medida que os porta vozes, lideranças, representantes deixam de atuar nesses espaços coletivos e públicos desgastam os vínculos, podendo chegar a uma ruptura total,

como foi o caso de um vereador no município de Prado. Indiscutivelmente, esse é o fio da navalha sob o qual estão sujeitos todos esses que atuam na vida coletiva.

- o) O papel dos representantes oriundos do MST atuando como mediadores criando pontes entre esferas e segmentos sociais diversos, articulando redes de acesso para atendimentos das demandas do MST e dos movimentos integrantes desta rede. A entrada no campo político constituiu uma rede diferente da rede de atuação dos movimentos como, por exemplo, o objetivo da via campesina, a rede de mediação que os representantes que passaram a atuar, integram os fluxos dentro o estado e as demandas dos movimentos sociais. *Redes institucionais* para agilizar o atendimento de audiências, acesso as informações que dinamizam projetos, participação das negociações que decidem sobre os arranjos políticos, como indicação dos cargos políticos, concessão de títulos de honorarias, assessorias, deliberação sobre as emendas parlamentares etc. Acesso a estruturas a disposição dos mandatos como apartamento funcional a disposição dos militantes das lutas como explicitado nas narrativas, assessoria para liberação de militantes, ou seja, a luta pela redistribuição dos recursos públicos, ganha uma lógica em favor daqueles que nunca tiveram acesso. Situações que incrementam *o poder político*, o prestígio do movimento junto a outros agentes políticos.
- p) As campanhas eleitorais são vivenciadas com grande entusiasmo e agitação interna, é o momento que o movimento adquire feições partidárias, suas preocupações com a organização do voto, filiações, políticas de alianças, financiamento de campanha, dividem com as atividades cotidianas a agenda dos debates do movimento. Já para os assentados é o momento de cobrar compromissos, atualizar promessas com os candidatos, mas também retribuir favores e reconhecimento pelo trabalho. Todavia essas ações não tornam o MST um partido político, mas a busca por construir acordos e compromissos com governos e candidatos é intensificada pela conjuntura das eleições. Ademais, essas mobilizações, em diferentes espaços sociais, demonstram que essas relações não necessariamente compõem relações dualistas, segregacionistas, pelo contrário, fazem parte dos desafios colocados por uma sociedade reflexiva extremamente complexa e já não é mais possível chegar ao cumprimento de pautas específicas, como a da reforma agrária, sem uma ampla articulação com outros segmentos que ultrapassam a enunciação de um discurso solidário.

A experiência analisada me indicou alguns aspectos relevantes sobre a contribuição dos movimentos na disputa de visões de mundo, nos espaços institucionais, como por exemplo: a) a forma colegiada de coordenação da campanha; b) estruturação de financiamento que garantam princípios de autonomia em relação aos tradicionais controles dos mandatos; c) a plenária de planejamento com a participação de lideranças e militantes de vários movimentos sociais (MST, MTD, Movimento Negro, MLT, CETA, MAB, LGBT e movimento indígena) e da EPS pós-eleições para pensar as linhas de ação do mandato, e, d) a criação de um conselho permanente para orientar as ações do seu representante, podem ser expressões que sinalizam o quanto a participação dos movimentos sociais pode alterar a qualidade de sua própria organização, construir novos espaços de negociação entre representantes e representados bem com alterar o modo de fazer a política atualmente.

Inovações também demonstradas pela capacidade dos acampados e assentados vivenciam o *tempo das eleições*, as eleições vistas não apenas como o momento do consentimento àqueles que tudo farão pela organização, mas como uma confirmação de continuarem construindo outra frente, na qual sabem que precisam continuar atuando via ocupações, reivindicações para inclusive dar força aqueles que autorizarem a mediar nos espaços sociais para operarem as conquistas do movimento, assim apontando para um novo cenário, no qual eles questionam e alteram as posições de poder na política baiana, introduzem outros valores, quando confirmam, por exemplo, sua capacidade de articulação da candidatura de um dos seus porta-vozes e o tornam o 4º deputado federal mais votado do PT. Nesse sentido, estou de acordo com Luís Miguel (2009, p.175), para quem:

Se não há, aí, nenhuma resposta atual da organização política, existe, ao menos, uma indicação bastante precisa dos valores que devem presidir nossa busca: aprofundamento da justiça, contemplando a diversidade de modos de vida justapostos nas sociedades atuais.

A estruturação de novas dinâmicas de participação social e de mecanismos que alterem o conteúdo das representações públicas combinada com outras ações de luta para além dos marcos institucionais abrem a possibilidade de um reposicionamento na política atual, em que a participação ativa dos movimentos sociais no jogo político informa sua condição de alterar algumas regras, tendo como ideário central o aprofundamento do processo democratizante ainda em estágio embrionário.

Nesse sentido, concordo com Bringel (2008) quando afirma que em muitas dimensões, o MST contribui para a democratização, seja pensando a democracia como demanda a

partir da exteriorização de suas ações, ao participar, por exemplo, dessas disputas de posição no campo político instituído, no diálogo com uma rede de outros movimentos sociais para construir candidaturas de representantes que são engajados nas suas organizações, seja também como criador de novos espaços de democracia radical em seus acampamentos e assentamentos na formação dos seus membros que resultam em socialização política, que se refere à esfera individual da qualificação do indivíduo como ser político; a revisão dos seus métodos organizativos apontam para isso e que se relaciona com a dimensão coletiva, voltada para a atuação dos movimentos sociais na esfera pública.

Posicionei esta tese junto àqueles referentes que defendem que a contribuição dos movimentos sociais é fundamental para que se tenha efetivamente um alargamento do sentido político e avancemos nos processos democratizantes no País. Esta tese não propõe a complementaridade como solução simplista, mas como o exercício entre as diferentes frentes de lutas, conexões entre os espaços instituinte e instituído, uma participação via representação advindas dos grupos historicamente excluídos dos espaços instituídos, na problematização das contradições e dos limites no interior do regime democrático representativo, prospectando caminhos para democracia participativa.

Vejo as ações em rede dos movimentos sociais como potenciais exemplos de novas experiências participativas e de novas políticas que incluam as pessoas na problematização dos grandes temas do mundo, como as desigualdades estruturais, a falta de expectativa futura, o sentimento de insegurança generalizado. Assim, acredito que os movimentos sociais são portadores de um poder criativo para o exercício da vida pública, para o debate dos interesses comuns no contexto da diversidade das sociedades atuais.

Os fenômenos aqui descritos – mediação institucional, socialização política, as redes de acesso – são elaborações de força coletiva, mas que são experimentados no íntimo de cada sujeito, e o sentido advém das particularidades e do diálogo que cada sujeito faz sobre sua própria existência e dos seus questionamentos sobre “seus lugares” no mundo. Por isso, estou absolutamente convencida que a entrada dos movimentos sociais contribuiu para instaurar novas formas de fazer política na Bahia, no Brasil e que dizem respeito ao alargamento do processo de democratização no País. Cada ação radicalizada, cada ocupação, cada eleição, cada discurso proferido, cada criança nascida, a cada resistência dos trabalhadores e trabalhadoras, construídas inclusive pela dor da perda de homens e mulheres, encham de esperança essa luta.

A capacidade de sonhar, de prospectar dos assentados, lideranças, militantes, mulhe-

res, homens, crianças, adolescentes, jovens e idosos, organizados nos acampamentos e assentamentos do Brasil a fora, nos espaços de confrontação coletiva em busca de condições melhores de vida e ampliação dos seus direitos, enfim dos sujeitos historicamente excluídos, nutre o caminhar da luta dos movimentos sociais. Estes que possuem a força criadora de dinâmicas que extrapolam minhas análises e previsões, para construir suas vidas dia após dia. Infinitas são também as possibilidades de organizarmos e operarmos as mudanças. Esta força criadora que questiona todas as análises, desde as contidas nesta tese, as quais podem estar superadas antes mesmo que a leiam até as metanarrativas sobre o funcionamento da sociedade. Assim, a contribuição deste estudo é justamente a possibilidade de confrontação da realidade no momento da sua verificação e o devir implacável com suas versões e formas recém-nascidas. Todavia, o fundamental é que sempre haverá um jeito, um jeito não dito, não refletido, que nos espera, cientistas, trabalhadores braçais, proletários, lideranças, o povo, conjunto do qual acredito advém radicalmente o poder de transformação, haveremos de questionar o sentido e ao mesmo tempo darmos o sentido, construindo visões de mundo, mas que também têm validade temporal, espacial. É o tempo e a vida e a vida e o tempo. E nessa dialética sempre “duvidei das verdades absolutas”!

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Francisco Amaro Gomes. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais**. Revista Nera, n.06. Ed.UFC, junho, 2005.
- ALY, Osvaldo; ERRANTE, Vera Lúcia Botta. **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas uma trajetória de 20 anos**. São Paulo: ABRA/ UNIARA/INCRA, 2005.
- ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Pedagogia Do Movimento Sem Terra E Relações De Gênero: incidências, contradições e perspectivas em movimento**. Dissertação de Mestrado: UFBA, 2011.
- ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues de. **Da luta contra a exclusão à reinvenção da escola pública popular: a luta pela escolarização no MST da Bahia**. Dissertação. Programa em Ciências e Práticas Educativas da Universidade de Franca, 2000.
- AVELAR, Lúcia. A relação Estado/sociedade, a participação política e os atores. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Actávio. **Sistema Político Brasileiro**. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.
- AVRITZER, Leonardo. **Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- BAEMA.C. **La transcripción em historia oral: para um modelo 'vivo' del passo de lo oral a lo escrito**. Historia, Antropologia e Fuentes Orales, n.18.Voze Imagem, p.41-62, 1997.
- BARONE, Luís Antônio. O MST frente ao campo político institucional do início do século XXI. REDD, julho de 2011.
- BARROS, Myriam. **Densidade da memória, trajetória e projeto de vida**. Relatório de pesquisa/CNPQ, 1996, p.140 -146.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BECKER, Howard. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p.122-157.
- BOBBIO, Norberto. O modelo jusnaturalista. In: BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna**. 4.ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BOSI, E. **Lembranças de Velhos**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987, p.5-28.
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: Crítica Social do Julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.
- \_\_\_\_\_. **A Economia das Trocas Linguísticas: O que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 1998.
- \_\_\_\_\_. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- \_\_\_\_\_. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_. **A Profissão de Sociólogo: Preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Esboço de auto-análise**. Companhia das Letras, 2005a.

- \_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005b.
- \_\_\_\_\_. **As meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- \_\_\_\_\_. **O capital social (1980). Notas provisórias**. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Capítulo III. Petrópolis: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. **A Ilusão Biográfica**. In: FERREIRA, Marieta de M. e AMADO, Janaína (Org.). Rio de Janeiro: FGV, 1996, p.183-192.
- \_\_\_\_\_. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Trad.: Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.
- BRENNEISEN, Eliane. **Da luta pela Terra à luta pela Vida: entre os fragmentos do presente e as perspectivas do futuro**. São Paulo: Annablume, 2004.
- \_\_\_\_\_. **O MST e os assentamentos rurais no Oeste do Paraná: encontros e desencontros na luta pela terra**. Unioeste, 2004.
- BRINGEL, Breno. **A busca de uma agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow**. Caderno CRH, v.10. Salvador, 2011.
- \_\_\_\_\_. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST**. Revista Nera. São Paulo, 2006.
- BRINGEL, Breno; ECHART, Enara. **Movimentos Sociais e Democracia: os dois lados das "fronteiras"**. Caderno CRH, v.21. Salvador, 2008.
- BRINGEL, Breno; ESPÍÑEIRA, Maria. **Movimentos Sociais e Política-releituras contemporâneas**. Caderno CRH, v.21. Salvador, 2008.
- BRINGEL, Breno; FALERO, Alfredo. **Redes transnacionais dos movimentos sociais e a esquerda política na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial**. Caderno CRH, v.21. Salvador, 2008.
- CALDART, Salette Roseli. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CALVINO, Ítalo. **A palavra escrita e a não-escrita**. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, J. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.130-147.
- CARVALHO, Horácio Martins de. **A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.233-260.
- CHÂTELET, François. **História das ideias políticas**. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 2000.
- CORRÊA, Darcísio. **A construção da cidadania: reflexões histórico-políticas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999.
- COSTA, Beatriz Morem da. **Capital Social e Organizações do Terceiro Setor em Porto Alegre**. Tese. Doutorado em Sociologia - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004, p.245.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Artigo sobre democracia**. Rio de Janeiro: URFJ, 2008.



D'INCAO, Maria Conceição; ROY, Gerard. **Nós, Cidadãos: aprendendo e ensinando democracia**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.

DEWEY, J. **Democracy and Education**. New York: Dover, 2004.

DUNNING, Eric; MENNELL, Stephen. Prefácio à edição inglesa. In: ELIAS, Norbert. **Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ELIAS, Nobert. **O processo Civilizador I**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

\_\_\_\_\_. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. **Os Alemães**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. **Por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **O processo Civilizador II**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ESPIÑEIRA, Maria e Teixeira Helder. **Democracia, movimentos sociais e nivelamento intelectual: considerações sobre a ampliação da participação política**. Caderno CRH, v.21. Salvador, 2008.

FARIA, Leticia. Modernidade e Tradição: política, promessa e voto no Movimento Sem Terra. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, vol. 2, n.1 (3), janeiro-julho/2005, p.22-35.

FARIA, Leticia. Segmentaridade e Política: os grupos e suas divisões no MST. Artigo aprovado no XV Congresso Brasileiro de Sociologia, julho 2011.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento Camponês Rebelde e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FERRANTE, Vera Lúcia Botta. Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisa. In: MEDEIROS, Leonildes. **Assentamentos Rurais: Uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade de Estadual Paulista, 1994, p.127-144.

FERREIRA, Marieta M. Fazendo história oral: Lapidando a fala bruta. In: FERREIRA, Marieta M. **Braços da resistência: uma história da imigração espanhola**. São Paulo: Xamã, 1996, p.261-270.

FONSECA, C. **Classe e a recusa etnográfica**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006, p.13-34.

GADEA, Carlos. **O estudo dos movimentos sociais e a esquerda política na América Latina**. Caderno CRH, v.21. Salvador, 2008.

GALO, Marcelino. **Novos Ventos Baianos: Caminhos e desafios das forças políticas que governam o Estado**. São Paulo: Ed Caros Amigos, 2007.

GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civas no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2010.

- \_\_\_\_\_. **Os Sem-Terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.
- GOMES, Maria Suely Ferreira. **A construção da organicidade no MST: A experiência do assentamento 26 de março**. Dissertação. Pará: PPGCS/UFPA, julho/2009.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 8 ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1991.
- HEINICH, Nathalie. **A Sociologia de Norbert Elias**. Bauru-SP: EDUSC, 2001.
- HEREDIA, Beatriz. **Como se fazem as eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Relumê Dumará, 2002.
- HOLANDA, Cristina Buarque de. **Modo da Representação Política**. O experimento da Primeira República Brasileira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
- KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da Política**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000.
- KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da Política**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2007.
- LANDINI, Tatiana Savoia. **A Sociologia Processual de Norbert Elias**. Tese. São Paulo: FFLCH/USP, 2005.
- LANDINI, Tatiana Savoia; PASSIANI, Enio. **Entrevista com Stephen Mennell, Eric Dunning e Johan Goudsblom**, 2001.
- LOUREIRO, Maria Rita. Interpretações contemporâneas da representação. **Revista Brasileira da Ciência Política**, nº 1, Brasília, 2009, p.63-93.
- LUCAS, Douglas Cesar. **Desobediência civil e novos movimentos sociais: a construção democrática do direito**. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Direito/UFSC, 2001.
- MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. 2.ed., São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MANÇANO, Bernardo. **A Formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes. 2000, p.57-56.
- \_\_\_\_\_. **Gênese e Desenvolvimento do MST**. **Pares, Caderno de Formação** n.30. São Paulo, 1998.
- MARTINS, José de S. **A Política do Brasil**. Lúmpen e místico. São Paulo: Ed. Contexto, 2011.
- \_\_\_\_\_. **A questão agrária brasileira e o papel do MST**. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997, p.11-76.
- \_\_\_\_\_. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.
- \_\_\_\_\_. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- \_\_\_\_\_. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MEDEIROS, Leonilde. **Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe**. In: SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio Carvalho. **Política e Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, p.41-57.
- \_\_\_\_\_. **Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

\_\_\_\_\_. **Assentamentos Rurais: Uma visão multidisciplinar.** São Paulo: Universidade de Estadual Paulista, 1994.

MENEZES, Marilda. **História Oral: uma metodologia para o estudo da memória.** *Vivência*, 2005, p.1-13.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais, projetos globais.** Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia, representação e comunidade.** In: ARAÚJO, Cicero. AMADEO, Javier (Org.). *Teoria política Latino-Americana.* São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2009.

MIRANDA, Júlia. **Carisma, sociedade e política.** Rio de Janeiro. Ed. Relumé Dumará, 1999.

MIRANDA, Roberto. **Desempenho Institucional e a superação dos dilemas sociais em assentamentos do semi-árido paraibano.** Dissertação. Campina Grande: UFCG, 2007.

MIRANDA, Roberto; CUNHA, Luís Henrique. A materialização da estrutura organizacional do MST. **25ª Reunião Brasileira de Antropologia**, 11 a 14 de junho, Goiânia, 2006.

MOACIR, Palmeira. **Política no Brasil: visões de antropólogos.** In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio (Org.). Rio de Janeiro: Ed. Relumé Dumará, 2006, p.181-184

NAVARRO, Zander. Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos sem terra no Brasil. In SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, 190-232.

\_\_\_\_\_. Dilemas de um protagonista da luta pela terra. In: SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio Carvalho. **Política e Reforma Agrária.** Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

\_\_\_\_\_. O MST e a canonização da ação coletiva (resposta a Horácio Martins Carvalho). In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.262-281.

SANTOS, Esmeraldo Leal. **Juventude Sem Terra: o cotidiano formado e o processo de identificação com o MST.** Dissertação. Campina Grande: Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFCG, 2008.

NOVAES, Regina Reyes. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, Leonildes. **Assentamentos Rurais: Uma visão multidisciplinar.** São Paulo: Editora da Universidade de Estadual Paulista, 1994, p.177-186.

\_\_\_\_\_. A trajetória de uma bandeira de luta. In: SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio Carvalho. **Política e Reforma Agrária.** Rio de Janeiro: MAUAD, 1998, p.169 a 180.

OLIVEIRA, C. Iolanda. Os significados da representação política nos discursos de militantes e líderes do MST: aspectos observados no caso do Sul da Bahia. **Raízes**, vol.23, nº 01 e 02. Campina Grande, jan/dez. 2004, p.127-139.

ORTIZ, R. **A procura de uma sociologia da Prática.** São Paulo: Ática S/A, 1983.

PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio (Org.). **Antropologia, voto e representação política.** Rio de Janeiro. Ed. Contra Capa, 1996.

- PIERUCCI, Flávio. **A Ética Protestante e o "Espírito" do Capitalismo - Max Weber**. Companhia das Letras. 2008.
- PIRES, Maria L. L. e Silva. **O cooperativismo agrícola em questão**. Recife: Massangana, 2004.
- PITKIN, Hanna Fenichel. **Representação: Palavras, instituições e ideias**. In: **Lua Nova**. São Paulo, 2006, p.15-47.
- POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos. v.2, n.3, p. 3-15, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos. v.1, n.10, p. 200-215, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho**, n. 15. Projeto História, 1997, p.13-49.
- PRADO, Nilvândia de Oliveira. **Nascimento e Territorialização do MST na Bahia**. Monografia (TCC). Curso de Pedagogia da Terra, UFES, 2002.
- REIS, Fabya Santos. **A Mediação das Lideranças Membros da Direção Estadual do MST-BA e a Construção dos Arranjos Sociais e Produtivos: A experiência Baiana - 1987-2007**. Dissertação. Campina Grande: UFCG, 2008.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- SADER, Emir. **Para outras democracias**. In: SANTOS Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SANTOS E SANTOS, Cirlene Jeane. **O processo de territorialização do MST no projeto de assentamento Eldorado a partir da sua espacialização no estado da Bahia**. Dissertação. Salvador: Pós-Graduação em Geografia, UFBA, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para ampliar o cânone democrático**. In: SANTOS Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio Carvalho. **Política e Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1998.
- SAUER, Sérgio. **A luta pela terra em Goiás como um processo de reinvenção do rural**. Artigo, UNB, 2001.
- SCOTTO, Gabriela. **O Trabalho com a imagem e outras atividades de marketing político no cenário eleitoral**. In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio. (Org.). **Política no Brasil: visões de antropólogos**. Rio de Janeiro: Ed. Relumê Dumará, 2006.
- SELL, Carlos E. **Política e sociedade na modernidade tardia**. Petrópolis: Ed. Vozes Ltda, 2006.
- SERRER, Fernanda. **Repensando a Democracia: a elaboração de uma gramática social-participativa**. Rio Grande do Sul: Ed. Unijuí, 2003.
- SILVA, Maria A. de M. **A luta pela terra experiência e memória**. São Paulo: UNESP, 2004.

- SILVA, Paulo Roberto Palhano. **Vivendo novo momento na luta pela terra**: quando o patrão sai de cena. Dissertação. Rio Grande do Norte: Pós-Graduação, UFRN, 1995.
- SIMMEL, Georg. **Sociologia**. MORAES, Evaristo de; FERNANDES, Florestan (Org.). Coleção Grandes Cientistas. São Paulo: Ed. Ática, 1983.
- SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. **Novos Estudos CEBRAP**, 2009, p.82-102.
- SOUZA, Simone. M. **MST: Reafirmando a Centralidade do Trabalho Para Construção de uma Nova Sociabilidade** - Programa de Pós Graduação em Serviço Social, UFPE, 2004.
- STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta no Brasil. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.
- THOMPSON, E. P. **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos**. Campinas: Unicamp, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase**. Crítica, 1979.
- \_\_\_\_\_. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Vol. I-A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros**. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Ed Zahar, 1981.
- TORRENS, João C. Sampaio. **O processo de construção das linhas políticas do Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra**. In: MEDEIROS, Leonildes. **Assentamentos Rurais: Uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Universidade de Estadual Paulista, 1994, p.145-156.
- TOURAINÉ, Alain. **O que é a democracia?** Trad. Guilherme J. de F. Petrópolis: Vozes, 1996.
- URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? In: **Lua Nova**. São Paulo, 2006, p.191-268.
- VELHO, Gilberto C. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p.36-46.
- VITULLO, Gabriel Eduardo. **Teorias da Democratização e democracia na Argentina contemporânea**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2002.
- WARREN, Ilse Scherer. Novos rumos da pesquisa sobre ações coletivas rurais. In: **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Ed. Loyola, 2005, p.221- 240.
- WHYTE, William Foote. **Sociedade de Esquina**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2005.
- YOUNG, Iris Marion. Representação Política, identidade e minorias. In: **Lua Nova**. São Paulo, 2006, p.139-190.
- ZIMMERMANN, Neuza de Castro. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, Leonildes. **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1994, p.205 a 224.

# APÊNDICES

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIOS

### Questionários para membros do MST que não são da Direção

#### 1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 Assentamento: \_\_\_\_\_ data da entrevista: \_\_\_\_\_

1.2 Nome do entrevistado( a) : Opcional

\_\_\_\_\_

1.3 Sexo: ( ) feminino ( ) masculino

1.4 Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

1.5 Escolaridade: ( ) Não estudou ( ) Primário ( ) Ginásio ( ) Nível médio ( ) Ensino superior.

1.6 Tempo de MST. ( ) 1 a 5 anos ( ) 5 as 10 ( ) 10 a 15 ( ) 15 a 20

#### 2 ELEIÇÕES E MOVIMENTO SOCIAL

2.1 Você votou nas últimas eleições brasileiras? ( ) Sim ( ) Não - Por que não?

\_\_\_\_\_

2.2. Você é a favor que membros do MST participem enquanto candidatos nas eleições brasileiras (para vereador, prefeito, deputado estadual e federal, senador, governador, presidente)?

- ( ) Sim, sou a favor. Por que: ( ) Porque é importante participar das eleições no Brasil  
 ( ) Amplia os espaços de luta pela reforma agrária  
 ( ) É importante ter representantes que são do MST nos espaços políticos  
 ( ) Outra razão, qual
- \_\_\_\_\_

- ( ) Não sou a favor. Por que: ( ) Acho que política eleitoral prejudica a autonomia de lutas do MST  
 ( ) Atrapalha a organização interna do MST  
 ( ) Porque os militantes perdem a centralidade da luta por R.A.  
 ( ) Outra razão, qual
- \_\_\_\_\_

2.3. Você votaria nos candidatos que são membros do MST?

- ( ) Sim. Por que:  
 ( ) votaria porque são companheiros(as) de movimento  
 ( ) Votaria porque as considero mais preparadas para defender a reforma agrária

- Votaria porque terei a oportunidade de cobrar os compromissos depois
- Outra razão, qual

- Não votaria Por que:  Porque os militantes acabam priorizando seus interesses pessoais
- Porque não vejo nenhuma diferença entre os candidatos do MST e os outros
- Porque acho que os militantes do MST não devem participar de eleições
- Outra razão, qual

### **3 ELEIÇÕES - DEMOCRACIA - CONFIANÇA**

3.1. Você considera importante participar das eleições?  Sim  Não

3.2. Você considera o MST democrático?  Sim  Não

Pontuar de 0 a 10. Quanto mais próximo de 0, menos democrático, quanto mais próximo de 10 mais democrático ( )

3.3 Você considera o Brasil democrático?  Sim  Não

Pontuar de 0 a 10. Quanto mais próximo de 0 menos democrático, quanto mais próximo de 10 mais democrático ( )

3.4 Você considera a Bahia democrática?  Sim  Não

Pontuar de 0 a 10. Quanto mais próximo de 0 menos democrático, quanto mais próximo de 10 mais democrático ( )

3.5 Qual o partido de sua preferência?  Não tenho preferência  PT  PSDB  PMDB  Democratas,  PSOL  PSTU  PSB  PL  PDT  Outro

3.6 O que é democracia pra você?

### **Questionário Para membros da Direção do MST-Ba**

#### **1 – IDENTIFICAÇÃO**

1.1 Regional/Brigada: \_\_\_\_\_ Data da aplicação: \_\_\_\_\_

1.2 Nome do entrevistado(a) :Opcional



---

1.3 Sexo: ( ) feminino ( ) masculino

1.4 Data de nascimento: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

1.5 Escolaridade: ( ) Não estudou ( ) Primário ( ) Ginásio ( ) Nível médio ( ) Ensino superior.

1.6 Tempo de MST. ( ) 1 a 5 anos ( ) 5 as 10 ( ) 10 a 15 ( ) 15 a 20

## **2 ELEIÇÕES E MOVIMENTO SOCIAL**

2.1 Você votou nas últimas eleições brasileiras? ( ) Sim ( ) Não - Por que não?

---

2.2. Você é a favor que membros do MST participem enquanto candidatos nas eleições brasileiras (para vereador, prefeito, deputado estadual e federal, senador, governador, presidente)?

( ) Sim, sou a favor Por que: ( ) Porque é importante o MST participar diretamente do debate das eleições;

- ( ) Amplia os espaços de luta pela reforma agrária
  - ( ) É importante ter representantes que são do MST nos espaços políticos
  - ( ) Outra razão, qual
- 

( ) Não sou a favor. Por que: ( ) Acho que a política eleitoral prejudica a autonomia de lutas do MST

- ( ) Atrapalha a organização interna do MST
  - ( ) Porque os militantes perdem a centralidade da luta por R.A.
  - ( ) Outra razão, qual
- 

2.3 Você votaria nos/nas candidatos(as) que são membros do MST?

( ) Sim Por que:

- ( ) Votaria porque são companheiros(as) de movimento
  - ( ) Votaria porque as/os considero mais preparados(as) para defender a reforma agrária
  - ( ) Votaria porque terei a oportunidade de cobrar os compromissos assumidos durante a campanha depois
  - ( ) Outra razão, qual
- 

( ) Não votaria, Por que:

- ( ) Porque os militantes acabam priorizando seus interesses pessoais
  - ( ) Porque não vejo nenhuma diferença entre os candidatos do MST e os outros
  - ( ) Porque acho que os militantes do MST não devem participar de eleições
  - ( ) Outra razão, qual
-

### **3 ELEIÇÕES - DEMOCRACIA**

3.1 Você considera importante participar das eleições brasileiras? ( ) Sim ( ) Não

3.2. De um modo geral você considera o Brasil democrático? ( ) Sim ( ) Não  
Pontuar de 0 a 10. Quanto mais próximo de 0 menos democrático, quanto mais próximo de 10 mais democrático ( )

3.3 De um modo geral você considera a Bahia democrática? ( ) Sim ( ) Não  
Pontuar de 0 a 10. Quanto mais próximo de 0 menos democrático, quanto mais próximo de 10 mais democrático ( )

3.4 De um modo geral você considera o MST democrático? ( ) Sim ( ) não

Pontuar de 0 a 10. Quanto mais próximo de 0, menos democrático, quanto mais próximo de 10 mais democrático ( )

3.5 O que é democracia pra você?

---



---

### **4. MST/ PARTIDO E DIREÇÕES**

4.1 Qual o partido de sua preferência? ( ) Não tenho preferência ( ) PT ( ) PSDB  
( ) PMDB ( ) Democratas ( ) PSOL ( ) PSTU ( )  
PSB ( ) PL ( ) PDT ( ) Outro

4.2 Você concorda que as lideranças e ou militantes podem fazer parte das instâncias de direção do MST e da direção do Partido?

( ) Sim, ( ) Porque penso que até ajuda na articulação entre esses dois espaços  
( ) Porque penso que é possível conciliar as duas funções  
( ) Outra razão: \_\_\_\_\_

( ) Não ( ) Porque acho que não é bom uma lideranças ocupar dois espaços de direção  
( ) Para não misturar as tarefas, uma acabará sempre atrapalhando o desempenho da outra  
( ) Outra razão: \_\_\_\_\_

4.3 Você concorda que as lideranças e ou militantes que se candidatam podem fazer parte das instâncias de direção do MST?

( ) Sim, ( ) Porque acho que até ajuda na articulação entre esses dois espaços em caso de o/a candidato(a) se eleger  
( ) Porque acho que é possível conciliar as duas funções  
( ) Outra razão: \_\_\_\_\_

- ( ) Não
- ( ) Porque acho que não é bom uma liderança ocupar dois espaços de atuação
- ( ) Para não misturar as tarefas, uma acabará sempre atrapalhando o desempenho da outra
- ( ) Outra razão: \_\_\_\_\_

## 5 CRITÉRIOS/ AVALIAÇÃO

5.1 Em sua opinião existem critérios no MST-Ba para militantes/lideranças se candidatarem a cargos políticos (vereador, prefeito, deputados estadual e federal), etc.?

( ) Não tem critérios previamente definidos.

( ) Sim Quais

\_\_\_\_\_

5.2 Em sua opinião existem mecanismos de participação do MST-Ba nos mandatos de vereadores, deputados estadual e federal?

( ) Não

( ) Sim, quais \_\_\_\_\_

5.3 Qual o sentido para você do MST participar ativamente nas eleições, inclusive com candidatos?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5.4 Das experiências com mandatos **de vereadores** oriundos/ orgânicos ao MST-Ba como você avalia as atuações desses vereadores para o MST-Ba?

Pontuar de 0 a 10. Quanto mais próximo de 0 menos satisfeitos com a atuação dos vereadores, quanto mais próximo de 10 mais satisfeitos. ( )

5.5 Das experiências com mandatos **de prefeitos** oriundos/ orgânicos ao MST-Ba como você avalia as atuações desses prefeitos para o MST-Ba?

Pontuar de 0 a 10. Quanto mais próximo de 0 menos satisfeitos com a atuação dos prefeitos, quanto mais próximo de 10 mais satisfeitos. ( )

5.6 Das experiências com mandatos de **deputados estaduais** oriundos/ orgânicos ao MST-Ba como você avalia as atuações desses deputados para o MST-Ba?

Pontuar de 0 a 10. Quanto mais próximo de 0 menos satisfeitos com a atuação dos deputado estadual, quanto mais próximo de 10 mais satisfeitos. ( )

5.7 Das experiências com mandatos de **deputados federais** oriundos/ orgânicos ao MST-Ba como você avalia as atuações desses deputados para o MST-Ba.

Pontuar de 0 a 10. Quanto mais próximo de 0 menos satisfeitos com a atuação dos deputados federais, quanto mais próximo de 10 mais satisfeitos. ( )

**Relação dos assentamentos/regionais onde foram aplicados os questionários da pesquisa de campo.**

REGIONAL CHAPADA	
ASSENTAMENTO / BRIGADA	DATA DE APLICAÇÃO
1. P.A BAIXÃO	03/08/2011
2. MOÇAMBIQUE	02/08/2011
3. BOA SORTE	03/08/2011
4. DANDARA	03/08/2011
5. ACAMPAMENTO N/C	03/04/2011
6. FLORESTAN FERNANDES	02/08/2011
7. ÁGUA BELA	03/08/2011
8. BELA PAZ	03/08/2011
9. ELDORADO	03/08/2011
10. 2 DE JULHO	03/08/2011
11. UMBUZEIRO	03/08/2011
12. BOA ESPERANÇA	03/08/2011
13. ÁGUA BRANCA	03/08/2011
14. RIO BONITO	04/08/2011
15. TERRA VISTA	04/08/2011
16. PATIS	04/08/2011
17. SÃO SEBASTIÃO	04/08/2011

REGIONAL SUDOESTE	
ASSENTAMENTO / BRIGADA	DATA DE APLICAÇÃO
18. AMARALINA	06/08/2011
19. RIACHO PALMEIRA	30/07/2011
20. OLHO D'ÁGUA	05/08/2011
21. CONQUISTA DO RIO PARDO	06/08/2011

REGIONAL EXTREMO SUL	
ASSENTAMENTO / BRIGADA	DATA DE APLICAÇÃO
22. LULÃO	03/08/2011
23. CRUZ DO OURO	05/08/2011
24. SÃO JOÃO	18/08/2011
25. 1º DE ABRIL	12/08/2011
26. ELIAS GONÇALVES	19/08/2011
27. OJEFERSON SANTOS	19/08/2011
28. MACADAMIA	19/08/2011
29. BELA VISTA	05/08/2011
30. PAULO FREIRE	18/08/2011

REGIONAL RECONCAVO	
ASSENTAMENTO / BRIGADA	DATA DE APLICAÇÃO
31. PAULO CUNHA	18/08/2011
32. ELDORADO	18/08/2011

REGIONAL SUL	
ASSENTAMENTO / BRIGADA	DATA DE APLICAÇÃO
33. ASSENTAMENTO TERRA VISTA	10/08/2011

## APÊNDICE B: QUADROS E TABELAS

## RELAÇÃO DAS CANDIDATURAS MEMBROS ORIUNDOS DO MST-BAHIA (1998 a 2010)

**Quadro 22:** Eleições Municipais - 1988

Candidato	Partido	Cargo/ano	Município	Votação	Status/eleito – não eleito – suplência
Rubneuz Leandro	PT	Prefeita/ 1988	Itamaraju	525	Não eleita

**Quadro 23:** Eleições Majoritárias - 1994

Candidato	Partido	Cargo/ano	Município	Votação	Status/eleito – não eleito – suplência
Frei Dilson Santiago	PT	Dep Estadual/ 1994	Estadual	10.342	Eleito

**Quadro 24:** Eleições Municipais - 1996

Candidato	Partido	Cargo/ano	Município	Votação	Status/eleito – não eleito- suplência
Frei Dilson	PT	Prefeito/ 1996	Itamaraju	12.054	Eleito
Raniere Bote- lho	PT	Vereador/1996	Itamaraju	391	Eleito
Oswaldo Sil- veira Rocha	PT	Vereador/1996	Itamaraju	373	Eleito
José Irailton	PT	Vereador/1996	Prado	152	Eleito
Julio Honorato Filho	PT	Vereador/1996	V. Con- quista	483	3º Suplente

**Quadro 25:** Eleições Majoritárias - 1998

Candidatura	Partido	Cargo/ano	Município	Votação	Status/eleito – não eleito- suplência
Valmir Assun- ção	PT	Dep. Estadual/ 1998	Estadual	11.919	3º Suplente

**Quadro 26:** Eleições Municipais - 2000

Candidatura	Partido	Cargo/ano	Município	Votação	Status/eleito – não eleito- suplência
Frei Dilson Santi- ago	PT	Prefeito/ 2000	Itamaraju	9.171	Não eleito
José Irailton	PT	Vereador/2000	Prado	287	Eleito
Oswaldo Silveira	PT	Vereador/2000	Itamaraju	389	Eleito

Raniere Botelho	PT	Vereador/2000	Itamaraju	229	2º Suplente do PT
Miguel Monteiro	PT	Vereador/2000	Itamaraju	379	1º Suplente PT
Noeci Ferreira Salgado	PT	Vereador/2000	V. Conquista	1.844	Eleito
Morival Santiago da Silva	Sem coligação	Vereador/2000	Itaetê	121	Não eleito

**Quadro 27: Eleições Majoritárias - 2002**

Candidatura	Partido	Cargo/ano	Município	Votação	Status/eleito – não eleito-suplência
Valmir Assunção	PT	Dep. Estadual/2002	Estadual	24.176	3º Suplente

**Quadro 28: Eleições Municipais - 2004**

Candidatura	Partido	Cargo/ano	Município	Votação	Status/eleito – não eleito-suplência
Frei Dilson Santiago	PT	Prefeito/2004	Itamaraju	19.091	Eleito
José Irailton	PT	Vereador/2004	Prado		Eleito
Osvaldo Silveira	PT	Vereador/2004	Itamaraju	488	Eleito
Raniere Botelho	PT	Vereador/2004	Itamaraju	444	1º Suplente do PT
Paulo Vitor	PT	Vereador/2004	Itamaraju	280	3º Suplente PT
João Passos	PT	Vereador/2004	Arataca	147	3º Suplente
Elias Jacob Mattar Neto	PT	Vereador/2004	Itabuna	534	2º Suplente
Morival Santiago	PT	Vereador/2004	Itaetê	318	Eleito
Noeci Ferreira Salgado	PT	Vereador/2004	V. Conquista	1.551	1º Suplente

**Quadro 29: Eleições Majoritárias - 2006**

Candidatura	Partido	Cargo/ano	Município	Votação	Status/eleito – não eleito-suplência
Valmir Assunção	PT	Dep. Estadual/2006	Estadual	68.302	Eleito

**Quadro 30:** Eleições Municipais - 2008

Candidatura	Partido	Cargo/ano	Município	Votação	Status/eleito – não eleito suplência
Frei Dilson Santiago	PT	Prefeito/ 2008	Itamaraju	11.792	Eleito
José Irailton	PT	Vice- Prefeito /2008	Prado		Eleito
Oswaldo Silveira	PT	Vereador/2008	Itamaraju	696	Eleito
Raniere Botelho	PT	Vereador/2008	Itamaraju	299	3º Suplente do PT
Gilney Pereira dos Santos	PT	Vereador/2008	Itamaraju	233	4º Suplente
Paulo Vítor	PT	Vereador/2008	Itamaraju	440	1º suplente PT
João Passos	PT	Vereador/2008	Arataca	84	Não eleito
José Luís de Jesus Serra	PT	Vereador/2008	Itaetê	87	2º Suplente
Elias Jacob Mattar Neto	PT	Vereador/2008	Itabuna	449	3º Suplente
Julio Honorato	PT	Vereador/2008	V. Conquista	2.198	1º Suplente
Gerônimo Pereira dos Santos	PT	Vereador/2008	Wagner	214	Eleito

OBS.:

Em 2008 - Frei Dilson Santiago, não contou com o apoio de toda direção do MST. Foi apoiado por Ademar Bogo e alguns militantes no município de Itamaraju.

Frei Dilson Santiago – renunciou ao mandato em abril de 2010, após uma série de processos contra sua gestão. Assumiu o vice-prefeito que na ocasião integrava o partido (PHS) – Pedro da Campineira que está atualmente no PSB.

Pedro da campineira é candidato à reeleição pelo PSB contra o candidato apoiado pelo sem terra Dalvadisio Lima do PT.

Em 2008 José Irailton – integrou a chapa do PC do-B como vice-prefeito no município de Prado. Não teve o apoio da direção estadual do MST.

**Quadro 31:** Eleições Majoritárias - 2010

Candidatura	Partido	Cargo/ano	Município	Votação	Status/eleito – não eleito-suplência
Valmir Assunção	PT	Dep. federal/ 2010	Bahia	132.999	Eleito
Marcelino Galo*	PT	Dep. Estadual	Bahia	59.456	Eleito

**Quadro 32: Síntese – Candidaturas MST**

Candidatos/membros	Nº de candidaturas	Nº mandatos/eleitos	Nº de suplentes	Não eleitos
16 Candidatos: a) 14 candidatos oriundos da militância no MST b) 2 candidatos defendidos pelo MST como sendo próprios, mas que integram a rede de articulação – Frei Dílson - Igreja e Marcelino Galo - Técnico apoiador da reforma agrária	39	19 mandatos	16	4

**Quadro 33: Atuais prefeitos do Extremo Sul – 2008-2012**

Nome do Prefeito	Prefeitura/partido	Nome do prefeito	Prefeitura/partido
1. Pedro Campineira	Itamaraju - PSD	1. Leo Brito	Alcobaça - PSD
2. João Alberto Amaral – Jonga	Prado - Pcdob	2. Adalberto Nonato	Veredas - DEM
3. Danilo Fraga	Lagedão -PP	3. Paulo Alexandre Matos Griffó (Tixa)	Mucuri - PDT
4. Carlos Robson da Silva	Nova Viçosa PMDB	4. Padre Aparecido	Tx de Freitas - PSDB
5. Jadilson Ruas	Caravelas-PDT	5. Manoel do Carmo Loyola	Jucuruçu - PSD
6. Edvaldo Carvalho dos Santos	Ibirapuã - PP	6. Osvaldo Gomes Caribé	Itabela - PMDB
7. Gilberto Apade	Porto Seguro - PSB	7. José Roberio Batista Oliveira	Eunápoli - PRTB
8. Milton Ferreira Guimaraes (Bentivi)	Itanhém - PSB	9. Adalberto Alves Pinto	Medeiros Neto - PHS
10. Ademar Pinto Rosa	Guaratinga - PMDB	11. Jorge Monteiro Pontes	Sta Cruz de Cabralia - PT
12. Rielson Lima	Itagimirim - PMDB	13. Claudio Carvalho	Itapebi - PMDB
14. Iêdo Elias	Belmonte - PP		

Fonte: site TRE - Eleições 2008



**Quadro 34:** Relação de assentados ligados ao MST-Ba candidatos em 2012

Nome	Região de atuação	Candidatura /município	Partido
1 Francisco Elizete Gonçalves (Chico do MST)	Chapada Diamantina	Vereador – Cafarnaum	PT
2 Gerinaldo Conceição da Cruz	Chapada Diamantina	Vereador – Itaeté	PT
3 Gerônimo Pereira dos Santos	Chapada Diamantina	Vereador/Wagner – São Sebastião Utinga	PT
4 Gilney Pereira dos Santos	Extremo Sul	Vereador/ Itamaraju	PT
5 Hélia Santos de Souza	Sul	Vereadora-Arataca	PT
6 Isaque Ribeiro de Oliveira (Super Gil)	Extremo Sul	Vereador/Itamaraju	PT
7 João Bispo dos Santos (João guarda)	Chapada Diamantina	Boa vista do Tupim( primeira MST) e 2 vereador /apoiado pelo Prefeito Iran/PSDB/PP	PP
8 Jorge de Jesus Rocha	Extremo Sul	Vereador Alcobaça	PT
9 Josival Francisco Borges (Nego do PT)	Sul	Camacan	PT
10 Maria Lucia Ferreira dos Santos	Extremo Sul	Vereadora/Prado	PT
11 Mauricio Xavier Costa (Lindão)	Extremo Sul	Vereador/ Prado	PT
12 Mourival José de Souza	Chapada Diamantina	Wagner	PT
13 Osvaldo Silveira Rocha	Extremo Sul	Vereador/ Itamaraju	PT
14 Pastor Edilson Souza Alves	Oeste	Vereador/Riachão das Neves	PSC
15 Priscila Santos de Jesus	Extremo Sul	Vereadora/ Prado	PDT
16 Raniere Gonçalves Botelho	Extremo Sul	Vereador/Itamaraju	PT
17 Rondineli Arena Santana (Nelinho)	Chapada Diamantina	Vereador/Boa vista do Tupim	PT

**Quadro 35:** Presidentes do PT no município de Itamaraju – Região Extremo Sul

Presidentes PT Itamaraju	Outros segmentos sociais	Oriundos do MST	Período do mandato
<b>Josenilza Alves Figueiredo</b>		Setor de Educação MST	2009-2013
<b>Weldes Valeriano Queiroz</b>		Direção Estadual	2007-2009
<b>João Alves de Souza Neto</b>	Radialista / simpatizante do MST	Assentado do MST	2005-2007
<b>Semildes Santos (Bida)</b>	Sind. dos Bancários		2003-2005
<b>Osvaldo Silveira Rocha</b>		Assentado/vereador do MST	2001-2003
<b>Antônio Araújo</b>		Setor de Produção	1999-2001
<b>Djacira Maria de Oliveira Araújo</b>		Direção Estadual	1995-1999
<b>Pedro dos Anjos</b>	Sindicato Rural		1990-1995

**Tabela P: Municípios do Extremo Sul da Bahia - Dados sobre população rural x urbana**

Cidades	População rural 2000	População rural 2010	População urbana 2000	População urbana 2010
1. Itamaraju - PSD	16.107	13.284	48.037	49.785
2. Prado - PCDOB	12.329	15.474	14.169	12.153
3. Lajedão - PP	1.557	1.657	1.852	2.076
4. Nova Viçosa - PMDB	7.440	5.030	24.636	33.526
5. Caravelas - PDT	9.771	10.105	10.332	11.309
6. Ibirapuã/PP	3.523	3.424	3.573	4.532
7. Porto Seguro - PSB	16.102	22.851	79.619	104.078
8. Itanhém - PSB	7.244	6.010	14.090	14.206
9. Guaratinga - PMDB	14.302	11.740	10.017	10.425
10. Itagimirim - PMDB	1.787	1.461	5.941	5.649
11. Belmonte - PP	9.226	10.378	10.806	11.420
12. Alcobaça - PSD	13.454	10.186	7.446	11.085
13. Vereda - DEM	6.174	5.421	1.276	1.379
14. Mucuri - PDT	9.377	8.534	18.685	27.492
15. Tx. de Freitas - PSDB	8.798	9.078	98.688	120.263
16. Jucuruçu - PSD	10.527	7.998	1.850	2.297
17. Itabela - PMDB	6.909	7.006	18.837	21.384
18. Eunápolis - PRTB	4.959	6.783	79.161	93.413
19. Medeiros Neto - PHS	5.208	4.496	16.027	17.064
20. Sta. Cruz de Cabrália - PT	10.361	7.262	13.527	19.002
21. Itapebi - PMDB	2.584	2.227	8.542	8.268
<b>TOTAL GERAL DA POPULAÇÃO</b>	<b>149.718</b>	<b>162.926</b>	<b>46.7042</b>	<b>555.546</b>

# **ANEXOS**

## ANEXO A: BOXES

**Box 10: Contexto do eucalipto****A particularidade do Extremo Sul: O contexto sociopolítico e as ações das empresas do Eucalipto ontem e hoje**

A região do Extremo Sul da Bahia, foi sem dúvida o lugar de consolidação das primeiras estratégias de consolidação do MST na Bahia bem como foi a referência de construção dessa participação política institucional. Esta região localiza-se entre as coordenadas geográficas de 15°45' a 18°30' de latitude sul e de 30°50' a 40°40' de longitude W.Gr, com uma área de aproximadamente 30.420 km<sup>2</sup>, representando 5,42% do total do território estadual. (Centro De Estatísticas E Informações – Cei, 1992). Situa-se ao sul do território baiano, em sua área mais afunilada que faz fronteira ao sul com o Espírito Santo, a oeste com Minas Gerais e ao norte com as regiões econômicas baianas Sudoeste e Litoral Sul, sendo a parte leste margeada pelo oceano Atlântico (CAR, 1994). A região é composta por 21 municípios: Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Ibirapuan, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Itamarajú, Itanhém, Jucuruçu, Lagedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz de Cabrália, Teixeira de Freitas e Vereda. Mapa abaixo. Região marcada pelos processos de desmatamento, concentração de terra e avanço do plantio de monocultura do eucalipto e da pecuária extensiva. Conjuntura que contribuiu sobremaneira para a ação do MST, o qual encontra nesse cenário o adversário na figura das empresas plantadoras de eucalipto e nos fazendeiros praticantes da pecuária extensiva e no grupo da UDR (união democrática ruralista)<sup>80</sup>.

A partir da segunda metade do século XX, o capital avança, modificando as relações sociais, a estrutura produtiva e a paisagem regional. Na década de 1970 o Governo Federal passou a estimular o plantio de eucalipto no território nacional. (OLIVEIRA et.al. 2007). Nos anos de 1980, surge na região Extremo- Sul da Bahia as primeiras unidades de produção e empresas, atraídas em função de relevantes fatores locacionais, especialmente, segundo os estudos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI (2002), pelas condições edafoclimáticas, preço da terra, escoamento da produção via porto de Vitória no Espírito Santo e de Ilhéus na Bahia, disponibilidade de mão-de-obra e grandes extensões de terras para implantação dos cultivos de eucalipto (Companhia De Desenvolvimento E Ação Regional – Car, 1994).

A pecuária bovina extensiva, a mecanização de alguns cultivos e a atividade madeireira expandiram-se rapidamente. Nos anos de 1990 o reflorestamento de eucalipto para fins industriais intensifica-se, inserindo definitivamente a região na lógica da acumulação capitalista, e impactando de forma indiscriminada sobre os recursos naturais da Mata Atlântica. Ao mesmo tempo o Extremo Sul recebe grandes contingentes migratórios de outras regiões do País, contribuindo para a formação de uma nova configuração urbana e rural. A implantação de atividades rurais menos intensivas em mão-de-obra, como a silvicultura, tem favorecido a expulsão do "homem do campo" mudando a estrutura fundiária, com destaque para as unidades familiares. (OLIVEIRA et al., 2007)

Atualmente as três maiores empresas instaladas na região são Bahia Sul Celulose, Aracruz

<sup>80</sup> Grupo formado em 1995 nacionalmente e na Bahia com sede regional em Itamaraju.

Celulose e Veracruz Florestal. Nos municípios de Mucuri, Alcobaça, Nova Viçosa e Caravelas concentram-se os maiores plantios, representando cerca de 80% do total da área plantada na região, onde se localizam as maiores produções. Mais recentemente, Eunápolis, Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália começam a despontar nessa atividade, o que pode ser verificado pela produção de eucalipto no município de Eunápolis que atingiu 1.754.268 m<sup>3</sup> em 2006, (Fonte IBGE, 2006), representando 20,34 % da produção estadual. A Veracruz Florestal, por exemplo, possui cultivos nos municípios de Eunápolis, Santa Cruz Cabrália, Belmonte, Prado e Porto Seguro. Os maciços da Bahia Sul Celulose distribuem-se nos municípios de Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Nova Viçosa, Teixeira de Freitas e Ibirapoã. Segundo relatório do Instituto do Meio Ambiente (IMA) 2008. A partir de mapeamentos realizados em 2007, foi estimada uma área total de 454.128,00 ha ocupada por plantios de eucalipto no Sul e Extremo Sul da Bahia. A partir de dados fornecidos pelas empresas, foi estimada a ocupação de uma área total 417.091,4 ha por plantios (próprios e de fomento florestal) das empresas Veracel Celulose S.A, Aracruz Celulose, Suzano Papel e Celulose e CAF Santa Bárbara Ltda. Além da alteração da paisagem com a destruição a mata atlântica, impactos ambientais e concentração fundiária, comparando-se os levantamentos acima foi constatada uma diferença de 37.037 ha, relativa a cultivos de eucalipto sobre os quais o IMA não tem conhecimento e/ou qualquer tipo de controle.

Observando os estudos na escala do tempo percebe-se que no período de 1970-1985 o número de empregos permanentes no campo cresceu nessa região, no entanto, essa tendência muda nos períodos subsequentes. Passou de 20.249 em 1985 para 8.914 em 1995, representando uma queda de 127% no emprego. Por outro lado, observou-se crescimento no número de empregados temporários entre 1970 a 1985 de 225%, saindo de 7.105 em 1970 para 23.111 trabalhadores em 1985. Já em 1995 esse número cai para 2.398 trabalhadores, ou seja, uma redução de 863%, comparando-se os anos de 1985 e 1995. Os números que representam a categoria responsável e o membro não remunerado da família passaram de 57.159 (82,15%) em 1970 para 18.335 (56,81%) em 1995. Segundo Pedreira (2004), esses indicadores assinalam duas faces de um grande processo: o declínio e desagregação de formas de produção camponesa, associado ao crescimento das relações de assalariamento.

Na opinião dos moradores da região, à medida que o cultivo do eucalipto avançava, o emprego no campo reduzia, tanto o temporário, quanto o permanente. Analisando a composição da mão-de-obra no período de 1970-1995/96, um fato muito marcante é a perda de importância relativa do trabalho familiar na região, refletindo mudanças que se desencadeiam no caráter da atividade agrícola desse espaço rural expresso pela tendência ao privilégio de relações de trabalho de caráter mais tipicamente capitalista (SILVA, 1993). As ONGs da região consideram que os projetos da indústria de celulose acentuaram o êxodo rural, a migração populacional, inchando as cidades e gerando problemas sociais" (IOS, 2005, p.48) Nesse contexto, a introdução da monocultura do eucalipto no Extremo Sul da Bahia, conseguiu absorver inicialmente, na fase da sua implantação, grandes quantidades de mão-de-obra, principalmente nos tratos culturais e nas instalações de suas indústrias, decorrido esse primeiro momento, a quantidade de empregos nessas atividades diminuiu significativamente (DIAS, 2001).

Portanto, o avanço do eucalipto em áreas passíveis de utilização da agricultura familiar, tem dificultado a reprodução dos mesmos, concomitantemente, ao processo expulsão do "homem-rural", – no momento da implantação dos empreendimentos industriais de papel e celulose, trabalhadores do campo sentem-se atraídos em busca de novas oportunidades de trabalho. No entanto, este trabalhador não consegue se inserir nas novas atividades, uma vez que são intensivas em capital e mão-de-obra qualificada. Este, aliás, é um dos fatores que contribuiu no avanço de movimentos sociais rurais na região. Afinal estes trabalhadores e/ou produtores excluídos da lógica capitalista desenvolvida passam a fazer parte de graves problemas sociais como a elevação do desemprego, da favelização urbana e dos índices de vulnerabilidades sociais. Infere-se que estas tendências têm se intensificado nos últimos anos, dada a expansão do plantio de maciços florestais, voltados ao suprimento das fábricas de papel e celulose, impulsionados com a implantação destas empresas no setor e concentração fundiária apontada também pelo relatório do IMA, 2008. Há uma tendência a um processo de homogeneização na dinâmica do uso da terra no Extremo Sul, onde as unidades "pastagem" e "cultivo de eucalipto" são elementos dominantes na paisagem regional. Uma situação preocupante de alta concentração fundiária é ilustrada pelos percentuais das áreas dos municípios do Extremo Sul do estado, pertencentes às empresas Aracruz Celulose, Suzano Papel e Celulose, comprometidos por plantios de eucalipto: Nova Viçosa – 44%; Alcobaça – 34,3%; Caravelas – 34%; Mucuri-33,5%; Eunápolis – 20%; Santa Cruz – 18%. (IMA, 2008).

Todo este processo tem trazido como consequência uma generalizada inquietação popular através de organizações ambientais e movimentos de trabalhadores rurais sem-terra. Nesse contexto no qual a força da monocultura da silvicultura impacta nas relações de mercado, de trabalho, da terra e do meio ambiente, fatores que repercutem diretamente na vida dos pequenos produtores. Daqueles 37, 037,00 há que não possuem documentos da área plantada, por exemplo, o relatório do IMA considera plantio através da apropriação das terras dos pequenos produtores que não havendo alternativa, plantam o eucalipto o qual recebe a assistência dessas empresas para ao final do plantio comprar essa produção dos pequenos agricultores.

Quanto à caracterização demográfica da região, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE realizado em 2010, o Extremo Sul, possui um contingente populacional de 643.760,85 habitantes, do total de 14.080.654 habitantes do Estado. A população rural na Bahia vem ao longo do tempo diminuindo, em 2000 observava-se XX de rurais em relação a X de urbanos, em 2010 a população rural é de 4.297,902 e urbana de 8.772.348 equivalentes a 32,88% e 67,12% respectivamente. Portanto, pode-se inferir que a recente configuração das atividades produtivas desenvolvidas no extremo sul baiano, com destaque para a monocultura do eucalipto, pouco intensiva e mão-de-obra, tem contribuído com a desocupação rural. E também pela concentração fundiária, expulsando os pequenos agricultores familiares e os trabalhadores rurais. Em estudos entre 1991 e 2000 todos os municípios apresentaram aumento de população urbana, nos dois períodos observados, ao passo que a população rural à exceção dos municípios de Alcobaça e Porto Seguro. (OLIVEIRA, et al., 2007).

**Box 11: Sobre a ocupação da fazenda Cutrale**

24/08/2011

às 18:53

**O povo estatizado marcha em Brasília; nós pagamos esses revolucionários de meia-tigela**

Uma das características do nosso tempo são os chamados “movimentos populares” financiados com dinheiro público. Onde os idealistas e utopistas de outrora viam o despertar autêntico do povo, vê-se hoje o, como posso chamar?, “povo estatizado” — ou, se quiserem, o “povo privatizado pelo PT”.

“Milhares” — os militantes falam em 15 mil — de sem-terra marcharam sobre Brasília cobrando mais recursos para a reforma agrária e renegociação da dívida de pequenos agricultores. Essa segunda demanda empresta, assim, uma espécie de caráter econômico urgente ao que é, de fato, ideologia estatizada. Quem financia o MST — e, pois, indiretamente, a tal Via Campesina (com este sotaque ridículo de subcosmopolitismo latino-americano) — é o estado brasileiro. Ou seja: você.

O movimento promove invasões, ocupações de prédios públicos e interdições de estradas em 17 estados. Como várias instâncias do Poder Público não impõem a lei, a teatralidade lembra, assim, as vésperas da tomada do Palácio de Inverno. Mas reitero: esse tipo de “povo” que está na rua é só uma variante, a perversa, do funcionalismo público. Ainda que lhe tentem emprestar uma dimensão heróica.

Não por acaso, sem nada de mais urgente na agenda, dois dos principais ministros de Dilma — Gilberto Carvalho e Gleisi Hoffmann — estiveram ontem com líderes do movimento. Por qualquer razão, a bola não foi passada para o ministro do Desenvolvimento Agrário. É interessante saber que o coração do governo pára em favor de uma causa irrelevante.

**Cutralé**

A Justiça determinou a reintegração de posse da fazenda da Cutrale, em Borebi, interior de São Paulo, ocupada pelo MST (de novo!) desde segunda. Os valentes ganharam até o meio-dia de amanhã para organizar a saída. Devem sair da propriedade e rumar para o centro do Bauru, onde farão um ato público, com a participação dos deputados do... PT! Mais uma evidência do caráter estatizado do movimento.

Os trabalhadores da Cutrale ainda estão impedidos de entrar na propriedade. Uma das coordenadoras da invasão explica, com aquele destemor de quem pode mandar a Constituição à *cerda*: “Não entramos na sede nem em casas de funcionários, mas a entrada de pessoas é controlada pelo movimento”.

Entenderam? O “movimento” decide quando vale e quando não vale a propriedade privada e também regula o direito de ir e vir. Afinal, este país tem lei: a do MST.

*Por Reinaldo Azevedo*

**Box 12: Sobre a ocupação do MST-Ba a SEAGRI na Bahia**

09/05/2011

às 17:27

**Pode invadir que o petista Jaques Wagner garante o churrasco!**

Vocês se lembram que o MST havia invadido a Secretaria de Agricultura da Bahia, certo? O que fez o governador Jaques Wagner? Recorreu à Justiça para obter a reintegração de posse, uma obrigação funcional sua? Não! Passou a alimentar a turma com 600 quilos de carne por dia. Era tanta comida que as sem-terra passaram a salgar a carne para que Não apodrecesse. Há 20 dias, a área foi desocupada. Na semana passada, como gratidão, Wagner nomeou Vera Lúcia da Cruz Barbosa secretária de Políticas para as Mulheres. Ela é dirigente do MST, membro da Via Campesina e integrante da Coordenação Nacional dos Movimentos Sociais (CMS).

Pois é... A secretaria foi invadida de novo, desta feita pelo Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas (Ceta) e pelo Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD). O que mais acho interessante num "Movimento de Desempregados" é o fato de seus membros preferirem a mobilização à procura de um emprego. Pergunta: se o MTD faz greve, o que acontece?

Vejam bem: esses dois grupos pertencem àquela tal "Coordenação Nacional dos Movimentos Sociais", de que Vera Lúcia, agora secretária, é chefe. Na prática, o governo Wagner funciona como invadido e invasor, compreenderam?

Eu espero que os baianos "sem-alguma-coisa-que-os-faça-felizes" tenham aprendido qual é o caminho da satisfação de seus anseios: a Secretaria da Agricultura! Podem invadir à vontade. O churrasco fica por conta de Wagner. Resta saber quem paga a cerveja.

Ignoro se o Ministério Público decidiu agir contra Jaques Wagner. Acho que não! Alguns grupos e ao menos um partido têm o direito natural de mandar a lei às favas no Brasil.



**Box 13: Reforma administrativa de Wagner e criação de secretaria para mulheres**

7/05/2011

às 6:39

## A Bahia de Wagner: MST também ganha o pão onde come a carne

Jaques Wagner (PT), governador da Bahia, não dá só carne para o MST, não! Também dá cargo. Valmir Assunção, aquele deputado "emessetista" a quem dediquei um post outro dia, conseguiu emplacar uma aliada sua no governo: Veralúcia da Cruz Barbosa vai assumir a recém-criada Secretaria de Políticas para as Mulheres. Vamos ver se ela vai ter tempo... A moça é dirigente nacional do MST, integrante da Via Campesina e membro da Coordenação Nacional dos Movimentos Sociais (CMS). Haja amor pelo povo!!! Leiam o que informa Tiago Décimo, no Estadão:

O governo baiano anunciou na quinta-feira, no Diário Oficial, a nomeação dos titulares de cinco novas secretarias e de um chefe de gabinete, que assumem o cargo hoje. Além disso, tirou da secretaria responsável pelo acompanhamento das obras da Copa do Mundo de 2014 a condição de "extraordinária" e vai agregar 174 funcionários comissionados à folha de pagamento estadual.

A reforma administrativa, apresentada pelo governo à Assembleia em 11 de abril, foi aprovada no dia 27 e sancionada na quarta-feira pelo governador Jaques Wagner (PT). Genericamente, o governo alega que as mudanças foram necessárias para "melhorar e modernizar" a administração e para "atender as políticas públicas definidas para os próximos anos".

O custo mensal fixo das alterações é de R\$ 543 mil, sem contar eventuais gratificações, o que levou a oposição a fortes ataques - o governo anunciou, no início do ano, contingenciamento de R\$ 1,06 bilhão no orçamento estadual. A reforma também serve para acomodar aliados descontentes. O principal exemplo é o de Veralúcia da Cruz Barbosa, dirigente nacional do Movimento dos Sem-Terra (MST) e integrante da Via Campesina e da Coordenação Nacional dos Movimentos Sociais (CMS), que assume a nova Secretaria de Políticas para as Mulheres. Foi indicado pela ala petista Articulação de Esquerda, liderada no Estado pelo deputado Valmir Assunção, que se considerava "excluída" da administração estadual.

"O contingenciamento tirou recursos das universidades estaduais, que estão em greve, e suspendeu pagamento de fornecedores, mas não falta dinheiro para remunerar "os companheiros" com a criação de novos cargos", acusa o presidente do DEM na Bahia, José Carlos Aleluia. Aqui!

*Por Reinaldo Azevedo*

**Box 14: Dobradinha de Valmir Assunção com deputados estaduais nas Eleições de 2010**

Nº	NOME	PARTIDO	Nº DE VOTOS	ELEITO (SIM OU NÃO)
1.	Anderson Ninho	PSC	3.530	NÃO
2.	Ângelo Almeida	PT	25.025	NÃO
3.	Bira Corôa	PT	39.254	<b>SIM</b>
4.	Emanoel	PSB	24.360	NÃO
5.	Fabíola Mansur	PSB	21.852	NÃO
6.	Fátima Nunes	PT	57.843	<b>SIM</b>
7.	Gerônimo Santana	PSB	3.854	NÃO
8.	Gilmar Santiago	PT	24.414	NÃO
9.	Hildebrando do PT	PT	3.109	NÃO
10.	Jeferson Paranhos	PC DO B	527	NÃO
11.	Joacy Dourado	PT	35.424	NÃO
12.	João Carlos Bacelar	PTN	46.990	<b>SIM</b>
13.	Júlio Rocha	PT	18.439	NÃO
14.	Léo Kret do Brasil	PR	22.534	NÃO
15.	Luiz Augusto	PP	45.505	<b>SIM</b>
16.	Luiza Maia	PT	79.858	<b>SIM</b>
17.	Marcelino Galo	PT	59.456	<b>SIM</b>
18.	Marcelo Nilo	PDT	132.794	<b>SIM</b>
19.	Naidinho do Congo	PRP	391	NÃO
20.	Neusa Cadore	PT	58.059	<b>SIM</b>
21.	Olivia Santana	PC DO B	30.466	NÃO
22.	Paulo Rangel	PT	55.761	<b>SIM</b>
23.	Prof. Valdeci	PT	33.691	NÃO
24.	Roberto Carlos	PDT	75.873	<b>SIM</b>
25.	Ronaldo Carleto	PP	101.816	<b>SIM</b>
26.	Rosemberg Pinto	PT	70.122	<b>SIM</b>
27.	Sérgio São Bernardo	PT	3.486	NÃO
28.	Sgto. Isidoro	PSB	46.963	<b>SIM</b>
29.	Valdir Tavares	PT	3.719	NÃO
30.	Vânia Galvão	PT	19.220	NÃO
31.	<b>Vespaziano</b>	<b>PTN</b>	<b>12.071</b>	<b>NÃO</b>
32.	Yulo Oiticica	PT	38.967	<b>SIM</b>
33.	Zé Neto	PT	81.223	<b>SIM</b>

**Box 15: Carta do Fórum Nacional de Reforma Agrária em apoio a Dilma Rousseff**

Brasília, 20 de outubro de 2010.

As Entidades que compõem o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA), de modo autônomo e independente, declaram o seu apoio à eleição de Dilma Rousseff para presidenta do Brasil. Vamos assegurar os avanços conquistados e não permitir que nosso país retroceda ao tempo das políticas neoliberais, da criminalização das lutas populares e das ações que transformavam em casos de polícia a legítima luta das organizações e movimentos sociais pela conquista de direitos no campo. Dilma coloca como a prioridade número um de seu governo a erradicação da miséria. O Fórum concorda plenamente com esta prioridade. Por isso com seu apoio espera que Dilma, como presidenta, adote medidas rápidas e efetivas para avançar na realização da Reforma Agrária, no fortalecimento da agricultura familiar e camponesa e na defesa do Meio Ambiente.

Entendemos que a erradicação da pobreza no campo só se concretizará se houver uma profunda Reforma Agrária que possibilite o acesso à terra às centenas de milhares de famílias sem terra, que garanta os territórios aos povos indígenas e às comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais e assegure, além da distribuição da terra, a implantação de políticas que garantam a construção de comunidades sustentáveis, tanto econômica, quanto cultural e ecologicamente. Na esteira do que Lula iniciou, o apoio e o estímulo à agricultura familiar deve avançar, uma vez que ela é a responsável pela maior parte da produção de alimentos e pela maioria das ocupações produtivas no meio rural, de acordo com os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2006.

Para que seja possível efetivar a Reforma Agrária e o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, é fundamental avançar na solução de problemas estruturais que persistem no meio rural. Por isso, o Fórum ao expressar seu apoio a Dilma, espera que, caso seja eleita, ela se comprometa efetivamente com políticas e ações essenciais para a construção de um desenvolvimento que promova a distribuição de renda e a sustentabilidade socioambiental do país, levando em consideração os seguintes pontos:

- Priorizar a realização da reforma agrária, como política pública central para um desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável do país, assegurando o cumprimento integral da função social da propriedade.
- Construir, com ampla participação dos movimentos do campo, o III Plano Nacional da Reforma Agrária com o objetivo de assentar todas as famílias sem terra acampadas e assegurar o amplo acesso terra, ao território e aos bens naturais aos povos tradicionais.
- Promover o pleno desenvolvimento dos assentamentos já criados e fortalecer a agricultura familiar e camponesa dentro de uma estratégia que garanta a soberania e segurança alimentares, implementando políticas públicas que impulsionem o seu desenvolvimento e a dinamização da vida no campo, com qualidade de vida e trabalho.

- Fortalecer o INCRA e o MDA dando-lhes condições humanas e financeiras para execução de todas as ações necessárias à realização da ampla reforma agrária e do fortalecimento da agricultura familiar e camponesa.
- Intensificar esforços junto aos parlamentares para que o Congresso Nacional aprove a PEC 438, que prevê a expropriação de terras onde for constatada a prática do trabalho escravo. Atualizar os índices de produtividade rural.
- Adotar medidas que possibilitem um modelo de produção agrícola que reduza e elimine os desmatamentos, as emissões de gás carbônico, a degradação do solo e a destruição da biodiversidade e dos recursos naturais.
- Reconhecer e valorizar o papel da participação social no processo de mobilização e gestão do programa de reforma agrária, revogando de imediato todas as medidas que criminalizam as lutas pela terra, os movimentos e organizações sociais.
- Aprovar a I Política Nacional de Desenvolvimento para o Brasil Rural (PNDRB), assegurando entre outras coisas, normas e procedimentos, que aperfeiçoem o marco regulatório da reforma agrária e facilitem a vida dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Defendemos Dilma, porque a erradicação da pobreza é fundamental para romper com as desigualdades econômicas e sociais que, infelizmente, ainda perduram em nosso País.

Vamos à Luta!

Vamos eleger Dilma Rousseff presidenta do Brasil.

Fórum Nacional Pela Reforma Agrária e Justiça no Campo

ABRA ABEEF, APR, ABONG, ASPTA, ANDES, CARITAS - Brasileira; COIABE, Centro de Justiça Global, CESE, CIMI, CMP, CNASI, COIABE, CONDSEF, CONTAG, CUT, Comissão de Justiça e PAZ, DESER, Empório do Cerrado, ESPLAR, FASE, FAZER, FEAB, FETRAF, FIAN - Brasil, FISENGE, Grito dos Excluídos, IBASE, IBRADES, IDACO, IECLB, IFAS, INESC, Jubileu Sul/Brasil, MAB, MLST, MMC, MNDH, MPA, MST, MTL, Mutirão Nacional pela Superação da Miséria e da Fome; Pastorais Sociais, PJR, Rede Brasil, Rede Social de Justiça, RENAP, SINPAF, Terra de Direitos, CTB Central dos trabalhadores Brasileiros

**Box 16: Carta de saída dos militantes**

**Carta de saída das nossas organizações (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina) e do projeto estratégico defendido por elas.**  
Primavera de 2011

Dentro dos limites de um documento como este, pretendemos esclarecer quais os motivos que nos levaram a tomar a decisão da saída, fazer uma análise do contexto histórico em que ocorre esta decisão e, com base nestes dois aspectos, fazer um diálogo franco com a militância.

São tempos de aparente melhoria das condições de vida da classe trabalhadora no Brasil, pelo menos até a próxima crise. Mas será que está tudo tão bem assim? O resultado do desenvolvimento e crescimento econômico dos últimos anos são migalhas para os trabalhadores e lucros gigantescos para o capital: aumenta a concentração da terra, os trabalhadores se endividam, intensifica-se a precarização do trabalho e a flexibilização de direitos, garantidos pela violência do aparelho repressivo do Estado. Isto tem sido sustentado por um pacto de colaboração de classes, feito pelas organizações que representam os trabalhadores com o objetivo de contê-los.

**O processo histórico que nos produziu**

Dois acontecimentos são fundamentais para analisarmos a situação das atuais organizações de esquerda no Brasil: o impacto da queda do muro de Berlim, tão determinante quanto foi a referência da Revolução Russa no século passado, e a reestruturação produtiva do capital.

Nas décadas de 1950 e 60, a principal concepção da esquerda afirmava que para superar o

capitalismo no país era fundamental completar o seu desenvolvimento. A ditadura militar interrompe estas lutas, que são retomadas nas décadas de 1970 e 80, diante de uma grande crise para a qual o regime militar não encontrou saída. Ressurgem greves, oposições sindicais e ocupações de terra num novo caráter, mas trazendo em boa medida heranças da estratégia do ciclo anterior. A CUT e o PT surgem nesse período, questionando o capitalismo e colocando o socialismo no horizonte. Dentro da mesma estratégia, surge logo depois o MST, lutando contra a concentração de terras, pela Reforma Agrária e o Socialismo. Neste período, qualquer luta de caráter popular ou democrático se transformava numa luta contra a ordem, devido ao limite imposto pela ditadura militar. Baseada na análise de que o capitalismo no Brasil era dependente dos países centrais, tendo como inimigo principal o capital internacional, e uma burguesia comprometida com as oligarquias rurais, que não realizou as tarefas típicas de uma revolução burguesa clássica ("tarefas em atraso"), esse bloco histórico construiu uma estratégia: o Projeto Democrático e Popular. Os trabalhadores organizados e em luta deveriam realizar essas reformas, utilizando a via eleitoral como acúmulo de forças para chegar ao Socialismo.

O PT se construiu como pólo aglutinador desse projeto, junto com outras organizações. As organizações de massa na cidade e no campo - CUT e MST - deveriam cumprir o papel de organizar e desenvolver estas lutas. Ao crescerem e se desenvolverem, organizações que tinham na sua origem uma postura combativa e táticas radicais (como PT, CUT e MST) vão obtendo vitórias importantes, sobretudo conquistando espaços institucionais, mas também sindicatos, terras, escolas, cooperativas de produção, cooperativas de crédito, convênios com governos, políticas públicas e compensatórias. À medida que cresceram essas organizações, a luta institucional e os espaços institucionais tornaram-se centrais. Neste cenário surge a Consulta Popular, criticando o PT por ter colocado a centralidade na luta institucional e eleitoral e cada vez menos nas lutas de massas. A CP se apresenta como alternativa na luta por uma Revolução Socialista. Surge também o MTD, a partir da Consulta Popular, inspirado no exemplo do MST, com a tarefa de ser uma ferramenta de luta e organização urbana.

**As contradições desse processo**

Agora nossas organizações, cada uma a seu tempo e não sem contradições, estão dependentes do capital e seu Estado. As lutas de enfrentamento passaram a ameaçar as alianças políticas do pacto de classes, necessárias para manter os grandes aparelhos que conquistamos e construímos. O que em algum momento nos permitiu resistir e crescer, se desenvolveu de tal maneira que se descolou da necessidade das famílias e da luta, adquirindo vida própria. O que viabilizou a luta hoje se vê ameaçado por ela: o que antes impulsionava a luta passa a contê-la.

O MST, até as eleições de 2002, caminhou desenvolvendo suas lutas e enfrentando grandes

contradições relacionadas à hegemonia do agronegócio no campo. Nas últimas décadas, houve uma reformulação do papel do Brasil na divisão internacional do trabalho a partir da reestruturação produtiva do capital. O agronegócio promoveu no campo brasileiro mudanças estruturais, integrando latifúndio e indústria sob nova perspectiva de produtividade e o trabalho sob nova ótica de exploração. Este modelo inviabiliza a Reforma Agrária como possibilidade de organização produtiva dos trabalhadores para o campo brasileiro nos marcos do capital. Com a expansão e o fortalecimento do agronegócio, evidenciaram-se os vínculos dos governos do PT com os setores estratégicos da classe dominante. Alguns elementos confirmam esta análise: a desigualdade de investimentos entre agronegócio e reforma agrária, a aprovação das sementes transgênicas, a expansão da fronteira agrícola e com isso a legalização da grilagem nas terras de até 1500

hectares, a permanência dos atuais índices de produtividade e as recentes alterações no novo código florestal. Nesse sentido, enfrentar as forças do agronegócio seria uma crítica direta ao governo petista, colocando por terra a tese do "governo em disputa". Essas transformações ocorridas no campo influenciaram nas formas de organização da vida

materiais de nossa base, cada vez mais proletarizada, exigindo novas formas de organização e luta, que poderiam nos levar a outro patamar. Como opção de enfrentamento a esta realidade, o MST, contraditoriamente, segue idealizando o "camponês autônomo" e os "territórios livres". Ao mesmo tempo, pactua com segmentos do proletariado rural, como CUT, Contag e Fetraf, com o objetivo de acumular forças contra o agronegócio.

A questão que se coloca é: estas opções nos levarão a outro patamar de luta e organização para enfrentar o agronegócio, dado o grau de comprometimento destas organizações com a estratégia do Governo e do capital? O MTD, no último período, se reduziu a reivindicar políticas compensatórias, como as Frentes de Trabalho ou Pontos Populares de Trabalho, fechando os olhos para a nova realidade do aumento de empregos e suas contradições. Mesmo quando colocado o desafio da organização sindical, ela não foi implementada, para não ameaçar as atuais alianças políticas e a sobrevivência imediata, reduzindo a pauta

à reivindicação de programas de governo para qualificação profissional.

Ao abandonar as lutas de enfrentamento, embora sigamos fazendo mobilizações, nossas lutas passaram a servir para movimentar a massa dentro dos limites da ordem e para ampliar projetos assistencialistas dos governos, legitimando-os e fortalecendo-os. Agora o que as organizações necessitam é de administradores, técnicos e burocratas; e não de militantes que exponham as contradições e impulsionem a luta. Não é de hoje que existem críticas ao rumo que tomaram estas organizações, não só externas, mas sobretudo críticas elaboradas internamente. E este processo não ocorreu sem resistências por parte da base, militantes e alguns dirigentes. As ações de enfrentamento ao capital que marcaram o último período expressam esse conflito, por exemplo: as ações contra a Vale no Pará, a ação de destruição da Cooperativa de Crédito (Crenhor) no RS e as ações das mulheres no 8 de março em diferentes estados.

Este último processo impulsionou um debate profundo sobre a relação entre o patriarcado e capitalismo, rompendo o limite da questão de gênero e da participação das mulheres nas organizações, e propondo o feminismo e o socialismo juntos como estratégia de emancipação da classe. Todas essas ações sofreram severas críticas internas e passaram a ser boicotada política e financeiramente.

Estamos há anos fazendo lutas dessa natureza e elaborando essa crítica nas mais diferentes instâncias dos movimentos, e como essas ações não tiveram força nem de provocar o debate da estratégia, quanto menos modificá-la, acabaram por legitimar o rumo das organizações.

#### **Mudança de rumo ou continuidade do projeto estratégico?**

A questão fundamental para nós não é só criticar a burocratização, institucionalização, o abandono das lutas de enfrentamento, a política de alianças, que aparecem como um problema nas organizações, mas sim identificar o processo que levou estas organizações políticas a assumirem essa postura. A crítica restrita ao resultado leva a refundar o mesmo processo, cometendo os mesmos erros.

O problema em questão não é que houve uma traição da direção ou um abandono/rebaixamento do projeto político; um erro na escolha das táticas ou dos aliados. A questão fundamental é a contradi-

ção entre o objetivo e os caminhos escolhidos para atingir tais objetivos: propúnhamos o Socialismo como objetivo, mas o projeto estratégico que traçamos ou ajudamos a trilhar não nos leva a esse objetivo. Tal estratégia política não é nova na luta de classes: sua origem está na social-democracia europeia de há mais de um século, adaptada às condições históricas do Brasil numa versão rebaixada, que foi reproduzida nas últimas décadas pelo PT e CUT e recentemente por MST/Via Campesina, MTD e CP. Atualmente, se apresenta na forma do Projeto Democrático Popular e Projeto Popular para o Brasil. A Consulta Popular foi sendo construída negando a experiência do PT: não só porque o PT se transformara em partido eleitoral, mas também pelas conseqüências que essa transformação causou em sua forma organizativa. No entanto, a Consulta Popular não nega o Programa Democrático Popular, sua crítica se limita ao "rebaixamento" do Programa. Para nós, este é um governo Democrático e Popular. Não da forma idealizada como querem alguns, mas com as concessões necessárias para uma ampla aliança. O PDP deu nisto. Nesse sentido, nossas organizações foram vitoriosas quanto ao que se propuseram. E nós contribuimos com este processo, no entanto hoje percebemos que esta estratégia não leva ao Socialismo, ao contrário, transforma as organizações da classe em colaboradoras da expansão e acumulação do capital. O que se apresenta como uma vitória para nossas organizações, na perspectiva da luta de classe, é uma derrota.

### Considerações finais

Diante desta crítica, concluímos que não seria coerente que em nome da luta continuássemos em nossas organizações, implementando um projeto de conciliação de classes. Somos resultado deste processo histórico, nele constituímos nossa experiência de luta política e formação teórica, mesmo que em geral ativista e pragmática. A crítica no interior do pensamento socialista sempre cumpriu um papel revolucionário e por isto julgamos ser uma tarefa a produção de um pensamento crítico sobre este período de vida das nossas organizações e para isto a apropriação da teoria crítica marxista é urgente. Não podemos querer compreender profundamente nossas contradições dividindo as posições entre "reformistas e revolucionários", entre "camponeses e urbanos" ou entre "socialistas já e socialistas nunca", pois assim ajudamos a despolitizar o processo de reflexão. É preciso considerar que vem se conformando uma ampla aliança política, consolidando um consenso que envolve as principais centrais sindicais e partidos políticos, MST, MTD, Via Campesina, Consulta Popular, em torno de um projeto de desenvolvimento para o Brasil, subordinado às linhas políticas do Governo, conformando assim uma esquerda pró-capital. O grau de comprometimento a que chegamos com o capital e o Estado nos levam a concluir que esse processo não tem volta. Esse alinhamento político não ocorre sem conseqüências: operam-se mudanças decisivas nas formas organizativas e no plano de lutas das organizações, na formação da consciência de seus militantes e na postura que a organização tomará no momento de ascenso. Neste momento, as "forças acumuladas" não atuarão na perspectiva de ruptura. Compreender esta conformação da esquerda não significa afirmar a tese sobre o fim da história, e dizer que não há o que fazer. Ao contrário, é preciso atuar na fragmentação da classe para retomar seu movimento na perspectiva de ruptura. Nos propomos a permanecer com a classe, buscando construir a luta contra o capital, seu Estado, o patriarcado, por uma sociedade sem classes. Compreendemos que não estão geradas as organizações do próximo período, assim como sabemos que não haverá nunca se não houver militantes com iniciativa e dispostos à construí-las. Os combates que travamos, o trabalho de base, os processos organizativos nos ensinaram muito e nos tornaram o que somos hoje, nos ensinaram a lutar. Seguiremos a partir dessa experiência, aprofundando a crítica e procurando ir além do que nos produziu.

*"Aquele que conta ao povo falsas lendas revolucionárias, que o diverte com histórias sedutoras, é tão criminoso quanto o geógrafo que traça falsos mapas para os futuros navegadores" (Hippolyte Lissagaray - Comuna de Paris) "As Revoluções são impossíveis... até que se tornem inevitáveis."*

1. Ana Hanauer (MST e CP RS)
2. Bianca (MST RS)
3. Carmen Farias (MST SP)
4. Claudia Ávila (MST RS)
5. Claudia Camatti (MTD RS)
6. Cláudio Weschenfelder (MPA SC)
7. Cleber (MTD RS)
8. Darlin (MTD RS)
9. Débora (MTD RS)
10. Eder (MST RS)
11. Ezequiel (MTD RS)
12. Fábio Henrique (MST SP)
13. Fernanda (MTD BSB)
14. Gilson (MST RS)
15. Greice (MTD RS)
16. Irma (MST RS)
17. João Campos (MST SP)
18. João Nélio (MST SP)
19. Jesus (MST RJ)
20. Juarez (MST RS)
21. Jussara (MST SP)
22. Letícia (MTD RS)
23. Lucianinha (MST RS)
24. Luís (MPA SC)
25. Marcia Merisse (MST SP)
26. Marcionei (MTD RS)
27. Maria Irany (MST AL)
28. Maurício do Amaral (MST SP)
29. Michel (MTD DF)
30. Michéline (MST RS)
31. Mila (MST e CP SC)
32. Neiva (MST RS)
33. Nina (MST e CP RS)
34. Oscar

(MST RS); 35. Paulinho (MST SP); 36. Pedroso (MST RS); 37. Pincel (MST RS); 38. Portela (MTD RS); 39. Raquel (MST RS); 40. Ricardo Camatti (MTD RS); 41. Saete (MTD RS); 42. Socorro Lima (MST CE); 43. Soraia Soriano (MST SP); 44. Tatiana Oliveira (MST SP); 45. Telma (MST SP); 46. Telmo Moreira (MST RS); 47. Thiago (MTD BSB); 48. Valdir Nascimento (MST SP); 49. Vanderlei Moreira (MST CE); 50. Verinha (MST RS); 51. Zé da Mata (MST SP)

*É importante ressaltar que alguns dos que assinam este documento já se afastaram ou foram expulsos das organizações que faziam parte em 2009 e 2010 sem poderem expor seus motivos, o fazem agora nesta carta.*



## ANEXO B: FIGURAS

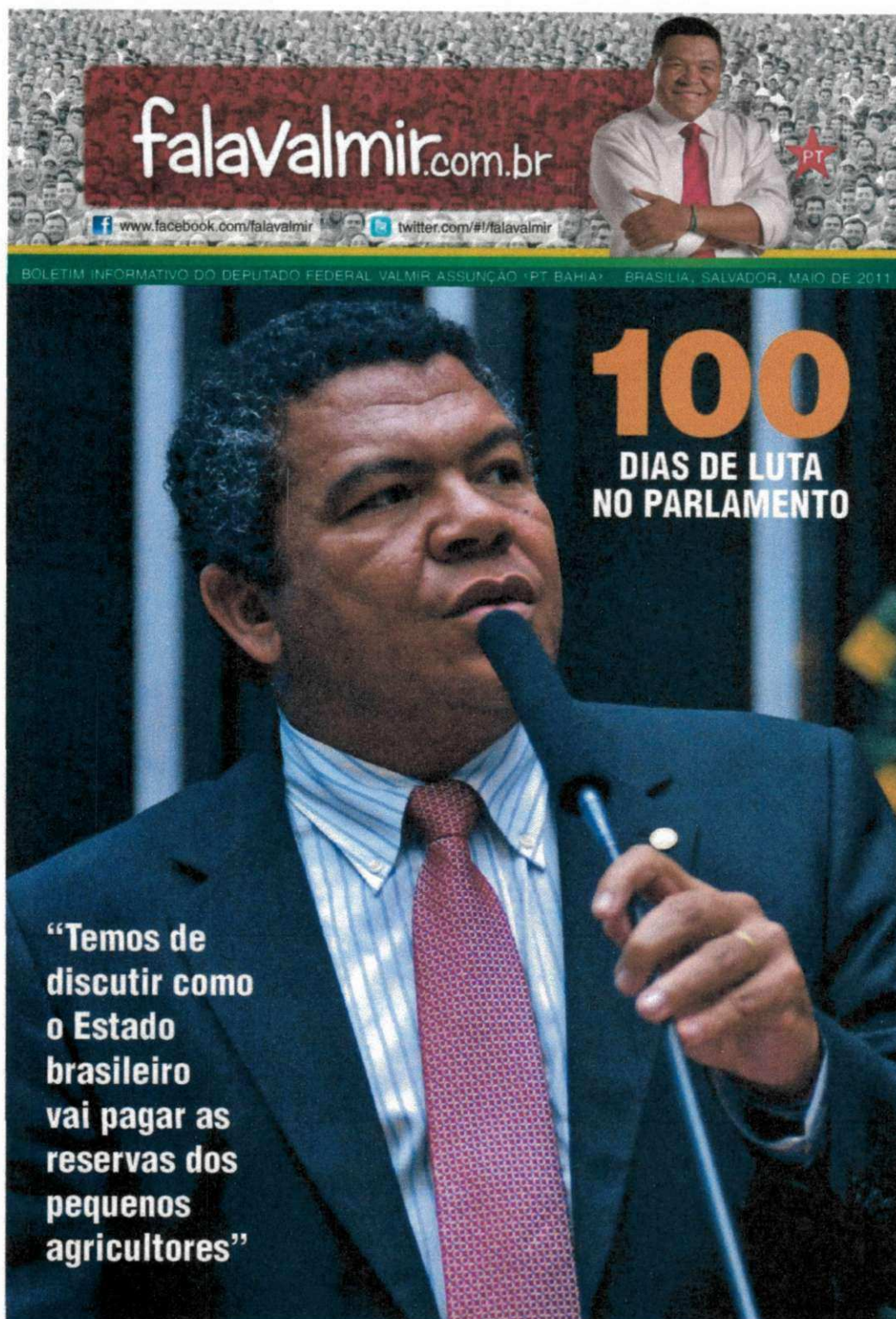


Figura 10: Fala Valmir - Capa

# Editorial



Para a eternidade, um dia equivale a um segundo. Mas para nós, simples mortais, um dia pode significar muito ou nada. Um período de ociosidade ou de intenso trabalho.

Para nós, que vimos trabalhando antes mesmo de sermos escalados, pela força do voto popular, para exercer o nosso mandato de deputado federal em Brasília, cada dia significa novos desafios, novas tarefas, novas conquistas.

E quando somamos cada dia e atingimos a marca do 100º dia, podemos olhar para trás e perceber que realizamos aquilo que esperavam que fizéssemos os diversos movimentos sociais, quando nos deram a outorga de representá-los no parlamento.

Ao fazermos um pequeno balanço de nossas ações, contudo, percebemos que se já fizemos alguma coisa, ainda há muito por fazer.

E os 100 dias de trabalho continuam, com novos desafios a serem vencidos e com novas propostas de realizações.

Para nós, cada dia significa muito.

E 100 dias significam muito mais.

Vamos em frente!

Valmir Assunção  
Deputado federal (PT-BA)

“  
Para nós,  
cada dia  
significa  
muito.  
E 100 dias  
significam  
muito  
mais.”

## LEI COMPLEMENTAR

### Mudanças na LRF ajudam municípios baianos

O deputado federal Valmir Assunção (PT-BA) entrou com um Projeto de Lei Complementar na Câmara Federal propondo modificações na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), no que se refere às despesas geradas na contrapartida em mão-de-obra oferecida pelos municípios na execução de programas do Governo Federal.

Segundo Valmir, o objetivo da Lei Complementar é excluir da despesa total com pessoal a mão-de-obra contratada pelo Município como contrapartida em programas com a União. A contrapartida é representada pela alocação de pessoal, cujas despesas acabam impactando os orçamentos das

prefeituras, que estão sujeitos ao limite de 54% da receita corrente líquida, nos termos do que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal.

– A grande maioria dos Municípios brasileiros – e em particular os menores – são, como se sabe, altamente dependentes das transferências constitucionais (que chegam a representar em alguns casos, perto de 100% do total de suas receitas). Ora, se o aporte de recursos da União está condicionado à contrapartida em mão-de-obra pelo Município, a tendência é a de que o limite admitido pela legislação seja ultrapassado, inviabilizando a cooperação entre essas duas esferas da Federação, disse.

## INTOLERÂNCIA

### Frente parlamentar sai em defesa dos povos de terreiros



A fiscalização do poder executivo para a aplicação de políticas públicas propostas por comunidades de terreiro foi o principal tema discutido entre deputados e representantes de comunidades negras em evento em Brasília, que marcou a criação da Frente Parlamentar em defesa das comunidades tradicionais de terreiros. A frente tem como objetivo não apenas fiscalizar, mas impedir manifestações e ações discriminatórias contra as comunidades negras no Brasil.

Um dos idealizadores da frente, o deputado federal Valmir Assunção (PT-BA) disse que “é inadmissível nós termos esse tipo de discriminação com as religiões de matriz africana em um país laico, onde conseguimos tantos avanços. Essa mobilização é a expressão maior que estamos reafirmando a nossa resistência”, avaliou o deputado.

“  
É inadmissível nós  
termos esse tipo de  
discriminação com  
as religiões de matriz  
africana em um país  
laico”

A frente terá o papel de promover ações em defesa das religiões de matriz africana para a promoção da liberdade de culto e contra a intolerância religiosa, de modo que os terreiros tenham o mesmo tratamento que outros templos religiosos.

2

Expediente

Figura 11: Fala Valmir – Editorial



## CÓDIGO FLORESTAL

# O futuro ambiental em jogo

Ao assumir meu primeiro mandato como deputado federal, cheguei com um compromisso bem definido: defender a reforma agrária, tal como possibilitar mecanismos de incentivo à agricultura familiar e camponesa, fortalecendo os movimentos sociais do campo e da cidade. Meus compromissos também incluem a luta pelo desenvolvimento social e combate à fome, a defesa do conjunto dos direitos humanos, promoção da igualdade racial e de políticas para a juventude. Compreendo que um deputado federal, como extensão das lutas que acontecem nas ruas do nosso Brasil, deve manter a coerência e o lado pelo qual foi designado a estar num espaço, como é a Câmara dos Deputados.

Praticamente, o relatório aprovado livra o agronegócio do adjetivo "desmatador" da maneira mais torta possível: ao invés de discutirmos formas de coibir a ação de um modelo de agricultura que, ao visar a exportação de commodities produzidas sob o sistema de monoculturas, de desrespeito às leis trabalhistas e, muitas vezes, sem cumprir o preceito constitucional da função social da



*Novo código  
aumenta em até 80%  
área que pode ser  
desmatada*

terra, o relatório do deputado Aldo Rebelo abriu as portas para que a expansão deste modelo predador avance sob áreas antes protegidas. Mais ainda: possibilita que os desmatadores sejam anistiados, absolvidos. Uma vergonha!

A agricultura familiar e camponesa, a responsável por mais de 70% da produção de alimentos, no entanto, em nada se viu beneficiada neste relatório. Por exemplo: o texto votado permite que áreas de até quatro módulos rurais sejam isentas de recomposição de reserva legal desmatada. Ora, do jeito que está não há diferença de quem produz sob um modelo familiar daquele que só usa sua propriedade para lazer de fim-de-semana, ou mesmo de um latifúndio divi-

do em várias matrículas, isentando-se de restrições da lei. O texto permite que a compensação da reserva legal do agronegócio seja em qualquer parte do Brasil, dentro do mesmo bioma. Isso é um perigo para nós que lutamos contra a concentração fundiária, pois um mesmo latifúndio pode se aproveitar da especulação de terras, principalmente em regiões mais baratas, principalmente terras de pequenos agricultores, para comprar mais áreas para recompor reserva. Ainda atendendo o latifúndio, o texto de Aldo Rebelo não acatou a demanda que criaria o fundo ambiental para a pequena agricultura, ou seja, o pagamento para que o camponês/a possa garantir reserva legal de florestas e vegetação nativa. A proposta, que tem o apoio da presidenta Dilma e é proveniente dos movimentos sociais do campo e sindicatos da agricultura familiar, foi simplesmente ignorada pelo relator.

A emenda 164 termina de consolidar o pacote do agronegócio. A medida dá poder aos estados para definir política ambiental e determina que poderão ser mantidas as atividades agrossilvopastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas de preservação permanente (APPs) caso o desmatamento tenha ocorrido até 22 de julho de 2008, ou seja, liberação sem limites, mais devastação ambiental e descaracterização de todo o avanço que o Governo já tinha obtido nas negociações junto ao relatório.

E não para por aí: o relatório libera a criação de camarões em áreas próximas aos mangues. Permite que espécies exóticas sejam plantadas em metade das áreas das reservas legais dos grandes proprietários: isso é o mesmo que escrever às transnacionais de plantio de eucalipto, como as do sul da Bahia, que fiquem sossegadas, por que será aumentada a área em que poderão lucrar, mesmo que destrua a terra, os mananciais de água que possuímos, que não gere empregos...

Defender a agricultura familiar e camponesa também é defender o meio ambiente, nossas matas e florestas, nossos rios, nossa terra, por que precisamos dele para sobreviver. Faz parte da nossa cultura camponesa. Este relatório é uma afronta a tudo que construímos, enquanto camponeses e camponesas. Mas a luta ainda não acabou e seguiremos em vigília para que o retrocesso não se consolide no Senado e nem no Executivo.

## Entenda o novo Código Florestal



### Como é?

Na Amazônia só 20% da área propriedade rural pode ser desmatada

Toda propriedade rural precisa preservar um trecho de reserva

A vegetação em topo de morros, margens de rios e nascentes é área de proteção permanente (APP)

Aplica-se o Código Florestal a qualquer área de vegetação

Curvos d'água com menos de 10 metros de largura impõem a necessidade de uma área de proteção permanente (APP), de 30 metros.

### O que vai ser?

Aumenta em até 80% o percentual da propriedade que pode ser desmatada

Propriedades menores (com até 25 hectares) podem ser inteiramente desmatadas

A vegetação em morros, nascentes de rios e nascentes deixa de ser protegida por lei

O Código Florestal deixa de valer em áreas urbanas

Prevê APPs com 15 metros, para curvos de água com menos de cinco metros de largura

# 3

Figura 12: Fala Valmir - Sobre código florestal

## MULHERES NO PODER

## Lucinha do MST assume o comando



A primeira dama do Estado, Fátima Mendonça, disse que não tinha palavras para expressar a emoção da solenidade e preferiu recitar trechos do poema "Perguntas e Respostas", de Castro Alves. Já a prefeita de Lauro de Freitas, Moema Gramacho, expressou a manifestação das centenas de mulheres reunidas no auditório da Fundação Luís Eduardo

Magalhães, com flores. A deputada Alice Portugal emocionou o público ao falar da trajetória de luta das mulheres. E a senadora Lídice da Mata foi mais pragmática ao afirmar que o momento era ímpar para as mulheres.

O auditório da FLEM ficou pequeno ante a presença das mulheres nas suas mais diversas representações políticas e sociais. A

mesa foi composta pela primeira dama, Fátima Mendonça, senadora Lídice da Mata, deputada Alice Portugal, Eva Chiavon, da Casa Civil do governador Jaques Wagner, a cantora Margareth Menezes e dezenas de personalidades, entre deputadas, vereadoras, prefeitas e representantes de movimentos sociais.

Na platêia, os deputados fe-

derais Valmir Assunção, Nelson Pelegrino, Luís Alberto, Josias Gomes, Sérgio Carneiro, Emiliano José e Antonio Brito. E os estaduais Marcelino Galo, Ângela Souza, Fátima Nunes, Maria Del Carmen e Luiza Maia, além do vice-prefeito de Salvador, Edvaldo Brito, também misturados a prefeitos, vereadores, líderes e integrantes de movimentos sociais.

No seu discurso, Vera Lúcia Barbosa disse que a nova secretaria vai propiciar a inclusão das políticas públicas para as mulheres de todos os segmentos sociais. "A garantia dos direitos e adoção de políticas públicas para as mulheres é um dever do Estado, mas seremos nós que discutiremos a situação das mulheres em todos os espaços que tivermos. E não admitiremos machismos e comportamentos homofóbicos", disse.

## GABINETE EM AÇÃO

## Audiência com Otto rende benefícios

Levados pelos deputados federal Valmir Assunção (PT-BA), e estadual, Marcelino Galo (PT), os prefeitos de Marau, Antonio Silva Santos "Pito", e de Santa Bárbara, Jailson Costa dos Santos, tiveram suas reivindicações atendidas pelo governador em exercício, Otto Alencar, que os recebeu em seu gabinete hoje de manhã.

As reivindicações dos dois prefeitos dizem respeito à iluminação pública nos acessos às respectivas sedes municipais, mudanças e reestruturação na área de segurança pública e recuperação de estradas vicinais. No caso de Marau, a 428 quilômetros de Salvador, foi solicitada a recuperação dos 31 quilômetros que liga a sede às BRs-101 e 030, outros 21 quilômetros entre

a sede e a BA-001, iluminação pública na Avenida Beira Mar, além da construção de um complexo policial. Já em, Santa Bárbara, a 141 quilômetros de Salvador, foi solicitada a iluminação de quatro quilômetros da BR-116, que atravessa a cidade e a aquisição de equipamentos para recuperação das estradas vicinais.

O governador se comprometeu a atender as reivindicações que são de responsabilidade do Estado, e hoje mesmo começou a adotar as providências junto às secretarias de Segurança Pública, Infra-Estrutura e ao Derba. No caso da recuperação do trecho entre Marau e as BRs-101 e 030, Otto Alencar garantiu que irá fazer gestões junto ao Ministério dos Transportes e ao DNIT.



4

Figura 13: Fala Valmir – posse de Lucinha

## ENTREVISTA VALMIR ASSUNÇÃO – REVISTA RAÇA

PÁGINAS PRETAS

▶ VALMIR ASSUNÇÃO

“

SE NÓS TIVERMOS  
ESSA PREOCUPAÇÃO  
DE MELHORAR A  
QUALIDADE DE VIDA  
DAS PESSOAS E  
FAZER COM QUE ELAS  
TENHAM ACESSO  
À CULTURA, AO  
ESPORTE, AO LAZER  
E AO TRABALHO, É  
LÓGICO QUE NÓS NÃO  
IREMOS PERDER A  
NOSSA JUVENTUDE  
PARA O SEGUIMENTO  
DA SOCIEDADE MAIS  
PERVERSO, COMO A  
VIOLÊNCIA E O CRIME  
ORGANIZADO

”

SECRETÁRIO EM  
**EVIDÊNCIA**

MAURÍCIO PESTANA | DIVULGAÇÃO

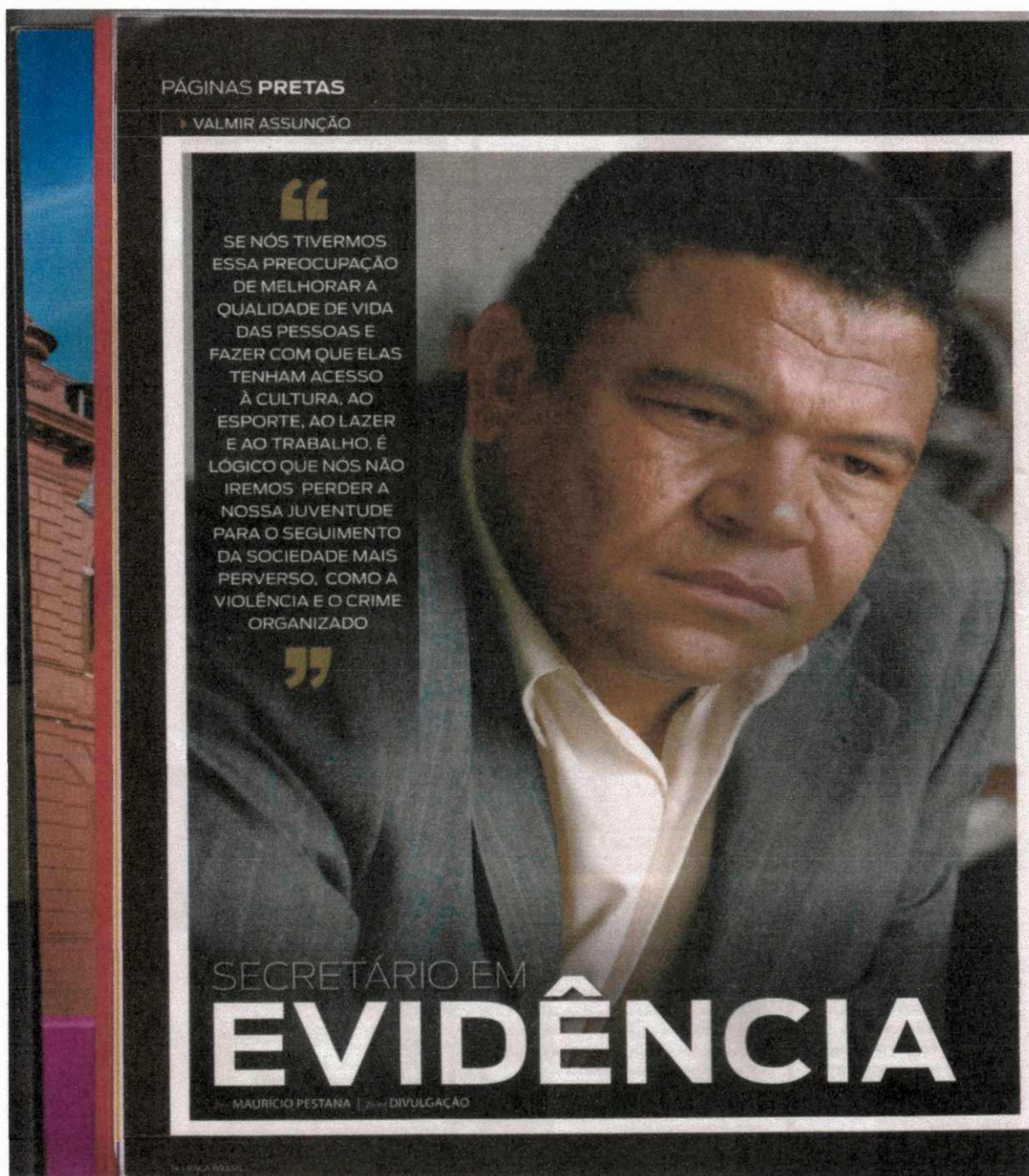


Figura 14: Entrevista Revista Raça - Capa

Ele saiu do interior da Bahia com apenas a oitava série; foi para São Paulo tentar a vida e morou numa favela na zona sul dominada por dois tipos de violência: a da bandidagem e a de um tal cabo Bruno (policial acusado de ter assassinado mais de 300 pessoas na região). Sobreviveu ao crime e à polícia, voltou para sua cidade e iniciou um trabalho político. Em pouco tempo, tornou-se uma das maiores lideranças do MST no Brasil e, eleito deputado estadual dos mais votados pelo PT, tornou-se também referência na questão racial. Aliás, é de sua autoria algumas das iniciativas parlamentares mais avançadas no combate ao racismo na Bahia. Mas o desafio não parou por aí: há três anos – chamado pelo governador Jaques Wagner – assumiu a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, que cuida exatamente daquilo que conhecia bem: fome, falta de terra, de moradia e exclusão social. Para isso passou a administrar um orçamento anual de mais de 230 milhões de reais. Conheça agora Valmir Assunção, que já desponta como uma das maiores lideranças do nosso país

Quem é Valmir Assunção?

Eu sou filho da Bahia, nasci em um povoado no interior do estado, precisamente em um local chamado Nova Alegria, em Itamaraju. Somos 8 irmãos – quatro homens e quatro mulheres. Com 14 anos de idade fui morar em São Paulo e passei uma parte do meu tempo na região de Santo Amaro, trabalhando de ajudante. Depois voltei para Itamaraju e entrei em um grupo de jovens da igreja católica. Em seguida, ingressei no sindicato dos trabalhadores rurais e, em 1986, para o Movimento dos Sem-Terra. Fizemos a primeira apropriação de terra no município de Alcobaça. Desde então, minha militância sempre foi pela luta da reforma agrária. É um motivo de muito orgulho para mim, porque a partir daí eu me tornei deputado estadual e secretário de estado, mas continuo militante do movimento social.

Como a questão racial entrou em sua vida?

Minha vinda para Salvador me fez criar consciência para cumprir esta consciência social do Brasil. Hoje não consigo compreender como ter outra atitude, também colocando nos braços a questão racial. Para mim é fundamental até porque a luta pela reforma agrária tem tudo a ver com a questão racial. Cerca de 95% da população sem terra é negra e isso mostra o nosso meio: a origem foi a escravidão. Se antes estávamos nas senzalas, após o 13 de maio passamos a ser sem senzala e sem terra. Hoje boa parte desta

população também vive na periferia destas cidades para construir um pedaço de terra. Então, essa agenda está intimamente ligada à questão racial no Brasil. Eu me defino como um homem dessas agendas e que quer mudar esse estado de coisas.

Como foi sua passagem de militante do MST a secretário de estado?

Foi por meio do governador Jaques Wagner. Passei três anos e três meses como secretário de estado, convite que nem esperava, mas fruto de uma votação bastante expressiva, em que fui eleito um dos deputados dos mais votados da Bahia, graças ao meu trabalho no movimento dos sem-terra, no movimento negro, no movimento de juventude e de mulheres, professores e intelectuais do estado da Bahia. Agradeço a essas bases por ter tido uma votação tão expressiva que culminou no convite para ser secretário do desenvolvimento social e combate à pobreza. Tive muitas dúvidas se deveria assumir ou não, mas todas as organizações que me aprovaram na campanha eleitoral achavam que eu deveria assumir. Tenho orgulho de ter feito na secretaria algumas ações do governo, levando em consideração justamente o que nós fizemos como deputado.

Do trabalho que executou antes como deputado, qual o senhor lembra com mais orgulho, aquele que pode ter deixado a sua marca?

Figura 15: Entrevista *Revista Raça* – A

## PÁGINAS PRETAS

▶ VALMIR ASSUNÇÃO

É difícil enumerar um, específico, mas me sinto muito honrado de ter sido proponente do Estatuto da Promoção da Igualdade Racial e do Combate à Intolerância Religiosa. Nós fizemos uma campanha pela valorização do negro em todo o estado da Bahia, e a expectativa era grande para a aprovação. Mas como secretário, muitas ações que estavam descritas no estatuto, pude colocar em prática, pois contava com a estrutura do governo, e isso é essencial para a realização de qualquer política pública de combate ao racismo. O discurso é diferente da prática e o que eu defendia na Assembleia Legislativa como secretário, realizei. Isso para mim foi uma experiência importante, mas todos nós sabemos que existe a necessidade de cada vez mais pessoas comprometidas com causas específicas. Isso é fundamental dentro do parlamento.

O senhor foi um dos poucos secretários negros do governo Jaques Wagner. Como é ser minoria no governo de um estado onde somos a maioria?

A primeira coisa que eu acho importante é que o secretário não tenha apenas a pele negra, mas a consciência, o comportamento e seu trabalho deve ser voltado também para esta população. Dos 26 secretários do governo do estado da Bahia, cinco são negros. O secretário da fazenda é negro, a secretária da igualdade racial também e a secretária que me substitui na pasta também é negra e do Ilé Ayê. Para mim, além da cor da pele, o importante são as atitudes.

Interessante, alguém do Ilé Ayê no governo... Sim, além de ser uma mulher negra, a Neli Santana, que está me substituindo na Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, vem carregada de muita simbologia. Eu espero e tenho a convicção que ela não vai ficar somente na simbologia – que é importante – mas temos que utilizar esta simbologia para poder influenciar na política de governo que permita alimentar a autoestima da população negra, melhorar e transformar a realidade e a vida das pessoas.

Como o senhor vê o quadro político atual e o avanço do negro nessa esfera? Posso dizer um pouco sob o prisma aqui da Bahia, que entrou no processo democrático faz três anos

“

**A BAHIA CONTAVA COM MAIS DE DOIS MILHÕES DE ANALFABETOS ACIMA DE QUINZE ANOS. O PROGRAMA DO GOVERNO ERA ALFABETIZAR UM MILHÃO DE PESSOAS E ISSO É IMPORTANTE POR QUE ESSES ANALFABETOS SÃO NEGROS E POBRES. QUANDO VOCÊ VAI PARA O INTERIOR OS DESAFIOS SÃO IGUAIS OU PIORES, EXISTEM REGIÕES DA BAHIA EM QUE, ÀS VEZES, PASSA OITO MESES SEM CHOVER. QUEM É ESSA POPULAÇÃO QUE VIVE NO SEMI-ÁRIDO PASSANDO DIFICULDADES E MUITAS VEZES NÃO TEM O QUE COMER OU ÁGUA PARA BEBER? TAMBÉM SÃO NEGROS, QUILOMBOLAS...”**

”

e três meses com a eleição de Jaques Wagner. Todo povo brasileiro sabe a forma como o grupo do falecido Antonio Carlos Magalhães governava este estado. Eu acho que um dos pontos fundamentais, o diferencial que se iniciou a partir de 2007 são a transparência, a participação popular, o respeito às minorias, enfim, isso para todos nós do estado é uma grande conquista. O segundo ponto fundamental para nós foi a criação da Secretaria da Promoção da Igualdade Racial, porque por mais que seja uma secretaria municipal, aponta para toda a população baiana que o governo da Bahia trabalha cada vez mais para respeitar e fortalecer a maioria da população, que é justamente o povo negro – 70% do nosso estado. Esses dois aspectos foram fundamentais para o reordenamento da participação negra em nosso estado.

Mas existem algumas críticas ao governo Wagner...

Sempre haverá, pois ser governo não é tarefa fácil! Mas eu digo sempre que o nosso governador, do ponto de vista simbólico, foi mais corajoso que o presidente Lula, que no início de seu mandato colocou o boné dos sem-terra na cabeça, criou um grande debate na sociedade e depois diziam que ele não podia fazer aquilo. E eu, como militante do MST e por mais dez anos na direção nacional do movimento, realizei ocupações em órgãos públicos, caminhadas de protestos contra o governo e, apesar de tudo isso, o Jaques Wagner me convidou para ser secretário. Foi muita coragem, não levando em conta a minha origem humilde, de sem-terra, negro e que cursou apenas até a oitava série. Ele passou por cima de todos os estereótipos que a sociedade criou para medir a competência.

Naquele momento, qual foi o principal desafio?

Primeiro, o de dirigir uma secretaria nova com orçamento de 230 milhões de reais e com a responsabilidade de construir a política de assistência social e a de segurança alimentar do estado, trabalhar com a defesa civil e, ao mesmo tempo, com a Fundação da criança e do adolescente com a responsabilidade de reintegrar esses jovens ao seio da sociedade e de suas famílias. Isso são fatos marcantes, mas os dados sociais que chegavam eram alarmantes e todos, desafiadores.

Figura 16: Entrevista Revista Raça – B



Um exemplo: a Bahia contava com mais de dois milhões de analfabetos acima de quinze anos. O programa do governo era alfabetizar um milhão de pessoas e isso é importante porque esses analfabetos são negros e pobres. Quando você vai para o interior, os desafios são iguais ou piores, existem regiões da Bahia em que, às vezes, passa oito meses sem chover. Quem é essa população que vive no semi-árido passando dificuldades e muitas vezes não tem o que comer ou água para beber? Também são negros, quilombolas...

O senhor fala bastante deste governo, mas foi exatamente neste governo que aumentou a violência e o assassinato de jovens negros na periferia de Salvador. Eu não diria que aumentou a violência e sim que aumentou a divulgação e a transparência sobre esses números. Isso é bom até para que a sociedade tenha cada vez mais consciência do problema. Agora é importante ver os dados como um todo. Por exemplo: 30 % dos crimes que acontecem em Salvador, principalmente na região metropolitana, vêm da origem do uso do crack. É um dado muito duro, mas a realidade que nós vivemos mostra o que é mais perverso dentro deste processo. A juventude, que muitas vezes é vítima do crack e é assassinada, é a mesma juventude da periferia,

onde moram os negros com pouca escolaridade e que vezes não têm oportunidades. O governo tem trabalhado na repressão muito forte, que eu não concordo, mas tem feito! Por outro lado trabalha também na prevenção, que eu acho que é o que nós temos de mais forte. Mas quando digo governo, eu quero dizer os três: a responsabilidade preventiva é do governo federal, estadual e municipal, dando condições e opções para essa juventude.

Mas que tipo de opções?

Tem que se trabalhar com informação, com conscientização, mas também com políticas públicas que permitam ter muitos recursos para aplicar na alfabetização, ao mesmo tempo nós temos que trabalhar com capacitação profissional e mais protagonismo juvenil das pessoas. Se nós tivermos essa preocupação de melhorar a qualidade de vida das pessoas e fazer com que elas tenham acesso à cultura, ao esporte, ao lazer e ao trabalho, é lógico que nós não iremos perder a nossa juventude para o seguimento da sociedade mais perverso, como a violência e o crime organizado. Acredito que é algo mais amplo que simplesmente a atuação da polícia ou a atuação de um segmento da sociedade. Tem que trabalhar cada vez mais para ter uma escola de qualidade e mais oportunidades de trabalho. **RB**

Figura 17: Entrevista Revista Raça – C



## ENTREVISTA VALMIR ASSUNÇÃO – REVISTA MUITO



Figura 18: Entrevista Revista Muito – Capa

«Somos a sexta economia e temos metade da população vivendo com Bolsa Família»

**E a que o senhor atribui esse crescimento no número de homicídios em Salvador?**

Não basta aumentar o número de policiais na rua. São vários fatores para se levar em conta: as famílias estão desgregadas; as pessoas perderam os valores; a população está concentrada nas grandes cidades. Nós avançamos muito na política social, mas é preciso avançar mais.

**Mas não se vê a repercussão desse avanço na queda da violência, ao menos aqui na Bahia.**

Ultimamente, os números da violência na Bahia têm caído, e vão cair muito mais.

**O número de homicídios em Salvador é recorde.**

O diálogo que eu quero fazer não é simplesmente se os números estão caindo, porque estão caindo, a sensação de muitas pessoas da cidade é essa. O que é preciso é estabelecer novos valores na sociedade, nas famílias.

**Os Centros de Referência em Assistência Social (Cras) são conhecidos justamente como “Casas da Família”. Como eles vêm atuando nessa questão?**

Na Bahia, temos um milhão e 400 mil pessoas que recebem Bolsa Família. Como cada família tem quatro pessoas, em média, significa que quase metade da população baiana vive do Bolsa Família. Somos a sexta economia nacional e temos metade da população vivendo com Bolsa Família. Esse é o Estado que nós temos. E 2,1 milhões de analfabetos acima de 15 anos. É um esforço muito grande que nós temos que fazer na educação, no desenvolvimento social. Por isso, os Cras são importantes, porque trabalham prioritariamente com as famílias do Bolsa Família, dando apoio psicológico, orientação. As assistentes sociais que trabalham no Cras são verdadeiras guerreiras. Quem considera o Bolsa Família assistencialista nunca passou fome. Essas pessoas não tinham direito de tomar um café, almoçar, jantar. Passaram a ter um recurso mínimo na vida. Mas o governo pensa além disso, que essas famílias possam colocar os filhos na escola e ser acompanhados pela saúde. Muitos municípios na Bahia têm três receitas: o fundo de participação, o Bolsa Família e a aposentadoria dos idosos.

**O senhor declarou que iria desativar a Comunidade de Acolhimento Socioeducativo (Case), em Tancredo Neves, que recebe**

**Figura 19:** Entrevista *Revista Muito* – A

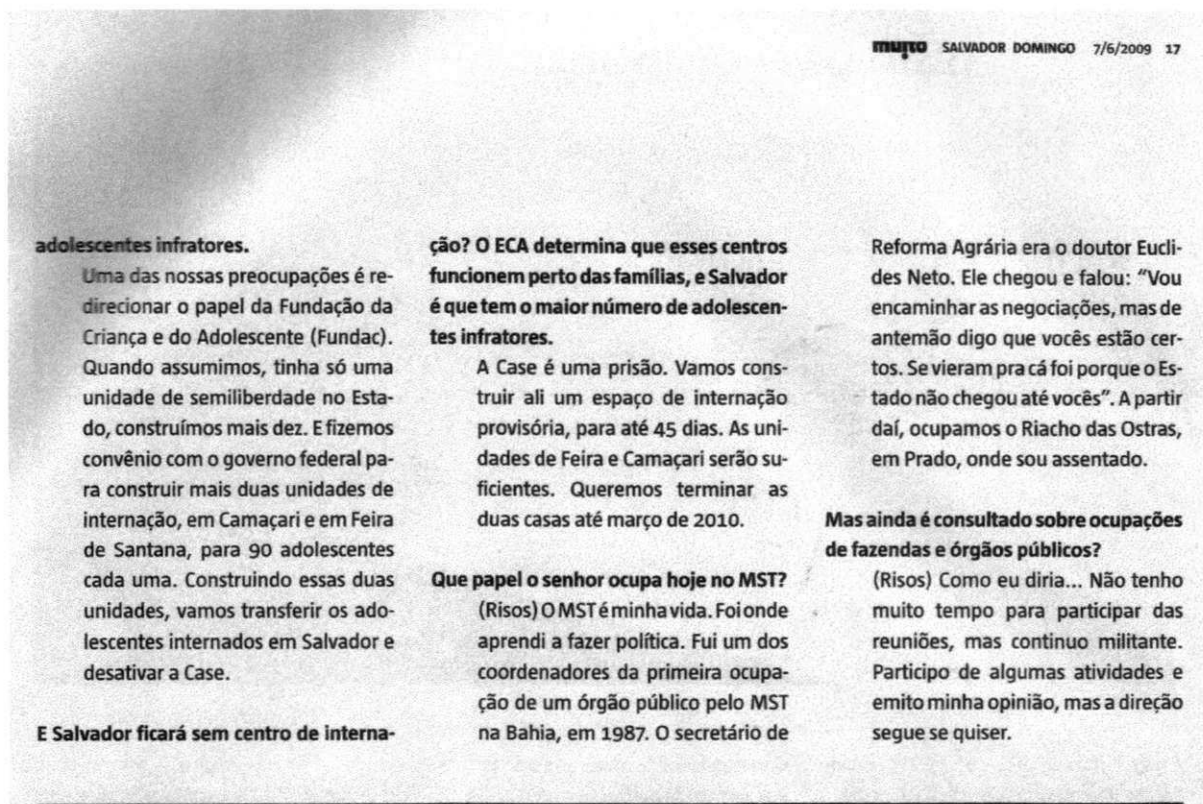


Figura 20: Entrevista *Revista Muito* – B